UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

Alexandre da Cruz Bonilha

Manuel de Faria e Sousa, historiador

São Paulo
2011

Alexandre da Cruz Bonilha

Manuel de Faria e Sousa, historiador

Doutorado em Literatura Portuguesa

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Literatura Portuguesa pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, sob orientação da Profa. Dra. Adma Fadul Muhana.

**Universidade de São Paulo
2011**

Banca Examinadora

Para Priscila

Agradecimentos

À profa. Adma, pela década de orientação.

Aos profs. Leon Kossovitch e João Adolfo Hansen pelas recomendações no exame de qualificação.

Aos meus filhos, Francisco e Raul.

À minha família, Sergio, Luiza, Gabriel, Eliana, Tiago, Marcel, Eric, Claudia, Pedro, Luca, Cristina, Luiza; Hélio, Gabriel, Clarinda e Celina (*in memoriam*).

Aos profs. Célia Almeida, Antonio Abello, Pedro Meira, Isabel Almeida, Íris Kantor, Francisco Martinho, pela generosidade.

Aos companheiros João Sita, Marcelo Vaz, Elen Doppenschmitt, Adriano Sousa, Raúl Seara, Marília Fabbro, Myrna Coelho, Patricia Samora, Dayane Nogueira, Gian delle Sedie, Flávio Reis, Marcelo Lachat, Rodrigo Pinto, Mauricio Nishihata e Tadeu.

Ao pessoal da secretaria.

À FAPESP pelo auxílio financeiro.

AL AVTOR .

Lope de Vega

Carpio

SONETO.

Dio Apolo, com al Griego, y al Latino,
Parnaso a España, Musas, y Palestras,
en que sus doctos hijos diessen muestras
con dulces versos, del furor divino:
Sousa, que al Mantuano y Venusino
estudioso embidió las plumas diestras,
juntó las Portuguesas a las nuestras,
y armado en campo contra todos vino.
Tiernas, faciles, dulces, no confusas,
a materias diversas las inspira
un genio ilustre, en variar difusas:
Tan justamente al verde lauro aspira
con duplicado exercito de Musas,
del Griego aplauso, y a la Romana Lira.

Resumo:

Neste trabalho, apresento num primeiro momento a *ars historica* como um subgênero do epidítico, com disposição e elocução autorizadas pelas poéticas aristotélica e horaciana, no que concerne à ordem natural do discurso (*in ordo naturalis*) e à imitação da pintura (*ut pictura poesis*). Suas virtudes discursivas – *verdade, clareza e juízo* – articulam decoro e invenção vinculados à utilidade, aos gêneros deliberativo e judiciário. Num segundo momento, examino a especificidade lusa mediante a obra histórica de Manuel de Faria e Sousa: como a origem e escatologia providencialistas regulam as variáveis da *ars*, a utilidade e a invenção de *auctoritas*.

Palavras-chave: Retórica, Poética, Gênero Histórico, Manuel de Faria e Sousa.

Resumen:

En este trabajo, presento en un primer paso la *ars historica* como un sub-género del epidítico, con disposición y elocución autorizadas por las poéticas aristotélica y horaciana, en relación al orden natural del discurso (*in ordo naturalis*) y a la imitación de la pintura (*ut pictura poesis*). Sus virtudes discursivas – *claridad*, *verdad*, y *juicio* – articulan decoro y invención vinculados a la utilidad política, a los géneros deliberativo y judicial. En un segundo paso, examino la especificidad lusa a través de la obra histórica de Manuel de Faria e Sousa: como su origen y escatología providencial regulan las variables de la *ars*, la utilidad y la invención de *auctoritates*.

Palabras clave: Retórica, Poética, género histórico, Manuel de Faria e Sousa.

Abstract:

The essay presents, in the first part, the *ars historica*; in the second part, its use in Manuel de Faria e Sousa.

Keywords: political-theology; rethoric; history; historical genre; Manuel de Faria e Sousa.

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
A) OBRA HISTÓRICA DE FARIA E SOUSA	3
A.1) SUAS FONTES	7
B) A NARRATIVA HISTÓRICA E SUA ELOCUÇÃO	9
B.1) AGOSTINO MASCARDI E O <i>DELL'ARTE HISTORICA</i>	33
B.2) CIRCUNSTÂNCIA DE PRODUÇÃO: PORTUGAL E A CONSTITUIÇÃO DE AUTORIDADES	45
B.3.1) AS VIRTUDES DO DISCURSO HISTÓRICO: CLAREZA, VERDADE E JUÍZO	55
B.3.2) VERDADE E JUÍZO	64
B.4) <i>ÉPICA</i>	73
EXCURSO 1: A <i>PEREGRINAÇÃO</i> DE FERNÃO MENDES PINTO	81
EXCURSO 2: COINCIDÊNCIA DAS VIRTUDES DO DISCURSO FILOSÓFICO E HISTÓRICO — <i>DISSERTAÇÃO SOBRE O ESTILO FILOSÓFICO</i> , DE G. W. LEIBNIZ.....	84
C) FARIA E SOUSA E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS DE PRODUÇÃO.....	87
C.1) RAZÃO DA PUBLICAÇÃO E ELEIÇÃO DO CASTELHANO	91
C.2) APOLOGIA DO ESTILO	102
C.3) APOLOGIA DA VERDADE	106
D) A BREVIDADE E A EPITOMIZAÇÃO EM FARIA E SOUSA	120
D.1) MODELOS DE EPITOMIZAÇÃO: LÍVIO E FLORO, TROGO E JUSTINO.....	125
D.2) FARIA E SOUSA E BERNARDO DE BRITO: FUNDAÇÃO DE SETÚBAL	133
D.3) ÁSIA DE FARIA E SOUSA E AS DÉCADAS DE JOÃO DE BARROS	137
E) PERORAÇÃO.....	138
BIBLIOGRAFIA:	139

BIBLIOGRAFIA GERAL:	140
ANEXOS	148
ÁSIA PORTUGUESA	148
TOMO I – PRÓLOGO DA PRIMEIRA PARTE	148
TOMO I – INTRODUÇÃO DA SEGUNDA PARTE	156
TOMO I – INTRODUÇÃO DA TERCEIRA PARTE	159
TOMO I – INTRODUÇÃO DA QUARTA PARTE	161
TOMO I – INTRODUÇÃO DO APÊNDICE.....	162
LIBROS Y OTROS PAPELES IMPRESSOS, Y MANUSCRITOS, DE QUE HAN SALIDO LOS DIEZ TOMOS DE NUESTRA EUROPA, ASIA, AFRICA, Y AMERICA PORTUGUESAS, QUE PARECIÓ CONVENIENTE SE ALISTASSEN AQUI, PARA QUE LOS CURIOSOS TENGAN SUFICIENTE NOTICIA DE TODO.	164
<i>Manuscritos de lo tocante al Reyno.....</i>	<i>165</i>
<i>Impresos de lo tocante al Reyno.....</i>	<i>170</i>
<i>Manuscritos de lo tocante a la Asia, Africa, y America.</i>	<i>174</i>
<i>Impresos tocantes a la Asia, Africa, y America.</i>	<i>176</i>
EUROPA PORTUGUESA – PRÓLOGO.....	179
SATISFACION – APOLOGETICA A LO DE QUE SE TUVO NOTICIA AVERSE NOTADO POR ALGUNOS EN ESTA HISTORIA QUANDO SALIO LA PRIMERA VEZ	194
EUROPA PORTUGUESA, SEGUNDA EDICION: CORRETA, Y ILUSTRADA, Y AÑADIDA EN TANTOS LUGARES, Y CON TALES VENTAJAS QUE ES LABOR NUEVA. POR SU AUTOR MANUEL DE FARIA , Y SOUSA CAVALLERO DE LA ORDEN DE CHRISTO, Y DE LA CASA REAL.: TOMO I. PARTE I – INTRODUCCION	225
EXCERTOS PARA COTEJO.....	228
DA MONARCHIA LUSITANA – FREI BERNARDO DE BRITO: TOMO I – LIVRO PRIMEIRO – CAPÍTULO III – DE COMO AS GENTES SE DIVIDIRÃO POR VARIAS PARTES DO MUNDO, & COMO TUBAL NETO DE NOE VEO POVOAR NOSSO REYNO DE LUSYTANIA, & FUNDOU NELLE A POVOAÇÃO DE SETUVAL.....	228

<i>Europa Portuguesa – Manuel de Faria e Sousa: Tomo I – Parte I – Cap. I.....</i>	<i>232</i>
DÉCADAS DA ÁSIA – JOÃO DE BARROS: DÉCADA II, LIVRO I, CAPÍTULO I.....	233
<i>Ásia Portuguesa – Manuel de Faria e Sousa: Tomo I, Parte 2, Capítulo I.....</i>	<i>236</i>

Introdução

Este trabalho propõe-se a examinar as obras históricas de Portugal dos Seiscentos, com destaque para a produção de Manuel Faria e Sousa (1590 – 1649), relacionando-as com as preceptivas historiográficas vigentes e a partir delas elaborar sua concepção de gênero histórico. Este gênero histórico vincula-se às preceptivas retórico-poéticas que emulam as autoridades gregas e latinas, como Aristóteles e Cícero, com elementos da Contra-Reforma definidos no Concílio de Trento (1545 – 1563) e adoção de estilo encomiástico compensatório para as crônicas de Portugal, devido à sua união à Espanha após a crise sucessória pela morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578. Portanto, o percurso desta pesquisa partirá das preceptivas greco-latinas até as seiscentistas, para então tratar de outras circunstâncias de produção que estão presentes na obra de Faria e Sousa: a expansão marítima ibérica e a Contra-Reforma.

Faria e Sousa é cavaleiro da Ordem de Cristo, a mais prestigiosa ordem administrativo-militar de Portugal¹, e fidalgo cavaleiro (1º grau da 1ª ordem) da Casa Real², o que lhe confere proximidade à Coroa e prestígio político.

¹ A Ordem Militar de Cristo foi instituída pelo Rei D. Dinis em 1318 e confirmada pela Bula *Ad ea ex quibus* dada pelo Papa João XXII em Avignon, em Março de 1319. A Bula foi emitida a pedido do Rei D. Dinis para que a Ordem criada sucedesse à Ordem do Templo, extinta em 1311 pelo Papa Clemente V. Tratava-se então de uma ordem religiosa no seu mais estrito sentido, tendo o Papa como soberano e sendo os Grão-Mestres da Ordem cavaleiros professos com voto de pobreza. O primeiro Grão-Mestre foi D. Gil Martins, então também Mestre de Avis. O momento fundamental para o futuro da Ordem surge com a nomeação do Infante D. Henrique, Duque de Viseu, como “governador e administrador”. O Infante, senhor de grande parte das terras do Reino, não podia fazer voto de pobreza, tendo por isso sido criado o novo cargo. Sendo função do Infante a administração dos bens da Ordem, utiliza-se de seus recursos para os Descobrimentos. A Coroa

É autor de obras em poesia e prosa, e de uma edição comentada d'*Os Lusíadas* (1639) de Luís de Camões. Além do ofício de poeta e historiador, Faria e Sousa participa dos negócios públicos portugueses na corte madrilenha.

Suas obras são aprovadas pela Inquisição sem reparos e editadas em grande maioria pelos Craesbeeck (Pedro Craesbeeck é impressor da Casa Real, nomeado por Filipe II de Portugal, sendo que já desde 25 de Outubro de 1617 tinha o foro de fidalgo da Casa deste rei; em 12 de Outubro de 1628 foi nomeado livreiro-mor do reino e das ordens militares).

Excetuando as repetidas edições de seus comentários a Camões, a produção historiográfica de Faria e Sousa encontra-se quase no esquecimento, seja porque escreveu em castelhano, seja porque sua concepção de história tenha caído em desuso após a restauração da 4^a dinastia portuguesa.

Este trabalho descreve o gênero histórico e sua variante ibérica, pois, apesar de compartilhar perfeitamente as convenções do gênero, as questões políticas da

Portuguesa exercia, por isso, um total controle sobre a Ordem de Cristo, muito embora a Santa Sé a continuasse a tratar como ordem religiosa. O indiscutível prestígio da Ordem, enquanto sucessora da Ordem do Templo e impulsionadora dos Descobrimentos, encontrou assim continuação no fim que lhe foi associado enquanto ordem honorífica, o de agraciar os mais altos cargos da administração do reino.

² A palavra “fidalgo”, aglutinação de filho-de-algo, designa a camada social não titulada que tinha o estatuto de nobre hereditário, juntamente com os titulares, os senhores de terras, com jurisdição, e os alcaides-mores. A fidalguia, na Monarquia Portuguesa, constituía uma categoria social e jurídica própria. Depois de D. Afonso V, todos os reis criaram categorias formais de fidalgos, inscritos nos livros reais em três categorias diversas na sua importância, fidalgos esses que integravam a nobreza hereditária do reino. Foi o rei D. Sebastião quem mandou reformar o estatuto dos cavaleiros residentes na sua corte, assentes no Livro das Moradias, por onde recebiam moradia (dinheiro e cevada para o seu cavalo) em duas ordens de muito diferente importância. Embora príncipes e fidalgos de grandes casas pudessem fazer os próprios fidalgos dessas suas casas, só o rei podia fazer fidalgos da Casa Real. Era necessária a sanção do rei para essa categoria, a mais ambicionada, embora também de muito prestígio fossem os fidalgos criados nas casas da Rainha, e dos Infantes, e mesmo nas de alguns outros grandes senhores como na Casa de Bragança, na dos Duques de Coimbra, na dos Duques de Vila Real e de Caminha, etc.

expansão marítima e a Contra-Reforma desenhavam uma noção específica de *utilidade* para a história: a de reforço da origem cristã, a escatologia e o providencialismo, bem como uma subordinação às autoridades antigas (*auctoritates*) e invenção de novas.

Com efeito, o gênero histórico pode ser descrito como uma narrativa *in ordo naturalis* (em oposição à épica, *in media res*), de elocução epidítica com prosa ecfrática autorizadas pelas poéticas aristotélica e horaciana (no que concerne ao ornato e à imitação da pintura: *ut pictura poesis*), em que participam os gêneros deliberativo e judiciário na articulação das virtudes do discurso histórico – *clareza*, *verdade* e *juízo* – obedecendo o decoro do *docere* e *delectare*, com ausência do ficcional. A especificidade ibérica incide principalmente nas virtudes da *verdade* e do *juízo*, posto que o cristianismo contra-reformado determina o que é judicioso e o que pode ser verdadeiro, e a expansão marítima demanda a legitimação das autoridades antigas bem como a fixação de novas, com o intuito de também estabelecer um dispositivo para orientação do cortesão, como veremos a seguir.

Sendo assim, este trabalho se concentrará na *elocução*, invenção e decoro pertinentes, bem como na virtude discursiva da *verdade*, elementos definidores do gênero histórico, em sua circunstância ibérica seiscentista.

A) Obra histórica de Faria e Sousa

A *Europa Portuguesa* (1667) é uma ampliação do *Epitome de las Historias portuguesas* (1628). Foi editada em três oportunidades (1667, 1679, 1680, todas por

Antonio Craesbeeck de Mello) e é composta originalmente por três volumes, que tratam da história portuguesa a partir da seguinte disposição:

Tomo I – Do Dilúvio até o primeiro rei próprio.

Tomo II - D. Henrique até D. João III.

Tomo III - D. Sebastião até Felipe IV.

O primeiro tomo da *Europa* toma como base a obra do cronista-mor do reino e monge cisterciense, Frei Bernardo de Brito (1569 – 1617), como Faria e Sousa afirma a seguir:

En este primer Tomo, sigo por la mayor parte al Doctor Fray Bernardo de Brito Cronista mayor del Reyno, y de su Religion Cisterciense, en los dos Tomos que escribio de la Historia General de nuestra gente, despues de averlos conferido con los Autores que cita, y con otros en lo que me fue possible. Con esta diligencia quito, añado, y modéro, a donde me parece necessario; no porque yo le pueda censurar, antes porque nadie puede ser siempre infalible entre los mortales; y el que vee menos en todo, a vezes acierta a ver más en algo.³

Cabe registrar que a tarefa de redigir uma história de Portugal que superasse os limites fragmentários da *crônica* começou com o pai de Bernardo de Brito, também cronista-mor, Francisco de Andrada (antes de professar votos na Abadia de Alcobaça, Bernardo chamava-se Baltasar de Brito e Andrade). Após o falecimento de seu pai, foi nomeado como seu sucessor no cargo. Iniciou o plano para redigir a história de Portugal em oito volumes, desde as suas origens até a sua época (a *Monarchia Lusitana*), publicando o primeiro volume em 1597 e o segundo em 1609.

³ FARIA E SOUSA, *Europa*, Prólogo, 10.

Após a sua morte, a obra foi continuada até ao quarto volume por Frei António Brandão (1584 - 1637)⁴.

Faria e Sousa toma, assim, a versão do Frei Bernardo de Brito (acrescentando ou suprimindo passagens) como sua fonte principal no primeiro tomo. Há uma diferença temporal entre ambas: a *Monarchia Lusitana* inicia sua narrativa na criação do mundo; já Faria e Sousa opta pelo Dilúvio como marco inicial, apesar de sempre referir-se à datação de Brito (opta pela concisão sem ignorar o que veio antes do Dilúvio). Mais adiante, faremos um cotejo entre ambas as obras para destacar as diferenças narrativas e estilísticas.

A *Europa* é composta de prólogos no início de cada tomo. No primeiro tomo, há também uma seção intitulada “Satisfacion apologetica a lo de que se tuvo noticia averse notado por algunos en esta historia quando salio la primera vez”, que trata de uma resposta a censuras que Faria e Sousa recebeu na ocasião da publicação de seus *Epítomes*. Tais censuras versam sobre questões estilísticas e controvérsias históricas, como veremos a seguir. Ao final de cada parte da obra, Faria e Sousa introduz uma seção intitulada “Parergon”, em que expõe notícias coevas de outras nações, como Papas, heróis e personagens famosos, ilustres varões em santidade e letras, acontecimentos memoráveis, etc.

Já a *Ásia Portuguesa* é uma epítome dos trabalhos de João de Barros e Diogo do Couto, mais os continuadores posteriores:

⁴ Frei António Brandão assume a *Monarchia Lusitana* a partir do terceiro volume, o que cronologicamente corresponde ao Conde D. Henrique (1066 – 1112), e segue até D. Afonso Henriques (1109 – 1185).

El argumento de los tomos que adelante aparecen, es lo que obraron los Portugueses en el descubrimiento del viaje de la India por el Oceano; y los actos con que se hizieron dueños de pedaços de la Asia, tan preciosos, y dilatados que componen un luzido Imperio. Esto desde los primeros pasos que se dieron para esta empresa asta ou. Dirè los monumentos de que me vali para ello. Juan de Barros [Varon de antigua capacidad en ciencia, y elegancia] ó encendiendose con deseos de fama, ó agrandandose de lo nuevo, y vario de la materia, escribió en nuestro idioma Portugues el primer tercio desta misma Historia, con las condiciones que pide la que se llama estendida.[...] Esto del primer Tomo. El Segundo, y el Tercero, contienen lo sucedido desde que esse gran Escritor dexó de escribir asta oy. Coligo de las Decadas de Couto tres impressas, y cinco manuscritas, y de otros Libros, y Relaciones manuscrito lo más, y todo confuso, de que informaré luego con nuevo modo; porque se entienda mejor, y se guste más la orden, y el fruto desde nuestro trabajo;

Seus três tomos foram publicados com a seguinte disposição:

Tomo I – (edição de Henrique Valente de Oliveira, 1666): História da Índia, desde o seu descobrimento até o ano de 1538.

Tomo II – (edição de Antonio Craesbeeck de Mello, 1674): História da Índia, de 1538 a 1581.

Tomo III – (Craesbeeck 1675): História da Índia, durante a dominação castelhana (1581 - 1640).

Por fim, a *África Portuguesa*, editada por Antonio Craesbeeck de Mello, em 1681, que trata das conquistas de D. João I até o ano de 1562, e cujas fontes são trechos das crônicas do reino e relatos dispersos.

A.1) Suas fontes

O exame específico das obras de Faria e Sousa classifica o gênero histórico como o conjunto de formas gráficas que legitimam além das crônicas e histórias, os tratados, as cosmografias, as corografias, os panegíricos, as vidas e outras narrativas.⁵ Com efeito, Faria e Sousa apresenta suas fontes históricas e nelas nota-se que não há restrição quanto ao gênero das mesmas, são inespecíficas; tudo o que for referente ao reino está subsumido no histórico, desde que devidamente ajustado ao seu decoro. Na necessidade de se mostrar que determinado discurso histórico é verdadeiro, a melhor prova para convencer o público/leitor disso é usar o máximo de notícias e papéis autorizados: quem se fundamenta numa autoridade pode convencer; quem, além disso, agrega mais relatos, pode convencer mais; quem diz que interrogou alguém que viu com os próprios olhos, pode convencer mais ainda, e assim por diante.

No *Anexo* deste trabalho consta uma descrição detalhada feita por Faria e Sousa sobre todas as obras reunidas para a redação de sua história universal⁶. Além das crônicas do reino, fragmentadas ou organizadas, Faria e Sousa menciona ter consultado papéis e documentos soltos; medalhas, moedas e curiosidades antigas; escrituras de casamentos, cortes e contratos de reis; notícias de embaixadas e outras

⁵ Conforme esclarece Pécora, que define o gênero histórico como o conjunto de formas gráficas que legitimam além das crônicas e histórias, os tratados, as cosmografias, as corografias, os panegíricos, as vidas e outras narrativas em *A história como colheita rústica de excelências*; in: PÉCORA, Alcir; SCHWARTZ, Stuart. (Org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado*, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676), São Paulo, Cia das Letras, 2002, p. 48.

⁶ *Libros y otros Papeles impresos, y manuscritos, de que han salido los diez Tomos de nuestra Europa, Asia, Africa, y America Portuguesas, que pareció conveniente se alistassen aqui, para que los curiosos tengan suficiente noticia de todo*, Tomo I, Ásia.

viagens de diferentes pessoas, e exposições várias destes governos; nobiliários, árvores genealógicas; livro de famílias da Galiza; livro de Brasões das Famílias portuguesas; maço com ofícios, tribunais, correições, judicaturas, comarcas, lugares e rendas do reino; volume sobre escritores portugueses; volume com a descrição de Entre Douro e Minho; fragmento da Geografia Universal de João de Barros; poema em redondilhas sobre o socorro que El-Rei D. Afonso IV pessoalmente levou à Castela, para a batalha de Salado, e o bom êxito nela – escrito por Afonso Giraldes que esteve na batalha; crônicas de Castela para conferência com impressos referentes a Portugal; a *Antiga Crônica*, chamada dos Godos; poema em verso livre sobre a perdição de Portugal, escrita por um Ermitão; vários volumes do gênero “vidas”; descrição do Reino de Portugal; *Origem da Língua Portuguesa*, de Duarte de Leão; *Paralelos de varões ilustres antigos de várias nações com os da Nação Portuguesa*, de Toscano; *Obras Poéticas* de Camões e o chamado *Comentário ao Lusíadas* de Manuel Correia; *Várias Obras Poéticas* do Dr. Antônio Ferreira; *Obras Poéticas* do Dr. Francisco de Sá de Miranda; *Discursos Políticos* do Dr. Manuel Severim de Faria; etc.

O inventário acima é a matéria decorosa necessária para Faria e Sousa constituir a *verdade* de seu texto – fundada na autorização e na descrição, tema que será retomado na seqüência.

B) A narrativa histórica e sua elocução

Não há na Antigüidade autores que tenham produzido obras específicas e exclusivas sobre o gênero histórico⁷. O termo *ιστορίαι* é empregado por Heródoto em contraposição a qualquer relato de um poeta sobre lugares, pessoas e eventos. Heródoto não discorre muito sobre seu ofício, mas apresenta um discurso em prosa, que trata de uma guerra, cujo objetivo é preservar algo ou um feito no tempo, projetando-o à imortalidade⁸, propósito em comum com o poeta épico. O emprego do termo “história” neste sentido, seu estilo prosaico e menos fragmentado do que o antigo cronista, os *archaioi sungrapheis*⁹, autores de anuários, contrasta com o poeta que, em verso, unidade e ficção entremeada, discorria sobre glórias presentes ou passadas.

Da Antigüidade até o Seiscentos, a História não é ensinada como disciplina autônoma, ao verificarmos, por exemplo, que não faz parte do currículo das nove

⁷ Há uma dissertação sobre o assunto, *De Hellenistica historiae conscribenda arte* (Leipzig, 1911), de P. Scheller, que amalha passagens preceptivas do discurso histórico, mas não chegam a tratá-lo como uma arte autônoma, embora o gênero tenha suas características específicas. Hansen afirma que as artes possuíam fundamentação substancialista e não conheciam a autonomia estética que passaram a ter a partir do século XVIII, eram entendidas como dispositivos úteis que dramatizavam de forma espetacular os valores político-morais de sua circunstância de produção. HANSEN, João Adolfo. *Artes seiscentistase teologia política*. In: TIRAPELI, Percival (Org.) *Arte sacra colonial: barroco, memória viva*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001, p. 180-189.

⁸ HERÓDOTO, *Histórias* I I. “Guerra” é a tópica da história por excelência (como será apresentado adiante). Cabe dizer que, no prólogo, Heródoto não se diz verdadeiro, não louva a verdade e não se diz autorizado; talvez por isso, futuramente, tenha sido considerado menos verdadeiro que Tucídides. Em Bluteau, define-se “história” como “o ato de escrever algum sucesso civil, militar, ou político, a vida de alguém, a fundação de alguma Cidade, segundo as leis da história”.

⁹ *Archaioi sungrapheis* (denominação de Dionísio, THU. V) ou “logógrafos” (denominação de Tucídides, I 21).

artes liberais¹⁰. Desse modo, ela é um conhecimento disponível para a Poética cujo papel era o de ilustrar uma narrativa, ou um compartimento de ilustrações para a Retórica. Mas, desde sempre, tem a especificidade de seu discurso reconhecida.

Heródoto e Tucídides escrevem história e, antes de qualquer preceptiva estabelecida, serviram como modelo para os futuros historiadores. Desde este início, o gênero histórico já suscita disputas sobre sua relação com a retórica e a poética.

Embora Cícero considere Heródoto o “pai da história”, não deixa de nos lembrar que em seus relatos há também lendas, num discurso que se pauta pela *verdade*.¹¹ Heródoto também é censurado por Tucídides, que condena o historiador adepto de mitos ou elementos ficcionais em sua narrativa.¹² E Aristóteles o trata como um cronista, autor de um discurso menos sério e menos filosófico, por referir-se ao particular e não ao universal.¹³

¹⁰ As três do *trivium* (gramática, retórica e lógica), as quatro do *quadrivium* (geometria, aritmética, música e astronomia) e mais arquitetura e medicina, embora iniciativas nesse sentido tenham ocorrido, como em Agostino Mascardi, visto mais adiante.

¹¹ CÍCERO, *Das Leis*, Livro I, 5: “*Qvintvs*: Intellego te, frater, alias in historia leges obseruandas putare, alias in poemate. *Marcvs*: Quippe cum in illa ad ueritatem, *Quinte*, <quaeque> referantur, in hoc ad delectationem pleraque; quamquam et apud Herodotum patrem historiae et apud Theopompum sunt innumerabiles fabulae”. In: *The Political Works of Marcus Tullius Cicero: Comprising his Treatise on the Commonwealth; and his Treatise on the Laws. Translated from the original, with Dissertations and Notes in Two Volumes*. By Francis BARHAM, Esq. (London: Edmund Spettigue, 1841-42). Vol. 2.

¹² Em sua obra, Tucídides faz duas censuras diretas a Heródoto, em I 20, quando menciona várias notícias falsas. E em I 21 afirma: “(...) By the arguments here adduced, [he] shall frame a judgment of the things past, and not believe rather that they were such as the poets have sung, or prose-writers have composed, more delightfully to the ear than conformably to the truth, as being things not to be disproved, and by length of time turned for the most part into the nature of fables without credit; but shall think them here searched out by the most evident signs that can be, and sufficiently too, considering their antiquity; he, I say, shall not err”. *The Peloponnesian War*, in: *The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury; Now First Collected and Edited by Sir William Molesworth, Bart.*, (London: Bohn, 1839-45). 11 vols. Vol. 8.

¹³ Ao percorrer sobre a narrativa histórica, Heródoto é seu exemplo. ARISTÓTELES, *Poética*, Lisboa Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 6ª ed., 2000, 1451b, § 50, p. 115.

Mesmo Tucídides, tido como o “pai da história verdadeira”¹⁴, e que censura o ficcional na narrativa histórica, não se afasta da épica, quando atribui valores heróicos aos seus personagens¹⁵, e quando emprega diálogos verossímeis ao ilustrar seus historiados¹⁶.

Em sua obra *História da Guerra do Peloponeso*, Livro I, 22-23, exalta a verdade e menciona as dificuldades e o desinteresse dos homens em investigar o que verdadeiramente ocorreu; e aponta as falhas de Heródoto¹⁷. Em uma passagem, Tucídides identifica-se como divisor de águas, tratando o que veio antes, incluindo Heródoto, como algo menos sério:

Entretanto, não se equivocaria o que acreditasse, a partir dos indícios expostos, que as coisas foram mais ou menos tal como contei, e não desse crédito nem ao que contaram os poetas sobre elas, que as embelezaram exagerando-as, nem como compuseram os logógrafos, que buscavam mais agradar a audiência que a autêntica verdade. São fatos inverificáveis e que em sua maioria foram trasladados de maneira inverossímil ao terreno da fábula por causa do longo tempo transcorrido;

¹⁴Tucídides louva a verdade, à diferença de Heródoto, que nada fala sobre o assunto. Ademais, Tucídides introduz as tópicas “vi com meus olhos”, “exatidão”, além de discursar sobre seu ofício, diferenciando-se dos poetas (Livro I, XX, XXI e XXII).

¹⁵ DE MAGALHÃES, L. , *Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heróico*. In: *História e Retórica – Ensaio sobre historiografia antiga*, São Paulo, Ed. Alameda, 2007.

¹⁶ Haver elementos da épica na narrativa histórica, como valores heróicos, ou a inserção de diálogos verossímeis não são práticas censuradas por autores posteriores a Tucídides. O “herói”, apesar de sua origem mitológica, é um tipo de caráter perfeitamente adequado aos propósitos de uma narrativa epidítica que pretende valorizar virtudes e aconselhar: tais heróis estão presentes em Faria e Sousa, por exemplo. Para os diálogos, o mesmo: elementos dramáticos deleitam, persuadem e têm maior força descritiva, pois “colocam diante dos olhos”. Todos esses recursos podem e devem ser usados, mas com parcimônia, para que não ameacem de forma alguma a capacidade de uma narrativa de ser considerada verdadeira.

¹⁷ Por exemplo, Tucídides expõe a falsidade da afirmação de Heródoto, que em IX 53 diz que os reis lacedemônios dispõem de um batalhão de pitanes, que combateu na batalha de Platea.

não se equivocaria, ao contrário, se pensasse que foram investigadas por mim de um modo muito satisfatório a partir dos indícios mais claros.¹⁸

Tais declarações de louvor à verdade são a regra para todos os historiadores vindouros, como veremos. Também, dizer que verificou fontes ou viu com os próprios olhos são sempre artifícios para ser crido, para melhor persuadir. Por fim, tomar-se como um marco divisório também é uma tópica, que visa persuadir pelo *éthos* do autor. Vale notar a censura que Tucídides faz aos “exageros” dos poetas e ao estilo dos logógrafos, que buscavam “agradar a audiência” – ele próprio assume não abandonar os recursos estilísticos para amplificar os efeitos dramáticos, mas não suficientemente atraente para ser lida em público (moderação para não ameaçar a *verdade*):

No que concerne aos discursos que uns e outros pronunciaram, seja antes da guerra, seja nela, resulta impossível lembrar a exatidão do que se disse, tanto para mim do que eu mesmo ouvi, quanto para aqueles que me forneceram informações de qualquer outra parte. E segundo me parecia que cada qual teria exposto o mais apropriado em cada situação, assim os narrei, atendo-me o mais estritamente possível ao que cada um precisaria ter dito¹⁹. E, quanto aos feitos que tiveram lugar durante a guerra, estimei que não devia escrever sobre eles informando-me por qualquer um, nem segundo o que me parecia, mas relatei feitos em que eu mesmo estive presente ou sobre os que me informei de outras pessoas, com o maior rigor possível sobre cada um deles. Muito trabalhosa foi a investigação, porque os testemunhos presenciais de cada um dos acontecimentos nem sempre narravam da mesma maneira acerca de ações idênticas, mas sim conforme as simpatias por uns ou outros, ou

¹⁸ TUCÍDIDES, *A Guerra do Peloponeso*, I 21.

¹⁹ “τὰ δέοντα”, *A Guerra do Peloponeso*, I 23; o que precisa ser dito por uma personagem é uma relação entre a matéria e o decoro.

conforme sua memória. Para ser lida em público, a ausência de lendas talvez a fará parecer pouco atrativa, mas me bastará que julguem útil minha obra quando desejem saber fielmente o que ocorreu, e o que no futuro haja de similar ou parecido, de acordo com a natureza humana; constitui uma conquista para sempre, antes que uma obra de ocasião para um auditório circunstancial.²⁰

O gênero histórico preconizado por ele visa a ensinar (*docere*) com auxílio do deleite (*delectare*), cujo papel é afastar o tédio ou maximizar a persuasão e fixar na memória. Se por um lado Tucídides admite a aridez de seu texto pela ausência de embelezamentos e lendas²¹, admite o emprego de discursos verossímeis, isto é, não havendo registro ou memória dos mesmos, são introduzidas longas falas que *poderiam* ter sido pronunciadas, os diálogos ou *sermocinatio*.

Além da *verdade*, a *utilidade/causa* também é um regulador do discurso, havendo aí, desde já, uma articulação do epidítico com o deliberativo e o judiciário: o *juízo* opera na eleição da matéria pertinente e na regulação decorosa da mesma e isso concerne ao *passado*; a *utilidade/causa* vincula-se ao propósito político, e ao *futuro*. Por isso, um autor deve saber convencer sobre sua causa política provando ser *verdadeiro*, elegendo decorosamente sua matéria, sendo esse discurso enunciado epiditicamente, com recursos dramáticos e ornato decorosos, para persuadir e fixar na memória.

²⁰ TUCÍDIDES, *A Guerra do Peloponeso*, I 22.

²¹ O que é uma afetação; seu texto é mais árido do que o de um poeta, mas os recursos poéticos estão presentes, moderados pela prioridade da *verdade*.

Essa articulação entre passado e futuro está implicada no elogio/censura. Pois Aristóteles determina na *Retórica*²² que:

O elogio e os conselhos pertencem a uma espécie comum; pois o que se pode sugerir no conselho, torna-se encômio quando se muda a forma de expressão. [...] De sorte que, quando quiseses elogiar, olha para o conselho que se poderá dar; e quando quiseses dar um conselho, olha para o que se pode elogiar. A forma de expressão será necessariamente contrária quando a proibição se transforma em não proibição.

No caso de um historiador ser censurado, duas são as possibilidades:

1. o autor ser imperito para convencer que é verdadeiro, e isso pode ocorrer quando articula mal matéria/decoro/elocução, e quando parece que o deleite é priorizado e o ensino está em segundo plano
2. quando suas causas e sua utilidade/causa são convenções disputadas (e consideradas menores, como o caso de um adulator);

Também em sua *Poética*, Aristóteles examina o discurso histórico, diferenciando-o do poético, em contraste destacado para a épica. Com efeito, para ele, o poético é uno, verossímil e universal, ao passo que o histórico é desconexo, verdadeiro e particular:

[...] não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em

²² ARISTÓTELES, *Retórica*, 1367b 1368^a, p. 79.

que um diz as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta, o particular. Por “referir-se ao universal” entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convêm a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes aos seus personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcibíades ou que lhe aconteceu.²³

A narrativa poética possui unidade, isto é, os “acontecimentos se devem suceder em conexão”²⁴, ao contrário da narrativa histórica, pois uma personagem pode praticar infinitas ações sem que as mesmas tenham unidade ou conexão entre si²⁵: a história pode ser, então, uma coleção de acontecimentos pontuais ou isolados, como os anuários:

Também é manifesto que a estrutura da poesia épica não pode ser igual à das narrativas históricas, as quais têm de expor, não uma ação única, mas um tempo único, com todos os eventos que sucederam nesses períodos a uma ou a várias personagens, eventos cada um dos quais está para os outros em relação meramente casual. Com efeito, a batalha naval de Salamina e a derrota dos Cartagineses na Sicília desenvolveram-se contemporaneamente, sem que estas ações tendessem para o mesmo resultado; e por outro lado, às vezes acontece que em tempos sucessivos um fato venha após outro, sem que de ambos resulte comum efeito. No entanto, a maioria dos poetas adota este procedimento.²⁶

²³ ARISTÓTELES, *Poética*, 1451a, § 50, p. 115.

²⁴ ARISTÓTELES, *Poética*, 1451a, § 49, p. 115.

²⁵ ARISTÓTELES, *Poética*, 1451a, § 46, p. 114.

²⁶ ARISTÓTELES, *Poética*, 1454a, § 148, p. 139.

Aristóteles só menciona Heródoto uma vez²⁷ e, quando o faz, nivela-o aos antigos logógrafos, sem qualquer discernimento. Tucídides não é citado.

Já Cícero trata bastante do discurso histórico, como no *Orador*, *Do Orador*, *Brutus*, *Das Leis*, dentre outros. Nessas oportunidades, ele examina três de seus aspectos:

a) Seu estilo:

No *Orador*, Cícero localiza o gênero histórico ao lado do panegírico, definindo-os como “apenas ornamentais”:

Omitindo, portanto, todas as outras espécies de composição, devemos atentar ao que é peculiar às causas forenses. Para essas apresentações, que são de natureza diferente, como a história, panegírico, e todos os discursos que são apenas ornamentais, cada frase deve ser construída segundo a exata maneira de Isócrates e Teopompo, e com este compasso regular, e fluxo de linguagem medido, que nossas palavras podem fluir constantemente dentro dos limites prescritos pela arte e perseguir um curso uniforme, até que o período esteja concluído.²⁸

No mesmo *Orator*, Cícero estabelece as características de estilo do gênero filosófico, do sofístico e do histórico, aproximando esses dois últimos. O filosófico é definido como um gênero elocutivo médio, enquanto o sofístico e o histórico são graves, embora o histórico não seja como o do orador:

Alguns dos filósofos, na verdade, manifestaram-se em um modo muito belo: Teofrasto derivou seu nome da divindade de seu estilo; Aristóteles rivalizou a glória de Isócrates; e é dito que as Musas mesmas

²⁷ ARISTÓTELES, *Poética*, , 1451 b.

²⁸ CÍCERO, *Orator*, 207.

falaram a pelos lábios de Xenofonte; e, para não dizer mais, o grande Platão é reconhecido, na gravidade e suavidade, de ter ultrapassado longe a todos os que escreveram ou falaram. Mas em suas falas não há nem os nervos, nem a ardência que é exigida do orador, quando ele discursa para o fórum lotado. Eles falam apenas para os doutos, cujas paixões preferem antes harmonizar a perturbar, e eles discursam sobre questões de especulação calma e não tumultuada, meramente como professores, e não como antagonistas ansiosos: embora, mesmo aqui, quando eles se esforçam para nos divertir e deliciar-nos, eles são advertidos por alguns por exceder os limites de sua província. Será fácil, portanto, distinguir esta espécie de elocução da Eloquência que estamos tentando delinear. O discurso da filosofia é suave e harmônico, e é inteiramente calculado para os passeios sombreados da Academia; - não armados com esses sentimentos forçados, e mudanças bruscas de expressão, que são adequados para comover as pessoas, nem medidos por números exatos e períodos regulares, mas simples, livres e irrestritos. Não há nenhum ressentimento nele, nada invejoso, nada feroz e flamejante, nada exagerado, nada de maravilhoso, nada ardiloso e desenhado, mas lembra pudor, timidez, uma virgem casta. Podemos, portanto, considerá-lo como uma espécie de conversa polida, em vez de um gênero da oratória. Quanto aos sofistas, quem já mencionados, a semelhança deve ser distinguida com mais precisão: para eles é necessário perseguir industriamente a mesma flores que são utilizadas por um orador no fórum. Mas eles divergem nisso, - que, como seu principal objetivo é não perturbar as paixões, mas sim para afastá-las, e nem tanto para persuadir quanto deleitar, - eles tentam o último mais abertamente, e com mais frequência do que nós. Eles buscam sentimentos mais agradáveis do que prováveis, eles utilizam mais freqüentemente digressões, contos e fábulas, empregam metáforas mais visíveis, e trabalham com elas em seus discursos com fantasia e variedade, como um pintor faz suas cores, e abundam nos contrastes e antíteses, e em cadências semelhantes e correspondentes. Quase aliadas a isso é a História, que conduz sua narrativa com elegância e facilidade, e de quando em quando esboça um país, ou uma batalha. Ela também

diversifica a sua história com discursos curtos e passagens floridas: mas nesses, apenas limpeza e fluência são esperadas, e não a veemência e pungência da gravidade de um orador.²⁹

b) Sua veracidade:

No diálogo *Brutus*, Cícero contrasta dois tipos de discurso, um com ficção e outro sem. Exceder a veracidade é um privilégio do retor, não do historiador:

“Embora para você”, caro Ático, “o exílio de Coriolano tenha sido de outra maneira, você precisa permitir-me representá-lo como mencionei”. “Como desejar”, respondeu Ático com um sorriso, “é o privilégio dos retores exceder a veracidade da história, pois eles têm uma oportunidade em embelezar o destino de seus heróis: e nesse sentido, Clitarco e Strátocles nos entreteram com a mesma bonita ficção sobre a morte de Temístocles, que você inventou para Coriolano. Tucídides, na verdade, ele próprio um ateniense do mais alto valor e mérito, e viveu quase ao mesmo tempo, apenas nos informou que ele morreu e foi enterrado em privado na Ática, acrescentando que alguns suspeitam que ele se envenenou”.³⁰

Cícero fala de ficção, mas não como algo oposto à verdade, pois um ateniense de alto valor e mérito não pode ser só enterrado quando morto: o louvor permite mais ornato, isso diverte e fixa na memória, é algo equivalente à inserção de um diálogo verossímil. O problema é que, nesse caso supracitado, a autoridade de Tucídides prevalece sobre o embelezamento de Clitarco e Strátocles, porque “viveu quase ao mesmo tempo”. Na narrativa histórica, prevalece o que convencer como mais verdadeiro.

²⁹ CÍCERO, *Orator*, 62-66.

³⁰ CÍCERO, *Brutus* (402): XI (412) 42 e 43.

Nesta passagem seguinte do *Brutus*, Cícero censura o tipo de gênero histórico *puramente* epidítico:

Por isso era costume, na maior parte das famílias dignas de nota, para preservar as suas imagens, os seus troféus de honra, e as suas memórias, quer para decorar um funeral quando qualquer um dos familiares falecia, ou para perpetuar a fama dos seus antepassados, ou provar a sua própria nobreza. Mas a verdade da História tem sido bastante corrompida por estes escritos elogiosos; muitas circunstâncias foram gravadas, as quais nunca existiram, tais como falsos triunfos, uma fingida sucessão de consulados, e falsas alianças e elevações, quando os homens de menor hierarquia foram confundidos com uma família nobre de mesmo nome: como se eu mesmo devesse fingir ser descendente de M. Túlio, que era um patrício, e compartilhado o consulado com Servius Sulpicius, cerca de dez anos após a expulsão dos reis.³¹

Nesse caso, a ficção censurada por Cícero é desajuizada a ponto de eliminar a virtude da verdade. Se o autor é imperito para provar que sua narrativa é verdadeira, seu discurso deixa de ser histórico e assim toda a eficácia persuasiva inerente *por ser* desse gênero esvai-se: logo é inútil (um discurso reconhecido como histórico traz consigo o predicado de ser verdadeiro, respeitável e conseqüentemente eficaz para seu propósito de utilidade).

c) Sua unidade:

Em sua obra *Do Orador*, Cícero relata que o gênero histórico fora, no passado, uma coleção de anuários. A emergência da conexão causal dos

³¹ CÍCERO, *Brutus* XVI (418) 62.

acontecimentos históricos e sua relação com a Poética promoveu a articulação da elocução regulada pela verdade; ser eloqüente não basta, a *verdade* é imprescindível:

“Permita-me lhe perguntar”, diz Antônio, “qual tipo de orador e quais talentos na fala são necessários para uma história”. “Para escrever à maneira de os gregos”, responde Catulo, “seria necessária a mais elevada; mas para escrever como um romano não há necessidade em ser eloqüente; tudo o que é necessário é não ser mentiroso” [...] “os gregos mesmos escreviam da mesma maneira que os nossos Cato, Pictor, e Piso. A história não era nada mais que uma coleção de anais, a fim de transmitir os fatos ao conhecimento do público.”³²

Na mesma linha, ao descrever as características do gênero histórico, Dionísio de Halicarnasso nos relata que os *archaioi sungrapheis*³³ – prosadores anteriores à Guerra do Peloponeso – produziram narrativas sobre diversas partes da Grécia buscando perpetuar a memória dos heróis. São, segundo Dionísio, “cronistas locais”, em oposição aos cronistas universais, como ele considera Tucídides e Heródoto.

Desse modo, Dionísio considera que Tucídides tem uma grande vantagem sobre os *archaioi sungrapheis*, pois não circunscreve sua história somente a um lugar; não mistura numa mesma narrativa a história dos gregos e dos bárbaros (como o faz Heródoto); trata dos acontecimentos com cuidado e participa dos mesmos (no caso, a guerra do Peloponeso; mais uma vez a tópica desejável para a construção da veracidade: “ver com os próprios olhos”); não narra um só ponto de vista ou de um tema dividido ao infinito formado de partes incoerentes; e não introduziu em sua

³² CÍCERO, *De Oratore*, livro 2, 52.

³³ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, V; narradores em prosa, em ordem natural (*ordo naturalis*), e cujo assunto são genealogias, fábulas heróicas.

narrativa feitos fabulosos que procuram enganar a multidão.³⁴ Nesse sentido, evidencia-se a agudeza de Tucídides, ao convencer e tornar-se *auctoritas* do que é *mais verdadeiro*: sua eficácia como autoridade é extraordinária, pois mesmo após as variações elocutivas pelas quais passou o discurso histórico e alterações das circunstâncias políticas que regulam a utilidade/causa política, Tucídides permanece como um modelo pouco censurável por outras autoridades.

Heródoto, segundo Dionísio, pertence a um momento menos elaborado e menos aperfeiçoado da narrativa histórica³⁵; talvez por não ter argumentado tão bem quanto Tucídides, ou não ter convencido com eficácia sobre sua verdade, ou talvez também por Dionísio ordenar os autores como pertencentes a tempos obscuros ou áureos, tópica recorrente. Sendo Tucídides o modelo de historiador que fica para a posteridade, Dionísio julga ser pertinente avaliá-lo de modo mais rigoroso para, além de destacar suas virtudes, também aprender com seus vícios.³⁶

Dionísio divide seu exame em dois critérios: o tratamento da matéria (*τὸ πραγματικόν* ou *οικονομία*) e o estilo (*τὸ λεκτικόν*).³⁷

O *tratamento da matéria* é subdividido em três partes, a divisão (*διαίρεσις*)³⁸, a disposição do início e do fim da narrativa (*τάξις*)³⁹ e o desenvolvimento dos eventos particulares (*ἐξεργασία*)⁴⁰.

³⁴ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, VI.

³⁵ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, V, VI.

³⁶ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, I, IV.

³⁷ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, IX.

³⁸ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, IX.

³⁹ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, X – XII.

⁴⁰ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, XIII – XX.

Tucídides considera o tema de seus predecessores muito limitado, e o de Heródoto muito amplo; por isso optou por narrar a história de uma guerra. Entretanto, Dionísio considera a ordem narrativa de Tucídides confusa⁴¹: assim, dedica uma análise cuidadosa do Livro III da *Guerra do Peloponeso*, em que a história de Mytelene é interrompida diversas vezes. Também retoma o Livro I para defender que o início é confuso, pois a razão da Guerra do Peloponeso só apresentada em I, 97; em vez disso, Dionísio pensa que seria mais adequada uma ordem natural e as causas da guerra fossem apresentadas no começo. Notamos, aqui, considerações sobre a disposição em ordem natural (*in ordo naturalis*) e *in medias res*; nesse caso, Tucídides teria sido imperito na arte, pois Aristóteles prescreve a ordem natural.

Com relação ao *estilo*, Dionísio primeiro examina os *archaioi sungraphais*⁴², considerando-os pouco polidos e elaborados. A grande mudança vem com Heródoto, que supera seus antecessores com brilho, embora evite uma discussão forense: não agita as paixões nem amplifica as coisas. Já Tucídides, conhecendo bem o estilo de todos, buscou superá-los, preferindo um arranjo pomposo, austero, forte, firme e limpo, gracioso, suave e fluído⁴³. Assim, para Dionísio, o estilo de Tucídides tem quatro virtudes: uso de elocução poética, variedade das figuras, rudeza de sons e brevidade. Seu viés é patético; quando trata de ímpeto e vigor o resultado é notável e divino; quando o ímpeto ameniza, o discurso suaviza. Mas, devido à velocidade da

⁴¹ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, IX.

⁴² DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, XXIII.

⁴³ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, XXIV.

narrativa, o estilo torna-se obscuro e disforme, e isso acontece por não ter seguido os preceitos corretos de composição.⁴⁴ Aqui, as considerações de Dionísio, novamente, colocam em questão a perícia artística de Tucídides⁴⁵, por se alongar em discursos que deveriam ser curtos, ou abreviar os longos; não dar o colorido necessário para algumas cenas, ou ser confuso na disposição. Apesar de todas essas restrições, a *verdade* de Tucídides permanece incensurável.

É pertinente considerar, para efeito de comparação, que Dionísio também produziu história: *Antigüidades Romanas*, cujo propósito é mostrar que os romanos não são bárbaros, mas descendem dos gregos⁴⁶. Para tanto, Dionísio seleciona passagens – dentre as quais, mitos e antigas lendas – que corroboram essa origem, omitindo aquelas que a contestariam⁴⁷, pois Dionísio produz inventário de matéria decorosa e com juízo, indissociados de sua elocução, dadas suas noções de origem, propósito e utilidade para Roma. Tais convenções podem ser questionadas em outras circunstâncias de produção, como o foram, pois independente de Dionísio ser ou não mais agradável em sua prosa, não foi considerado mais verdadeiro que Tucídides e, embora grande autoridade, é menor que o ateniense.

⁴⁴ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, XXIV.

⁴⁵ Em termos de propósito político, há pouca censura, e concerne somente a atribuições de responsabilidades na guerra, ou à tênue defesa feita por Tucídides aos seus conterrâneos, os atenienses; para Dionísio, Tucídides deveria ser claramente partidário de Atenas. A questão é que Tucídides, ao não privilegiar explicitamente Atenas, fortalece seu *éthos* de autor *verdadeiro*. Mas, em termos artísticos, há inúmeras censuras e, apesar de Dionísio afirmar ser Tucídides mais elaborado que Heródoto, considera o último superior em várias questões, talvez por serem conterrâneos (Halicarnasso; tese de Thomas Hobbes). Para uma apresentação pormenorizada das censuras, bem como refutações das mesmas, ver Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989.

⁴⁶ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *Rom. Ant.* I IV.

⁴⁷ Em I VIII Dionísio afirma que “começará sua história a partir dos mitos [no original: μύθων; tradução latina: fabulis] mais antigos” e parte da lenda de Rômulo e Remo (I IX).

Numa mesma linha de censura e, por isso, com o propósito de aconselhar, Luciano de Samósata, em *Como se deve escrever história*, examina o tratamento histórico dado por autores que escreveram sobre a guerra entre os romanos e os partas na campanha militar do imperador Marco Aurélio e do co-imperador Lúcio Vero. Em termos gerais, a obra explicita os vícios e virtudes que podem acometer ao gênero histórico, o que nos permite atribuir algumas características à concepção deste gênero.

Segundo Luciano, o bom historiador deve considerar a utilidade política, a clareza e empregar palavras em uso. A poesia é permitida, com moderação⁴⁸ e o historiador não deve escrever como orador⁴⁹. São desnecessários recursos para a captação da benevolência, mas necessários os que captam a atenção; deve ter decoro, na hora de atribuir discursos a personagens (*sermocinatio*); deve ter parcimônia na descrição de paisagens; deve evitar maledicência e escrever para o futuro:

Assim é a maioria dos historiadores, que se importam somente com o presente, com seus próprios interesses e com a utilidade/causa que esperam da história; é possível odiá-los como descarados e inábeis adutores no presente e no futuro, porque com seus exageros colocam sob suspeita toda sua obra histórica. E se alguém crê que o deleite é absolutamente necessário para o relato histórico, é possível encontrar nos outros gêneros de composição os ornamentos compatíveis com a

⁴⁸ LUCIANO, § 45, *Lucien de Samosate Œuvres complètes*, Paris, Garnier Frères, 1933, vol. II.

⁴⁹ LUCIANO, § 51, *Lucien de Samosate Œuvres complètes*, Paris, Garnier Frères, 1933, vol. II.

verdade; mas a maioria é negligente e insere na história embelezamentos que lhe são alheios.⁵⁰

A censura de Luciano é sobretudo à narrativa histórica com elementos ficcionais e míticos inverossímeis, fantásticos, como a formulada em sua sátira *A história verdadeira*⁵¹, que ridiculariza autores que misturam mitos inverossímeis e verossímeis numa narrativa com pretensão de verdade. A questão é que, também para Luciano, a virtude discursiva da verdade é imprescindível para o gênero histórico: digo “virtude do discurso” porque a *verdade* não é um conceito isolado, pelo contrário, depende de prova e argumentação, de matéria, decoro, invenção e elocução pertinentemente articulados. Os “historiadores” censurados por Luciano não podem ser considerados como tais por serem imperitos na arte: são engenhosos (logo, menos verdadeiros) e por isso abusam do fantástico; politicamente, têm um horizonte limitado, pois a bajulação que visa o presente enfraquece o conselho futuro; o argumento-tipo é a amplificação, o que pode agradar um auditório, mas não é usado com parcimônia e compromete a *verdade*; pertence ao gênero alto; abusa de procedimentos ético-patéticos, sendo que seus objetivos principais são o deleitar (*delectare*) e o comover (*mouere*), ficando o ensino (*docere*) ignorado. Em suma, prioriza a elegância grandiloquente, emprega a maledicência (quando censura) perdendo, proporcionalmente, as chances de se provar verdadeiro.

⁵⁰ LUCIANO, § 13, *Lucien de Samosate Œuvres complètes*, Paris, Garnier Frères, 1933, vol. II.

⁵¹ *A TRUE STORY BY LUCIAN OF SAMOSATA* English Translation by A.M. Harmon New York, G.P. Putnam's Sons 1913 Loeb Classical Library No. 14, pp. 247-357, Lucian Vol. 1.

Ao contrário, o gênero histórico preconizado por Luciano segue por um lado a orientação de Aristóteles de narrar em ordem natural, mas também preceitua a unidade narrativa da ação histórica, unidade que Aristóteles confere exclusivamente ao poético, mas que é praticada por Heródoto e Tucídides. Essa unidade funda-se num começo e num fim da narração, bem como o agrupamento dos eventos em temas, como a descrição de uma tomada de uma cidade, com suas batalhas, entremeada de discursos inflamados e fúnebres, com ponderações morais e políticas: durante a tomada da cidade, ocorrem eventos concomitantes na guerra, mas o narrador subordina o tempo ao tema.

Retoricamente, Luciano também propõe que o discurso histórico seja epidítico sem prescindir dos gêneros judiciário e deliberativo: judiciário porque é fundado no juízo e o leitor não é mero espectador, ele também julga o passado narrado⁵²; e deliberativo pela utilidade/causa do acontecimento passado no futuro. Nesse sentido, o gênero varia entre alto e médio⁵³, com hegemonia do *lógos* e tendo o ensino (*docere*) como objetivo. As virtudes do discurso são clareza – verdade – juízo, não sendo eliminado o deleite e os recursos poéticos, principalmente no que concerne à captação da atenção, afinal o ornato serve principalmente para tornar

⁵² Para o veredicto do leitor, ver LUCIANO, § 17, *Lucien de Samosate Œuvres complètes*, Paris, Garnier Frères, 1933, vol. II.

⁵³ No meu entendimento, uma narrativa baixa ou humilde seria uma enunciação sucessiva de eventos, sem adjetivações ou descrições visualizantes, e como isso não é comum nas autoridades, não creio haver espaço para o emprego do humilde no discurso histórico, salvo poucas exceções. Alguns autores preceituam o humilde, mas é um artifício para convencer seu leitor de sua verdade: ao preconizar o humilde, o autor persuade de que não usa a amplificação, que tem uma relação delicada com a verdade. Luciano censura o historiador que emprega o humilde em sua narrativa histórica (*Como se deve escrever história*, par. 16).

curto algo longo⁵⁴. Além disso, cabe ressaltar, Luciano preceitua procedimentos patéticos, elogios e introdução de diálogos (*sermocinatio*) em personagens para enfatizar algumas passagens, desde que moderados pela verdade e respeitando o decoro⁵⁵. Não é cogitável que Luciano seja inimigo da retórica, ou queira se afastar da mesma; pelo contrário, ele é um exímio retor e perito na arte poética.

Para ilustrar mais esses valores, sem pretender historiar a recepção de Tucídides, gostaria de expor aqui a tradução e comentários feitos por Thomas Hobbes sobre a *Guerra do Peloponeso*⁵⁶, pela sua atenção ao estilo da obra e como compartilha dos mesmos valores com os antigos⁵⁷, sobre o discurso histórico.

⁵⁴ Diz Quintiliano que o *ornatus* produz deleite (*Inst. Or.*, VIII, 3, 5; ajuda a evitar o *taedium*), faz com que o público ouça com gosto (*Inst. Or.*, VIII, 3, 5; “*Libenter audiunt*”), atenção (*Inst. Or.*, VIII, 3, 5; “*Magis adtendunt*”), dá mais crédito (*Inst. Or.*, VIII, 3, 5. “*Facilius credunt*”) e move os ânimos (*Inst. Or.*, VIII, 6, 67).

⁵⁵ LUCIANO §§ 9, 14 e 45, *Lucien de Samosate Œuvres complètes*, Paris, Garnier Frères, 1933, vol. II. Quais são os historiadores censurados por Luciano? Alguns são apresentados em seu texto: aquele que invoca musas, que compara o general romano com Aquiles e o rei dos persas com Tersites (personagem secundário da *Ilíada* e o mais feio dos gregos), que elogia a si mesmo, que se diz melhor que Homero por mencionar sua origem, e é maledicente com relação a Vologases IV, rei persa (par. 14); aquele que faz pasticho de Tucídides, só trocando os nomes (par. 15); aquele que compõe um simples relato diário dos eventos, redigido num estilo prosaico e baixo (par. 16); o historiador filósofo, que utiliza a dialética, mediante silogismos, que tem adulação aborrecida, elogios vulgares e levianos, com afetação grega, e é imitador de Heródoto (par. 17); aquele que, orador, parece-se com Tucídides (pasticho), abusa da descrição geográfica e dos objetos (dedica um livro para descrever um escudo) e esquece da ação da guerra, além disso, relata coisas extraordinárias, como um homem que foi ferido no dedão e morreu, ou como só dando um grito o general Prisco matou vinte e sete inimigos, que mente nos números, ao dizer que na campanha de Dura-Europos morreram setenta mil duzentos e trinta e seis inimigos enquanto os romanos tiveram somente dois mortos e nove feridos; Luciano censura também os historiadores que empregam no gênero histórico termos poéticos ao lado de expressões pobres: um ator trágico que calça uma bota num pé e uma sandália no outro. A questão é: Luciano censura os imperitos na arte (os que não dominam a doutrina retórica, poética, gramática, etc.) e aqueles que corrompem a noção de utilidade, buscando vantagens imediatas (adulação para obter uma posição). No mais, não há subversão da convenção, como algum positivista ou idealista poderia desejar, ele não é adversário da Retórica ou da Poética, pelo contrário, é exímio em ambas.

⁵⁶ Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629) p. 578, Grene, Chicago 1989. Ou *The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury*; Now First Collected and Edited by Sir

Após narrar a vida de Tucídides, Hobbes afirma:

Agora, por seus escritos, duas coisas devem ser neles consideradas: *verdade e elocução*. A verdade consiste na alma e a elocução no corpo da história. Esta última sem a primeira nada mais é do que uma pintura [*picture*] da história, e a primeira sem a última é inapta para instruir. Mas vamos ver como o nosso autor é absolvido em ambas.⁵⁸

Notável aqui como Hobbes explica a relação entre elocução e verdade, estamos no mesmo registro das autoridades; na mesma linha que Luciano. Sobre a *verdade* em Tucídides, Hobbes afirma que não há muito o que dizer, já que nunca alguém duvidou do ateniense⁵⁹, que escreveu com diligência sobre eventos que testemunhou (eficácia da tópica “vi com meus olhos”) com o objetivo de instruir as gerações vindouras e não para obter aplausos em seu presente⁶⁰. A verdade como especificidade da história, a elocução para persuadir, evitar o tédio, fixar na memória.

Com relação à elocução, Hobbes afirma que uma narrativa histórica precisa ser coerente, perspicua e persuasiva⁶¹. *Coerente* é a já mencionada “unidade” da *Poética* aristotélica, isto é, eventos em nexos causais, ou em unidades temáticas; *perspicua* refere-se à clareza e envolve correção gramatical e sintática, emprego de palavras usuais, ausência de termos técnicos, uso de termos concretos, ausência de

William Molesworth, Bart., (London: Bohn, 1839-45). 11 vols. Vol. 8. *Of the Life and History of Thucydides*, XXII e sgts.

⁵⁷ Não é hipótese que não compartilhe; penso aqui em ilustrar e reforçar somente.

⁵⁸ Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 575.

⁵⁹ Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 576.

⁶⁰ Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 576.

⁶¹ Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 576.

termos abstratos, ausência de neologismos. Por fim, a elocução histórica deve ser *persuasiva*, e aqui está mais um reforço de indissociabilidade com a Retórica: o discurso que não convence é inútil. Hobbes dirige-se a leitores que pensam retoricamente, que são educados desde sempre por manuais de Retórica, portanto seu intuito não cogitar a possibilidade de narrar história sem recursos retóricos, mas sim reforçar que, se o narrador for imperito, se não for diligente, o esforço é vão, o discurso e seu conselho futuro esmaecem⁶².

Continuando seu exame da obra de Tucídides, Hobbes divide-a em duas considerações, *disposição* ou *método* e *estilo*. Sobre a *disposição*, Hobbes afirma que Tucídides foi exemplar, ao tratar o Livro I como um exórdio, em que ele narra o estado da Grécia desde seu berço até a situação presente⁶³, para nos capítulos seguintes narrar as causas da guerra, “verdadeiras ou fingidas”, até a guerra propriamente dita, relatada ano a ano e os mesmos divididos em duas estações, verão e inverno. Cada ação tem seu motivo apresentado previamente, seja na narrativa ou por meio de orações deliberativas (*deliberative orations*) ditas por pessoas de relevo na República (*commonwealth*). Após as ações, quando há oportunidade, Tucídides dá seu juízo sobre as mesmas, explicando o porquê de um

⁶² É comum encontrar em estudos considerações que tratam a Retórica e a Poética como ferramentas opcionais para os autores. Ou que tal ou qual autor é menos retórico. Isso é completamente impossível: a moldura em que se enquadra o pensamento desses autores é retórica e poética. A ordem do pensamento está regulado por essas artes, tanto quanto pela Gramática. Há exceção nos casos em que o tirocínio não estava fundado nessas artes, em momentos em que houve desaparecimento das preceptivas, mas essa é uma discussão que está longe do escopo deste trabalho e dos autores envolvidos.

⁶³ Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 576.

sucesso ou fracasso. Digressões para a explicação das causas, e outros meios para preceituar, que é a “parte do filósofo”, Tucídides não se utiliza.⁶⁴

Por fim, Hobbes inventaria o juízo de autoridades, como de praxe, a começar por Plutarco, que elogia Tucídides pela perspicuidade e por ter tratado seu ouvinte como espectador, lançando seu leitor para as mesmas paixões dos protagonistas de sua leitura, tudo tão perfeitamente descrito como se “colocado diante dos olhos”⁶⁵; Cícero, no *Orador*, afirma ter Tucídides ultrapassado todos os seus antecessores pela gravidade e dignidade da linguagem⁶⁶, e, novamente, agora no *Do Orador*, elogia Tucídides pelo vigor e força do estilo, ao dizer que suas palavras são tão aptas e próximas que não é possível dizer se as sentenças ilustram as palavras ou as palavras, as sentenças⁶⁷; Dionísio de Halicarnasso, em *Sobre Tucídides* que, apesar de algumas censuras, elogia Tucídides pela pureza e propriedade, pela virtude em eloquência, que supera todas as outras, e sua pureza da linguagem, a qual observa diligentemente.⁶⁸

Em suma, o modelo de Tucídides, para citar um autor prestigiado pela maioria, permanece válido nas convenções do Quinhentos e do Seiscentos cristão, sendo possível afirmar que os fundamentos do discurso histórico autorizado não

⁶⁴ Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 577.

⁶⁵ Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 577.

⁶⁶ Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 577 e 578.

⁶⁷ Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 578.

⁶⁸ Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 578.

desperta divergências (excetuando talvez alguns discursos neopirrônicos⁶⁹ presentes no Seiscentos) quanto à articulação dos três gêneros retóricos, quanto à ordem natural e quanto à verdade.

Naturalmente, as diferenças entre os autores coevos existem e é incorreto ignorá-las, pois nos depararmos com polêmicas intermináveis sobre aplicações referentes às relações entre invenção, à matéria, decoro e elocução. Mas notemos que não é a *ars* que é colocada em debate, mas sim a imperícia de alguns autores e/ou suas eleições políticas: pois, se variamos a circunstância de produção, variamos a *utilidade* da história e ao seu *decoro* e *invenção* próprias.

O que descaracteriza o discurso histórico como tal é sua incapacidade de convencer como sendo *verdadeiro*. Para persuadir de que é verdadeiro, o autor recorre a um sem número de lugares-comuns: variedade e quantidade de fontes textuais; quando afirma ter interrogado alguém que viu o evento; quando o autor afirma ter ele próprio visto o evento; quando evidencia quais autoridades imitou, etc.⁷⁰ É também fundamental para a verdade que a utilidade ou propósito sejam também autorizados, caso contrário o juízo é comprometido: o juízo incide sobre a invenção decorosa da matéria narrada. Também se vincula a isso a restrição sobre o uso dos recursos da poética na elocução, decorosos, podendo haver ficção *desde que* autorizada pelo juízo. Sobre a disposição, é muito desejável que seja em ordem

⁶⁹ Muito embora a negação pirrônica não seja novidade. Como diz Pascal, se todos os filósofos fossem pirrônicos, o pirronismo acabaria. Em J. A. FERNANDEZ SANTAMARIA, *Juan Luis Vives. Escepticismo y prudencia en el Renacimiento*, Salamanca, 1990, examina-se o ceticismo de Vives com relação à verdade da narrativa histórica.

⁷⁰ Não se trata de uma acumulação de provas, por si só, as provas variam de acordo com o gênero; no caso de Faria e Sousa, que epitomiza, as provas de autoridade são privilegiadas.

natural, mas não é imprescindível, muito embora não seguir esse preceito é estar sujeito a censuras.

Maquiavel, por exemplo, que inova e produz controvérsias com seu *Príncipe*, escreve a *História de Florença* segundo as convenções do gênero acima; ou o *Soldado Prático*, de Diogo do Couto, que é um exemplo de mudança de registro, do louvor para a censura, mas que está em total conformidade com o gênero, pois a censura também é um conselho; Agostino Mascardi, preceptor seiscentista com o *Dell'arte historica*, inventaria e descreve o gênero, sem promover qualquer mudança em suas convenções, apesar das tentativas de alguns estudiosos em encontrar originalidade em seu texto⁷¹. De certa maneira, algo de original há, como há em Alberti, que é a produção de uma preceptiva sistemática dedicada a descrever o gênero, com suas especificidades referentes ao decoro e à invenção, mas que em nada alteram as convenções.

Específico aos historiadores é o fato de *todos* tecerem louvores à verdade, usando artifícios e lugares-comuns supracitados para fortalecer conquistarem esse *éthos*, para persuadir e ganhar sua causa. A eficácia nisso é o que determina seu reconhecimento como *autoridade*.

⁷¹ Eraldo BELLINI, como veremos a seguir.

B.1) Agostino Mascardi e o *Dell'Arte Historica*

É digna de destaque aqui, dada a raridade de preceptivas sistemáticas e extensas sobre o tema, a obra de Agostino Mascardi, *Dell'Arte Historica*⁷², de 1636. Trata-se de uma preceptiva do gênero histórico que, como não poderia deixar de ser, preceitua a narrativa histórica como um subgênero do epidítico (com elementos do judiciário – com relação ao juízo do passado –, e do deliberativo, quando produz conselhos para o futuro) em que os recursos da poética estão acentuadamente presentes em sua elocução. No que concerne a este trabalho, concentro-me em suas questões de *elocução* (e sua relação com a poética) e de *verdade*.

A eloquência de Mascardi propicia que leituras posteriores encontrem algo artisticamente extraordinário em sua obra, além da erudição e sistematização supracitadas, como se seu pensamento representasse ruptura ou originalidade.

Com efeito, Bellini⁷³ considera Mascardi um exemplo emblemático de uma historiografia que não se reduz à perícia retórica do autor, mas que busca ser verdadeira e fundada nos fatos⁷⁴. O estudo de Bellini é bastante erudito e sua tese é uma prova do sucesso de Mascardi, que convence um estudioso, após quatro

⁷² Utilizo uma edição de 1859, em que a grafia “historica” seiscentista é atualizada para “istorica”: MASCARDI, Agostino; *Dell'arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859.

⁷³ Cf. BELLINI, Eraldo. *Agostino Mascardi fra “ars poetica” e “ars historica”*, Milano, V&P Università, 2002.

⁷⁴ BELLINI, “Non sembra dunque azzardato affermare che anche per i letterati umanisti del primo Seicento la storia no era più solamente una palestra stilistica dove si mettevano alla prova le doti retoriche dello scrittore, ma che essa era ormai inestricabilmente legata alla possibilità dell'accertamento dei fatti: l'accesso agli archivi diveniva il discrimine che separava il ‘racconto della storia’ dal silenzio. È assai probabile, per tornare al Mascardi, che il progetto dell’ Arte istorica affondi le proprie radici nello scacco stesso della storia”; p. 110.

séculos, de algo que sequer cogitou – a verdade fundada nos fatos – tema que será tratado no capítulo “verdade e juízo”.

Já numa linha oposta e mais profícua, Sinkevisque⁷⁵ afirma que o *Dell'Arte Historica* é “uma amplificação de preceitos retóricos, poéticos e historiográficos de Cícero e de Luciano de Samósata, entre outras *auctoritates* do gênero, sobre o modo seiscentista de se escrever História”, esclarecendo:

Não é por acaso também que [Mascardi] elegesse Luciano de Samósata e Marco Túlio Cícero como *auctoritates* a serem amplificadas, imitadas e emuladas [...]. A querela Mascardi/Manzini é querela anti os (ou a favor dos) ciceronianos e não anti-Cícero ou a favor de Cícero. Querela sobre os usos de Cícero, portanto, moralizados catolicamente no século XVII. Querela entre os que reciclavam a primeira sofística e os que reciclavam a segunda, sendo guerra para quem dizia não admitir sofística nenhuma, como Mascardi. Manzini era partidário de um tipo de narrativa maravilhosa, engenhosa e fantástica, da qual se julgava o opus oratorium maxime, ao contrário de Famiano Strada e de Agostino Mascardi. Estes eram propensos a uma eloquência sagrada, cuja narrativa oratório-historiográfica deveria ser icástica e não fantástica, como acreditavam ser as narrativas fantásticas da nova sofística marinista autorizada em Luciano de Samósata. “Icástico” significa o modelo de juízo sem fantasia, ou, no máximo, fantasia com juízo; nunca fantasia sem juízo. “Fantástico” é o estilo que opera deformações sem regra aparente do juízo. Icástica, predominantemente, é a imagem proporcional ao paradigma; fantástica é imagem de imagem. Nesse sentido, os partidários de Giambattista Marino eram a favor do engenho,

⁷⁵ SINKEVISQUE, Eduardo; *Com Furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: O Dell'Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi*, TOPOI, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 331-378, UFRJ, Rio de Janeiro. Baseio-me parcialmente em algumas de suas traduções para o presente trabalho.

dos modelos fantásticos, enquanto que os partidários de Strada e de Mascardi eram a favor dos modelos icásticos e partidários do juízo.⁷⁶

Embora essas questões concernentes ao engenho/verdade e ao fantástico/icástico sejam pertinentes no âmbito do debate das doutrinas poéticas, elas não incidem sobre o discurso histórico, pois não se ocupam da verdade.⁷⁷ Em termos elocutivo-poéticos do discurso histórico, o engenho está submerso, subjugado pelo juízo e pela verdade, pois qualquer desconfiança quanto à veracidade do discurso, este deixa imediatamente de ser histórico, perde efetividade e cai em desgraça (é enganador, não tem utilidade política, não deleita, não instrui). Fantástico, então, impossível. Em suma, o discurso histórico, embora se utilize dos recursos poéticos, não se funda na poesia, “como se alguém sonhasse com isto”⁷⁸.

⁷⁶ SINKEVISQUE, Eduardo; *Com Furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: O Dell'Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi*, TOPOI, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 331-378, UFRJ, Rio de Janeiro., p. 333.

⁷⁷ “(...) Gracián retoma Peregrini, quando escreve que o engenho também é uma faculdade prática relacionada às artes, ou seja, à verossimilhança, pois visa a fabricação do belo e do eficaz, no sentido da ratio cogitandi visque dicendi. A fabricação artística do ‘belo eficaz’, outro nome do conceito engenhoso, não se ocupa da verdade, como a filosofia, mas da formosura verossímil. Doutrina tradicionalmente como modalidade incluída na retórica, a formosura continua a ser uma decorrência da dialética, que fornece os meios para formalizar as imagens como silogismos retóricos. Como disse, a finalidade do ‘belo eficaz’ não é a verdade, mas a verossimilhança das imagens que imitam opiniões tidas por verdadeiras e que se tornam muito distanciadas umas das outras e, ao mesmo tempo, os procedimentos técnicos aplicados para efetuar-las (...).” Cf. HANSEN, João Adolfo. “Juízo e engenho nas preceptivas poéticas do século XVII”. In: NASCIMENTO, Evando et OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. (Orgs.). *Literatura e filosofia: diálogos*. v. 1. Juiz de Fora/São Paulo, 2004, p. 98.

⁷⁸ “Sonhar” refere-se a uma passagem de G. W. Leibniz que trata da Teologia a qual, analogamente à História, funda-se na “verdade”: “Com efeito, quando as letras começaram a ser restauradas, os eruditos troaram contra os filósofos escolásticos. Por sua vez, os escolásticos chamavam a si mesmos de realistas e negavam o íntimo conhecimento das coisas aos que tinham o título de poetas ou gramáticos. Recordo ter visto em certa ocasião um escrito de certo teólogo daquele rebanho com este título: *Apologia de Johannes Seico porque a Teologia não se funda na Poesia*, quase como se alguém sonhasse com isto”. LEIBNIZ, G. W., *Dissertação*, XXIII – “Dos que argumentaram contra a Filosofia Escolástica” (*De iis, qui contra philosophiam scholasticam disputarunt*).

No mais, não há um privilégio conferido a Cícero ou a Luciano, por parte de Mascardi. Em termos preceptivos, como vimos e veremos, Cícero é mencionado por todos os autores de história como autoridade; sua maior ou menor presença ocorre nas questões relativas às querelas de linguagem, sobre a restauração do latim antigo (em que Cícero é o modelo) em detrimento do escolástico (que será desenvolvido no capítulo “razão da publicação e eleição do castelhano”), querela que tem como horizonte a noção de utilidade/causa (política), de modo que um ciceroniano exaltado coincide com um moderado nas bases da arte⁷⁹. Sobre Luciano, como já vimos, seus preceitos e censuras são contra os imperitos, os indecorosos, os que confundem as provas, os que não escrevem para o futuro porque são aduladores, ou que não se cercam das mínimas condições artísticas para constituir um argumento verdadeiro.

Para ilustrar o está sendo dito, vejamos uma breve apresentação da obra de Mascardi.

No prólogo (*Al Lettore*), Mascardi apresenta as *auctoritates* com as quais fundamenta seus modelos: Plínio o Velho (*História Natural*), Plutarco (*Vidas*),

⁷⁹ Vemos como isso ocorre em dois exemplos transalpinos: Leibniz elogia os ciceronianos exaltados, mas censura sua ênfase nos procedimentos ético-patéticos, como a *maledicência*, na argumentação (*Dissertação XXV* – “A maledicência deve ser evitada nos escritos filosóficos” *Maledicentia in scriptis philosophicis vitanda*). Erasmo de Roterdam publica em 1528 *O ciceroniano* (*Dialogus Ciceronianus*), em que desafia os puristas que aceitavam exclusivamente Cícero como modelo de discurso, e que desprezavam os não-italianos. Esta obra de Erasmo indica a existência de uma querela de fundo político, não querendo dizer que Erasmo rejeitasse as virtudes ciceronianas do discurso, como a limpidez, elegância e a disposição, sem, no entanto, a maledicência comum dos ciceronianos exaltados (Para esta posição de Erasmo: P. JACOPIN e J. LAGRÉE, *Erasme Humanisme et Langage*, Paris, PUF, 1996, p. 45). Os exaltados obtêm sucesso ao engendrar a tópica dos transalpinos imperitos nas artes, “ao modo dos godos”, que resulta posteriormente na posituação “Gótico” para descrever uma hipótese estilística.

Ateneu de Náucratis (*Deipnosophistae*), Estrabão (*Geografia*), Fócio (copilator, preceptor e autor de dois “espelhos de príncipe”, *Epistola 1* e *Capítulos Admonitórios de Basílio I*), Estobeu (*Anthologion*), Pausânias (*Descrição da Grécia*), Eusébio (*Onomasticon*), Clemente de Alexandria (não por acaso autor do perdido *Hypotyposes*) e “semelhantes”.⁸⁰ Ressalto aqui a ênfase em autoridades compiladoras e versadas em geografia (descrição de lugares e povos), tema examinado no tratado quinto, capítulo segundo, partícula sete de sua obra: para Mascardi, a descrição é uma das principais provas do argumento histórico, grande fundamento da *verdade*.

A obra está dividida em cinco tratados, que apresentam as questões pertinentes à arte (histórica, em conformidade com as convenções):

O primeiro tratado versa sobre a definição de história, seu ofício, suas divisões (efemérides, anais, crônicas, comentários e vidas), de sua matéria, e de seus fins. Destaco o segundo capítulo do primeiro tratado, intitulado “O que é próprio do ofício de escrever a história para diversas nações”, que define a história como “aquilo que é digno de se registrar na memória”⁸¹, já explicitando a noção de exemplo/conselho:

⁸⁰ *Al Lettore*, p. 4. Tópica do prólogo em conformidade às convenções: Faria e Sousa procede de maneira idêntica (ver *Anexos*).

⁸¹ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p. 8. Definição a partir de Cícero: “Historia est res gesta, sed ab aetatis nostrae memoria remota”.

[...] o ofício de compositor da história, [é] freqüentemente comprometer-se com personagens de excelente qualidade, e com soberanas dignidades merecedoras de reverências”[...]”⁸²

Relevante também é a afirmação de Mascardi, no quarto capítulo do primeiro tratado – “Da matéria da história” –, que estabelece a guerra como a tópica da história, assim como fez Heródoto, Tucídides, Floro (tratado no capítulo “modelos de epitomização”) e tantos outros: a guerra é o evento político capaz de pôr diante dos olhos os heróis, produzir comoção, terror e comiseração e fornecer exemplos para o futuro. O “pôr diante dos olhos” só é viável mediante uma descrição diligente, e já neste capítulo Mascardi realça a descrição, através da “geografia”, como argumento da história, e a convencionada analogia à pintura:

Na geografia de sua natureza é argumento de história, tudo que tal possa ser por acidente; porque se na descrição dos lugares, como leva o nome, emprega-se, [...] não faz mais que justamente narração histórica [...] A geografia pela autoridade de Ptolomeu é uma imitação de uma pintura de todo o corpo da terra conhecida [...].⁸³

No terceiro capítulo deste primeiro tratado, “Da divisão da história em efemérides, anais, cronologia, comentário, vida”, Mascardi discorre sobre os subgêneros do discurso histórico, e inclui os “comentários” e “diários” nas “efemérides”, pois narram as coisas no tempo de um dia; “jornal” é uma efeméride mercantil, enquanto os “diários”, comentários dos dias; os “anais” são comentários dos anos. A “crônica” é a história dos tempos; as “vidas” narram ações de santos e

⁸² MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p. 27.

⁸³ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 69

heróis, subgênero mais apreciado por justamente preceituar os exemplos virtuosos a serem imitados.⁸⁴

O segundo tratado versa sobre a verdade histórica, da origem da falsidade histórica, das regras da verdade histórica, do uso da digressão e se a mesma ofende a verdade, e de ensinamentos de Cícero acerca da verdade.

No primeiro capítulo deste tratado, intitulado “Da verdade da história”, Mascardi explicita o vínculo entre verdade e política, ao estabelecer a verdade como fundamento “da fé pública”, autorizando-se em Platão, Tácito, Quintiliano:

[...] Como o fundamento da fé pública nas coisas civis depende da pena dos escritores, deve-se estudar o histórico de modo que a verdade tenha lugar incontaminado e sincero [...].⁸⁵

Neste capítulo, Mascardi inicia as considerações sobre as doutrinas poética e histórica, suas diferenças, pois uma funda-se na fábula e a outra na verdade, desenvolvendo mais este conceito no terceiro capítulo, “Alguma regra da verdade, que na história se requer necessária”. Afirma que a história “é espelho da vida humana” e, ao imitar as artes da pintura e da palavra, ilustra o argumento com os pintores Polignoto (poeta) e Dionísio (historiador):

[...] Este primeiro ensinamento, de não contaminar a candidez da verdade com mentiras, é tão necessário que, segundo o sentimento de Timeu citado por Políbio, a história perde sua natureza, se perde a verdade. Espelho da vida humana é a história, mas se o espelho não mostra imagem de rosto semelhante ao oposto exemplar, nem pode

⁸⁴ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 37

⁸⁵ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 82

chamar-se espelho, nem a figura, que representa, por imagem se reconhece. Polignoto e Dionísio foram pintores excelentes, mas o primeiro formava com arte os retratos mais belos que a natureza não havia fabricado [...]; o segundo colocava todo o engenho em transportar um rosto para sua tela. Polignoto ao meu parecer é símbolo do poeta [...]. Dionísio é o historiador que religiosamente propaga à posteridade a simples semelhança da verdade [...].⁸⁶

No sexto capítulo do segundo tratado, “Se ao escritor de história devemos atribuir operações iníquas e de que modo se deve fazer para não trair a proibição de Túlio”, Mascardi reafirma os vínculos da verdade com a política, seguindo a linha aristotélica de estabelecer o epidítico como fornecedor de conselhos:

[...] se escreve história não para alimentar a curiosidade [...] mas para formar no ânimo de quem lê o simulacro da virtude, imitado dos exemplos de tantos ínclitos heróis.⁸⁷

E, retomando Dionísio de Halicarnasso, afirma que “[...] de filosofia do exemplo chamou Dionísio de Halicarnasso a história [...]”.⁸⁸

O terceiro tratado versa sobre o fim político da história, da relação entre história e filosofia civil: a história é “verdadeiro livro de príncipes”⁸⁹. Temos, assim, mais argumentos que reforçam a importância da história para a utilidade política. Por exemplo, no segundo capítulo do terceiro tratado, “Que dependência se pode estabelecer entre a história e a filosofia civil”, relaciona a história com a pintura nesse viés político:

⁸⁶ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 98-99.

⁸⁷ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 125

⁸⁸ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 125

⁸⁹ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 159.

[...] Quatro eram, pelo que soube observar, os graus da boa educação, por meio dos exemplos; e quatro os instrumentos de que se valiam os nossos grandes. A Pintura, a Poesia, a História, e a Filosofia. Da pintura foi dito sabiamente, tinha o povo como mestre; mas se pode dizer dela paralelamente, que ela é regente do povo; pois os homens vulgares, que são mal guarnecidos de entendimento, e das letras e as crianças, que nessa parte devem ser enumeradas com o povo, não têm outro livro se não a pintura, a qual os acontecimentos passados com as cores representam, vem à maneira de história muda para insinuar nos ânimos tacanhos, por meio dos olhos, o exemplo do bem, ou do mal [...].⁹⁰

O quarto tratado versa sobre o estilo, com ênfase em considerações sobre o *éthos*. Na segunda partícula, categoriza três estilos: magnífico, humilde e temperado:

A maior parte dos autores, tanto gregos, quanto latinos, declara que o caráter do dizer não é outra coisa, senão aquelas três famosas maneiras de falar [...] que são a magnífica, a humilde, e a temperada, as quais examinaremos em seu devido lugar.⁹¹

E na quarta partícula discorre sobre os caracteres maiores, médios e menores:

[...] Túlio nomeia o caráter mais elevado de grave, o menos elevado de atenuado, o do meio, medíocre; [...] o baixo de humilde, temperado o chama [...].⁹²

E afirma que a amplificação concorre a favor do caráter alto:

[...] se as coisas grandes fossem de caráter Maior, as pequenas do Menor argumento, e matéria, nenhum lugar teria a amplificação, que como dizia Isócrates, os baixos levanta, e as magníficas abaixa⁹³ [...]. O caráter conveniente à história: porque não se tratando nela pelo menos, e

⁹⁰ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 177.

⁹¹ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 248.

⁹² MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 257.

⁹³ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 270.

segundo a conveniência, senão de matérias magníficas, e grandes, como as incumbências de Príncipes, e das Repúblicas; as guerras, a paz, as alterações dos impérios, a mudança dos impérios, e coisas semelhantes; que somente do caráter magnífico fosse capaz a história [...].⁹⁴

Como podemos ver, a matéria está regulada pelo gênero alto e seu decoro e elocução adequados; assim, não é cogitável, como pretende Bellini, furtar-se do contorno retórico fundando-se num ideal de “verdade” isolado, até porque, também, a “verdade” está subjugada pela utilidade política.

O quinto tratado versa sobre a relação da história com a poética e com a oratória. Logo no primeiro capítulo, apresenta a conveniência da história com a poesia e com a oratória, e o modo mais adequado em que pode a história amplificar-se e comover os afetos: a *amplificatio* é um recurso que deve ser usado decorosamente e com cautela porque, de modo algum, pode ameaçar a *verdade*:

[...] Diz então Strada, que a amplificação e a comoção dos afetos, como virtudes próprias do orador, querem pelo historiador em tudo interferir: e não sei quanto é verdadeira esta regra, quando geralmente, e sem nenhuma exceção se entenda. A amplificação para dizer a verdade, e a comoção das paixões são dois dos principais, e mais eficazes instrumentos, que tem a arte oratória entre os seus adereços [...].⁹⁵

Mascardi apresenta então que as principais diferenças entre o discurso poético, histórico e oratório residem na disposição dos mesmos, nas elocuições

⁹⁴ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p. 272; Tratado quarto, partícula quinta.

⁹⁵ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 292.

adequadas, e não nas matérias tratadas⁹⁶. No sexto capítulo do quinto tratado, “Em que se limita a semelhança entre o poeta e o historiador na frase, na dicção, na locução do discurso”, define o gênero histórico como epidítico:

[...] Se então o discurso histórico é semelhante à sofística; e se este tipo à poética se assemelha, pela regra matemática, ‘qua sunt eadem uni tertio eadem inter se’, necessariamente conclui-se, a elocução da história ser vizinha à fábula da poesia. Esta mesma ilação se tira de quem discorre com princípios propostos por Hermógenes: o qual examinando aquele que nomeia político gênero de fala, em três conhecidos membros judicial, deliberativo, e demonstrativo; o último com o próprio nome chama panegírico, e depois mais particularmente Platônico, porque sobre todos os escritores singularmente excelentes sobre Platão naquele tipo de raciocínio; como o mesmo Hermógenes afirma. A esta subclasse não somente a poesia, mas também a história; como daquela delicadeza dos ornatos [...].⁹⁷

É importante mencionar a polêmica de Mascardi com Ludovico Castelvetro. A tese de Castelvetro, exposta na *Poetica D' Aristotele Vulgarizzata et Sposta*, diz que a narrativa histórica pertence à arte poética, estão juntas, sendo que o conhecimento histórico é prévio à poesia, pois o verdadeiro é anterior ao verossímil⁹⁸. Mascardi rejeita tal tese e aproveita para censurar também a Cícero, que pretende que o histórico esteja em conjunto com o retórico⁹⁹, concluindo que, se assim for, o ensino histórico, poético e retórico estariam em conjunto, o que é

⁹⁶ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 291.

⁹⁷ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 389-390.

⁹⁸ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 344.

⁹⁹ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 345.

“manifestamente falsissimo”¹⁰⁰. A resposta de Mascardi funda-se principalmente em Aristóteles e Horácio: a proximidade entre o verdadeiro e o verossímil não é suficiente para subsumir uma arte à outra, porque as convenções estabelecem que a narrativa histórica é em ordem natural (e não *in media res*, como pode ser num poema)¹⁰¹; ela trata do particular (e não do universal); e não compartilha a mesma unidade que a poética.¹⁰² Desse modo, Mascardi tem como propósito tornar a narrativa histórica uma arte liberal, sendo, portanto, sua diferença com Castelvetro, uma questão de organização das artes e de tirocínio.¹⁰³

Mascardi, portanto, não subverte a arte, muito pelo contrário, reforça todas as convenções já vistas anteriormente, e está em total conformidade com o discurso histórico de Faria e Sousa, apresentado mais adiante. O papel de Mascardi, nesse caso, é o de promover a narrativa histórica à posição de arte, pensando talvez na formação dos príncipes, mas de forma alguma negando suas relações com a Poética e Retórica.

Como apresentado, Mascardi privilegia a hipotipose/ecfrase/descrição, uma das possíveis estratégias para que uma narrativa histórica seja considerada verdadeira, logo eficaz e útil politicamente, sendo essa *descrição* regulada pelo

¹⁰⁰ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 346.

¹⁰¹ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 350 e sgts.

¹⁰² MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 359 e sgts.

¹⁰³ O tirocínio é destacado por Mascardi: “Or Cicerone vuol che l’istoria abbia comuni con la rettorica le sue regole; il Castelvetro pretende che con la poetica le partecipi; l’assioma de’ matematici è infallibile: quae sunt eadem uni tertio, sunt eadem inter se; dunque comuni saranno gli *ammaestramenti* [grifo meu] ed il linguaggio rettorico, poetico ed istorico; il che manifestamente è falsissimo”. MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p. 345-346. Não é porque as doutrinas poética e retórica são semelhantes que podem ser subsumidas uma a outra.

decoro e arranjo artístico. É de se indagar por que, nas recepções posteriores, historiadores e preceptores em total convergência artística são caracterizados como antagônicos, uns amigos e outros inimigos da verdade.

B.2) Circunstância de Produção: Portugal e a constituição de autoridades

Cabe agora aplicar as considerações gerais descritas acima à especificidade portuguesa quinhentista/seiscentista, justamente porque essa especificidade determinará a utilidade política do discurso histórico, bem como sua matéria adequada.

As expansões marítimas, o crescimento e o estabelecimento do império português em todas as partes dão a oportunidade de criação, tanto por uma demanda quanto pelo influxo de riquezas, de quadros burocráticos e letrados, sejam para a administração do império, sejam para a formulação de discursos legitimadores de conquista e proselitismo. Nesse sentido, torna-se necessário também preencher uma lacuna, a existência de autoridades ibéricas, ou *auctoritates*, pois a história do império – a narrativa que dá propósito discursivo textual à empresa portuguesa – é um sub-gênero do epidítico, nos moldes já descritos, cujo fundamento é a *autorização* dos exemplos egrégios.

Faria e Sousa inscreve-se numa leitura providencialista, isto é, de origem e num *thélos* cristãos (escatologia). Desse modo, é pertinente que sua *história autorizada* seja narrada por *portugueses cristãos* que se responsabilizem pela perpetuação do glorioso momento expansionista, além dos vínculos com a

Antigüidade previstos pelas convenções. Assim, os historiadores portugueses imitam os antigos em sua arte e portanto têm suas histórias autorizadas; num passo seguinte, os historiadores lusos que são considerados exímios na arte são promovidos a autoridades da arte e superam seus emulados.

Nessa perspectiva, Faria e Sousa elege dois autores máximos que dependendo da circunstância cumprem seus papéis com perfeição: João de Barros e Camões. São distintos porque Camões redige uma épica e Barros uma história, o que não impede Faria e Sousa de compará-los pela convergência em termos de conselho e política. Como estamos no âmbito da história, Barros é superior:

11. Dexo los otros latinos, y vengo a nuestro grabe, y solido Juan de Barros Decada I. lib. 3. cap. ulti. *Bem como hum Leam faminto a quem a caza se esconde com temor delle, em meyo de alguna grande e espinhosa balsa que rodea, e acomete por muitas partes; e ferido, e espinhado das entradas, e saydas, já cansado se lança com o sentido, e tento posto na prea escondida; alli etc.* Comparacion natural de la bien alentada Poesia. Agora pintando los efetos de una batalla en su principio. *A qual manhã nam teve maes luz que os relampagos de fuzilar do fogo: porque tudo o maes foy um grosso, e escuró fumo que cubria aquelle circuito com tamanho estrondo das bombardas, e grita, que por alto que os nossos falavam dentro na Fortaleza, nam se ouviam entre si. Finalmente a terra tremia; o mar se empolava com alguns pelouros que lá hiam cair; o ar roncava com o rumor desvairado de aquelle estrondo; e tudo era huma semelhança do juizo final; porque o animo dos homens, e a palabra se lhes encolhia de horror.* Qual Poeta llegó a dizer mas en tales ocasiones? No dize tanto en ellas el felicissimo Camoens. Esto, pues, no es menos frequente en este judiciosissimo Escritor. La partida de la gente de Lisboa para la India Dec. I. lib. 4. cap. 2. y lib. 5. cap. I. es de estilo todo tan de las entrañas poeticas en lo

imaginado, en lo afectuoso, y en lo florido, que el Hijo verdadero dellas alfin del Canto quarto, y principio del Quinto de su Lusiada, no solamente le imita, antes le modera a todo su poder.¹⁰⁴

Encontramos, assim, uma situação em que João de Barros, escritor de história, é mais poderoso poeticamente do que Camões. Não é de se espantar caso Faria e Sousa afirme o contrário quando comenta os *Lusíadas*. Mas, longe de ser uma contradição, *história* é o ofício de João de Barros, então em obras que versam sobre esta arte, ele será o maior *em tudo*, a autoridade máxima.

Não há na obra de Faria e Sousa – incluindo a histórica e seus comentários aos *Lusíadas* – tantos elogios quanto para João de Barros e Camões. Por isso, na hierarquia de autores inventariados, eles são as autoridades máximas. Outras autoridades, mesmo que imitadas e sumariadas por Faria e Sousa, não ombreiam. Por exemplo, embora Bernardo de Brito também mereça louvores, não o são em mesmo grau e profusão. Sua *Monarchia Lusitana* é sumariada por ser louvável, mas mesmo venerável, tem suas limitações:

En este primer Tomo, sigo por la mayor parte al Doctor Fray Bernardo de Brito Cronista mayor del Reyno, y de su Religion Cisterciense, en los dos Tomos que escribio de la Historia General de nuestra gente, despues de averlos conferido con los Autores que cita, y con otros en lo que me fue possible. Con esta diligencia quito, añado, y modéro, a donde me parece necessario; no porque yo le pueda censurar, antes porque nadie

¹⁰⁴ FARIA E SOUSA, *Europa*, Prólogo, 11. A primeira *Década* da Ásia é publicada em 1552 e presume-se que os *Lusíadas* conclui-se em 1556 (e publicado em 1572).

puede ser siempre infalible entre los mortales; y el que vee menos en todo, a vezes acierta a ver más en algo.¹⁰⁵

Em outra passagem, Faria e Sousa louva a obra de Brito, e coloca-o com alguma reserva entre os grandes pagãos Tucídides, Lívio, Heródoto e Salústio (“estão juntos na substância, e *provavelmente* no estilo e na ordem”):

16. En conclusion, Fray Bernardo de Brito fue grandemente versado en toda suerte de Historia; y el Hombre de mayor diligencia para escribirla que conoció España. Apenas en toda ella le quedó lugar o ruina que no viesse. En Portugal, ni monte, ni valle, ni piedra, ni Archivo, que no examinasse; dando noticia a los propios Portugueses de si propios, porque ninguna cosa avia que ellos más ignorassen que sus glorias. Quien tuviesse deseo de escribir sin solidos fundamentos, no tenia para que fatigarse desta suerte. Nunca fueron tan costosos los engaños. Las verdades si, que para manifestarse despues que se esconden, fatigan mucho. Bolvieronle algunas afrentas por lo que merecia luzidissimas Coronas. Escribió aquellas primeras dos Partes, que intituló Monarquia Lusitana; y asta desde titulo le hizieron crimen. Con él, procuró honrar la Patria; deshonorarla quien le acusó dél. Vease bien qual acertó más. Son estos dos Tomos dignos de toda veneracion. El de la Chronica de San Bernardo; Historia de las Ecclesiasticas la más bien escrita que logra España, y pienso que Europa. En Portugues no tenemos algunas con estilo totalmente puro, si no las suyas. Las otras son unas Relaciones desnudas; y algunas peor. No le faltó a Fray Bernardo sino aver nacido en Grecia o en Italia siglos antes; que no le excedieran los Tucidades y los Livios; los Herodotos y los Salustios, en la sustancia, quando no en el estilo, y en la orden.¹⁰⁶

No caso do continuador de João de Barros – Diogo do Couto – apesar de ser incluído por Manuel Severim de Faria em seus *Discursos Políticos* como autoridade

¹⁰⁵ FARIA E SOUSA, *Europa*, Prólogo, p. 10.

¹⁰⁶ FARIA E SOUSA, *Europa*, Prólogo, p. 16.

imitável, em conjunto com João de Barros e Luís de Camões, e Faria e Sousa o sumariaze em sua *Ásia Portuguesa*, não há um elogio sequer ao autor ou à obra. Só é mencionado como continuador das *Décadas*, como cronista da Índia:

El Segundo, y el Tercero, contienen lo sucedido desde que esse gran Escritor dexó de escribir asta oy. Coligo de las Decadas de Couto tres impressas, y cinco manuscritas, y de otros Libros, y Relaciones manuscrito lo más, y todo confuso, de que informaré luego con nuevo modo; porque se entienda mejor, y se guste más la orden, y el fruto desde nuestro trabajo.¹⁰⁷

Com efeito, Faria e Sousa afirma em seu prólogo à *Europa Portuguesa* que somente três autores de Portugal são dignos de tradução:

Añadese a esto que de las Portuguesas, con ser muchas, ningunas son capaces de traduccion, que no sean las de Juan de Barros de la Asia, y las del Obispo Don Geronimo Osorio, y Damian de Goes del Rey Don Manuel. Todo lo otro en general por no bien digerido, y en particular por mal averiguado antes fuera confusion que utilidad el traducirlo.¹⁰⁸

Os nomes acima são citados por serem reconhecidamente doutíssimos: Jerônimo de Osório não é conhecido por produzir história, sua única obra relacionada é uma tradução latina (*De rebus Emmanuelis*) da *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis e, este último autor, além da obra citada, produziu a *Crônica do Príncipe D. João*.

¹⁰⁷ FARIA E SOUSA, *Ásia*, Prólogo, p. 7.

¹⁰⁸ FARIA E SOUSA, *Europa*, Prólogo, p. 8.

Menos importantes mas muito relevantes, Faria e Sousa inventaria as autoridades¹⁰⁹ para a história de Portugal, e seus respectivos elogios. Considera Duarte Galvão “pessoa de muita autoridade”; Rui de Pina é de grande crédito e de maior elegância naquele tempo; Fernão Lopes tem grande estilo; Duarte Nunes de Leão tem estilo letrado pouco engenhoso; Francisco Galvão é nobre e curioso sacerdote; João de Barros é “O Grande”; Damião de Góis é pessoa de notória nobreza, ciência, elegância e crédito; os textos de Garcia de Resende são despidos de quanto exige uma história, menos a verdade, que é o que mais importa; André de Rezende, famoso humanista; Cristovão Mosquera de Figueiroa, um autor que teve fama em Castela mas que falta à verdade e insere sem propriedade leis e letras humanas; Duarte Nunes, possuidor mais de zelo do que de acerto; Fernão Lopes de Castanheda, escreveu com toda verdade e viu com os próprios olhos, mas é sem estilo, sem geografia e prolixo; Fernão Mendes Pinto, de verdade colocada em dúvida, mas considerado verdadeiro por Faria e Sousa “por várias razões que a tal me obrigam”; Jerônimo de Osório, melhor ciceroniano, único na ordem, claro na censura, agudo nos reparos, grave na gala, perfeito em tudo; Mafeo, bem elegante; João de Lucena, não segue os preceitos históricos mas merece estima pela elegância e inteligência etc.

¹⁰⁹ Seleccionei somente as que recebem algum elogio ou censura. Excluí as meramente mencionadas; a descrição completa encontra-se no *Anexo* “Libros y otros varios papeles”.

Entretanto, as autoridades máximas das artes são os modelos das preceptivas. Em obra de Severim de Faria, mencionada por Faria e Sousa como fonte¹¹⁰, os *Discursos Políticos Varios*, são apresentadas as vidas de Barros, Camões e Couto, e são expostas suas obras e são derivados os preceitos da *épica* e da *narrativa histórica*. A obra é composta de sete discursos:

- I. Do muito que importa para a conservação, e augmento da Monarchia de Hespanha assistir Sua Magestade com sua Corte em Lisboa;
- II. Das partes que ha de aver na lingoagem para ser perfeita, e como a Portugueza as tem todas, e algumas com eminencia de outras lingoas;
- III. Com que condiçoens seja louvavel o exercicio da Caça;
- IV. Da origem, e grande antiguidade das Vestes que usa por habito Ecclesiastico o Clero de Portugal;
- V. Vida de João de Barros, em que se discorre sobre os preceitos da Historia, e perfeição com que escreveo as suas Decadas da Asia;
- VI. Vida de Diogo do Couto, Chronista da India, com relação de todas as suas Obras;
- VII. Vida de Luiz de Camões, com hum particular juizo sobre as partes, que ha de ter o Poema heroico, e como o Poeta as guardou todas nos seus “Lusíadas”.

Os três últimos discursos apresentam preceptivas bastante pertinentes para o exame da obra histórica de Faria e Sousa, por serem uma combinação das preceptivas da Antigüidade adaptados ao caso português, visando sempre a constituição das *auctoritates*. Para tanto, examinaremos o caso de Barros para a história e o de Camões para a épica, e suas convergências.

¹¹⁰ FARIA E SOUSA, *Ásia*, “Libros y otros varios papeles”, p. 47.

O quinto discurso trata de João de Barros, vida e obra. Barros publica a *Primeira Década da Ásia* em 1552 e seu estilo emulava a história de Roma escrita por Tito Lívio, em 142 livros, divididos em décadas, como nos descreve Severim de Faria:

A ordem da Historia foi convenientissima, seguindo os annos; e os governos, e dividindo-a por Decadas; divisão também achada, que a ella se tinham já reduzido os livros de Tito Livio¹¹¹

É irrelevante saber se a *patauinitas*¹¹² mencionada por Quintiliano é um elogio ou uma censura, pois o que tornou Tito Lívio modelo a ser emulado pelos portugueses é seu ciceronismo, sua perfeição da disposição e da elocução, o uso regular do discurso direto (dramático), aliados a um discurso histórico que prioriza os exemplos heróicos que visam ao bem da república; para Faria e Sousa, Tito Lívio é o autor máximo da arte histórica. Ao citar o bispo D. Jerônimo de Osório, afirma que ele

escreveu a História da Índia, em latim que, sem qualquer divergência, é considerada a melhor entre todas, depois de Tito Lívio. Todos lhe concedem facilmente, na Latinidade, a palma de ser o melhor ciceroniano: é único na ordem, claro na crítica, agudo nos reparos, grave na gala, e em tudo perfeito.¹¹³

¹¹¹ SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 212

¹¹² QUINTILIANO, *Inst Orat.* 1, 5, 56 e 8, 1, 2.

¹¹³ FARIA E SOUSA, *Ásia* “Libros y otros varios papeles”, p. 20.

Como em Lívio, que relaciona exemplos ilustres de utilidade para seu país¹¹⁴, João de Barros afirma em seu prólogo das *Décadas da Ásia* que através das letras

deuemos ser diligentes e solícitos em guardar em futuro nossas obras pera com ellas aproveitarmos em bom exemplo, como prôtos e constantes na operação presente dellas, pera commum e temporal proueito de nossos naturaes. E vendo eu que nesta diligencia de encomendar as cousas á custodia das letras (conseruadores de totalas obras) a nação Portugues he tão descuidada de si [...] ¹¹⁵

Severim de Faria, além de elogiar a disposição da obra de Barros, como imitada de Tito Lívio, também reconhece o valor de se conduzir por exemplos, que visam à administração do império¹¹⁶:

Pois o animo verdadeiro, com que tratou dos homens, vemos bem claro nestas Decadas, onde com summa liberdade reprova os vícios, e louva as virtudes, que alguns Capitaens tiverão, dando a cada hum o seu.

E, como um preceito de boa governança, exemplificado principalmente em D. João, Barros sumariza como três os deveres do reino (e súditos):

Aqui em soma queremos notar tres cousas que lhe este Reyno deue, huma trata de louuor de Deos, outra da gloria & honra da coroa real, & outra do acrescentamento do seu patrimonio ¹¹⁷.

Na mesma linha, Faria e Sousa espelha-se em Lívio:

es el admirable Titolivio, de quien se creye dió cuenta de todos los Hechos de Imperio Romano desde sus principios asta su tiempo. ¹¹⁸

¹¹⁴ TITO LÍVIO, Prólogo, 10, *Ab urbe condita libri*.

¹¹⁵ BARROS, *Décadas*, Prólogo, p. 14.

¹¹⁶ SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 210.

¹¹⁷ BARROS, *Décadas*, Primeira Década, Livro terceiro, folha 59.

E apresentando a razão de sua publicação, Faria e Sousa alega a conhecida utilidade política da narrativa histórica:

8. no aviendo otro más util para la enseñanza de la Republica, que la lecion de sus Historias.

Preceitos como o acima são profusos, e vão mais além. Há uma passagem no prólogo da *Terceira Década* que trata da superioridade da oratória sobre a lógica, em que Barros mostra a utilidade/causa política do epidítico, como conselheiro, a história como filosofia em exemplos; segundo Barros, Aristóteles veio

fazer um problema, perguntando: Porque os homens se deleitavam mais em a noticia das coisas, que se sabem per exemplo que per enthymemia, que he huma razão curta, de que os Logicos usam que Tullio chama argumento, que conclue em huma só cousa. E parece que procede o que Aristoteles pergunta; porque os exemplos tem muitas razões, causas, e vivos feitos, em que o entendimento se mais satisfaz, e deleita, que em huma só razão secca, e curta. E como a Historia he um agro, e campo, onde está semeada toda a doutrina Divina, Moral, Racional, e Instrumental, quem passar o seu fruto, convertello-ha em forças de entendimento, e memoria pera uso de justa, e perfeita vida, com que apraz a Deos, e aos homens; pero fica aqui huma parte a mais principal desta lição da Historia, que he saber eleger qual Historia esta será pera frutificar em proveito proprio, e commum. Em a qual eleição parece que a gente Veneziana tem muito acertado, porque assi pera o governo proprio, como público da patria, he mui dada á lição de seus proprios Annaes, e Historia, e a toda outra, de que podem tirar exemplo pera administrarem os Magistrados, e officios, de que a sua República os pode prover, e principalmente pera saberem aconselhar quando forem admitidos no Conselho público, no qual se hum homem entrar sem

¹¹⁸ FARIA E SOUSA, *Europa*, Prólogo, p. 3.

doutrina da Historia, he como hum mudo entre doutos oradores, ou surdo ante a harmonia de vozes. O fruto do qual uso, que elles tem, se vê na perpetuidade da sua República; a duração da qual ainda não temos visto ser contaminada per tantas centenas de annos em outra Nação.¹¹⁹

Severim de Faria está de pleno acordo com as considerações de Barros, e nos fala de Cícero para tratar dos preceitos do discurso histórico:

He a historia (segundo de Tullio em outra parte temos mostrado) o sujeito mais capaz da Oratoria que nenhum outro, porque nella se usa do genero Demonstrativo, contando varios feitos, condenando os vicios, e louvando as virtudes; e do Deliberativo, introduzindo oraçoens, conselhos, e discursos, e muitas vezes do Judicial, o qual raramente se aparta do Deliberativo.¹²⁰

Em seguida, veremos como os gêneros retóricos articulam-se com as virtudes do discurso histórico, a *clareza* vinculada ao epidítico, e a *verdade* e *juízo* vinculados ao deliberativo/judicial, conforme as doutrinas da Antigüidade e aplicadas ao caso luso.

B.3.1) As virtudes do discurso histórico: clareza, verdade e juízo

Após referir-se à classificação dos gêneros retóricos, Severim de Faria trata das virtudes do discurso histórico, presentes em Barros:

Em todos estes generos he esta historia de João de Barros admirável, porque além do sujeito que trata ser nobilissimo, pela variedade, grandeza, e novidade dos casos admiraveis, guardou com suma inteireza todas as leys da historia, assi as essenciaes que se nella requerem; que

¹¹⁹ BARROS, *Décadas*, Década Terceira, Prólogo.

¹²⁰ SEVERIM DE FARIA, *Discursos Vários Políticos*, p. 205.

são verdade, clareza, e juízo, como as outras partes, a que chamão integrantes.¹²¹

Aristóteles considera a *clareza* (σαφή λέξις) um pré-requisito para o discurso: este não cumpre sua função própria sem ela.¹²² Quintiliano segue na mesma linha:

Que seja para nós a clareza a primeira virtude, a propriedade das palavras, a reta ordem, o período não tão longo, em que nada falte e nada seja supérfluo: assim o discurso será aceitável ao douto e acessível ao imperito [...] Com efeito, se falamos nem menos, nem mais do que o necessário, nem de modo desordenado ou não claro, nossas palavras serão límpidas e acessíveis até mesmo para um auditório mediocrementemente atento [...] Por isso, é necessário atentar não para o que [o que julga] pode entender, mas antes para o que pode vir a não entender.¹²³

Tal formulação tampouco dista das considerações sobre a *clareza* em *Ad Herennium*:

A clareza resulta num discurso inteligível e límpido. É obtida de duas maneiras: pelo uso de palavras usuais e próprias. Palavras usuais são aquelas empregadas habitualmente na conversa e na linguagem cotidiana; palavras próprias são aquelas que se aplicam ou podem ser aplicadas ao tema que falaremos.¹²⁴

¹²¹ SEVERIM DE FARIA, *Discursos Vários Políticos*, p. 206.

¹²² ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 2, p. 178, 1404 b.

¹²³ QUINTILIANO, *Inst. Or.*, VIII, 2, 22, 23 e 24: “Nobis prima sit virtus perspicuitas, propria verba, rectus ordo, non in longum dilata conclusio, nihil neque desit neque superfluat: ita sermo et doctis probabilis et planus inperitis erit”; (VIII, 2, 23) “Nam si neque pauciora, quam oportet, neque plura neque inordinata aut indistincta dixerimus, erunt dilucida et neglegenter quoque audientibus aperta [...]”; (VIII, 2, 24) “Quare non, ut intellegere possit, sed, ne omnino possit non intellegere, curandum”.

¹²⁴ *Ad Herennium*, IV, 17: “Explanatio est quae reddit apertam et dilucidam orationem. Ea comparatur duabus rebus, usitatis uerbis et propriis. Visitata sunt ea quae uersantur in sermone et consuetudine cotidiana; propria quae eius rei uerba sunt aut esse possunt qua de loquemur”.

Entretanto, a clareza não se limita somente a um *recte dicendi*, mas também incorpora a *elegância*, pela sua eficácia memorativa e poder afetivo. O “elegante” ou “agradável” é circunstancialmente útil, dependendo do tipo de discurso. Como diz Aristóteles:

[...] o que é justo é o que deve ser almejado num discurso, mais do que desagradar ou agradar. Justo é competir com os fatos por si só, de forma que todos os elementos exteriores à demonstração são supérfluos. [...] Daí que, em qualquer método de ensino, seja necessário que haja algo referente à expressão; pois, no que respeita a demonstrar algo com clareza, há uma certa diferença entre exprimir-nos deste ou daquele modo. Ela não é certamente muito grande, mas tudo isto consiste num processo de expor e destina-se a um ouvinte. E por isso é que ninguém ensina Geometria desta forma.¹²⁵

Na *Retórica*, Aristóteles usa o termo τὸ ἀστεῖον para designar *elegância*¹²⁶, sendo correspondente dos termos latinos *urbanitas* ou *elegantia*. Ele vincula a *elegância* com a metáfora, em seus dois capítulos sobre o assunto.¹²⁷ Afirma que “uma aprendizagem fácil é, por natureza, agradável para todos; por seu turno, as palavras têm determinado significado, de tal forma que as mais agradáveis são todas as palavras que nos proporcionam também conhecimento”¹²⁸. Numa acepção mais abrangente:

¹²⁵ ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 1, 1404 a, p. 176 – 7.

¹²⁶ ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 10 1410 b, p. 196.

¹²⁷ ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 10 – 11, 1410 b – 1412 b, p. 196 – 204.

¹²⁸ ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 10 1410 b, p. 196.

[...] tanto a expressão como os entimemas que nos proporcionam uma aprendizagem rápida são necessariamente “elegantes”.¹²⁹

A noção de *urbanitas* e sua relação com a *elegância* já é indicada por Aristóteles. Este afirma que as expressões elegantes e de maior aceitação (e reputação) derivam de uma boa formulação, dependente da habilidade, da exercitação e da arte¹³⁰. E se bem formulado, resulta na elegância urbana¹³¹. Esta caracterização provavelmente opera na tradicional oposição helenismo ou latinidade x barbárie¹³², no que concerne ao correto uso da linguagem (*recte dicendi*).

Com efeito, como o próprio termo *urbanitas* manifesta, esta noção que relaciona virtude do discurso em conjunto com a oposição bárbaro x não-bárbaro é bem desenvolvida na latinidade. Deste modo, Quintiliano diz que a *urbanitas* refaz os ânimos oportunamente¹³³, e Cícero acrescenta em *Brutus*:

Você entenderá o que quero dizer, Brutus, quando vier à Gália. Lá você ouvirá algumas palavras que não são encontradas em Roma, mas que podem ser desaprendidas e trocadas por palavras romanas. É muito mais significativo que nas palavras e pronúncia de nossos oradores há uma certa entonação e qualidade que são uma característica mais urbana

¹²⁹ ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 10 1410 b, p. 197

¹³⁰ ARISTÓTELES, *Retórica* III, 10 1410 b, p. 196.

¹³¹ ARISTÓTELES, *Retórica* III, 10 1410 b, p. 197.

¹³² Na latinidade, como será mostrado em seguida, a *urbanitas* é também oposta à *rusticitas*: “urbanitas [...] qua [...] significari video sermonem praeferentem in verbis et sono et usu proprium quendam gustum urbis et sumptam ex conversatione doctorum tacitam eruditionem, denique cui contraria sit rusticitas [...]”. QUINTILIANO, *Inst. Or.*, VI, 3, 17.

¹³³ QUINTILIANO, *Inst. Or.*, IV, 1, 49: “[...] urbanitas opportuna reficit animos et undecumque petita iudicis voluptas levat taedium”; ou Quintiliano, *Inst. Or.*, VI, 3, 104 “Urbanitas est virtus quaedam in breve dictum coacta et apta ad delectandos movendosque homines in omnem affectum animi, maxime idonea ad resistendum vel lacessendum, prout quaque res ac persona desiderat”.

[urbanus], e isto é reconhecível não só nos oradores, mas em outras
[coisas].¹³⁴

Se formos conceituar a *elegantia* a partir de *Ad Herennium*, encontramos uma formulação distinta: a *elegantia* é uma combinação da *latinitas* com a *explanatio*, que é uma outra designação para *clareza* (*perspicuitas*)¹³⁵. A *elegantia* é definida como a virtude que faz com que cada idéia seja expressa por uma língua pura (pela *latinitas*) e clara (pela *explanatio*). A *latinitas* é obtida ao se respeitar duas coisas: evitar o solecismo (erro de concordância) e o barbarismo. Se observamos o *ornatus* de Quintiliano, e a *dignitas*, de *Ad Herennium*, denominações relacionadas ao ornamento e efeitos do discurso, podemos encontrar a importância desta virtude, e o uso.

Assim, como diz Quintiliano, o *ornatus* produz deleite¹³⁶, faz com que o público ouça com gosto¹³⁷, atenção¹³⁸, dá mais crédito¹³⁹ e move os ânimos¹⁴⁰. E em *Ad Herennium*, diz-se que a *dignitas* é atingida pela variedade, mediante figuras de linguagem e pensamento¹⁴¹, e com elas consegue-se gravidade e eficácia¹⁴².

¹³⁴ CÍCERO, *Brutus* 46, 171. “Id tu, Brute, iam intelleges, cum in Galliam veneris; audies tum quidem etiam verba quaedam non trita Romae, sed haec mutari dediscique possunt; illud est maius, quod in vocibus nostrorum oratorum retinnit quiddam et resonat urbanus”.

¹³⁵ *Ad Herennium*, IV, 17.

¹³⁶ QUINTILIANO, *Inst. Or.*, VIII, 3, 5. Ajuda a evitar o *taedium*.

¹³⁷ QUINTILIANO, *Inst. Or.*, VIII, 3, 5. “Libenter audiunt”.

¹³⁸ QUINTILIANO, *Inst. Or.*, VIII, 3, 5. “Magis adtendunt”.

¹³⁹ QUINTILIANO, *Inst. Or.*, VIII, 3, 5. “Facilius credunt”.

¹⁴⁰ QUINTILIANO, *Inst. Or.*, VIII, 6, 67.

¹⁴¹ *Ad Herennium*, IV 18. “Dignitas est quae reddit ornatam orationem uarietate distinguens”.

¹⁴² *Ad Herennium*, IV 19. “Haec exornatio cum multum uenustatis habet tum grauitatis et acrimoniae plurimum”.

À parte essa diferente denominação em *Ad Herennium* e em Quintiliano, vemos também em Cícero. Deste modo, encontramos nas *Partições Oratórias* que:

O discurso é polido¹⁴³ se se colocam palavras escolhidas por sua gravidade, transladadas¹⁴⁴, exageradas, adicionadas ao nome, duplicadas, que significam o mesmo, que não desagradam pela própria imitação das coisas. Na verdade, esta parte do discurso é a que apresentaria o assunto quase **diante dos olhos** [grifo meu]. Pois, esse sentido é atingido antes de qualquer outro; mas os outros sentidos e, acima de tudo, a própria mente, também podem ser movidos. Mas o que foi dito a respeito do discurso claro vale também para o elegante. Este é tanto mais elegante quanto aquele, claro. Por um se faz com que entendamos, por outro, com que pareçamos ver.

Percebemos que a relação com a metáfora permanece, como em Aristóteles, e também a relação intrínseca com a *clareza*. Até porque a sentença “diante dos olhos” (πρὸ ὀμμάτων ποιεῖν) é recorrente em Aristóteles, em sua *Retórica*, nas partes dedicadas à *clareza*, quando afirma que “há palavras mais apropriadas do que outras, e mais semelhantes ao objeto e mais próprias para trazer o assunto para diante dos olhos”¹⁴⁵; e à *elegância*, quando diz:

[...] já foi exposto que a expressão “elegante” provém da metáfora de analogia e de dispor “o objeto diante dos olhos”. [...] Na verdade, chamo pôr diante dos olhos aquilo que representa uma ação.¹⁴⁶

¹⁴³ Cícero usa aqui *illustris* (*Partições Oratórias*, VI, 20), que pode ser um sinônimo de “elegância”; em seguida *elegantia* (VI, 21).

¹⁴⁴ “Metafóricas”.

¹⁴⁵ ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 2, p. 181, 1405 b.

¹⁴⁶ ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 11, p. 200, 1411 b. Para “ação”: ἐνέργεια. Segundo os tradutores/comentadores da edição de Aristóteles utilizada, esta “ação” pode ser “recurso capaz de representar coisas animadas ou inanimadas”, ou meramente “nitidez”.

Como é sabido, a Retórica é composta de cinco partes: *disposição*, *invenção*, *elocução*, *ação* (ou *pronúnciação*) e *memória*. No exame de um texto, mesmo sendo escrito, estão presentes todas essas partes (menos a *ação*, que trata do discurso proferido, gestos, etc.). Destaco aqui o papel da *memória*, pois é também virtude a capacidade de um texto favorecer as *artes memorativas*. E a *clareza* conjugada à *elegância*, como apresentadas aqui, relacionam-se intrinsecamente com a memória.

Entendida da mesma maneira que nos preceptores antigos, a *clareza*, de acordo com Severim de Faria, era uma das características de João de Barros, que descreve tudo como se “visse diante dos olhos”, “segundo as regras da arte memorativa”:

A clareza da narrativa he assás evidente, por fallar com palavras muito proprias, e naturaes, e com tudo se vê nelle tanta magestade, que causa admiração poder ajuntar com tanta gravidade, tanta clareza; porque nas disposiçoens he tão facil, que muitas vezes parece mais poeta, que historico, posto que nesta parte a historia e poesia sejam muito conformes. Vejão-se nesta materia as descripções das tromentas, das batalhas, das baterias, as vistas, e embaixadas, onde além de escrever tudo como se o visse diante dos olhos, move notavelmente os affectos de admiração e alegria [...] porque comparando cada cousa destas a algum final conhecido (segundo as regras da Arte Memorativa) faz comprehender dos leitores a figura, ou cousa, de que trata, com summa distincção.¹⁴⁷

Temos com a *clareza* o pilar da *memória*, que é por excelência parte intrínseca da História. E para a clareza operar como instrumento das artes

¹⁴⁷ SEVERIM DE FARIA, *Discursos Vários Políticos*, p. 211.

memorativas, emprega-se metáforas visualizantes. Isso explica a abundância de referências à sentença “diante dos olhos” e “pintura”.¹⁴⁸

Devo insistir na *memória* porque, como veremos mais adiante na especificidade de Faria e Sousa, é a faculdade e parte da Retórica em que mais investiu: uma das principais razões de sua eleição pela *epitomização*. Para ilustrar o conceito de artes memorativas, cito a definição de Bluteau (verbete “memória”):

Memoria local, ou artificial. He Huma artificiosa facilidade de se lembrar de muitas cousas diferentes, applicadoas às especies, ou imagens, que já estão impressas na memoria, ou representadas em papel. Todo o fundamento desta arte consiste em ter prompts na memoria muitos lugares (como lhe chamão os Mestres da Arte) ou muitas figuras, & imagens, as quaes se applicuem às cousas de que nos queremos lembrar. Para este effeito alguns se valem de varios caracteres atè o numero de cem, que elles trazem consigo escritos num papel, & postos em ordem. [...] Na minha opinião o mais facil methodo para ter muitos, & quase infinitos lugares, em que assentar as imagens dos objetos, que a memora ha de conservar, he este. Desde a infancia traz cada qual na

¹⁴⁸ Como nos autores seguintes: “[...] tudo tão perfeitamente descrito como se colocado diante dos olhos”, Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 577; “O discurso é polido se se colocam palavras escolhidas por sua gravidade, transladadas, exageradas, adicionadas ao nome, duplicadas, que significam o mesmo, que não desagradam pela própria imitação das coisas. Na verdade, esta parte do discurso é a que apresentaria o assunto quase diante dos olhos”. CÍCERO, *Partições Oratórias*, VI, 20; “[...] há palavras mais apropriadas do que outras, e mais semelhantes ao objeto e mais próprias para trazer o assunto para diante dos olhos”. ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 2, p. 181, 1405 b; “[...] já foi exposto que a sentença “elegante” provém da metáfora de analogia e de dispor “o objeto diante dos olhos”. [...] Na verdade, chamo pôr diante dos olhos aquilo que representa uma ação”. ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 11, p. 200, 1411 b; “Veirão-se nesta materia as descrições das tromentas, das batalhas, das baterias, as vistas, e embaixadas, onde além de escrever tudo como se o visse diante dos olhos”. SEVERIM DE FARIA, *Discursos Vários Políticos*, p. 211; “Comparacion natural de la bien alentada Poesia. Agora pintando los efectos de una batalla en su principio”. Faria e Sousa, FARIA E SOUSA, *Europa*, prólogo, 11; “Agora, por seus escritos, duas coisas devem ser neles consideradas: *verdade* e *elocução*. A verdade consiste na alma e a elocução no corpo da história. Esta última sem a primeira nada mais é do que uma pintura [*picture*] da história, e a primeira sem a última é inapta para instruir. Mas vamos ver como o nosso autor é absolvido em ambas”. Thomas HOBBS, tradução da *Guerra do Peloponeso* (1629), Grene, Chicago 1989, p. 575.

imaginação & na memora as imagens de todos os lugares da casa, ou Cidade em que nasceo, & sem difficultade alguma lhe pode lembrar por ordem o sitio das Igrejas, palacios, praças, ruas, casas dos parentes, & conhecidos, & assim qualquer filho de Lisboa pode fazer de toda a Cidade de Lisboa hum theatro de memora local [...].

Pois autorizados pelas preceptivas de Horácio¹⁴⁹ e Quintiliano¹⁵⁰, o historiador também está autorizado a amplificar os *topoi* narrativos pela *ecfrase* (ou *descriptio*) numa relação homóloga à da pintura. João Adolfo Hansen afirma que “Horácio valoriza a visão em detrimento da audição e, confirmando-o, Possevino afirma que a poesia, arte de imitação como a pintura, é *imagem*: assim como o pincel imita os *topoi* narrativos das ecfrases de autoridades, também a pena deve imitar o pincel, produzindo metáforas visualizantes de efeitos maravilhosos, simultaneamente adequados à utilidade e ao prazer”.¹⁵¹

Não sendo a história uma disciplina ou conhecimento autônomo¹⁵², sua elocução transita sem delimitações ou fronteiras pelos preceitos da poesia e da pintura, mediante a horaciana *ut pictura poesis*¹⁵³, mas moderada pela verdade.

¹⁴⁹ “[...] ut pictura poesis: erit quae, si propius stes, te capiat magis, et quaedam, si longius abstes; haec amat obscurum, volet haec sub luce videri, iudicis argutum quae non formidat acumen; haec placuit semel, haec deciens repetita placebit”; [Como a pintura, a poesia: haverá aquela que, se estiveres mais perto, te moverá mais, e outra, se estiveres mais longe; esta ama o obscuro, quer esta sob a luz ser vista, do juiz esta não teme o agudo juízo; esta agradou uma vez, esta dez vezes repetida agradará.]. HORÁCIO. Q. Horati Flacci opera. Ed. F. Klingner. Leipzig, 1959, p. 307. Tradução de João Adolfo HANSEN, in: *Ut pictura poesis e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII*. In: Floema Especial - Ano II, n. 2 A, p. 111-131 out. 2006.

¹⁵⁰ QUINTILIANO, Inst. Orat. II, XIII, 8-10.

¹⁵¹ HANSEN, João Adolfo. *Ut pictura poesis e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII*. In: Floema Especial - Ano II, n. 2 A, p. 111-131 out. 2006.

¹⁵² A narrativa histórica é um sub-gênero do epidítico e por ele se rege, e tem sua elocução emprestada, além da Retórica, da Poética. A posição de Mascardi, que trata a história como uma arte liberal, é uma questão de tirocínio, para a formação de príncipes e governantes.

Agostino Mascardi hierarquiza a pintura como algo mais vulgar que a escrita histórica¹⁵⁴, porque, para ele, o escrito é superior ao que é visto, seguindo uma tópica iconoclasta: nada mais apropriado do que uma pintura escrita, que ensina e deleita em perfeita harmonia decorosa.

B.3.2) Verdade e Juízo

Vinculadas a elocução e a utilidade da história, é necessário compreender o critério de eleição (“saber eleger qual Historia esta será”), critério esse que é o parâmetro da noção de *verdade* e de *juízo*.

Severim de Faria apresenta a verdade do historiador como respeito às suas fontes:

Consta a verdade da Historia assi da certa noticia, que o historiador tem do que ha de dizer, como do verdadeiro animo do mesmo historiador em não callar o bem, ou mal, que fizerão aquelles, de quem trata. Para escrever com noticia verdadeira teve João de Barros as mais certas Relaçoens, que para tal materia se podião alcançar; porque havendo de tratar de tres cousas que erão os Feitos dos Portuguezes, a Noticia dos Reys, e Naçoens do Oriente, e a verdadeira situação Geografica daquellas Provincias.¹⁵⁵

E cita um sem número de papéis, cartas, livros, arcas cedidos pelas mais variadas autoridades usados por Barros para, desse modo, provar de que é verdadeiro. Essas provas persuasivas de Barros concentram-se em procedimentos

¹⁵³ Sobre o conceito de *ut picture poesis*, ver também MUHANA, Adma. *Poesia e pintura ou pintura e poesia: tratado seiscentista de Manuel Pires de Almeida*. São Paulo: Editora da USP/FAPESP, 2002.

¹⁵⁴ MASCARDI, Agostino; *Dell' arte istorica*, Firenze, Felice Le Monnier, 1859, p 177.

¹⁵⁵ SEVERIM DE FARIA, *Discursos Vários Políticos*, p. 206.

ético-patéticos pois, Aristóteles, quando nos apresenta o modo de prova técnico ou artístico (ἐ'υτεχνοι πίστεις)¹⁵⁶, divide-o em três meios de persuasão: os derivados do caráter do orador (ἦθος)¹⁵⁷, os derivados do afeto despertado pelo orador (πάθος)¹⁵⁸, e os derivados dos argumentos prováveis ou verdadeiros (λόγος)¹⁵⁹, sendo este último tipo fundamentado no procedimento lógico. E, como vimos, Barros considera a persuasão lógica a mais fraca de todas (“os exemplos tem muitas razões, causas, e vivos feitos, em que o entendimento se mais satisfaz, e deleita, que em huma só razão secca, e curta”). Mas, retomando os debates anteriores, até mesmo Mascardi, quando adverte que não se pode abusar da *amplificatio* pois, embora a mesma agrade o auditório, ameaça a verdade: ora, os preceitos para convencer sobre a verdade de um discurso são tópicos estabelecidas, um perito na arte pode ser mais patético, por exemplo, e mesmo assim ser lido como verdadeiro, embora seja mais difícil e proporcional, no caso de eficácia, com sua grandiosidade artística.

Assim como todos os historiadores, Faria e Sousa também louva a verdade:

Entremos a lo fiscalizado por parte de la verdad; si bien a este cargo jamás se deviera dar satisfacion, porque parece consiente culta quien se defiende. Siempre me asseguró mucho de mi propio en esta parte, el tener por maxima indubitable que quien en Historia se desvia por qualquier respeto, un solo punto de lo verdadero (aun en cosas momentaneas) sabiendo que lo haze (pues talvez lo hará alguno sin

¹⁵⁶ ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 2, p. 49, 1355 b.

¹⁵⁷ “Éthos”; ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 2, p. 49, 1356 a.

¹⁵⁸ “Pathos”; ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 2, p. 49, 1356 a.

¹⁵⁹ “Logos”, ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 2, p. 50, 1356 a.

saberlo, y entonces queda inculpable) merece eterno vituperio, sin que le valga alguna elegancia, o otras calidades de rara suficiencia. El principio de ser verdadero es ser independiente: porque a quien con fingido zelo se anda introduziendo en casas de Señores, y Ministros, y otras Personas de alguna mano, por coger dineros o Officios, que genero de libertad le queda? Y al que no es libre, que genero de verdad será el suyo? el Mundo sabe que no sé yo dél, para pretension alguna. El propio, pues, juzgue adonde estará la verdad más segura. Esta es la causa de no hallarse en mis planas desvios desatinados para enxirir en alabanças a sugetos indignos dellas, ni aun dignos menos que a su tiempo: sino una inmobile constancia para seguir el argumento, dando a cada uno lo que merece. Asta a la misma amada Patria desamo en lo vituperoso. En lo excelente asta la enemiga amo. El Escritor verdadero no es de Nacion alguna mientras escribe. Estraño ha de ser a los propios, propio ha de ser los estraños, para alabar destos las acciones gloriosas, para no tiñir de aquellos las insolencias¹⁶⁰.

Nessa passagem, Faria e Sousa retoma todos os lugares-comuns do argumento de louvor à verdade, como o de ser de nação alguma, de ser independente, o de saber julgar os exemplos e autoridades referidos, *topoi* os quais foram insuficientes para o pensamento historiográfico hegemônico pós-XVIII. Sua produção é considerada partidária de um anti-castelhanismo (Menéndez y Pelayo) e afastada de um “sentimento vivo da veracidade histórica”¹⁶¹, por ser a história do Quinhentos e do Seiscentos “um ramo da Retórica”.

Na própria edição portuguesa da *Ásia Portuguesa*, Lopes d’Almeida, autor da introdução à obra, afirma que Faria e Sousa retoma o pensamento do autor das

¹⁶⁰ FARIA E SOUSA, *Europa*, p. 16 – 17; apud *Ásia*, introdução p. XIV.

¹⁶¹ SARAIVA, António; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto, ed. Porto, 5ª edição, p. 411.

Décadas (João de Barros), “ajeitando-o às galas com que se enfeitava a arte literária do seu tempo, mais atento aos preciosismos da frase e do ritmo do que à pura e exata averiguação histórica”¹⁶². Prossegue o comentador afirmando que em 1628 Faria e Sousa publica em Madri o *Epítome de las Historias portuguesas*, e com este trabalho inaugura sua carreira de historiador, “se tal qualificação pode caber ao homem que verdadeiramente não escreveu nem deixou uma página fecundamente original neste domínio de estudos, e que aceitou fácil e convicto tudo aquilo que leu e compilou nos escritores a quem reconheceu autoridade”¹⁶³. Assim, segundo Lopes d’Almeida, o “conceito de verdade” de Faria e Sousa confunde-se “com independência de juízo pessoal sobre personalidades e ações históricas”¹⁶⁴.

Em 1667, Faria e Sousa estende os mencionados *Epítomes*, transformando-o na *Europa Portuguesa*. Anos depois, é publicada a *Ásia Portuguesa*, em cujo prólogo volta a se referir à sua maneira de historiar, sendo merecedora de benevolência:

[...] la virtud de ser a lo menos de un cuidado celoso en este genero de historiar; y el ser yo el primero que lo tenté en España a la luz de la antigüedad Griega, y Romana¹⁶⁵.

Como acrescenta no prólogo de sua *Ásia Portuguesa*, seus modelos são “entre os Gregos, Heródoto, Tucídides, Plutarco, Josefo; entre os latinos, Tito Lívio, Salústio, Quinto Cúrcio, Cornélio Tácito, Justino, Lúcio Floro, Veleio Patérculo,

¹⁶² FARIA E SOUSA, *Ásia*, Introdução p. IX.

¹⁶³ FARIA E SOUSA, *Ásia*, Introdução p. X – XI.

¹⁶⁴ FARIA E SOUSA, *Ásia*, Introdução p. XII.

¹⁶⁵ FARIA E SOUSA, *Ásia*, Prólogo, Seção 2, p. 28.

Mafeo; dos modernos João de Barros, Guichardino, D. Diogo de Mendonça, D. António de Fuen Mayor, que são os verdadeiramente dignos de imitação”.¹⁶⁶ E afirma:

Seja o último argumento nosso dizer que não visamos a Mestres quanto à forma de escrever História, mas apenas a fazê-la à luz do Antigo com alguma e atrevida novidade. Não a imite quem dela não se agrada, mas não a estranhe quem não teve força para imitar os quatro Mestres aqui vivamente imitados e quer escrever guiado apenas pelo seu vivo desejo, sem nenhum deles conhecer.¹⁶⁷

Contudo, por mais que Faria e Sousa tenha discorrido sobre seu historiar, Menéndez y Pelayo não deixa de manifestar suas considerações depreciativas sobre o autor da *Ásia*:

Vivia por estes tempos, e era grande amigo de Lope de Vega, um extravagantíssimo português, áspero e maledicente [...], autor incansável em prosa e verso, que passaram de sessenta, de histórias européias, asiáticas e africanas, de genealogias, de amena literatura, que são os piores: inventor das éclogas militares, náuticas, críticas, monásticas, eremíticas, justificatórias e genealógicas, grande cultivador dos ecos, dos acrósticos, dos esdrúxulos, dos centões, dos sonetos que são dois, e três e quatro; muito português, muito separatista, ainda que escrevesse sempre em castelhano, algo arbitrista [...] homem, enfim, de enorme leitura, de engenho agudo, de imensa memória, de nenhum juízo, cujos escritos parecem uma torre de Babilônia ou um labirinto cretense.¹⁶⁸

¹⁶⁶ FARIA E SOUSA, *Ásia*, prólogo seção 5, p. 31.

¹⁶⁷ FARIA E SOUSA, *Ásia*, prólogo seção 5, p. 32.

¹⁶⁸ MENÉNDEZ Y PELAYO; *Historia de las ideas estéticas en España*, Imprenta de A. Pérez Dubrull, Madri, 1884, p. 524 a 528.

Este tipo de análise supracitado é a tônica de outros estudiosos portugueses, sejam da primeira metade do XX como da segunda. Fidelino de Figueiredo nos afirma em sua história literária de Portugal:

Entre os historiadores castelhanizantes foi Manuel de Faria e Sousa (1590 – 1649) o de mais amplo fôlego na concepção histórica, a qual no seu conjunto faz recordar o traçado geral da obra de João de Barros na época anterior [...]. [Autor de] uma verdadeira enciclopédia da história portuguesa, uma das nossas características catedrais historiográficas. Infelizmente a solidez não corresponde à amplitão, porque recopila materiais já ordenados e divulgados por outros cronistas ou acrescenta materiais novos de limitado crédito. O seu critério histórico aproxima-o muito da escola cisterciense quanto ao método, mas afasta-se muito dela quanto ao ardor patriótico.¹⁶⁹

No comentário acima, Figueiredo entende que a solidez é comprometida pelo ato de recopilar materiais já ordenados e divulgados por outros cronistas; como também o uso de material de crédito limitado, ignorando completamente a noção de gênero epidítico, *exempla*, *ecfrase*, ou até as virtudes do discurso histórico, como *clareza*, *juízo* e *verdade*.

Já Rodrigues Lapa que, em obra de seleção de autores quinhentistas, considera:

A melhor maneira de compreendermos os historiadores quinhentistas, é compará-los com os historiadores que os precederam, e muito em especial com Fernão Lopes, o representante mais qualificado dos cronistas medievais. Para Fernão Lopes, o fim da história reside na

¹⁶⁹ FIDELINO DE FIGUEIREDO, *História Literária de Portugal*, Cia. Editora Nacional, 3ª edição, 1966 (1ª ed. 1944), Porto, p. 235-6.

‘clara certidão da verdade’ dos feitos do passado. Na sua missão austera, quase sobre-humana, o historiador não conhece pátria; deve pois evitar a ‘favoreza’, aquela parcialidade natural a favor dos conterrâneos, que tem viciado o juízo de tantos historiadores; deve, enfim, num supremo esforço, pôr ‘a-de-parte toda afeição’. A singeleza do propósito estende-se ainda ao estilo, que há de ser o que convém à pura verdade, portanto simples, correntio, sem aquela ‘fremosura e novidade de palavras’, com que alguns historiadores enfeitam a linguagem, em prejuízo da veracidade. A História não se dirige a este ou àquele, destina-se ao povo em geral, a quem procura esclarecer o relato verídico dos fatos. [Isto] não se verificou nos cronistas que se lhe seguiram: Zurara, Rui de Pina, Garcia de Resende. O historiador era agora um cortesão, sem independência nem material nem moral; e o rei, a pouco e pouco deixou de ser o rei popular, para ser o ditador absoluto a quem tudo se devia. Nestas condições, compreende-se bem que o objetivo da História já não podia ser a simples e total verdade, mas apenas a verdade que agradava ao senhor, que redundasse em seu prestígio. A História tendia a converter-se num elogio, num panegírico.¹⁷⁰

Embora Rodrigues Lapa trate dos historiadores quinhentistas, e não de Faria e Sousa, podemos, por extensão, considerar que o gênero histórico do autor da *Ásia* seria igualmente este, o epidítico. Percebe-se então que há uma corrente tradicional dessa censura que divide os historiadores entre adutores sem consideração pela verdade e pela clareza, e aqueles historiadores que só devem favores à verdade e à justiça, o que é alheio a tudo o que os censurados almejavam.

Com efeito, se buscarmos em Severim de Faria a definição de *juízo* e *verdade*, vemos que ele os conceitua a partir da *dispositio* (no que concerne à ordem

¹⁷⁰ RODRIGUES LAPA, *Historiadores Quinhentistas*, ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1960, Prefácio, p. 7-8.

natural; iniciar a narrativa com a origem das guerras entre os mouros e portugueses é *ajuizado*) e dos gêneros judiciário e deliberativo:

O Juizo consta não só em observar as leys integrantes da Historia, mas na boa ordem, e disposição della, e no julgar o que se errou, ou acertou nas açcoens publicas, e particulares de que trata. As leys da Historia integrantes segui propondo no principio a materia que tratava, introduzindo hum excellente exordio da origem das guerras entre os Mouros, e Portuguezes [...] A ordem da Historia foi convenientissima, seguindo os annos; e os governos, e dividindoa por Decadas; divisão também achada, que a ella se tinham já reduzido os livros de Tito Livio [...] As digressoens são poucas, e essas necessarias, e tão cheas de exemplos, e casos raros, que de muitos delles se aproveitou João de Botero nos seus Apothemas. As mais perfeiçoens desta Historia pode julgar quem a ler, e verá nella muitos discursos, conselhos, e casos diversos, que sempre resolve, e refere o Autor com acertado parecer, e assi aqui se achão as sentenças, os prognosticos, e excelentes elogios.¹⁷¹

Desse modo, as diretrizes para a compreensão da *verdade* e do *juízo* na historiografia quinhentista e seiscentista aparecem, por exemplo, no primeiro capítulo do primeiro livro das *Décadas* de Barros: a origem e o destino de Portugal, seu *providencialismo*.

Assim, João de Barros afirma que Portugal nasce com o dote concedido por D. Afonso VI a D. Henrique, na ocasião de seu casamento com Dona Tereza, que consistia em:

[...] totalas terras q naquelle tempo eram tomadas aos mouros nesta parte da Lusitania que ora he Reyno de Portugal, com totalas mais que elle podesse conquistar delles. Em que entraruão alguas de Andaluzia,

¹⁷¹ SEVERIM DE FARIA, MANUEL. *Discursos Vários Políticos*, p. 212 e 213.

porq em todas estas elle & seu filho el Rey dom Afonso Anriquez
verteram seu sangue por ás ganhar das mãos & poder dos mouros.¹⁷²

Desse modo, a fundação de Portugal é fruto da luta contra os mouros e seu destino liga-se à sua origem: pois João de Barros prossegue afirmando que “o qual dote, & herança, parece que foy dado com tal bençam per este catholico Rey dom Afonso: que todos seus descendentes que á herdasse, sempre teuessem continua guerra com esta perfida gente dos Arábios”.¹⁷³

No que concerne à causalidade da empresa portuguesa, João de Barros organiza-a de maneira aristotélica, apresentando três causas eficientes e uma causa final:

A primeira he cõquista, a qual trata de milicia, a segunda nauegação, a que responde a geographia, & a terceira comércio q conuem à mercadaria [...] nam confundir os meritos de cada huma das matereas, com adjutorio diuino que pera isso imploramos.¹⁷⁴

Três causas eficientes, somadas a uma quarta causa final que depende da fé e vontade divina, uma origem e um *thélos* cristão: está costurado o sentido da história portuguesa.

A articulação das virtudes do discurso histórico dá-se então do seguinte modo: a *clareza* opera por meio do *recte dicendi* e do *ut pictura poesis* – rumo ao *bene dicendi* – para deleitar, mover, visando à persuasão e à memória; a *verdade* subordina-se ao *juízo*, que além de compreender a *dispositio*, julga o que deve ser

¹⁷² BARROS, *Décadas*, Primeira Década, p. 2.

¹⁷³ BARROS, *Décadas*, Primeira Década, p. 2.

¹⁷⁴ BARROS, *Décadas*, Primeira Década, p. 3.

historiável, louvável, sempre sob o critério inquestionável da origem e propósito português.

Seguindo a arte, o historiador, ao lado do poeta épico, empregam o gênero demonstrativo, fazendo com que a censura e o louvor articulem-se às máximas políticas que constituem, num sentido amplo, um regimento de acesso às convenções do centro de poder luso.

Sem exceção, todos os historiadores do passado, ou os que escrevem sobre a arte histórica, louvam a verdade. E, para um luso seiscentista, pós-tridentino, o que não concerne às origens cristãs de Portugal, e ao seu providencialismo, não é incluído como algo historiável.

Por isso, a censura dos comentadores pós-XIX, supracitados, é simplista e consiste em um conceito idealista da *verdade*, como se a mesma fosse algo solto no vazio. Mencionar que os seiscentistas têm a oratória como modelo mas sob um viés positivista, supondo má-fé dos autores, em que se presume uma verdade absoluta subjacente deliberadamente negligenciada, desconsidera o propósito, a utilidade, a noção de origem, elementos fundamentais para a narrativa historiográfica ibérica.

B.4) Épica

Consideremos agora a *épica*, e sua relação com a narrativa histórica, aplicada ao caso luso. Com efeito, diz-nos Aristóteles que a *épica* assemelha-se à *tragédia* por imitar os feitos nobres de personalidades nobres¹⁷⁵. A diferença básica entre a

¹⁷⁵ ARISTÓTELES, *Poética*, 1449 a, 24, p. 109.

tragédia e a *épica* diz respeito à extensão, sendo a *épica* mais longa; à métrica; e ao drama, sendo a *épica* menos dramática¹⁷⁶.

Dessa maneira, segundo Aristóteles, a *épica* imita uma ação ou argumento, enquanto a unidade histórica funda-se no recorte temporal, em que os feitos que aconteceram podem ou não ter nexos causais. Nesse aspecto, a autorização de Aristóteles estabelece-se: a narração histórica é em ordem natural (*in ordo naturalis*), diferentemente da *épica* ou da tragédia, em que a narração pode iniciar, por exemplo, pelo meio de uma guerra, ou, *in media res*, como conceitua Horácio.

Em termos retóricos, a *narração* é a parte que consiste numa exposição dos eventos ocorridos, artificiosos de maneira a persuadir¹⁷⁷. Tucídides, por exemplo, ao longo de sua narrativa histórica, para deleitar e persuadir, introduz diálogos verossímeis, o *sermocinatio*¹⁷⁸, .

É elemento fundamental da narração epidítica o *exemplo*. O exemplo opera um duplo propósito no discurso histórico; por um lado é um recurso para provar, e colocar algo diante dos olhos¹⁷⁹. Ao mesmo tempo, a partir do louvor ou da censura dos exemplos, lega-se para o futuro a lição sobre virtudes úteis à moral e à república (conselho).

É nesse sentido que a *épica* intercepta-se com *história*. Além das semelhanças artificiosas, encontramos em Portugal uma convergência de propósito em ambas, exemplificado em Camões: porque a rima, o metro e a abundância de efeitos são os

¹⁷⁶ ARISTÓTELES, *Poética* 1449 b 24, p. 109.

¹⁷⁷ QUINTILIANO *Ins. Orat.* 4, 2, 31; CÍCERO *Inv.* 1, 19, 27.

¹⁷⁸ *Ad Herennium*, IV, 65.

¹⁷⁹ *Ad Herennium* IV, 59 e 62.

instrumentos mais eficazes para se fixar na memória e no entendimento os feitos gloriosos lusitanos, e para estabelecer e reforçar a moral e o propósito político.

Jorge de Sena¹⁸⁰ afirma que o propósito político presente no canto IX (92 a 95)¹⁸¹ é o de regular o cortesão português da expansão marítima, “um regimento para ministros, para conselheiros, para governadores ultramarinos, para chefes de exército e de armada” pois, por terem maior autonomia administrativa, devem

¹⁸⁰ Jorge DE SENA, *A estrutura de Os Lusíadas*, in *A estrutura de ‘Os Lusíadas’ e outros estudos camonianos e da poesia peninsular do século XVI*, Lisboa, Portugália Editora, 1970, p. 160.

¹⁸¹

Mas a fama, trombeta de obras tais,
Lhe deu no mundo nomes tam estranhos,
De Deoses, Semideoses immortais,
Indigetes, Eroicos, e de Magnos,
Por isso, o vos que as famas estimaís,
Se quiserdes no mundo ser tamanhos,
Despertai ja do sono do ocio ignavo,
Que o animo de livre faz escravo.

E ponde na cobiça hum freio duro,
E na ambiçam tambem, que indignamente,
Tomais mil vezes, e no torpe e escuro,
Vicio da tirania infame, e urgente:
Porque essas honras vaãs, esse ouro puro
Verdadeiro valor nam dão aa gente,
Milhor he merecellos, sem os ter,
Que possuilos sem os mereçer.

Ou day na paz leis iguais, constantes,
Que aos grandes não dem o dos pequenos
Ou vos vesti nas armas rutilantes,
Contra a ley dos inimigos Sarracenos,
Fareis os Reinos grandes, e possantes
E todos tereis mais, e nenhum menos,
Possuireis riquezas merecidas,
Com as honras, que illustrarão tanto as vidas.

E fareis claro o Rei, que tanto amais,
Agora cos conselhos bem cuidados,
Agora co as espadas, que immortais
Vos farão, como os vossos ja passados:
Impossibilidades não façais,
Que quem quis sempre pode e numerados
Sereis entre os Heroes esclarecidos,
E nesta ilha de Venus recebidos.

aspirar a ser heróis à serviço de Portugal, de Deus, e da Coroa, argumentando que “Capitães de frota, comandantes de fortalezas, vice-reis da Índia, todos eram no mundo de Camões, ainda que prepostos do Rei, pequenos príncipes locais, autônomos e responsáveis, a uma infinita distância do Poder Central, que levava dois anos a destituí-los”. Na mesma linha, Afrânio Peixoto diz que “poder-se-ia em Camões tirar um compêndio de civismo, de moral política e de virtude pública e privada”¹⁸² e José Filgueira Valverde ressalta os aspectos morais dos Lusíadas, presentes no “final da maioria dos cantos (V, VI, VII, VIII, X) para doutrinar, para criticar, para persuadir”.¹⁸³

Retomo o *Discursos* de Severim de Faria que, no concernente a Camões, apresenta os preceitos da *épica*, destacando dela cinco partes essenciais – *imitação heróica, una, honesta, útil e deleitosa* – para depois relacioná-los à doutrina do discurso histórico:

O Poema heroico, a que os Gregos chamão Epico, tem cinco partes essenciaes (a que parece se reduzem todas as mais) que são: ser Imitação heroica, honesta, util, e deleitosa. O ser uma só acção he cousa tão importante, que no poema Epico se tem por sua sustancia, como se vê de toda a arte poetica de Aristoteles, e fundase este preceito na razão natural da imitação, e pintura, que mostra não se poderem imitar duas acções juntamente, e esta he a diferença que ha entre o Poeta Heroico, Historiador, porque o Historiador escreve a narração das cousas como acontecerão sucessivamente, mas o Poeta escolhe huma só acção de hum Heroe e essa refere, não pontualmente como foi, mas como convinha ser

¹⁸² Afrânio PEIXOTO, *Ensaio Camonianos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 36.

¹⁸³ José FILGUEIRA VALVERDE, *Os Lusíadas em si mesmos, como monumento*, in I Reunião Internacional de Camonistas. Comunicações de base, Lisboa, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de “Os Lusíadas”, 1972, p. 15.

ornada a narração com varios Episodios, que são digressões de fabulas, acontecimentos, e enredos, com que com suavidade persuada aos que lerem, e ouvirem. [...] O mesmo resolve Horacio na sua Poetica.¹⁸⁴

A ação *una* de Camões, segundo Severim de Faria, é a descoberta da Índia, feita por Vasco da Gama¹⁸⁵, sendo autorizadas algumas ações secundárias¹⁸⁶. É *honesta* por ser “digna de se imitar, por quanto o fim da poesia, e principalmente heroica, he ensinar, incitar, e mover deleitando”.¹⁸⁷ E nisso Camões é “supereor a todos os Antigos, e Modernos”, pois além de descrever toda sorte de dificuldades dos navegadores, e maravilhas encontradas, comunicou “sobre tudo do verdadeiro Deos, de que os mais delles estavam totalmente ignorantes”¹⁸⁸, tudo de maneira sumamente decorosa, pois apesar de poeta católico, Camões, não introduz “Anjos, e Santos nas fabulas que fingio, mais parece digno de louvor que de reprehensão, porque he indecencia grandissima usar dos nomes dos Santos para fabulas profanas”.¹⁸⁹ Em suma, como diz Severim de Faria, autorizado por Aristóteles:

Aristoteles [...] diz que nos episodios devemos escolher antes os impossiveis provaveis, que não os improvaveis possiveis¹⁹⁰

Severim de Faria ainda nos fornece a maneira que devemos entender a passagem das ninfas, nos *Lusíadas*:

¹⁸⁴ SEVERIM DE FARIA, *Discursos Vários Políticos*, p. 306-7.

¹⁸⁵ SEVERIM DE FARIA, *Discursos Vários Políticos*, p. 309.

¹⁸⁶ SEVERIM DE FARIA, *Discursos Vários Políticos*, p. 310.

¹⁸⁷ SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 310.

¹⁸⁸ SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 312.

¹⁸⁹ SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 314.

¹⁹⁰ SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 324.

[...] e o nosso Poeta debaxo dos nomes daquellas Ninfas quis entender a gloria, fama, memoria, honra, maravilha, e todas as mais prehiminecias, que participão os Varões illustres, e esforçados, por premio de suas obras com as quaes seus nomes ficão perpetuamente unidos na lembrança dos homens¹⁹¹

A *utilidade/causa* do poema é a que nos referimos anteriormente: “admirável desejo de gloria, e de empregar a vida em feitos illustres, aventurando-a pela Fé, pelo Rey, e pela Patria”.¹⁹² Vasco da Gama representa assim excelente modelo de heróico capitão e, nos reis de Portugal, exemplos de um príncipe perfeito.¹⁹³ Com isso, Camões mostra seu “amor da patria” e “occupou seu engenho em illustrar com suas obras este Reino, e immortalizar seus naturais; e foi tão inteiro na verdade, e alheio de lisonja, que podendo receber premios de muita consideração por referir nesta obra pessoas particulares, só tratou nella daquelles Varões illustres, que de todos são universalmente conhecidos por taes”.¹⁹⁴

Vemos novamente que os propósitos do discurso histórico e da *épica* interceptam-se, divergindo no que concerne à narração, tanto quanto ao número de episódios narrados, quanto na convencionada dualidade *in ordo naturalis* e *in media res*, mais especificamente tratada na passagem a seguir:

Nem se ha de contar a historia sucessivamente, mas começando no meio dos sucessos, alcançar-se-ha depois a noticia do precedente com subito conhecimento. Estes, e os mais preceitos da arte se vem também guardados neste Poema com a quem que o lê he notorio. Pelo que poderá

¹⁹¹ SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 319.

¹⁹² SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 320.

¹⁹³ SEVERIM DE FARIA. *Discursos vários políticos*, p. 320.

¹⁹⁴ SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 331.

bem ser, que se Aristoteles o alcançara não gastára tantas palavras em louvar os de Homero.¹⁹⁵

Outra distinção relevante concerne aos fingimentos – ao recurso às fábulas. Severim de Faria afirma que a poesia não é “huma imitação, ou fabula, a qual tras sempre consigo, como parte essencial a invocação das Musas do Parnaso”¹⁹⁶, condição aceita desde que respeitadas as regras de decoro, como mencionado mais acima (a não introdução de anjos e santos, por exemplo).

Nesse sentido, a Camões, emulador dos Latinos e católico, é autorizada a invocação das musas “depois de propor a acção” e “não se hão os Santos de tomar a boca, nem na historia para materia de entretenimento, hase de escrever delles com toda a reverencia, e decencia devida” e, como se trata de um livro de argumento verdadeiro, “em que se hão de referir verdadeiros milagres, escreverem-se milagres fabulosos, se se diferenciarem huns dos outros, com que os leitores ignorantes, podem cair em erro de não conhecerem quaes devem ser cridos”, para concluir que:

Por tanto querendo o Poeta evitar tão grandes inconvenientes, usou dos nomes dos Deoses gentilicos por materia commua, e notoria de fingimentos poeticos, com que ninguem se posia enganar, mas nas cousas verdadeiras, guardando inteiramente o decoro á Religião, introduzio sempre a Vasco da Gama, fallando com toda a piedade Catholica; de maneira que os milagres verdadeiros, e cousas tantas, as trata com decencia, e gravidade divida, e as ficções conhecidas de todos vendo-se que são fabulas notorias.¹⁹⁷

¹⁹⁵ SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 330.

¹⁹⁶ SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 125.

¹⁹⁷ SEVERIM DE FARIA, *Discursos vários políticos*, p. 315.

Com tanto reconhecimento e louvor, o lugar de Camões é a do poeta que imita seus modelos e os supera. Alcir Pécora afirma que a épica de Camões, é “como estímulo, louvor e documento das proezas memoráveis dos antepassados, de virtudes sublimes dos heróis e de esperanças futuras do Reino”.¹⁹⁸

Seguindo os argumentos de João Adolfo Hansen e Alcir Pécora¹⁹⁹, uma matriz teológico-retórico-política permite desenhar a grande área compartilhada entre as doutrinas poética e histórica, uma vez que ambas elocuções regem-se pelo epidítico, havendo diferença na *dispositio* e na verossimilhança e decoro do *docere* e do *delectare*. Como já dito, o teológico estabelece as condições de origem e propósito – providenciais –; o político, na leitura escolástica da *Política* de Aristóteles, em que se faz uma analogia de Deus/mundo e rei/reino; e retórico, que preceitua o decoro das práticas discursivas, articulando o sacro à missão de Portugal.

As variantes epidíticas estabelecem os modelos morais e políticos para os fidalgos e administradores do império, fundando-se nos exemplos do passado, mas se regozijando da vitória sobre os emulados: esta superioridade dá-se em duas dimensões, a primeira porque os autores lusos dominam a arte (poética e retórica com perfeição) e a segunda porque promovem o cristianismo, numa articulação entre inventariante e inventariado, a primeira autoriza a segunda, que a supera.²⁰⁰

¹⁹⁸ PÉCORA, *Máquina de gêneros*, São Paulo, Edusp, p. 138.

¹⁹⁹ Alcir PÉCORA, *Teatro do Sacramento*; João Adolfo HANSEN, *A sátira e o engenho*.

²⁰⁰ Para a invenção de autoridades, ver ANDRADE, Luiz Cristiano de: *Os preceitos da Memória: Manuel Severim de Faria, inventor de autoridades lusas*, in: *História e Perspectivas*, Uberlândia, pags. 107 – 137; jan. jun. 2006. Nas páginas 133 – 134 de seu artigo, Andrade afirma: “Para desvelar a verdade, que é a alma da história, os historiadores deviam se valer de testemunhos escritos e oculares, uma vez que as marcas divinas estariam assinaladas no mundo e nos episódios

Excursão 1: A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto

Segundo Bluteau, “engenho” é a “faculdade com que a alma concebe facilmente as conexões das coisas, inventa máquinas e artifícios sutis, aprende as artes, e ciências, com facilidade, é alguém dotado de invenção”. No gênero histórico, o *engenho* é disjuntivo com a *verdade*: como quando, numa tópica da pintura, um pintor engenhoso engana o pássaro que é atraído por uma flor pintada numa pedra.

É com essas considerações que gostaria de tratar brevemente de Fernão Mendes Pinto – também conhecido pela anedota “Fernão, mentes? Minto!” –, autor da *Peregrinação*, editada por Pedro Craasbeck (1614). O autor é perito na descrição da geografia da Índia, China e Japão, suas leis, costumes, moral, festas, comércio, justiça, guerras, funerais, etc. e declara que são três os objetivos que o levaram a escrever o livro²⁰¹:

por erança deixo a meus filhos (porque só para elles he minha tenção oferecella) para que elles vejam nella estes meus trabalhos, & perigos da vida que passei no discurso de vinte & hum annos em que fuy treze vezes cativo, & dezasete vendido [...] & daqui por huma parte tomem os homens motivo de se não desanimarem cos trabalhos da vida para deixarem de fazer o que devem, porque não ha nenhuns, por grandes que sejam, com que não possa a natureza humana, ajudada do favor divino & por outra me ajudem a dar graças ao Senhor omnipotente por usar comigo da sua infinita misericordia, a pesar de todos meus peccados [...]

relatados”. Entretanto, ao meu ver, “testemunhos escritos e oculares” são provas para qualquer narrativa histórica, cristã ou não; não é aí que o cristianismo manifesta-se, mas sim na matéria e na invenção.

²⁰¹ MENDES PINTO, Fernão, *Peregrinação*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1614, capítulo I.

A imagem dos navegadores portugueses nesta obra é sobretudo picaresca, assumindo-se o protagonista que narra sua história como um anti-herói, capaz das piores façanhas para lograr os seus objetivos, geralmente pilhar e roubar as populações nativas para enriquecer, fugir de batalhas, e regressar à pátria²⁰².

Costa Lima²⁰³ inscreve a obra *Peregrinação* no gênero histórico, tratando seu autor, Fernão Mendes Pinto, como um autor “pobre” financeiramente e “extraviado do Estado”, para explicar uma obra tão “desenganada” e “inovadora” e mais: afirma que Fernão Mendes Pinto não segue os “protocolos discursivos”.²⁰⁴

Faria e Sousa considera Mendes Pinto verdadeiro e fonte para sua compilação das histórias portuguesas:

19. Fernando Mendez Pinto Historia Indica del mismo tiempo. De la verdad della dudan muchos; y otros tantos que anduvieron por aquellas partes dicen que aun pudiera con ella dezir cosas más dificiles al credito. Yo lo tengo por muy verdadero, por muchas razones, que a ello me sugetan. Però quando no lo sea, esto es en cosas que se quedan fuera de mis argumentos.²⁰⁵

Algumas questões que se colocam são: Mendes Pinto é engenhoso ou verdadeiro? E por que Faria e Sousa considera-o verdadeiro?

²⁰² Em Bluteau, “pícaro” é definido como “vil, maroto, patife, burlesco, ridículo”.

²⁰³ COSTA LIMA, *O redemunho do Horror – As margens do Ocidente*, São Paulo, Planeta, 2003.

²⁰⁴ COSTA LIMA, *O redemunho do Horror – As margens do Ocidente*, p. 81: “Fernão Mendes Pinto, autor da *Peregrinação*, é um pária aventureiro, no meio de nobres e de funcionários. Mesmo porque não serve ao Estado, não está obrigado a seguir seus protocolos discursivos, ainda que fosse, como João de Barros e Diogo do Couto, para relativamente inová-los”.

²⁰⁵ *Ásia*, volume I, *Libros y otros Papeles impresos, y manuscritos, de que han salido los diez Tomos de nuestra Europa, Asia, Africa, y America Portuguesas, que pareció conveniente se alistassen aqui, para que los curiosos tengan suficiente noticia de todo*.

A *verdade* não é um conceito solitário, pelo contrário, depende das provas que a sustentam e o público que a lê e julga-a. Podemos dizer que Mendes Pinto tem perícia para operar a arte poética e retórica sob uma noção de utilidade/causa louvável, o que é relevante para Faria e Sousa, por exemplo. É digno de nota que a Inquisição tenha autorizado sua publicação e que o editor seja Pedro Craasbeck. Em termos artísticos, no que concerne ao discurso histórico, Mendes Pinto contempla tópicos muito importantes: diz-se verdadeiro; inventa um *éthos* pertinente, narrando sua origem pobre e a necessidade de buscar fortuna e, coerentemente, sua prosa é verossímil com seu *éthos* (dizer-se pobre e escrever como João de Barros não seria eficaz); confessa seus pecados; agradece a Deus, dedica aos filhos e aos desesperados; descreve tudo minuciosamente (pois emprega o recurso numeral de precisão histórica: por exemplo, em vinte e um anos, é treze vezes cativo e dezessete vendido²⁰⁶); alega ter visto com os próprios olhos; subordina sua obra a um conceito nobre de utilidade/causa, que é mostrar a decadência, nos mesmos moldes de Floro quando epitomiza Tito Lívio, e alude a quatro momentos da história de Roma, das origens à decadência²⁰⁷.

Como já foi visto, é fundamental para um discurso histórico convencer-se como verdadeiro; a menor dúvida e o discurso perde sua eficácia. Os problemas de Mendes Pinto são o desequilíbrio de suas provas, como a falta de autorizações e o

²⁰⁶ MENDES PINTO, Fernão, *Peregrinação*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1614, Cap. I, Fol. I.

²⁰⁷ Para mais, ver o capítulo “Modelos de epitomização: Lívio e Floro, Trogo e Justino”

excesso de testemunho ocular, ou seja, ou o *éthos* dele é muito forte ou se desconfia do mesmo, há um desequilíbrio de provas para sustentar o argumento.

Ao meu ver, Faria e Sousa aceita-o por três razões: por sua riqueza descritiva, que é uma prova fortíssima para a narrativa histórica (como vimos, Mascardi privilegia a hipotipose), aliada à tópica da decadência do império, com o propósito da utilidade do discurso deliberativo, visando o bem da República. Por fim, o autor reconhece-se como pecador e pede perdão: é um exemplo de vício a não ser seguido, isto é, um discurso entremeado de propósitos moralizantes, de acordo com o preceito aristotélico que trata o epidítico como um gênero conselheiro. Interessante é a última consideração de Faria e Sousa: “Peró quando no lo sea [verdadeiro], esto es en cosas que se quedan fuera de mis argumentos”; penso que “fuera de mis argumentos” significa que não concerne à narrativa histórica, ou em alguma passagem em que a ficção não ameaça a veracidade da narrativa de Mendes Pinto; se o autor da *Peregrinação* fosse imperito, Faria e Sousa não hesitaria em censurá-lo, assim como fez com muitos.

Justamente por seguir eximamente os protocolos discursivos é que uma obra dessas tem o poder de persuadir e cativar um erudito do século XX.

Excursão 2: Coincidência das virtudes do discurso filosófico e histórico – *Dissertação sobre o estilo filosófico, de G. W. Leibniz*

A coincidência das virtudes do discurso filosófico e histórico permite uma maior ilustração.

Com efeito, Leibniz afirma que são três as virtudes do discurso filosófico: *clareza, verdade e elegância*. Essas virtudes coincidem aqui com a *clareza, verdade* e *juízo*, enunciadas como necessárias ao discurso histórico, ou seja, escrever com correção e ter presente o propósito da utilidade. O fato de esses discursos terem matérias distintas (o filosófico trata de doutrinas e o histórico de narrativas descritivas verdadeiras), faz com que elocuções sejam reguladas diferentemente. Assim, o histórico segue a ordem natural (*in ordo naturalis*) e demanda uma elocução média/alta, ao passo que o filosófico, ao não tratar de metáforas visualizantes e narrativas de eventos, demanda uma elocução mais baixa. No que concerne à verdade, ambos têm em comum o *éthos* do autor e as autorizações, e o restante diferindo pela matéria, sendo que o filosófico demanda provas mais lógicas, ao passo que o histórico provas mais ético-patéticas fundadas nas descrições visualizantes.

Nas controvérsias entre escolásticos e ciceronianos exaltados, ocorridas no XVI, há uma defesa – por parte dos ciceronianos exaltados – de um discurso filosófico mais patético, no que concerne à disputa de argumentos. Leibniz está vinculado à vertente aristotélica reformada, que valoriza os procedimentos dialéticos. Já Mario Nizzoli, um ciceroniano exaltado, visando desvincular-se da argumentação escolástica, concentra-se nos procedimentos ético-patéticos da elocução, visando vencer um adversário atacando seu *éthos*.

O que me parece mais pertinente de se reter aqui, na relação entre os estilos histórico e filosófico, é a assunção, por parte de Leibniz, e de acordo com todas as *auctoritates*, de que a *verdade* é uma virtude do discurso:

VI – Da Dicção Filosófica (*De philosophica dictione*) – Três ao todo, parece-me, são as virtudes do discurso: “clareza” (*claritas*), “verdade” (*veritas*) e “elegância” (*elegantia*) [...] ²⁰⁸

A *Dissertação* de Leibniz trata do estilo filosófico – *elocução* – e a *verdade* está disposta em conjunto com a *clareza* e a *elegância*, de modo que, como seus pares, a *verdade* é revelada por constructo, um artifício, resultado do uso perito da arte que a regula. Desta maneira, podemos afirmar que *verdadeira é a proposição cujas provas são aceitas pelo público a quem se destina*, e isso vale tanto para o filosófico quanto para o histórico. Para a *verdade*, a Retórica é imprescindível, como preceitua Aristóteles:

(...) a Retórica é útil porque a verdade e a justiça são por natureza mais fortes que os seus contrários. De sorte que, se os juízos se não fizerem como convém, a verdade e a justiça serão necessariamente vencidas pelos seus contrários, e isso é digno de censura. Além disso, nem mesmo que tivéssemos a ciência mais exata nos seria fácil persuadir com ela certos auditórios. ²⁰⁹

O ônus da revelação da verdade concentra-se totalmente na perícia artística. O mau uso da arte é mais censurável do que a nobreza da causa, pois de nada adianta um propósito impecável quando os argumentos que a sustentam são débeis. A título

²⁰⁸ *Dissertação sobre o estilo filosófico de G.W. Leibniz*, 2006, VI.

²⁰⁹ ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 1, p. 47, 1355 a.

de exemplo, Faria e Sousa não evitar censurar religiosos, padres e jesuítas, por terem sido imperitos na arte, por mais corretas que sejam suas missões:

17. Descripcion de los principal de la Etiopia, escrita por el Padre Manuel Barradas Jesuita, que por averla visto bien, con verdade; y zelo muestra los muchos, y notables errores que escribió en su Etiopia el docto, y elegante Padre Fray Luis de Urreta. Comunicóselas el Chantre Manuel Severim de Faria.²¹⁰

Ou:

29. Bartolamé de Argensola de las Malucas, que en mucho de lo que faltar a la verdad es buen compañero del Padre Urreta.²¹¹

No capítulo deste trabalho sobre a “clareza”, foi exposto que antes de qualquer coisa, um autor deve dominar a Gramática, isto é, escrever direito. De modo homólogo, um autor que não domina a Retórica sofre dum tipo de analfabetismo que o torna incapaz e inútil para propagar qualquer causa virtuosa.

C) Faria e Sousa e suas circunstâncias de produção

O plano de Faria e Sousa de narrar a história portuguesa tem um propósito universalizante e unificante, isto é, pretende contar *toda* a história portuguesa, sem excluir qualquer tempo ou território, e inseri-la na história de todos os povos vinculados ao Velho Testamento.²¹²

²¹⁰ “Libros y otros Papeles impresos”, ver Anexo.

²¹¹ “Libros y otros Papeles impresos”, ver Anexo.

²¹² A história universal de Portugal é o plano de João de Barros: “Quanto á parte da Conquista [...] fazemos della quatro partes de escritura [...]. Á primeira parte desta Milicia chamamos Europa, começando no tempo, que os Romanos conquistaram Hespanha [...] A segunda parte chamamos

Antes de considerar a especificidade da justificativa ibérica para esse propósito, cabe ressaltar que o conceito de história unitária e universal é estabelecido e convencionado desde a Antigüidade; os historiadores gregos e latinos, por exemplo, introduziram em suas narrativas o que posteriormente passou a ser considerado mito/fábula, variando o entendimento da matéria narrada entre o *ipsis litteris* ou o metafórico.²¹³ No âmbito cristão, é Santo Agostinho, em sua obra *Cidade de Deus*, o principal delineador dos vínculos entre o Velho e o Novo Testamentos à história romana (Livro XVIII, cap. XXII). As interpretações das fábulas (“interpretar” é, na acepção de Bluteau, “tornar claro o ambíguo ou o enigmático”) estão subordinadas às autorizações: se Tito Lívio afirma que Rômulo e Remo foram amamentados por uma loba, isso está autorizado *ipsis litteris* e é prova que não depende de esclarecimento; se uma crônica menciona que Hércules esteve em Portugal, Faria e Sousa elege a assunção ou não desse relato (seja *ipsis litteris*, seja como metáfora) de acordo com a utilidade e juízo do mesmo, e das possibilidades de ser provado (por outras autorizações ou por interpretação – quando é metáfora que se harmoniza com as convenções) a ponto de se tornar prova para um argumento maior, como seria nesse caso a vinculação de Portugal à Helenidade (Hércules tebano) ou Antigüidade (Hércules líbio, Osíris).

Africa [...] A terceira Asia [...] E a quarta [...] Brasil”. *Ásia*, Década I, Livro I, Cap. I, 13. Severim de Faria afirma: “Da historia deste Reyno além da sua Asia, prometeo compor João de Barros tres partes intituladas, Europa, Africa, e Santa Cruz”. SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Discursos vários políticos*, p. 218.

²¹³ Como, por exemplo, quando no livro IV do *Da Arquitetura*, Vitruvius afirma que o estilo Jônico é ateniense e tem esse nome graças a seu primeiro rei, Íon, filho de Apolo; ou quando Tito Lívio vincula a história de Roma à Guerra de Tróia, ou narra a história da loba que amamenta os irmãos Rômulo e Remo (Livro I, cap. I); exemplos não faltam.

Na especificidade ibérica, a vinculação ao Velho Testamento pode variar temporalmente, já que o Frei António de Brito começa sua narrativa com a criação do mundo, ao passo que Faria e Sousa opta pelo Dilúvio, muito embora a eleição de Faria e Sousa não represente uma negação da cronologia de Brito, é uma questão estilística de priorizar a *brevidade*. Em termos territoriais, Faria e Sousa planeja narrar a história portuguesa a partir de uma organização continental (como já mencionado, nos moldes de João de Barros): *Europa, Ásia, África e América*.

Para consumir seu plano, Faria e Sousa emprega os artifícios fundamentais do historiador: reunião do maior número de fontes, disposição, reparo e moderação das mesmas, para estabelecer a ordem no caos e unidade narrativa²¹⁴.

Em sua obra *Corre Manuscrito*²¹⁵, em que descreve a importância e hegemonia dos manuscritos sobre os impressos na difusão de doutrinas nos séculos XVI e XVII, Fernando Bouza menciona Faria e Sousa como um dos grandes compiladores e copistas de manuscritos do século XVII²¹⁶.

A menção de suas fontes opera como uma demonstração da arduidade da empresa, numa captação de benevolência para seu caráter (*éthos*), bem como prova de sua *verdade*:

²¹⁴ “Casi dozientos numeros son los que ahi se quedan; però debaxo de algunos hay más de um Tomo. Lo cierto es que exceden de trezientos los vistos, y desfrutados para esta nuestra Labor: y que fue trabajo más que grande arrimar a uma parte cada genero de tantas cosas derramadas por tantos volumenos, y conciliarlos; y alfin reduzir a distincion um Caos”. *Libros y otros Papeles impresos, y manuscritos, de que han salido los diez Tomos de nuestra Europa, Asia, Africa, y America Portuguesas, que pareció conveniente se alistassen aqui, para que los curiosos tengan suficiente noticia de todo*, Tomo I, *Ásia*.

²¹⁵ Fernando BOUZA, *Corre Manuscrito*, Marcial Pons 2001 Madrid.

²¹⁶ Fernando BOUZA, *Corre Manuscrito*, Marcial Pons 2001 Madrid, págs 29, 30, 31.

Sendo tão numerosos os livros e papéis, impressos ou manuscritos (estes mais que os outros), que nos serviram de base para estas nossas Histórias, e podendo parecer a alguém que elas resultaram de trabalho já feito, julgo necessário se deixe aqui lista daqueles para que se saiba o que deles consta.

Para ilustrar a grandeza dessa tarefa, remete-nos à facilidade que teve Justino e Floro (dois modelos de epitomização para Faria e Sousa), quando resumem um único autor, Trogo e Lívio, respectivamente, numa língua conhecida por todos, ao passo que Faria e Sousa encontra uma série de dificuldades:

Justino e Floro deram arrumo (torno a dizê-lo) ao que acharam menos espalhado, e era fácil de descobrir, mesmo a um medíocre desejoso de ler uma História – porque, afinal, eram só dois autores que se encontravam em qualquer livraria, em língua de todos conhecida, e a mesma em que os resumiram. O que eu dou, porém, é uma livraria inteira, que dificilmente pode reunir-se. Porque são muitos os autores e volumes e a maior parte destes grossos, e metade deles manuscritos, em língua que nem todos os desejosos de lê-los entenderiam, mesmo quando pudessem tê-los juntos a todos.

Nos prólogos de suas obras, Faria e Sousa apresenta seu plano, bem como um auto-elogio e defesa de suas eleições. No prólogo da *Ásia Portuguesa*, ele apresenta a matéria tratada, e todas as fontes utilizadas para compor a história portuguesa em sua totalidade, sejam impressas ou manuscritas²¹⁷. Já no prólogo da *Europa Portuguesa*, ele apresenta seus argumentos, as razões de sua publicação, bem como

²¹⁷ Transcrevi essa descrição no *Anexo*: “Libros y otros varios papeles”.

as defesas contra censuras levantadas na ocasião da publicação das *Epítomes*²¹⁸, como veremos a seguir.

C.1) Razão da publicação e eleição do castelhano

Logo no primeiro parágrafo do prólogo da *Europa*, Faria e Sousa apresenta as razões da publicação de uma história de Portugal e o porquê da eleição do castelhano:

1. Acordaranse tan tarde los Escritores Portugueses de poner em volumen dignos de duracion las Hazañas de sus naturales Heroes, que a lo menos tenian ya doze Principes, por espacio de casi quatrocientos años, quando Fernan Lopez, reynando Juan el segundo, fue el primero que puso a sus capacissimos ombros este gran peso, escribiendo las Cronicas de aquellos reyes asta D. Afonso V. no menos elegante que verdadero. Però al averse perdido lo más de su labor, fue causa que peligrassen irreparablemente muchas noticias, y que otras cayessen en confusas equivocaciones. Ni lo que se escapo al naufragio del olvido, y de la duda, se logra mucho; ya porque no se han impresso las mas destas Historias, ya porque las impressan estan em Portugues; lengua, que siendo de comum consentimiento, a quien la entiende, suave y magestuosa, no puedo acabar de entender la razon de hazerse dificil a algunas Naciones, y principalmente a aquellas que le son tan cercanas, y que en sus Idiomas no diferencian deste cosa considerable. Resulta, finalmente desto, que si no es entre los Naturales, viene a correr lo escrito casi la misma fortuna que lo olvidado.

Faria e Sousa alega que demorou muito para escritores portugueses narrarem a história de seus heróis (quatrocentos anos do nascimento de Portugal, ou após doze

²¹⁸ As *Epítomes de las historias portuguesas* é uma obra de menor extensão; após censuras, Faria e Sousa amplia-a, resultando na *Europa Portuguesa* (que também é uma epítome).

príncipes). Como se não bastasse, o primeiro que fez isso, Fernão Lopes, teve quase toda sua obra perdida. Esse evento lançou muitas notícias “ao naufrágio do esquecimento”, agravado ainda mais por terem sido escritas em português. Essa língua, segundo Faria e Sousa, é “suave e majestosa”, por isso fica difícil entender porque até idiomas próximos não a compreendam. Não há mais, ao longo do texto, justificativas para a eleição do castelhano.

Entretanto, no parágrafo 8 do prólogo, ele menciona que lhe aconselharam a traduzir para o português tudo o das histórias portuguesas caiu-lhe à mão, e sua razão para não fazê-lo é a dificuldade em imprimir: e aponta a culpa dos que têm o governo público, e que permitem que sejam impressas obras duas vezes venenosas, uma pelo que tratam, e outra por desviarem do útil para a República (não auxiliam e prejudicam).

Em outra oportunidade, na *Fuente de Aganipe o Rimas varias*, na “Advertencia” que se segue ao poema *Narciso i Eco*, Faria e Sousa afirma tratar-se de um poema originariamente escrito em português, depois traduzido para o castelhano, língua em que os seus versos “logran más claridad, que es la mayor ventaja de un escrito”.²¹⁹

²¹⁹ FARIA E SOUSA, *Fuente de Aganipe o Rimas Varias. Divididas en siete partes*, parte segunda, Madrid, 1644, p. 34. Na mesma obra, Faria e Sousa afirma que os dois maiores poetas heróicos castelhanos são Juan de Mena (*Siete Planetas* [Laberinto de Fortuna]) e o “religioso de la Cartuja” (*Doze Signos*); ao mesmo tempos diz que os melhores poetas líricos da Espanha são Ausiàs March, Garcilaso e Camões; *Advertencia*, p. 2, parte 1.

Em estudo sobre as dificuldades de se imprimir em português, de Buescu²²⁰, a autora atenta para o fato de que o castelhano é a língua materna da maioria das grandes casas lusas (sendo que os sucessivos enlaces da Casa de Avis resultaram na ascensão dos Habsburgos) e aponta a numerosa e constante presença de professores espanhóis nas principais universidades portuguesas.

Além disso, o português tem também o latim como concorrente. Em meio às censuras contra a “filosofia bárbara” escolástica e ao seu contestado uso do latim, pode-se notar no Quinhentos e Seiscentos a invenção de tópicos aparentemente contraditórios que coexistem: por um lado, a apologia do latim ciceroniano, por outro, a apologia do uso das línguas vulgares.

O “barbarismo” refere-se ao distanciamento, por parte da filosofia escolástica, dos preceitos de discursar da Antigüidade.

Temos como exemplo o caso do reformador Mario Nizzoli, autor de duas obras ciceronianas fundamentais (de ampla difusão): o *Índice Ciceroniano* (ou *Tesouro Ciceroniano*), e *Sobre os verdadeiros princípios e a verdadeira razão de filosofar contra os pseudofilósofos* (1553). A primeira obra manifesta sua filiação à retórica ciceroniana, alinhando-se ao orador latino. A segunda inicia-se a partir de uma célebre controvérsia que manteve com Marco Antonio Maioragio acerca da possibilidade de harmonização entre o ciceronianismo e o aristotelismo. O *Tesouro Ciceroniano* consistia em um índice de termos ciceronianos, com o propósito de

²²⁰ Ana Isabel BUESCU, *Aspectos do bilinguismo português-castelhano na Época Moderna*, FCSH/Universidade Nova, Lisboa; in: *Hispania*, LXIV/1, número 216, 2004.

retomar como modelo o estilo dos antigos para o aperfeiçoamento da língua. Essa era uma tópica dos reformadores da Filosofia, e obras que buscavam restaurar a terminologia da Antigüidade latina²²¹ e seu verdadeiro sentido eram comuns.

Os eruditos, já desde Petrarca, Filippo Villani, Leon Battista Alberti, Lorenzo Valla, dentre outros, defenderam a tese de que as invasões germânicas, bárbaras, arruinaram as virtudes da Antigüidade. Valla, por exemplo, reforça na *Doação de Constantino* a falsidade do documento destacando os diversos barbarismos lingüísticos²²². Afirma também, em sua obra *As elegâncias da Língua Latina*, serem os bárbaros responsáveis pela decadência do latim, ao enfatizar a sentença *lingua Romana* em detrimento de *lingua Latina*, pois esta última estaria misturada com elementos alheios à Antigüidade, com intromissões em sua sintaxe e vocabulário, que não por acaso seria a língua da Igreja.²²³ Estas posições podem ser

²²¹ Terminologia que, segundo alguns, foi abandonada no séc. XIII. Gilson afirma que a mudança de orientação que se produziu no séc. XIII no estudo de Gramática pode ser resumida do seguinte modo: “[...] até então, a Gramática e a Dialética haviam vivido lado a lado, como duas das sete artes liberais, que eram estudadas a fim de se alcançar uma eloquência inseparável da sabedoria; mas, a partir de então, a Gramática vai se deixar absorver progressivamente pela Lógica e servir de introdução filosófica ao seu estudo, em vez de introduzir ao estudo literário das obras-primas da Antigüidade”. GILSON, p. 501, *A Filosofia na Idade Média*, 1ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1998.

²²² Denuncia um latim sofrível. Dentre muitas passagens: “Omitto hic barbariem sermonis, quod “princeps sacerdotibus” pro “sacerdotum” dixit, et quod in eodem loco posuit “extiterit” et “existat”, et, cum dixerit “in universo orbe terrarum”, iterum addit “totius mundi”, quasi quiddam diversum, aut caelum, quae mundi pars est, complecti velit, cum bona pars orbis terrarum sub Roma non esset, et quod “fidem Christianorum”, “vel stabilitatem procurandam”, tamquam non possent simul esse, distinxit, et quod “decernere” et “sancire” miscuit, et veluti prius cum ceteris Constantinus non iudicasset, decernere eum et, tamquam poenam proponat, sancire, et quidem una cum populo sancire facit”. Lorenzo VALLA, *Discourse on the Forgery of the Alleged Donation of Constantine* trad. de C. Coleman, New Haven, Yale University Press, 1922, p. 92.

²²³ “Não quero prolongar-me na comparação do Império Romano com a língua latina. O Império foi rechaçado pelos povos e gentes como carga dolorosa. Mas a língua foi tida como a mais doce que o néctar, mais brilhante que a seda, mais preciosa que o ouro e as pedras, e a conservaram como um deus que baixou dos céus. Grande é pois o segredo da língua latina. Grande o seu engenho, já que

compreendidas quando consideramos o papado de Avinhão (1305 – 1375), e o “Cisma do Ocidente” (1378 – 1417)²²⁴, que desprestigiaram e enfraqueceram Roma, um período de bastante instabilidade política, em que a península italiana é constantemente ocupada por exércitos de forças européias maiores, como França e Sacro Império.

Isso também possibilita que a antítese entre “bárbaro” e “italiano” seja ampliada: de um lado, os escolásticos, representantes desta igreja alienígena e inimiga, de outro, os amigos da eloquência latina, e sua latinidade romana. Também deste modo, “escolástica” e “barbárie” tornaram-se sinônimos, o que permitiu uma metonímia que associa a “escolástica” à “Idade Média” inteira, ou até mesmo ao se considerar toda a Idade Média como “bárbara”, quando a escolástica censurada por Nizzoli refere-se aos séculos XIV e o XV.

Por outro lado, há a tópica dos reformistas moderados, que censuram o barbarismo escolástico, defendem a recuperação do ciceronismo, mas sem excessos, e valorizam as emergentes línguas vulgares.

durante tantos séculos continua sendo cultivada pelos estrangeiros, pelos bárbaros, pelos mesmos inimigos, de uma forma tão santa e religiosa”. Lorenzo VALLA, *Las Elegancias de la Lengua Latina*, in: *Renacimiento y Humanismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1986. Valla refere-se ao poder temporal da Igreja, ao domínio Papal de Roma, e sua submissão ao Sacro Império Romano (Germânico) que se apresenta como força protetora.

²²⁴ O período em que o papado transfere-se para Avinhão (1305 – 1375) é chamado por pensadores italianos de “cativo da Babilônia”, em alusão ao evento da Antigüidade, em que o rei da Babilônia, Nabucodonosor, cerca Jerusalém e captura seu rei (Joaquim) e vassalos (606 – 536 a. C.). Importante lembrar que Petrarca gravita em torno deste papado, milita pelo retorno a Roma e introduz a idéia do retorno aos valores da Antigüidade, e essa atuação é marcadamente política. G. W. Leibniz o responsabiliza pela introdução da elegância na Filosofia Civil (*Dissertação sobre o estilo filosófico de Mario Nizzoli*, XXIII). O “Cisma do Ocidente” se dá quando o papado retorna a Roma, mas um outro Papa é eleito concomitantemente em Avinhão.

Como exemplo de defensores dessa tópica, temos G. W. Leibniz, que em sua *Dissertação sobre o estilo filosófico de Mario Nizzoli* (obra cujo propósito é moderar o ciceronismo exaltado de Nizzoli) defende o uso de línguas vivas para filosofar:

XII – Da Transmissão da Filosofia por meio de uma Língua Viva (*De philosophia lingua viva et vulgari tradenda*)

Assim, há de se ter por certo que tudo aquilo que não for possível de ser explicado por termos populares, e se não se funda na experiência imediata dos sentidos (como são muitos gêneros de cores, odores e sabores), é nulo e deve ser excluído da filosofia como que por fórmula de expiação. Por isso muitos filósofos dotados de engenho têm o costume de incitar aos egrégios disputadores dialéticos para que expliquem todos os seus termos claramente, ou bem, se preferem evitar esta dificuldade, que desçam até uma língua viva ou popular e tentem expor nela os pensamentos de seu espírito. E é surpreendente, se tentam, ver como ficam consternados ou se põem no ridículo diante dos presentes, pouco versados na língua latina, ainda que sejam inteligentes e experimentados. Creio que por esta razão na Inglaterra e França, certamente, o método escolástico caiu em desuso paulatinamente, pois já faz muito tempo que nestes lugares se começou a cultivar a filosofia em sua própria língua, de tal maneira que, de algum modo, se abriu a porta a esta plebe e inclusive para as mulheres para que julguem tais coisas. O mesmo teria ocorrido sem dúvida entre os italianos, se ali os teólogos escolásticos não tivessem acudido em ajuda de seus congêneres, os filósofos. Na Alemanha, a filosofia escolástica tem um fundamento mais sólido porque, entre outras causas, começou a se filosofar muito tarde em alemão e mesmo agora se faz pouca filosofia nesta língua.

Na mesma linha, em 1528, Erasmo de Roterdam publica o diálogo *O ciceroniano*²²⁵, em que desafia os puristas que aceitavam exclusivamente Cícero como modelo de discurso, e que dispensavam os não-italianos. Esta obra de Erasmo percorre as questões elocutivas visando censurar o propósito político desse ciceronismo exaltado, não querendo dizer com isso que Erasmo rejeitasse as virtudes ciceronianas do discurso, como a limpidez, a clareza, elegância e a disposição²²⁶, mas censura a “escravatura da imitação”. Pode-se dizer que a concepção de Erasmo, partilhada por outros reformistas moderados, é considerar que o latim pode ser uma língua viva, de conversação corrente, aberta aos neologismos e a mudanças de sintaxe, afastando-se do sistema fechado dos ciceronianos exaltados: e a defesa desses valores, a invenção dessa tópica, coincide com a emergência das línguas vulgares, promovidas à difusão pelo aparecimento da imprensa e escolarização elementar. Por isso, o latim clássico acaba permanecendo restrito a círculos menores, a tópica dos exaltados sai de cena, e os moderados prevalecem.

Em Portugal, a afirmação do português como língua dos pensadores não passa apenas pela sua posição face ao latim, mas igualmente perante o castelhano, como já mencionado. Neste processo de apologia das línguas vernáculas, surgem as primeiras gramáticas da língua portuguesa, já no século XVI: a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536) de Fernão de Oliveira, e a *Gramática da Língua*

²²⁵ ERASMO DE ROTTERDAM, *Dialogus Ciceronianus*, 1528, Basileia, in: *The Erasmus Reader*, Toronto, Rummel, University of Toronto Press, 1990.

²²⁶ Para esta posição de Erasmo: P. JACOPIN e J. LAGRÉE, *Erasme Humanisme et Langage*, Paris, PUF, 1996, p. 45. Leibniz também condena a maledicência usada por Nizzoli: D XXV, GP IV p. 154.

Portuguesa de João de Barros, seguida do *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* (1540). Todas elas veiculam as mesmas tópicas, como em Antônio Ferreira, no *Prólogo da Comedia Eufrosina*, ou exemplificadas na *Comedia Avleografia* (1619) de Ferreira de Vasconcelos, em que o português Artur do Rego diz ao castelhano Agrimonte serem os portugueses “tão inclinados à lingoa Castelhana, que nos descontenta a nossa, sendo dina de mayor estima [...]”, resultando assim em “anichilarmos sempre o nosso, por estimarmos o alheyo”²²⁷; ou em Pero de Magalhães de Gândavo, no diálogo em defesa da língua portuguesa, que o autor publica a seguir das *Regras que ensinam a maneira de escrever* (1574), entre o português Petrônio e o castelhano Falêncio²²⁸.

Durante a União Ibérica (1580-1640), o bilingüismo é reforçado pela existência de uma unidade política, mas isso não significa que a opção por uma ou outra língua, no que concerne aos pensadores, tenha se tornado um consenso; a eleição do português pode subsumir-se a uma variante da utilidade/causa (política – qual seu valor para a república) ou à amplificação da audiência, porque um autor pode perfeitamente defender a língua portuguesa em castelhano, assim como outros autores optam por defender a língua portuguesa usando-a.

Em alguns casos, o uso da língua castelhana parece significar o alinhamento político do autor, como ocorre com o padre Bartolomeu Felipe, autor do *Tratado del Consejo y de los Consejeros de los Principes* (1584), obra em que se defendem os

²²⁷ *Comedia Avleografia*, segundo ato, cena 9.

²²⁸ GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de: *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortographia da Lingua Portuguesa, com um dialogo que a diante se segue em Defensam da Mesma Lingua*, Lisboa, 1574.

direitos de Felipe II ao trono português, e que é dedicada ao cardeal arquiduque Alberto de Áustria, vice-rei de Portugal desde 1583, mas, considerando o gênero apologético, é de se esperar que essa tópica demande o castelhano, por difusão e origem do monarca, logo é o alinhamento político *da obra*, não do autor; em outros casos significa ambicionar uma mercê; há os casos de obras encomendadas, como por exemplo o *Directorio Sacado de las Vidas i Hechos de los Esclarecidos Reies de Portugal* (1634), sucessão cronológica das vidas dos reis portugueses, escrito por ordem de Felipe III pelo cronista-mor Frei Antonio Brandão, para a instrução do jovem príncipe Baltasar Carlos, herdeiro do trono de Espanha e Portugal.

No que concerne ao modelo epitomizado por Faria e Sousa, Frei Bernardo de Brito considera que a língua portuguesa é a mais adequada para se narrar a história de Portugal²²⁹. Sua relação com a corte castelhana era próxima, conseguindo Brito ser nomeado cronista-mor do reino por morte de Francisco de Andrada em 1614, por ordem de Felipe II. Antes que se sugira um “espírito autonomista”²³⁰, Brito parece²³¹ ser o autor de uma obra que ficou manuscrita e se perdeu, de defesa dos direitos de Felipe II ao trono português, intitulada: *Disfraz de amor; cuentase la guerra de Portugal, y el derecho, que la Magestad del Rey Filippe II nuestro Señor tiene àquel*

²²⁹ BRITO, *Prologo aos leitores, em qve se daa rellação da ordem, & modo de proceder, que se goarda nesta Monarchia Lusytana*, Primeira Parte da *Monarchia Lusitana*.

²³⁰ Hernâni CIDADE, *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, Lisboa, 1940.

²³¹ Segundo Buescu, no artigo que dedica a Frei Bernardo de Brito na *Bibliotheca Lusitana*, Barbosa Machado limita-se a apontar, no elenco das obras manuscritas de Brito, a autoria do *Disfraz de amor*, acrescentando laconicamente: «*Desta obra da noticia Franckenau in Bib. Hisp. Gen. Herald*, p.62, § 179 *dizendo conservarse na Real Bibliotheca do Convento do Escorial Plut. P. Serie V.n.11*», *op.cit.*, p.528. Frei Fortunato de S.Boaventura e Frei Antônio da Visitação Freire são os únicos autores que a elas se referem detalhadamente, incluindo-a no elenco das obras duvidosas de Brito.

Reyno. D. Antonio da Visitação Freire, seu biógrafo, procura encontrar uma explicação: tratar-se-ia, nas suas palavras, mais de “hum produção. efêmera, dirigida a regular, as opiniões do tempo deste Reino, do que hum Documento de fidelidade”. E acrescenta: “Exemplo triste, mas não raro nos Annaes do Mundo, do sacrifício de huma boa causa aos interesses, e prestígios do poder, auctorizado pela força e pela fortuna!”²³².

Jerônimo Corte-Real, que no *Prólogo* da *Austriada* (1576), dedicada a Felipe II, assim justifica o uso da língua castelhana no seu poema épico: “La lengua y frasis castellano escogi, aunque murmurado y arguido de algunos de mi patria con los quales no me a valido dezir que los Mendoças, y Baçanes de Castilla abuelos mios a ello me dan licencia, cuya sangre en un mismo grado me fuerça, y obliga quasi con igual razón”. A separação das coroas em 1640 não significa perda de prestígio do castelhano, pois vemos que o rei D. João IV, fundador da dinastia de Bragança, elege o castelhano para algumas composições musicais de sua autoria; ou mesmo Francisco Manuel de Mello evidencia a vitalidade do castelhano após a Restauração²³³.

É inviável estabelecer um argumento geral que esclareça a eleição de uma ou outra língua por parte dos autores quinhentistas e seiscentistas, a não ser avaliando as obras caso a caso, pois, além do argumento da difusão, a língua obedece o decoro da matéria. Portanto, o latim tem uma circulação mais restrita, está entre os eruditos;

²³² FREIRE, D. Antonio da Visitação: pp. L-LIII, Lisboa, 1806.

²³³ Vemos na *Biblioteca Lusitana* um grande número de obras manuscritas e impressas em castelhano.

com relação ao português, o que se vê é um lugar-comum de apologia, o autor que o elege discorre longamente sobre seus méritos, fundamentando sua eleição, na linha do “suave e majestosa”²³⁴. Como o gênero histórico tem forte presença da utilidade política, podemos considerar que a eleição de narrar a história portuguesa em castelhano reduza-se mesmo às facilidades de impressão e difusão, conforme alegado por Faria e Sousa, não sendo assim, de modo algum, uma contradição defender o uso de uma língua por meio de outra, uma vez que essa relação só é tornada intrínseca após o Estado-nação. De qualquer modo, a tópica de se publicar em outra língua não é nova e está fortemente vinculada a dois fatores já mencionados – difusão e preservação – mas que encontram exemplaridade também num dos grandes emulados por Faria e Sousa: Justino. Este assunto será tratado detalhadamente mais adiante²³⁵, mas cabe aqui enunciar o que Justino enuncia sobre a questão:

Após muitos romanos (mesmo os homens de dignidade consular) comporem as histórias de Roma em grego²³⁶, uma língua estrangeira, Pompeu Trogo, homem de eloquência similar à dos antigos, incitado a emulá-los seja pela glória, ou deleitado pela variedade e novidade de tal empresa, compôs em latim as histórias gregas e de toda orbe, de modo que, do mesmo jeito que os gregos podem ler a nossa em grego,

²³⁴ Para a sentença “suave e magestosa”: FARIA E SOUSA, *Europa*, Prólogo, parágrafo primeiro.

²³⁵ No capítulo “Modelos de epitomização”.

²³⁶ Dentre os quais Aulus Albinus, consul A.U.C. 602, Cic. Brut. c. 21; Aul. Gell. xi. 8; Lucius Cincius, mencionado por Dionísio de Halicarnasso i. 6; Caius Julius, Liv. Epit. liii.; Lucius Lucullus, consul A.U.C. 679, Cic. Acad. ii. 1; e Cícero (A U.C. 690) escrito em grego para seu amigo Atticus; Ep. ad Att. i. 19.

podemos ler a deles em latim; obra, enfim, que demanda extraordinária diligência e trabalho.²³⁷

De modo que a eleição da língua a ser escrita obedece às tópicas pertinentes da arte e, neste sentido, Faria e Sousa está autorizado, sem significados maiores como, por exemplo, o já citado automático idealismo que funde língua à nação.

C.2) Apologia do estilo

Sobre seu estilo, Faria e Sousa anuncia já no parágrafo 4:

4 Llego con el estilo en varios lances de la representacion de las cosas, adonde el Historiador ha de oler a Poeta, asta las aras; de manera que ni el docto pueda justamente escandalizarse de las sobras, ni el vulgar de las menguas.

A questão do estilo está presente em boa parte do prólogo e de sua “Satisfacion”: e tanto sua eleição por abreviar outros historiadores, bem como sua eloquência sofrem censuras variadas. No parágrafo 5 do prólogo, ele define a narrativa histórica como uma “relação de sucessos” que devem vir acompanhados, moderadamente, de juízos ou comentários e esses não devem exceder o assunto tratado:

5. No me pasó por el pensamiento imitar a aquellos que dexando la Narracion de los acontecimientos, se divierten en juizios tan frequentes y dilatados, que viene a ser olvido del assunto lo que avia de ser su adorno; que los adornos cuerdos en el que más galan quiere parecer, no se han de apartar de lo cuerdo, y la cordura es tallarlos. Veo yo Historias (sigularmente modernas) a donde buelto el juicio en una predicable

²³⁷ JUSTINO, *Epitoma Historiarum Philippicarum*, Praefatio.

Oracion, si ay paciencia que lo dexe leer, no ay memoria de lo que se quedó leído de la materia ofrecida; que en rigor, es solamente lo que toca al Historiografo. Assi, pues, muchos juizios si se dilatan, son hijos de poco juizio. Tan excelente historiador; como es publico, fue Josefo; y en él no se halla palabra que exceda de una constantissima Relacion de sucessos. Tito Livio, y Salustio, los solidos Maestros [para mim el primero mayor] siendo llevados de la copia no se divierten con ella del Assunto.

Desse modo, Faria e Sousa diz localizar-se entre Josefo e Tácito, com estilo fácil, aberto, plano e cheio. Tácito, segundo ele, sequer seria considerado historiador em seu tempo²³⁸:

7. Yo seguiré un camino no tan apretado como el de Josefo, a la verdad solido; ni tan licencioso como el de muchos modernos, a la verdad vanos. Hallaráse la Historia señora de estilo; y este procuraré que sea, facil y abierto; llano y lleno. Si lo consigo, daré lo que conviene; si no, mostraré que conosco las sendas del acierto.

Em sua defesa sobre seu estilo contra os censores, Faria e Sousa especifica que seus “fiscais” atacaram principalmente o uso dos recursos poéticos, o uso de imagens com cores²³⁹:

Quando nuestro estilo en algunas ocasiones tocára mucho en lo poetico; por ventura es improprio de la Historia el hazer Imagenes de los Heroes, y de los sitios, y de los acontecimientos para produzir la vista de unos y la emulacion de otros, sin singular de las Narraciones? Por ventura ay

²³⁸ FARIA E SOUSA, *Europa*, Satisfacción, 6. “A los Modernos parece que imitan a Cornelio Tacito, porque ven sembradas de aforismos políticos sus Historias: sin considerar que lo hizo de manera que apenas con la prosecucion de la política dexa el caso. Y con toda esta industria, más que de Historiador tiene fama de Politico. Si el oy viviera se escandalizára de que le llamassen Historiador: y toda via lo es más q los q piensan imitarle. Però el es, y pudo ser lo uno o lo otro”.

²³⁹ FARIA E SOUSA, *Europa*, Satisfacción, 6.

hazer Imagenes sin colores? Por ventura los grandissimos Historiadores,
a buen tiempo, no fueron Poetas en la propria grabedad historica?

Sua justificativa caminha na trilha das convenções: cita um sem número de autoridades que usaram do poético colorido (a começar da Escritura Sagrada), afirmando que a Bíblia é mais uma imitação de Homero e Virgílio que de Heródoto e Josefo²⁴⁰. Dentre os profanos, afirma que Tucídides pintou batalhas e pestes. E cita uma pasaje do mestre Lívio²⁴¹, de Salustio²⁴², Floro²⁴³, Justino²⁴⁴, e tantos outros, para chegar enfim a uma passagem poética de João de Barros (em gradiente, seu exemplo máximo)²⁴⁵:

Bem como hum Leam faminto a quem a caza se esconde com temor
delle, em meyo de alguna grande e espinhosa balsa que rodea, e acomete
por muitas partes; e ferido, e espinhado das entradas, e saydas, já
cansado se lança com o sentido, e tento posto na prea escondida; alli etc

²⁴⁰ FARIA E SOUSA, *Europa*, Satisfación, 6.

²⁴¹ Decada 3. Lib. I Vento mixtus imber cum ferretur in ipsa hora; primum quia aut arma omittenda erant, aut contra enitentes vertice intorti affligebantur consistere: deinde, cum jam espiritum intercluderet, nec reciprocâre animam sineret aversi a vento parumper consedere. Tum veró ingenti sono coelum strepere, et inter horrendos fragores micare ignes; capti auribus, et oculis metu omnes torpère. [sic]

²⁴² Jugurta. Eodem tempore apud Zaman magna vicertabatur; ubi quisque legatus, aut tribunus curabat eo accerrime niti, neque alius in alio magis quam in se, espem habere: par iterque oppidani agere, opugnare, aut parare omnibus locis: avidius alteri alteros fauciare, quam semet tegere. Clamor permistus hortatione, laetitia, gemitu: item estrepitus armorum ad coelum ferri: tela utrinque volare. Sed illi qui maenia de fensabant, ubi hostes paullulum modo pugnam remiserant, intenti praelium equestre prospectabant. Eos uti quaeque Iugurtae res erant, laetos modo, modo pavidus animadverteres, ac ficuti a suis audiri, aut cerni possent, monere alij, alij hortari, aut manu significare, aut niti corporibus: huc et illuc quaeque vitabundi, aut jacentes tela agitare. [sic]

²⁴³ Floro, lib. 2. Cap. 2. Igitur victor Italiae Populus, quum a terra fretum usque venisset, more ignis, qui obvias populatus incendio silvas, interveniente flumine abrumpitur, paulisper substitit. Etc. [sic]

²⁴⁴ Justino lib. 4. desde el principio asta rematar la descripcion de Sicilia con esta clausula: Undarum porro in se concurrentium tanta pugna est, ut alias veluti terga dantes in imum desiderare, alias quasi victrices in sublime ferri videas: nunc hic fremitum ferventis aestus, nunc illic gemitum in voraginem desidentes exaudias.[sic]

²⁴⁵ Década I, livro 3. [sic]

Faria e Sousa alega não ter cometido excessos ou incorrido na prolixidade, exemplificados em “un Pueblo a quien el mar sirviendo de cinta de nieve no solo ciñe perô ata”; ou “pièl manchada de oro”, para dizer “céu estrelado”; ou “harpa de pluma”, para dizer “cisne”. E explica ter optado por imitar do latim “as vozes e o exórdio das cláusulas” e que “pretendeu trasladá-los” para o castelhano, e que nessa iniciativa (ou “ousadia”) é o primeiro na Espanha:

15. No solamente en essa osadia fuy primero en España, sino que casi lo soy en escribir Historia con luzes de los antiguos Maestros della; como Livio, Salustio, Tucidades en lo largo; y en lo conciso, como Floro, Justino, y Veleyo. Digo casi; porque a todos imito en lo uno y en lo otro: porque si bien tengo delante a Don Diego de Mendoça en la de Granada, y a Antonio de Fuen-mayor en la de Pio Quinto; y a Mariana en la General; y a Barros, y a Osorio, y a Mafeo en la Indica, que son los que mas atinaron con el verdadero modo de historiar, no imitó cada uno a todos los maestros, ni uno solo en todo, y algunos dellos a uno en poco; pareciendo que fue menos estudio que acontecimiento. Aqui es, al contrario, perpetuo el estudio: resplandecen todos a cada passo.

Sua argumentação funda-se nas autoridades e exemplos das mesmas. No mais, retém a noção de uma história eloqüente, justificada pela utilidade/causa política bem como pela facilidade de memorização. Seu uso de metáforas visualizantes não excede o esperado pelas convenções do gênero, até porque Faria e Sousa redige epítomes (elege a brevidade como diretriz). Sua defesa contra eventuais censuras está mais de acordo com tópicas justificativas (reforço e defesa prévia de suas eleições) do que a abusos elocutivos efetivamente cometidos.

C.3) Apologia da verdade

Como se trata do discurso histórico, e já vimos que a *verdade* é imprescindível para este gênero, Faria e Sousa cerca-se de todos os recursos artísticos e não-artísticos (*auctoritates*) disponíveis, para convencer de sua veracidade, afastando os tipos de censura mais comuns, como a bajulação e o uso de autoridades questionáveis.

No que concerne à bajulação, é uma questão recorrente entre os historiadores, explorada por Luciano, e mencionada e refutada por Faria e Sousa em sua *Satisfación*²⁴⁶:

16. Entremos a lo fiscalizado por parte de la verdad; si bien a este cargo jamás se deviera dar satisfacion, porque parece consiente culpa quien se defiende. Siempre me asseguró mucho de mi propio en esta parte, el tener por maxima indubitable que quien en Historia se desvia por qualquier respeto, un solo punto de lo verdadero [aun en cosas momentaneas] sabiendo que lo haze [pues talvez lo hará alguno sin saberlo, y entonces queda inculpable] merece eterno vituperio, sin que le valga alguna elegancia, o otras calidades de rara suficiencia. El principio de ser verdadero es ser independiente: porque a quien con fingido zelo se anda introduziendo en casas de Señores, y Ministros, y otras Personas de alguna mano, por coger dineros o Officios, que genero de libertad le

²⁴⁶ O Prólogo da *Europa* segue a mesma linha: “9. Patente puerta me ofrecia el aver hecho memoria del origen y progressos de muchas Familias, Heroes, Casas, Titulos, y Oficios deste Reyno, para que entrandome por ella, saliesse a correrlo todo, y apreguntarles lo que más deseavam se dicesse de ellos, despues de averlos bien sazonado con adulaciones, a imitacion de muchos discipulos modernos de Paulo Jovio, que por España con cartas hizo un pedido a sus Principes para el papel y tinta que intentava gastar en sus Historias: y como ellos no las quisieron con la sospecha de compradas, bolviendose con algunas afrentas a los propios a que combidava con alabanças, se vino a hazer Historiador de los Turcos. Y que diré yo de aquellos que solo por introducirse con lisonjas descaradas a las caras de los que pueden algo, hablan dellos tan fuera del proposito de que van hablando, que si la misma filaucia no los engañara se dieran por mas corridos que alabados? Y que, de los que lloran la alabança que dieron quando ven que no se la pagaraon? Y que, de los que la pagan?”

queda? Y al que no es libre, que genero de verdades será el suyo? El Mundo sabe que no sé yo dél para pretension alguna. El propio, pues, juzgue adonde estará la verdad más segura. Esta es la causa de no hallarse en mis planas desvios desatinados para enxirir en alabanças a sugetos indignos dellas, ni aun dignos menos que a su tiempo: sino una immobile constancia para seguir el argumento, dando a cada uno lo que merece. Asta a la misma amada Patria desamo en lo vituperoso. En lo excelente asta a la enemiga amo. El Escritor verdadero no es de Nacion alguna mientras escribe. Estraño ha de ser a los propios, propio ha de ser a los estraños, para alabar destos las acciones gloriosas, para no tiñir de aquellos las insolencias.

Defender-se previamente de acusações de bajulação é praxe e não é algo que efetivamente debilita a narrativa de sua *Europa*, pelo menos não se vê entre censores e comentadores posteriores que Faria e Sousa tenha escrito sua história para obter alguma mercê.

Entretanto, a questão da autoridade desautorizada ou falsa é um tema mais controverso, para o qual Faria e Sousa dedica muitas páginas de sua *Satisfación*.

O problema reside no cerne da narrativa de Brito e do próprio Faria e Sousa, fundada nos escritos de Laymundo Ortega e Giovanni Nanni de Viterbo.

Laymundo Ortega²⁴⁷, alegado autor da obra *De Antiquitatibus Lusitaniae* e Annio da Viterbo (Joannes Annius Viterb(i)ensis, Giovanni Nanni (Nenni) de Viterbo), autor dos *Commentaria super opera diuersorum de Antiquitatibus loquentium*, publicados em Roma, no ano de 1498. Na referida obra, comenta textos

²⁴⁷ BRITO, *Monarchia Lusitana*: “...descubri hũa nottaueal antigoalha, entre outras, que minha diligencia, & trabalho, tirarão das mãos do esque cimento. Que foy hum liuro antiquissimo, escrito de letra Gothica, em pergaminho grosso, & mal pullido, composto por hum Portugues chamado Laymundo Ortega: o instituto do qual, he descobrir antiguidades da Lusytania, & trazer com muita chaneza, a verdade das cousas, que pode alcançar no no tẽpo em que viuia...” (Epigrama, folha 2).

atribuídos a diversos autores, entre os quais os do sacerdote babilônico Beroso, que teria vivido entre IV a. C., autor de uma *História da Babilônia*, em grande parte perdida, chamada *Babiloniaka*, narrada em três livros, em grego. O autor viterbense alega ter encontrado escritos perdidos de Beroso, o que foi considerado, depois, falsificação. Este Pseudo-Beroso funde a cronologia bíblica com as das mitologias egípcia e grega, o que facilita muito o trabalho dos historiadores, que contavam basicamente com a *Crônica* de Eusébio de Cesaréia²⁴⁸, e que ainda oferece uma lista de vinte e quatro reis da Espanha.²⁴⁹

Ambos, mais o Beroso, são importantes para Brito e Faria e Sousa, fontes da Parte Primeira da *Monarchia Lusitana*, nos relatos que Brito faz de *Górgoris*, do *Endovélico*²⁵⁰ e dos *Hércules* líbio e tebano. Menciono aqui brevemente essas narrativas porque são provas fundamentais do vínculo luso com as antigüidades bíblicas e pagãs e pelo fato, já mencionado, de Faria e Sousa dar bastante atenção às censuras referentes a estes autores.

O relato de *Górgoris* vincula Portugal à *Odisséia* e à *Ilíada*. *Górgoris* é um príncipe visigótico, pai de Calipso, por quem Ulisses apaixonou-se quando passa por terras lusitanas e após fundar Lisboa²⁵¹. Do encontro nasce Ábidis, indesejado e

²⁴⁸ Sua *Crônica* é dividida em duas partes. A primeira, *Cronografia*, é uma epítome da história universal disposta de acordo com as nações; a segunda parte, *Cânones*, dispõe o material histórico em linhas do tempo paralelas.

²⁴⁹ Giovanni NANNI DE VITERBO; *Commentaria*: Lib. XII: Túbal, Ibero, Jubalda, Brigo, Tago, Beto, Gérion, Gérion Trigémio, Híspalo, Hispano, Hércules Líbio, Héspero, Atlante Ítalo, Sícoro, Sicano, Siceleo, Luso, Sículo, Testa, Romo, Palátuo, Caco, Eritro e Melicola.

²⁵⁰ *Endovélico*, divindade celta, posteriormente adotada pelos romanos. A luz vista nos céus na Península Ibérica, sinal do nascimento de Cristo, marca a decadência da adoração endovélica.

²⁵¹ BRITO, *Monarchia Lusitana*, Livro I, cap. XXII.

abandonado pelo avô materno. É colocado num cesto e atirado ao Tejo, pelo qual sobe contra a corrente e é recolhido por uma loba, em Santarém, que o adota. Posteriormente, Ábidis é reconhecido por sua mãe Calipso, que o torna legítimo herdeiro, e torna Santarém capital do reino. Chamou-lhe “Esca Abidis” (“manjar de Abidis” e sob o domínio romano, *Scalabicastrum*), logo “Scalabis”. Cito a passagem em que Górgoris cede a filha a Ulisses:

E pera mais engrandecer os principios desta gente, diz Laymundo (antiq. Lusit. lib. I), que lhe offereceo molheres da terra com que casassem, & ao Capitão Ulysses deu por amiga a filha, de que falamos atraz, mãy do menino Abidis, que elle aceitou pera ganhar com esta sombra de matrimonio a vontade da gente Espanhola²⁵²

Já a narrativa do *Endovélico* envolve um sinal luminoso que é visto na Espanha/Portugal na ocasião do nascimento de Cristo.

De acordo com os Evangelhos, fala-se do aviso que os pastores receberam dos Anjos (Lucas, 2:8-20)²⁵³ e do avistamento da estrela que guia os Magos do

²⁵² BRITO, *Monarchia Lusitana*, Livro I, cap. XXII.

²⁵³ “8. Havia nos arredores uns pastores, que vigiavam e guardavam seu rebanho nos campos durante as vigílias da noite. Um anjo do Senhor apareceu-lhes e a glória do Senhor refulgiu ao redor deles, e tiveram grande temor. O anjo disse-lhes: Não temais, eis que vos anuncio uma boa nova que será alegria para todo o povo: hoje vos nasceu na Cidade de Davi um Salvador, que é o Cristo Senhor. Isto vos servirá de sinal: achareis um recém-nascido envolto em faixas e posto numa manjedoura. E subitamente ao anjo se juntou uma multidão do exército celeste, que louvava a Deus e dizia: Glória a Deus no mais alto dos céus e na terra paz aos homens, objetos da benevolência (divina). Depois que os anjos os deixaram e voltaram para o céu, falaram os pastores uns com os outros: Vamos até Belém e vejamos o que se realizou e o que o Senhor nos manifestou. Foram com grande pressa e acharam Maria e José, e o menino deitado na manjedoura. Vendo-o, contaram o que se lhes havia dito a respeito deste menino. Todos os que os ouviam admiravam-se das coisas que lhes contavam os pastores. Maria conservava todas estas palavras, meditando-as no seu coração. 20. Voltaram os pastores, glorificando e louvando a Deus por tudo o que tinham ouvido e visto, e que estava de acordo com o que lhes fora dito.”

Oriente até o tabernáculo (Mateus, 2:1-12)²⁵⁴. Há também uma lenda que narra terem sido presenciados na Península Ibérica sinais nesse dia, fenômenos solares na Hispânia e a destruição do templo dedicado a Endovélico, que se situa no Alentejo; tópica bíblica estabelecida, tópica bíblica imitada²⁵⁵.

Brito reproduz Afonso X O Sábio, ao citar a narrativa da “nuvem tão clara, e resplandecente como o proprio Sol no ponto do meyo dia”, referenciando depois Laymundo Ortega para dizer que:

na parte Occidental da Lusytania, junto ao Promontorio Barbarico, que he agora a Serra de Arrabida, se vio por este tempo hua luz tão clara, como se o proprio Sol estivera naquelle posto. Forão todos estes sinaes aos vinte e cinco de Dezebroy do anno tres mil e novecentos e sessenta e dous da criação do mundo [...]²⁵⁶

²⁵⁴ “1.Tendo, pois, Jesus nascido em Belém de Judá, no tempo do rei Herodes, eis que magos vieram do oriente a Jerusalém. Perguntaram eles: Onde está o rei dos judeus que acaba de nascer? Vimos a sua estrela no oriente e viemos adorá-lo. A esta notícia, o rei Herodes ficou perturbado e toda Jerusalém com ele. Convocou os príncipes dos sacerdotes e os escribas do povo e indagou deles onde havia de nascer o Cristo. Disseram-lhe: Em Belém, na Judéia, porque assim foi escrito pelo profeta: E tu, Belém, terra de Judá, não és de modo algum a menor entre as cidades de Judá, porque de ti sairá o chefe que governará Israel, meu povo (Miq 5,2). Herodes, então, chamou secretamente os magos e perguntou-lhes sobre a época exata em que o astro lhes tinha aparecido. E, enviando-os a Belém, disse: Ide e informai-vos bem a respeito do menino. Quando o tiverdes encontrado, comunicai-me, para que eu também vá adorá-lo. Tendo eles ouvido as palavras do rei, partiram. E eis que a estrela, que tinham visto no oriente, os foi precedendo até chegar sobre o lugar onde estava o menino e ali parou. A aparição daquela estrela os encheu de profunda alegria. Entrando na casa, acharam o menino com Maria, sua mãe. Prostrando-se diante dele, o adoraram. Depois, abrindo seus tesouros, ofereceram-lhe como presentes: ouro, incenso e mirra. 12. Avisados em sonhos de não tornarem a Herodes, voltaram para sua terra por outro caminho.”

²⁵⁵ Para mais referências sobre “sinais luminosos”: Dion Cássio (*História de Roma*, 9, Livro XLVIII, cap. 43); Eusébio de Cesaréia (*Crônica*, 23, Olimpíada 184); Plínio O Velho (*História*, 17, Livro II, 30 – 31), Tomás de Aquino (*Suma*, 2, Parte III, Questão 36, art. 3), Afonso X O Sábio (*Crônica*, 1, cap. 122, p. 97), dentre outros.

²⁵⁶ BRITO, *Monarchia Lusitana*, Livro IV, Parte I, Tít. V.

Assim, o nascimento de Cristo é assinalado por uma luz no oriente e por uma no ocidente, no fim do mundo conhecido. Faria e Sousa narra a passagem da seguinte maneira²⁵⁷:

Entre los señales que manifestaron el cumplimiento destas antiquissimas esperanças de los desterrados y anhelantes hijos de la culpa comum en todo el Orbe, no pudo deixar de recibir la fidelissima España su porcion, como aquella que en la Mente Divina estava señalada, para superior Cultura de la moderna Viña, y del moderno Pan que se plantava y se desparzia abundante y graciosamente en la Tierra (...) Vió, pues, España aquella misma Noche, una dilatada nube tan llena de resplendores, que no solo alumbrava con el Sol la mitad del Cielo, si no que despedia calor como él proprio al mismo punto. Fue cayendo a apagarse en el mar Oceano, por hazer lugar al nuevo dia, que en virtud della no se dexava conocer, bañando ya com pujantes rayos las altas cumbres de los Montes. [...] sobre el Promontorio Barbarico (oy sierra de Arrabida) se vió patente otra Luz extravagante, parecida en mucho a essotra que fue comun a toda España.

Os tais “sinais luminosos” marcam, na Hispânia, o fim da idolatria pagã e o advento do cristianismo. Brito assim narra:

[...] nesta mesma noite [do nascimento de Cristo] se achou no Templo do Amor, que estava junto a Vila Viçosa a estatua de Cupido desfeita, e o mandarão a Roma por maravilha. Mas o Emperador sem a ter em conta de tal, mādou recolher a prata do Idolo, e fazer outro de metal dourado²⁵⁸

Brito associa o templo à Cupido; já Faria e Sousa, em passagem análoga, relata:

²⁵⁷ FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, Tomo I, Parte II, Cap. XVI.

²⁵⁸ BRITO, *Monarchia Lusitana*, 5, Parte I, Livro IV, Tít V, p. 414.

Portugal [...] no se quedó sin ser particularmente avisado por semejantes postas. Porque en el Templo de Endovelico, cerca de Villaviciosa, cayó desde sus Aras al suelo la imagen de la Deidad allí gentilmente venerada. Siendo de plata se rompió en diferentes pedaços, que por admiracion fueram embiadas a Roma, adonde hizieron admirable armonia com los que de outros varios Idolos avian allá ruinado a las mismas horas.²⁵⁹

Por fim, as narrativas dos Hércules líbio e tebano, que vinculam Portugal a origens tanto bíblicas quanto pagãs: na primeira parte da *Monarchia Lusitana* de Brito, que trata das histórias da Lusitânia desde a criação do mundo até ao nascimento de Cristo, a narrativa dividida em dois Hércules distintos é a solução encontrada pelo autor dar unidade – por meio do juízo – as fontes históricas variadas e desconexas, ao mesmo tempo que identificar Portugal com a história dos tempos antigos da Lusitânia.

No viés greco-romano pagão, a presença de Hércules na Península Ibérica é associada à luta contra Gérion (ou Gerião), monstro tricéfalo ou tricórpore e comumente identificado com o ocidente hispânico, registrado como o décimo trabalho do herói tebano, que era roubar o gado de Gérion. Hércules deveria viajar para a Eritreia, atravessando o deserto da Líbia (metonímia da África). Há vários registros: Estesícoro (Tísias), poeta, escreveu uma “Canção de Gérion” (*Gerioneis*) no século VI a.C., em que narra a morte de Gérion; às vezes, Gérion é identificado como um deus ctônico²⁶⁰ da morte. Na *Divina Comédia*, Gérion habita o penhasco

²⁵⁹ FARIA E SOUSA, *Europa*, Tomo I, Parte II, Cap. XVI, p. 243.

²⁶⁰ Divindade terrestre ou subterrânea, em oposição às olímpicas.

entre o sétimo e o oitavo círculos, e representa a fraude. Na *Crónica General* de Alfonso X o Sábio (séc. XIII), cuja história inicia-se com o Dilúvio e a vinda de Túbal, neto de Noé, para a Península Ibérica, descreve-se Gérion como um tirano que forçava seus súditos a dar seus filhos e parte de seus bens em tributo, até que Hércules vem para a península e auxilia os habitantes locais, derrotando-o e enterrando sua cabeça no mesmo local onde fica a Torre de Hércules (um farol romano), na Corunha. Hércules, errante, prossegue em suas viagens, mas deixa um sobrinho que governará a Espanha: Hispano.²⁶¹ Numa outra linha, Justino, em sua *Epítome* de Pompeu Trogo, diz que Gérion não é um gigante com três corpos, eram três irmãos que atacam Hércules ao vê-lo roubando seu gado²⁶².

Brito e Faria e Sousa, porém, não escolhem essa fonte quando tratam dos reinados de Gérion: em suas narrativas, Gérion luta contra Osíris, não ocorrendo o encontro entre Gérion e o Hércules tebano.²⁶³ Faria e Sousa descreve o herói da seguinte maneira:

Aun entonces vivian los Portugueses en aquella simplicidad primera, y modo de proceder sencillo que el sincero Patriarca Tubal les avia enseñado. Reconocian un solo Dios, Criador de todas las cosas, sin cultivar Idolos, ni induzir otras supersticiones diabolicas, de que ya el mundo se iva llenando por la inconstancia humana, más facilmente

²⁶¹ *Primera Crónica General de España*, I, 8. R. Menéndez Pidal (ed.), Gredos, Madrid, 1977.

²⁶² “In alia parte Hispaniae quae ex insulis constat, regnum penes Geryonem fuit. In hac tanta pabuli laetitia est, ut, nisi abstinencia interpellata sagina fuerit, pecora rumpantur. Inde denique armenta Geryonis, quae illis temporibus solae opes habebantur, tantae famae fuere, ut Herculem ex Asia praedae magnitudine inlexerint. Porro Geryonem ipsum non triplicis naturae, ut fabulis proditur, fuisse ferunt, sed tres fratres tantae concordiae extitisse, ut uno animo omnes regi uiderentur, nec bellum Herculi sua sponte intulisse, sed cum armenta sua rapi uidissent, amissa bello repetisse”. JUSTINO, *Epítome das Histórias Filípicas*, XLIV 4.

²⁶³ BRITO, *Monarchia Lusitana*, Livro I, cap. IX, p. 99.

rendida, engañada, o maliciosa en otras Provincias. [...] Deste sossiego amable, desta inteligencia politica, desta superioridad preciosa, gozavan los Lusitanos en sus terminos y fuera dellos, quando desde Africa passó a España un Hombre facinoroso y delinquente [...] se llamava Gerion, que en Caldeo suena Peregrino. [...] Los Andaluzes buscando a tanto precipicio como los amenaçava, y sabiendo que Osiris passeava el Mundo vencedor y poderoso en favor de los que podian poco, dieronle cuenta de sus miserables opressiones [...] el aver querido Osiris entrar en este hecho, luego empeçó a ser vitoria, con la muerte de Gerion [...] Varios Escritores se dexaron creer que su muerte avia sido a manos del Griego Hercules, equivocados con aquel nombre, que entonces, como titular, era comun a todos los singulares Heroes, como oy lo es el de Reyes y Duques [...]²⁶⁴

Ou seja, a solução de Brito e Faria e Sousa é considerar “Hércules” um título de bravura ou nobreza, daí a confusão de outros autores. Relativamente a Gérion, Bernardo de Brito caracteriza-o como invasor e tirano usurpador. A Osíris, quando responde ao pedido de auxílio dos Andaluzes, “desagrauaua os oprimidos, & dauua morte a tyrannos”²⁶⁵.

O Hércules tebano, filho de Zeus e Alcmena, é tratado posteriormente, no tempo de Licínio e Palátuo. Neste episódio, Hércules vem auxiliar Palátuo a recuperar o cetro e o território, como os relata Faria e Sousa:

Vino [Palátuo] marchando a Lusitania, quando Hercules Thebano, y los otros Argonautas, impelidos de naufragios surgieron en España, no muy apartados de la boca del Guadalquivir. Buena fortuna se prometió Palatuo con la mala de los naufragantes. Visitó al Thebano: dióle pesames exteriores de lo que se dava interiores parabienes: mostrosele

²⁶⁴ FARIA E SOUSA, *Europa*, Tomo I, parte I, cap. II.

²⁶⁵ BRITO, *Monarchia Lusitana*, Fls. 21v.

contento de que Jupiter le reservasse la vida, si Neptuno le avia estorvado el viaje. Pidiole relacion de sus gloriosos errores para exaltarlos: hizosela de sus lastimas para moverle. Al passo de las sumisiones, y de las cortesias, corrieron los refrescos, y las dadivas; poderosa recomendacion en todas edades. Hercules que flutuava agora en las sazones del huesped, más gustosamente que antes en las coleras del mar, responde a Palatuo con gratissimo semblante; animale; y prometele, alfin, que no bolverá a sus vasos sin dexarle restituído a su Corona. Tomo I, parte I, capítulo 5.

A verdade dos acontecimentos é, como Brito salienta, atestada por uma profusão de fontes, das quais as mais conhecidas são Dionísio de Halicarnasso, Trogo Pompeu, Diodoro Sículo, Estrabão, Plínio, Isócrates, Plutarco, Lactâncio e Eusébio de Cesaréia.²⁶⁶ No preâmbulo do capítulo XXVII, Brito narra sobre as dificuldades em dar unidade a fontes tão desconexas,²⁶⁷ do mesmo modo que depois Faria e Sousa fará.

Pois o relevo que ambos os historiadores dão a Laymundo e ao viterbense não é tanto por notícias inéditas pois, como vimos, as tópicas estão espalhadas pelas diversas convenções. O que eles oferecem de relevante é dar unidade entre as convenções: por meio de seus relatos, Brito e Faria e Sousa podem unificar as narrativas com o propósito da história universal.

Faria e Sousa dedica bastante espaço à questão, pois os relatos de Laymundo e do viterbense (e o Pseudo-Beroso), suas existências, e a honestidade de Brito, são

²⁶⁶ BRITO, *Monarchia Lusitana*, Fls. 58 – 58v.

²⁶⁷ XXVII, fls. 85.

colocados todos em dúvida. Faria e Sousa não ousa censurar Brito, e defende a legitimidade de Laymundo citando inúmeras autorizações e a unidade da narrativa.

Em primeiro, a honestidade de Brito, ao mostrar que não é incomum o encontro de relatos antigos legítimos:

11. El mayor crimen que se le impone es citar a Laymundo Ortega Capellan del Rey Don rodrigo, y Escritor Portugues, hallado en la Libreria de Alcobaça por los años 1590. que los Escrupulosos, sin escrupulo quieren sea invencion suya. Hablo desta suerte; porque mas dudára yo de levantar este nefando testimonio a qualquier Hombre, quanto más a este de tan estremadas calidades, que de creer que puede aver en el mundo lo que yo no vi: porque en él mucho más el lo que puede ser hallado que visto. Por ventura es cosa nueva en él, el hallarse un libro viejo, y perderse qualquier libro, y más en las manos de un hombre que peregrinava, y murió en un viaje? Por ventura fueron mas hijos del Hado para hallar antiguedades con más credito los que hallaron otras con más dicha, pues al nuestro Tifis de las Lusitanas se le haze cargo de lo que a otros se dió alabanza? Nombraré los que se me ofrecieren. Geronimo Zurita halló las Historias de Gaufredo Mulaterra, Tolomeo de Luca, y el Abbad Alexandre. Mascardo Freero la Cronica de Bohemia. Lorenço Brochelo las adiciones a la Historia de Gregorio Turonense. La del Emperador Mauricio por Theophilato Simocata hallada en Baviera. En varias librerias se hallaron diferentes Escritores antiguos de la Germania. Carlo Sigonio y Radero la Historia Alexandrina. Theodosio Dousa la Constantinopolitana por Jorge Logoteta. Agora se halló el Exemplar Floriacense, de que constan cosas nuevas, y entre ellas que el Conde Don Enrique, Tronco de los Reyes de Portugal, era de Besanzon de Francia, como lo veremos a la entrada del Tomo segundo desta nuestra Europa. Fragmentos de Obras de S. Atanasio Obispo de Zaragoza, y Discipulo de Santiago, descubrió en la Isla de Cerdeña Bartolamé Andres de Olivenza, Religioso Jesuita: y Gaspar Alvarez Losada Escribano del Archivo Real de Lisboa, en el de

Sãta Cruz de Coimbra, otro escrito, o carta de Hugo antiquissimo Obispo del Porto. Assi ha avido, y ay otros muchos hallazgos a que se concede mucha fé. En que, pues, la desmereció más Fray Bernardo, ó menos alguno de esos Descubridores? Son mas ilustres? Son más doctos? Son más justos? Por cierto no. Puede causar risa grande el ver que nos quieren tapar la boca, o negar la estimacion, con unos vanissimos cocos q nos hazen, nombrandonos algunos a quien solamente la distancia del tiempo o del lugar haze grandes. Por dicha, son ellos fantasmas, y nosotros Niños? Concluyo, luego, que será siempre poquissimo escrupuloso, el que a este modo lo fuere mucho.

Em seguida, Faria e Sousa mostra que Laymundo é autorizado por outros historiadores doutos:

12.Todavia, porque no parezca que yo soy el Polo opuesto a de la Incredulidad, acomodandome tanto, como otros se desacomodan, a creer; diré algo a este proposito; para que se vea que creo lo creible sin inclinarme con facilidad. Antes de Fray Bernardo alegó con Laymundo un Varon tan docto, tan grabe, y tan sincero como lo fue el Obispo Fray Amador Arraez. Vió el Arçobispo de braga D. Fray Agustin de Castro el mismo Tomo de Laymundo, como constó por certificación o fé publica de Gaspar Alvarez Lousada (que también lo vió) Escribano del Archivo del Reyno. Un religioso grabe, docto, y anciano, afirmó con juramento a Diego Lopez de Sousa Conde de Miranda, que él, y no Fray Bernardo, avia descubierto este Autor.

Em sua *Satisfación*, dedica os parágrafos 13 a 21 (presentes no *Anexo*) para defender a validade dessas autoridades. Menciono, por exemplo, sua defesa da lista dos reis da Espanha:

18. En particular responderé agora a lo más preciso. Pretenden los escrupulosos que sea falso el Beroso del Viterbiense; y que por el mismo caso son fantasticos aquellos primeros Reyes de España, deziendo que

los bautizó con los nombres de las Provincias, o montañas, o rios dellas, proporcionando todo para texer una fabula. Digo lo primero, que no acabo de entender el para que avia de aprovechar este fingimiento; ni como podia un hombre fingir tantas cosas, viendo yo bien que es possible texer algunas con las halladas. Fray Juan de Pineda en la Censura que haze de los Autores al principio de su Monarchia Ecclesiastica con escrupulo de seguir algunos, no tiene de seguir a este, y muestra como Varones grandes anteriorissimos a Fray Juan de Viterbo, alegan a Beroso en la propia sustancia que él le halló, y con las mismas palabras. Hombres mayores que sus Fiscales le veneran y siguen, y trasladan. Digo, lo segundo, que yo no pretendo hazerle más solido de lo que todos le hazen; advirto solamente que Josefo en todo esso pone los nombres de todos los primeros Principes del Mundo anegado. Veo que Trogo Pompeo (Español, como nacido en Ledesma) segun le abrevia Justino al principio del libro ultimo de su Historia, dize que Hispalo fue Rey de España; y que este nombre resultó de aquel. Trogo, es cierto que habló con las noticias de siglos anteriores; y Justino, libre de las sospechas de fingir Reyes a nuestra Patria, le sigue: y todavia, Hispalo es uno de los reprovados a titulo de ser invencion del Viterbiense; siendo cierto que a este Escritor son anteriores essotros con muchos centanares de años. Siguese, luego, que assi como uvo este Rey, pudo aver los otros; y que assi como Beroso no aparece inventado para él, no lo seria para ellos. Quanto a mi, por más impossible tengo el no aver alguna memoria de Reyes de una Provincia tan ilustre por tantos siglos, que él averlo sido los reprovados por la diligencia moderna solamente con el escrupulo de que los montes y rios ocasionaron aquellos nombres: porque ellos se ocasionan de algo; y no veo ocasion mas fuerte que la de los Principes para darles los suyos; o po su gusto, o por su asistencia, o por algun caso que les aconteciesse en ellos; y más en edades que ellos no tenian nombre alguno.

Em resumo, a defesa de Laymundo é feita com base na honestidade de Brito, que alega ter encontrado seus escritos. Já os relatos do viterbense/Pseudo-Beroso são

defendidos com base na unidade narrativa e estilo, bem como em autorizações de outras autoridades, como acima são citados Justino e Trogo, que corroboram as informações disputadas.

Em termos artísticos – da *ars historica* – Faria e Sousa procede com perfeita perícia, fundamentando solidamente sua eleição pela manutenção das autoridades disputadas, afinal, como vimos, faz sua apologia de todas as maneiras possíveis: autorizações, repetição das tópicas, estilo, unidade, etimologia, descrição (a obra de Laymundo é acentuadamente descritiva), etc. A razão de sua eleição por tais relatos corresponde ao seu partido, já referido, providencialista contra-reformado, sua noção de propósito e utilidade política, que regulará o juízo, a matéria e eleição de tópicas para sua narrativa histórica. É natural que doutrinas coevas e divergentes atacassem os fundamentos mais frágeis, como as autoridades supostamente falsas.

E é muito curioso, entretanto, que a roda da fortuna tenha inutilizado suas fontes e, conseqüentemente sua narrativa histórica, ao mesmo tempo em que promove Fernão Mendes Pinto: isso mostra que a prova “vi com meus olhos” e alegação de pobreza e, portanto, alijado do discurso oficial, constituem maior credibilidade, independente de uma consideração que trate tal narrativa também um produto artificioso da *ars*.

D) A brevidade e a epitomização em Faria e Sousa

O plano de uma história total de Portugal, após a expansão marítima, é de João de Barros.²⁶⁸ Para empreendê-la, Faria e Sousa usa as crônicas do reino para a *Europa*; as *Décadas* de João de Barros, Diogo do Couto e Antônio Bocarro para a *Ásia*; trechos das crônicas do reino e relatos dispersos, para a *África*; e a *História do Brasil*, de Pedro de Magalhães, para a *América*. Esse é o corpus principal.²⁶⁹

O imenso material disponível, variado, espalhado, em diversas línguas, de extensões distintas: isso tudo, em contraste com o objetivo de tornar a história portuguesa acessível, bem disposta, com propósito cristão, visando à utilidade da república, e à memória, faz com que Faria e Sousa eleja a *brevidade*²⁷⁰ como virtude discursiva prioritária.

Cícero já havia enunciado:

Nada é mais doce na história do que a pura e clara brevidade²⁷¹

E Faria e Sousa alega o acesso facilitado à história:

Nosso intento foi oferecê-las daquele modo aos desejosos de alegá-las e aos seus livros e capítulos (ainda que não as possuíssem) tendo somente esta nossa história, que desde hoje será mais fácil de encontrar por se imprimir em língua mais comum em Espanha e de ler por abreviar-se aqui

²⁶⁸ “Quanto á parte da Conquista [...] fazemos della quatro partes de escritura [...]. Á primeira parte desta Milicia chamamos Europa, começando no tempo, que os Romanos conquistaram Hespanha [...] A segunda parte chamamos Africa [...] A terceira Asia [...] E a quarta [...] Brasil”. BARROS, *DÉCADAS*, Década I, Livro I, Cap. I, 13.

²⁶⁹ A descrição detalhada de todas as fontes usadas encontra-se em “Libros y otros varios papeles”, no *Anexo* deste trabalho.

²⁷⁰ *Breuitas*: CÍCERO, *De inventione*, 1, 20, 28; QUINTILIANO, 4, 2, 43; *Ad Herennium*, 1, 9, 14.

²⁷¹ “Nihil est enim in historia pura et illustri breuitate dulcius”, *Brutus*, lxxv, 262.

Ao falar de sua *Ásia*, que é uma abreviação das *Décadas* de João de Barros, Faria e Sousa apresenta quatro argumentos em favor de sua brevidade – dificuldade da prosa do João de Barros; dificuldade em encontrar os tomos/edições; preço e, por fim, extensão do texto (pois “a vida é curta”):

Viendo yo quan apetecida (con causa) es su Historia, singularmente por los casos militares, y bien lograda en Geografia; y que se impossibilita mucho su leccion; a unos por la dificultad que hallan (no sé porque) en la lengua; a otros por no alcançar aquellos Tomos, ya por las pocas ediciones, ya por la costa; y a muchos por su longitud [no sin razón, considerandose que la vida es corta, los libros muchos, y el deseo mortal velocissimo naturalmente] resolvime, por facilitarlo todo, en hazer de sus quarenta libros, ó quatro Decadas (tanto compuso él) un Breviario (como ya de las Cronicas domesticas) de lo selecto, y digno de ser entendido en la Republica; dexando aquello que tiene más embaraço para lograrse apracible, que de exemplo para abstenerse de los vicioso.

Nesse sentido, temos a noção do *theatrum sacrum*, a dramatização máxima por compor-se de cenas, música e concisão²⁷²:

Mas se pueden arrimar tantas glorias en un Teatro. No será poco que las recojamos en tres. Uno, que es este, ha de incluir las de Europa; otro las de Asia; y otro las de Africa y America. En todos usaré de una dilacion breve, o brevedad dilatada: y alfin no me fatigará poco el querer dezir mucho sin hablar mucho.

²⁷² Conforme afirma Aristóteles na Poética em 1462b: “Mas a tragédia é superior porque contém todos os elementos da epopéia [...] e demais, o que não é pouco, a melopéia e o espetáculo cênico, que acrescem a intensidade dos prazeres que lhe são próprios [...] e também a vantagem que resulta de, adentro de mais breves limites, perfeitamente realizar a imitação (resulta mais grato o condensado, que o difuso por largo tempo [...])”.

Segundo as preceptivas retóricas, a *brevidade* tem três usos: é um meio de se captar a atenção do público, torná-lo dócil e benévolo²⁷³; e pode estar a serviço da memória²⁷⁴; tais usos estão combinados e autorizados também na *Poética* de Horácio²⁷⁵.

A atenção do público é conquistada se prometemos falar de questões importantes, novas, extraordinárias ou de questões concernentes à república; sobre o público mesmo; ou sobre o culto de deuses imortais; se demandarmos que nos ouçam com atenção; se enumerarmos os pontos de que trataremos.²⁷⁶ A falta de atenção do público pode ser resultado do tédio²⁷⁷, decorrente ou da (falta de) importância do assunto²⁷⁸ ou do cansaço do público. Dócil é o público que aprende com mais facilidade, de acordo com a obscuridade ou clareza do tema tratado; os recursos empregados para se obter a docilidade estão estreitamente ligados aos que captam a atenção.²⁷⁹ Benévolo, por fim, é o público que tende favoravelmente ao autor do texto ou orador, e à causa em questão²⁸⁰.

Nesse sentido, Faria e Sousa satisfaz esses pré-requisitos, ao prometer a *brevidade*: enumera suas questões, apresenta sua *dispositio* e ressalta sua utilidade

²⁷³ “In ancipiti maxime benevolum iudicem, in obscuro docilem, in humili attentum parare debemus”. Quintiliano, *Inst. Orat.*: IV, 1, 41. Em *Ad Herennium* 1, 9, 15: “quo breuior, dilucidior et cognitu faciliior narratio fiet”.

²⁷⁴ QUINTILIANO, *Inst. Orat* IV, 2, 33: “per quas efficitur quo facilius iudex intellegat, meminere, credat”.

²⁷⁵ HORÁCIO, *Ars*, 355, “quidquid praecipies, esto brevis, ut cito dicta/percipiant animi dociles teneantque fideles”.

²⁷⁶ *Ad Herennium* I, 7, p. 7.

²⁷⁷ QUINTILIANO, *Inst. Orat* IV, 1, 49.

²⁷⁸ *Ad Herennium* I, 5, p. 5: “humile genus est, cum contempta res affertur”.

²⁷⁹ *Ad Herennium* I, 7, p. 7.

²⁸⁰ Para “benevolência”, ver *Ad Herennium*, I, 8, p. 7.

política. Para obter a benevolência do leitor, elogia a si mesmo, pois garante seu *éthos*, mas decorosamente; apresenta a importância do assunto – tanto de seus emulados (como João de Barros e Bernardo de Brito) quanto de sua obra –, e ataca seus censores. Estes recursos, o da comiseração do autor e da grandiosidade da questão, são partes da amplificação e do gênero elocutivo alto adequados a um prólogo:

Considerable cosa es, sin duda, el aver reduzido a diez Tomos más de trezientos: el escribir la Historia de una Monarquia antiquissima, desde sus fundamentos asta nuestra edad: el disponerla de modo que para breve nada le falte de lo essencial, y que para dizirlo todo no cause hastio: el no faltar en esta suerte de brevedad la disposicion desahogada, el juyzio oportuno, la sentencia ponderosa, la enseñanza importantissima, la malicia galante, la verdad desembuelta, y la elegancia apetitosa. Todo esso se halla aqui no menos que en qualquier dilatada Narracion. Si esto no requiere estudio, ciencia, afan, ingenio, arte y juyzio; y si todo no monta más que qualquier defeto, desisto del juyzio, de la arte, del ingenio, del afan, de la ciencia, y del estudio: mas no desistiré de alabar alguna escritura que vea semejante.

A *narração breve* obedece à *percursio*²⁸¹, cujas características principais são o emprego de orações principais assindéticas, apostos e participios. Como vemos a passagem a seguir, Faria e Sousa produz períodos longos, pausados por vírgulas, que operam orações justapostas, apostos explicativos e participios passados:

1506. Avia el Rey Don Manuel determinado de embiar por Capitan de las naos de viaje a Tristan de Cuña, y a Afonso de Albuquerque para

²⁸¹ CÍCERO, Or. 3, 53, 202: “huic contraria saepe percursio est et plus ad intellegendum quam dixeris significatio et distincte concisa breuitas et extenuatio”.

correr la costa de Arabia, quando vino Diego Fernandez Pereyra, descubridor de la Isla Zocotorá, puesta a la entrada del mar que haze el estrecho de Adé. Sabiendo, pues, que en ella avia Christianos sugetos a Moros, ordenó que los dos Capitanes uniformes pusiessen las proas para aquella parte, y insistiessen en ganar la fortaleza: con intento a que despues seria un receptaculo en que invernassen nuestras flotas, de que resultaría el asegurarse la navegacion de aquel Estrecho. Llevaron del Reyno una fortaleza de madera que se avia de plantar en la Isla, si en la que allá uviesse, faltasse igual capacidad para la defensa. Eran seys de Março quando salieron del puerto de Lisboa catorze velas; de que fueron Capitanes Francisco de Tavora, Manuel Tellez Barreto, Afonso Lopez de Costa, Antonio do Campo; y dellos era el mayor Afonso de Albuquerque [...]²⁸²

A narrativa histórica breve tem o caráter de uma digressão ecfrática, num binômio pessoa (exemplo)/lugar. Desse modo, Barros, Brito e Faria e Sousa – historiadores – descrevem um lugar para depois falar de seus governantes e linhagens, ou o contrário, de acordo com a relevância de um ou outro. Na passagem acima, determina-se datas, como ano e dia e mês, evidenciando precisão (tópica de prova para verdade); sempre há uma enumeração (gradiente) de todos os dignitários, capitães, fidalgos de relevo, com destaque final a uma grande pessoa, seja censurável, seja louvável (no caso, Afonso de Albuquerque). É fundamental no caso a descrição geográfica, uma vez que há grande atenção para as batalhas, e é da ciência da guerra o conhecimento dos subterfúgios do terreno (e é mais uma tópica de prova para a verdade e persuasão e deleite, na imitação da pintura); no mais, Afonso de Albuquerque não é herói aqui por acaso, foram-lhe creditadas as

²⁸² FARIA E SOUSA, *Ásia*, I, 2, I.

conquistas de pontos estratégicos no Índico, que garantiram o domínio português; e, era descendente direto de Afonso Dinis, filho legitimado de D. Dinis I, da Casa de Borgonha.

Sobre os modelos de abreviação de Faria e Sousa, são os já mencionados Justino e Floro. A referência a eles é uma autorização e defesa para seu propósito, uma vez que não seria improvável que um abreviador pudesse ser tomado depreciadamente. No caso, além de imitá-los, supera-os, porque sua tarefa apresenta-se mais árdua (não se emula para empatar):

Justino e Floro deram arrumo (torno a dizê-lo) ao que acharam menos espalhado, e era fácil de descobrir, mesmo a um medíocre desejoso de ler uma História – porque, afinal, eram só dois autores que se encontravam em qualquer livraria, em língua de todos conhecida, e a mesma em que os resumiram. O que eu dou, porém, é uma livraria inteira, que dificilmente pode reunir-se. Porque são muitos os autores e volumes e a maior parte destes grossos, e metade deles manuscritos, em língua que nem todos os desejosos de lê-los entenderiam, mesmo quando pudessem tê-los juntos a todos.

A seguir, examino com mais minúcia os modelos de estilo acima indicados por Faria e Sousa.

D.1) Modelos de epitomização: Lívio e Floro, Trogo e Justino

Faria e Sousa menciona em seus prólogos numerosos modelos de autores de história, mas destaca dois em especial, Floro e Justino, e são duas as razões dessa evidência: a virtude discursiva da *brevidade* e a *matéria* tratada. *Brevidade* porque

ambos epitomizaram grandes autores; e a *matéria* vincula-se a notícias peculiares sobre tempos remotos da península ibérica.

Floro é autor do tempo de Trajano e Adriano (sécs. I e II d.C.), denominado por vezes somente “Floro” (quando autor da *Historia Augusta*), “Ânio Floro” (quando autor de cartas e poemas²⁸³), “Públio Ânio Floro” (quando autor de *Vergilius orator an poeta*) ou “Lúcio Aneu Floro” (quando autor da *Epitomae de Tito Livio*), convencionando-se tratar todos como um autor só. Segundo os fragmentos existentes do diálogo *Vergilius*, Floro é originário da parte africana do império, reside um tempo em Roma e por fim estabelece-se como professor de retórica em Tarraco²⁸⁴; produz nas circunstâncias da segunda sofística.

Sua história elogiosa de Roma, em dois livros, é fortemente centrada na guerra (expõe ininterruptamente batalhas). Apresenta a história do Império Romano como um corpo em crescimento: o reinado dos reis é a infância de Roma; a conquista da Itália, sua juventude; e, como uma potência do Mediterrâneo, Roma é adulta; por fim, a velhice, a conclusão de que Roma está ficando fraca, ocorre a Floro a partir do conceito de *inertia Caesarum* (*praef.* 4 e presente também em Tácito, *Ann.*, 1.11.4).²⁸⁵ Em termos gerais, a virtude da obra para a posteridade

²⁸³ Transcription of the original Latin texts and the English translation of them by J. Wight Duff and Arnold M. Duff as printed in Volume II of the Loeb Classical Library's *Minor Latin Poets*, pp 423-435.

²⁸⁴ *Vergilius orator an poeta*, II: “civitas ipsa generosissimis auspiciis instituta: nam praeter Caesaris vexilla, quae portat, triumphos, unde nomen accepit, adest etiam peregrina nobilitas”. Presume-se que essa descrição refira-se a Tarraco; para mais: E. HÜBNER, *Tarraco und seine Denkmäler*, Hermes 1 (1866), pp. 77 – 127.

²⁸⁵ “Si quis ergo populum Romanum quasi unum hominem consideret totamque eius aetatem percenseat, ut coeperit utque adoleverit, ut quasi ad quandam iuventae frugem pervenerit, ut postea velut consenuerit, quattuor gradus processusque eius inveniet. Prima aetas sub regibus fuit prope

reside em narrar uma história útil (a romana e seu modelo de governo a ser imitado em suas virtudes e evitado em seus vícios), a partir da epitomização de um dos mais indisputados autores (Tito Lívio), oferecendo também notícias de grande parte do que de Lívio perdeu-se; ao mesmo tempo, por ser concisa, em ordem natural e de matéria elevada, privilegia a parte retórica da memória, e favorece a difusão, tornando-se cânone de ensino dos letrados, apta ao tirocínio. Já Faria e Sousa valoriza Floro também porque este narrou eventos ocorridos na península ibérica, como as Guerras Cantábricas (29 a.C. – 19 a.C.), em que Roma conclui sua conquista da Hispânia.

Já Gneu (ou “Cneu”) Pompeu Trogo (Gnaeus Pompeius Trogus) é um historiador galo-romanizado do século I a.C., pertencente à tribo dos vocôncios (*Vocontii*) da Gália Narbonense, autor das *Histórias Filípicas* (*Historiae Philippicae*), obra de história universal em 44 livros, hoje perdido, conhecido pela epítome de Justino (século II d.C.). As *Histórias Filípicas* têm como propósito elogiar o fundador do Império Macedônio, Felipe II, tema central de sua história. O trabalho descreve as partes do mundo que foram conquistadas por Alexandre o Grande e seus sucessores. Trogo começa a narrar desde o lendário Nino, fundador de Nínive, e encerra por volta de 9 d.C. O último relato feito por Justino

per annos quadringentos, quibus circum urbem ipsam cum finitimis luctatus est. Haec erit eius infantia. Sequens a Bruto Collatinoque consulibus in Appium Claudium Quintum Fulvium consules centum quinquaginta annis patet, quibus Italiam subegit. Hoc fuit tempus viris armis incitatissimum, ideoque quis adulescentiam dixerit. Deinceps ad Caesarem Augustum centum et quinquaginta anni, quibus totum orbem pacavit. Hic iam ipsa iuventus imperii et quasi robusta maturitas. A Caesare Augusto in saeculum nostrum haud multo minus anni ducenti, quibus inertia Caesarum quasi consenuit atque decoxit, nisi quod sub Traiano principe movit lacertos et praeter spem omnium senectus imperii quasi reddita iuventute reviruit”.

(epitomizando Trogo) trata da recuperação dos estandartes romanos perdidos para os para os Partas (20 a.C.). A reputação de “história universal” que tem sua obra funda-se na presença de pormenorizadas descrições geográficas e dos povos envolvidos, virtudes previstas na arte histórica; um autor chamado “Trogo” (e creditado como o “Trogo” epitomizado por Justino) é citado inúmeras vezes na *História Universal* de Plínio o Velho²⁸⁶.

Mas não é possível falar de Trogo sem falar de Justino. Com efeito, Marco Juniano Justino ou Justino Frontino (Marcus Iunianus Iustinus) é autor do século II, da *Historiarum Philippicarum libri XLIV*, descrito por ele como uma coleção das mais importantes passagens da mencionada *Historiae Phillipicae totius mundi origines terrae situs*, de Trogo. Segundo estudo de Yardley²⁸⁷, o texto de Justino tem acentuado uso de sentenças e termos presentes em por Tito Lívio.

As virtudes da obra são as mesmas que as de Floro, como a brevidade, a elevada matéria tratada, etc.; e, do mesmo modo que em Floro, Faria e Sousa também o valoriza por narrar especificidades ibéricas, como o embate entre Hércules e Gérior²⁸⁸. O livro foi usado em larga medida durante a Idade Média,

²⁸⁶ Por exemplo: “Pili e cute exeunt crassa hirti, feminis tenuiores; equis in iuba largi, in armis leoni, dasypodi et in buccis intus et sub pedibus, quae utraque Trogus et in lepore tradit, hoc exemplo libidinosiores hominum quoque hirtos colligens. villosissimum animalium lepus”, *Naturalis Historia*, Liber XI, XCIV, 229.

²⁸⁷ YARDLEY, J. C.; *Justin and Pompeius Trogus: A study of the language of Justin's Epitome of Trogus*; University of Toronto Press, 2003. O estudo de Yardley é baseado no cruzamento de textos com o auxílio de computador (“[...] the Department of Classics at the University of Ottawa acquired an Ibycus computer. I decided one day to test the machine by running through it some phrases that seemed to me unusual or typically ‘Justinian’”; Prefac.); e a conclusão a que chega é notar presença de sentenças comuns entre Justino e Tito Lívio, sem poder afirmar se Justino imitou Lívio, ou se Trogo imitou Lívio (eram coevos), ou se Lívio imitou Trogo.

²⁸⁸ JUSTINO, *Epítome das Histórias Filípicas*, XLIV 4.

também porque o autor foi convencionado em muitas ocasiões como São Justino. O prefácio de Justino fornece algumas tópicas caras a Faria e Sousa:

Após muitos romanos (mesmo os homens de dignidade consular) comporem as histórias de Roma em grego²⁸⁹, uma língua estrangeira, Pompeu Trogo, homem de eloquência similar à dos antigos, incitado a emulá-los seja pela glória, ou deleitado pela variedade e novidade de tal empresa, compôs em latim as histórias gregas e de toda orbe, de modo que, do mesmo jeito que os gregos podem ler a nossa em grego, podemos ler a deles em latim; obra, enfim, que demanda extraordinária diligência e trabalho. A maioria dos autores escrevem a história só de príncipes em particular, ou nações, e sua tarefa parece de esforço árduo; Pompeu Trogo, na tentativa de narrar a história de todo o mundo, não parece ter agido com uma ousadia como a de Hércules, uma vez que em seus livros estão contidas as ações de todas as idades, dos monarcas, das nações e dos povos? Tudo o que os historiadores da Grécia ocuparam-se separadamente, de acordo com o que era adequado para cada um, Pompeu Trogo, omitindo apenas o que era inútil, reuniu em uma narração tudo o que atribui-se ao seu próprio tempo, e dispostas na ordem regular dos eventos. A partir desses quarenta e quatro volumes, portanto (tal foi o número que ele publicou), extraí, durante o ócio que desfrutei na cidade, o que era mais digno de ser conhecido, e, rejeitando as partes sem atrativo para o prazer da leitura, nem necessárias como exemplares, formei, por assim dizer, um florilégio, pois aqueles que estão familiarizados com a história da Grécia podem ter algo para refrescar suas memórias, e aqueles que a desconhecem, é algo para sua instrução. Este trabalho enviei para você, se ele não pode acrescentar algo ao seu conhecimento, que possa receber a sua correção e que, ao mesmo tempo, meu ócio lhe dê, de cujo fruto Catão acredita dever ser devolvido, que seja justo consigo. Sua aprovação é suficiente para mim

²⁸⁹ Dentre os quais Aulus Albinus, consul A.U.C. 602, Cic. Brut. c. 21; Aul. Gell. xi. 8; Lucius Cincius, mencionado por Dionys. Halicarn. i. 6; Caius Julius, Liv. Epit. liii.; Lucius Lucullus, consul A.U.C. 679, Cic. Acad. ii. 1; e Cícero (A U.C. 690) escrito em grego para seu amigo Atticus; Ep. ad Att. i. 19.

por ora, com a expectativa de receber da posteridade, quando a malícia da maledicência estiver morta, um amplo testemunho da minha diligência.²⁹⁰

Destaco aqui a já mencionada tópica da língua estrangeira (descrita no capítulo “Razão da publicação e eleição do castelhano”); a valorização de uma “história universal” (Faria e Sousa produz história de uma nação desde seu início e relaciona-a com outras nações, satisfazendo todos os requisitos geográficos e descritivos, ou seja, se fosse uma obra produzida nos tempos de Trogo ou Plínio, poderia ser conhecida como uma “história universal”); Justino afirma que Trogo reuniu em sua obra o trabalho de outros autores (ou seja, como Faria e Sousa, é um compilador); e a valorização da brevidade tanto para a memorização quanto para o tirocínio.

Em termos estilísticos, é provável que a historiografia moderna considere Trogo um historiador retoricamente moderado, tudo porque em uma passagem da

²⁹⁰ JUSTINO, *Epitoma Historiarum Philippicarum* (*Epítome das Histórias Filípicas*), Praefatio: “Cum multi ex Romanis etiam consularis dignitatis uiri res Romanas Graeco peregrinoque sermone in historiam contulissent, seu aemulatione gloriae siue uarietate et nouitate operis delectatus uir priscae eloquentiae, Trogus Pompeius, Graecas et totius orbis historias Latino sermone composuit, ut, cum nostra Graece, Graeca quoque nostra lingua legi possent : prorsus rem magni et animi et corporis adgressus! Nam cum plerisque auctoribus singulorum regum uel populorum res gestas scribentibus opus suum ardui laboris uideatur, nonne nobis Pompeius herculea audacia orbem terrarum adgressus uideri debet, cuius libris omnium saeculorum, regum, nationum populorumque res gestae continentur? Et quae historici Graecorum, prout commodum cuique fuit, inter se gratiose occupauerunt, omissis quae sine fructu erant, ea omnia Pompeius diuisa temporibus et serie rerum digesta composuit. Horum igitur quattuor et quadraginta uoluminum - nam totidem edidit -, per otium quo in Vrbe uersabamur, cognitione quaeque dignissima excerpti, et omissis his, quae nec cognoscendi uoluptate iucunda nec exemplo erant necessaria, breue ueluti florum corpusculum feci ut haberent et qui Graece didicissent, quo admonerentur, et qui non didicissent, quo instruerentur. Quod ad te non cognoscendi magis quam emendandi causa transmisi, simul ut otii mei, cuius et Cato reddendam operam putat, apud te ratio constaret. Sufficit enim mihi in tempore iudicium tuum: apud posteros, cum obtrectationis inuidia decesserit, industriae testimonium habituro”.

Epítome de Justino há uma censura à inserção de diálogos (*sermocinatio*), com referência a Salústio e Tito Lívio:

Seu discurso [de Mithridates], nesta ocasião, considero de tal importância que inseri uma cópia do mesmo, neste breve trabalho. Trogo Pompeu apresenta-a na forma oblíqua, pois nisso repreende Tito Lívio e Salústio, por terem excedido os limites adequados da história, inserindo discursos diretos em suas obras apenas para mostrar sua própria eloquência.²⁹¹

Entretanto, nos livros XIV 4 e XVIII 7 Justino emprega diálogos, o que pode ser visto como mais uma tópica em que o autor almeja provar-se verdadeiro: afirma que censura os diálogos justamente para que, nas ocasiões em que os usa, o efeito dos mesmos seja mais eficaz, por serem verdadeiros e logo imprescindíveis.

Já Faria e Sousa faz distinções entre Floro e Justino/Trogo²⁹²:

Se Justino, e Lúcio Floro por resumir este a Tito Lívio com tal pressa que apenas secamente informa da importância dos casos, - aquele a Trogo Pompeu, com tanta ostentação de estilo o que claramente mostra como só quis mostrar seu talento e elegância, - ficaram convencidos que tinham (e com razão) trabalhado muito, tendo lido um só catorze volumes ou Décadas, e o outro um volume ou quarenta livros dividido, com grande espírito crítico procurando não embaraçar o necessário com o abundante ou supérfluo, - não posso eu deixar de patentear aqui todas as leituras, todas as buscas e exames que fiz para conseguir o princípio, o meio e o fim deste trabalho todo, a fim de que, pelo menos, se veja

²⁹¹ “Quam orationem dignam duxi cuius exemplum breuitati huius operis insererem; quam obliquam Pompeius Trogus exposuit, quoniam in Liuió et in Sallustio reprehendit quod contiones directas pro sua oratione operi suo inserendo historiae modum excesserint”. JUSTINO, *Epítome das Histórias Filípicas*, XXXVIII 3.

²⁹² Não trago Tito Lívio para essas discussões porque ele é exemplo máximo da arte, como pode ser visto ao longo deste trabalho.

como em trabalho excedo aos dois juntos se não igualo em acerto um só. Pois se o primeiro brilha menos que o segundo, a sua boa aplicação prova o seu bom intento. No entanto ponderarei que se não igualar Justino na elegância e felicidade (nem será pouco imitá-lo em parte como procuro), estou muito longe de incorrer na secura de Floro, sendo muitos mais, com grandíssima diferença, os volumes que atentamente li uma, outra, muitas vezes, para os examinar bem, escolher, pôr de acordo, e deles tirar este trabalho meu. A tarefa de ambos foi resumir dois escritos já ajustados, sem carecer de os estudar e ajustar. A minha a fazê-lo de numerosas e indigestas escritas que exigiam exatamente uma e outra coisa.²⁹³

Floro é seco, Justino é elegante e de ostentação; Faria e Sousa emula-os para superá-los: supera os dois em volume de notícias compiladas e, em termos estilísticos, na pior das hipóteses, supera Floro e sua secura.

Temos reunidos, assim, os elementos fundamentais de por que epitomizar, e as autorizações respectivas: Trogo é compilador, narra história grega em latim e trata da Hispânia, Justino epitomiza-o e assim garante sua sobrevivência e difusão; privilegia a memória e o tirocínio de matéria útil; Floro, da mesma maneira, garante a sobrevivência de livros perdidos de Tito Lívio, tem grande difusão, também privilegia a memória e o tirocínio de matéria útil, e também trata de especificidades ibéricas. Dessa maneira, Faria e Sousa seria um êmulo de Tito Lívio/Floro e Trogo/Justino, fazendo as adaptações necessárias que insiram Portugal, expansão marítima, e o providencialismo cristão.

²⁹³ FARIA E SOUSA, *Ásia*, volume 1, *Libros y otros Papeles impresos, y manuscritos, de que han salido los diez Tomos de nuestra Europa, Asia, Africa, y America Portuguesas, que pareció conveniente se alistassen aqui, para que los curiosos tengan suficiente noticia de todo.*

D.2) Faria e Sousa e Bernardo de Brito: fundação de Setúbal

Faria e Sousa afirma em sua *Europa Portuguesa* que seu primeiro tomo é baseado na história produzida pelo Frei Bernardo de Brito²⁹⁴, não sem moderá-la:

En este primer Tomo, sigo por la mayor parte al Doctor Fray Bernardo de Brito Cronista mayor del Reyno, y de su Religion Cisterciense, en los dos Tomos que escribio de la Historia General de nuestra gente, despues de averlos conferido con los Autores que cita, y con otros en lo que me fue possible. Con esta diligencia quito, añado, y modéro, a donde me parece necessario; no porque yo le pueda censurar, antes porque nadie puede ser siempre infalible entre los mortales; y el que vee menos en todo, a vezes acierta a ver más en algo.²⁹⁵

A moderação dá-se com o cotejo das fontes de Brito, que são estudos da latinidade na península Ibérica, principalmente as investigações de André de Resende, em conjunto com a história bíblica, com base no texto de Laymundo Ortega.

Bernardo de Brito parte do atributo transmitido pelos antigos de que a história é a

alma da virtude dando nesta breue semelhança a entender, ã assi como a fabrica, & cõposição de hum corpo humano se não perpetúa, sem alma: assi as façanhas, & obras vallerosas, se entrégão ao sepulchro do esquecimêto, faltando a historia, ã como alma sua as possa eternizar.²⁹⁶

Assim, Brito pretende, com sua narrativa, organizar e ilustrar a verdade histórica ibérica e mantê-la viva na memória. Para tanto, opera com os *exempla*, em

²⁹⁴ BRITO, *Monarchia Lusitana*, 1597.

²⁹⁵ FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, Tomo I, Prólogo, 10.

²⁹⁶ BRITO, *Monarchia Lusitana*, Prólogo, fl. 3.

seu papel de conselho de príncipes, ou o que o “Theatro da historia” pode providenciar a reis, príncipes, velhos e novos:

Porq̃ do modo, q̃ nos Theatros públicos, se representam successos de amores, & armas, & outras mil variedades, q̃ pera se effectuarẽ na verdade, forão tão difficultosas, como póstas naquella invenção, ficão alegres, & desenfadadiças: assi no Theatro da historia, se nos mostrão em modo apraziuel, os casos, & successos arduos, q̃ os antigos acabarão cõ infinito perigo de suas vidas.²⁹⁷

Nas questões de utilidade para a República, bem como na *matéria* e na *invenção*, em que o cristianismo manifesta-se, Brito e Faria e Sousa coincidem perfeitamente. As diferenças entre ambos concernem à eleição da língua e à *brevidade*. Transcrevi no *Anexo* duas passagens, uma de Brito e outra de Faria e Sousa, que tratam da fundação de Setúbal. A questão da língua já foi tratada em outra oportunidade, mas a brevidade, aqui, concretiza-se de modo bastante peculiar.

As características da narrativa de Brito sobre a fundação de Setúbal concentram-se nas provas que vinculam sua origem ao neto de Noé. Assim, Brito não dá um passo sem autorização; ao falar das galés, cita Josefo e Xenofonte; a chegada a Gibraltar é narrada por Laymundo; a fundação do povoado é autorizada pelo Viterbense e por Pomponio Mela, e também Florião do Campo; na mesma linha, reforçando a vinda de Túbal para a península, menciona outros historiadores como Martim de Viciania e Garivay, que sustentam ter Túbal fundado primeiramente uma cidade, mas na Espanha, tese rejeitada por Brito, alegando estar autorizado por

²⁹⁷ BRITO, *Monarchia Lusitana*, Prólogo fl. 3.

Pineda, Nicolao Coelho Laymundo, o Frei Hector Pinto, ou André de Resende; em seguida, Brito tece suas conjecturas etimológicas, sobre a origem do nome, Setúbal/Túbal, para fechar a prova.

Faria e Sousa, de outro modo, seguindo os preceitos da *brevidade*, narra a passagem de modo bem mais parcimonioso. Não menciona uma autoridade sequer e, sucintamente, discorre sobre as relações etimológicas entre Setúbal/Túbal. Entretanto, dedica grande parte da passagem a considerações morais, de contornos pós-tridentinos²⁹⁸:

Europa Portuguesa – Manuel de Faria e Sousa: Tomo I – Parte I – Cap. I

4. (pág. 33) Las poblaciones grandes producen politica, no amor: las pequeñas más amor que politica. Tienen mas ocasion de conformidades, los que la tienen menos de codicias. Estas son los moradores más conocidos de las Cortes, y de las ciudades, y de las populosas Villas; y los que menos se conocen en las Aldeas. Las fieras traydas a poblados grandes, casi se dexan tratar como gente: los hombres reducidos a grandes juntas, casi se tratan como fieras. Más justos se lograron por los Yermos que por las Comunidades. El hallarse aun en las Religiosas juntas, no religiosos actos, procede mas de la copiosa concurrencia, que de la mala naturaleza: porque esta, qualquier mediania es abundancia, y a aquella qualquier abundancia es inquietud.

5. Essa fue siempre la causa de las divisiones entre todas las Gentes; y destas primeras del Mundo essa fue. Las cavañas, las grutas, y los desertos, no ha sido su Poblador el solo zelo de la oracion; o el solo rigor de na necessidade, mas tambien el desengaño de la malicia humana conocida mejor en los numerosos Conventos de los Hombres. Assi de todos estos primeros Peregrinos de la Tierra, unos buscaron la soledad, y

²⁹⁸ A política em comunhão com a religião; a ausência de fé como estado de natureza maligno.

vinieron a ser segundos Autores de los Cortijos, como de las Cortes le avian sido primero essotros. Notorio es ya, que salieron de aquella fabrica por la confusion de las lenguas [Babel]. Ellas entonces no fueron tantas como son oy: porque de la mezcla se hizieron otras; otras se multiplicaron destas, de modo que en sola una de las pequeñas Provincias de Europa ay tantas lenguas como uvo en Sanaar estos dias.

Como podemos ver, Faria e Sousa concentra-se em alegorias úteis para a República, isto é, na noção de utilidade/causa da narrativa histórica, sem reter as profusas provas inventariadas por Brito. Seu providencialismo contra-reformado²⁹⁹ opera oposições como amor/política, cidades/aldeias, homem/fera para evidenciar como uma República sem religião, fundada na razão de Estado maquiavélica, corrompe, torna os homens feras³⁰⁰. Temos, assim, o procedimento regular adotado por Faria e Sousa: redução das provas autorizadas (sua legitimação é feita quase que exclusivamente nos prólogos), narrativa abreviada e entremeada de máximas morais alegóricas.

²⁹⁹ Em termos de designação corrente atual, Faria e Sousa seria chamado de “absolutista providencialista contra-reformado”. Em suas obras não há discussões diretas sobre doutrinas políticas, Maquiavel não é citado (nem para ser censurado) e Tácito, cuja doutrina política é reproposta por Justo Lipsio (*Politicorum sive civilis doctrina [...] qui ad principatum maxime spectant*, 1589), e apresenta uma “política pragmática, atenta aos condicionalismos de momento” (J. Mattoso), como uma alternativa à razão de Estado pagã de Maquiavel, é citado por Faria e Sousa como historiador digno de imitação, ainda superior aos seus imitadores lusos, e é mais político que historiador, sem ser um demérito.

³⁰⁰ Passagem similar, que descreve um tempo de amor, religiosidade e paz, já foi citada anteriormente mas que cabe repetir: “Aun entonces vivian los Portugueses en aquella simplicidad primera, y modo de proceder sencillo que el sincero Patriarca Tubal les avia enseñado. Reconocian un solo Dios, Criador de todas las cosas, sin cultivar Idolos, ni induzir otras supersticiones diabolicas, de que ya el mundo se iba llenando por la inconstancia humana, más facilmente rendida, engañada, o maliciosa en otras Provincias. [...] Deste sosiego amable, desta inteligencia politica, desta superioridad preciosa, gozavan los Lusitanos en sus terminos y fuera dellos, quando desde Africa passó a España un Hombre facinoroso y delinquente”. FARIA E SOUSA, *Europa*, Tomo I, parte I, cap. II.

D.3) Ásia de Faria e Sousa e as Décadas de João de Barros

Quando discorri sobre a *brevidade*³⁰¹, exemplifiquei com uma passagem extraída da *Ásia*, de Faria e Sousa, que narra quando Dom Manuel envia Afonso de Albuquerque percorrer a costa da Arábia³⁰². A questão aqui é diferente, com relação a Brito, pois o epitomizado – João de Barros – é o modelo máximo de autor de história, emulo de Tito Lívio.

Na passagem selecionada, a epitomização feita por Faria e Sousa reduz a narrativa de João de Barros em dois terços. Para tanto, Faria e Sousa retém somente uma sucinta descrição da expedição e seu propósito, a tomada de uma fortaleza que sirva de entreposto para expedições posteriores; omite a cegueira de Tristão da Cunha; omite a peste em Lisboa e que assola a tripulação; não menciona a titulação dos capitães nem as origens patrilineas: essa abreviação não é prejudicial no que concerne às descrições dos capitães, uma vez que são homens egrégios de indisputado valor.

Nesse sentido, o que pode moderar a força de João de Barros é não narrar os percalços, como a cegueira e a peste, uma vez que tais dificuldades amplificam os sucessos. No que concerne ao estilo da narrativa, Faria e Sousa elege as já apresentadas virtudes do “discurso breve”³⁰³, uma prosa composta de orações principais assindéticas, aposto e participios, ao passo que João de Barros narra por

³⁰¹ Capítulo “A brevidade e a epitomização”.

³⁰² As passagens de Faria e Sousa e João de Barros, que comparo aqui, estão presentes no *Anexo: Ásia*, Faria e Sousa, I, 2, I e *Décadas*, João de Barros, II, 1, I.

³⁰³ No capítulo “A brevidade e a epitomização”.

meio de períodos menos longos, de orações sindéticas e subordinadas explicativas e seus quiasmas.

Entretanto, em ambos os casos, há convergência dos conceitos de utilidade política para a República (pois isso Faria e Sousa retém integralmente), os eixos da arte estão justapostos: a João de Barros cabe o ônus das provas principais e seu maravilhamento respectivo, aliado à sua prosa eloqüente e grandiosa; a Faria e Sousa cabe – estando autorizado por Barros – sua preservação e difusão, com ênfase na memória e para, por que não, servir ao tirocínio dos cidadãos do império.

E) Peroração

A razão do posterior ostracismo de Faria e Sousa na historiografia é conseqüência, ao meu ver, de sua eleição pela *epítome*. O pensamento pós-novecentista engendra a tópica da *originalidade* e, Faria e Sousa, por ser compilador e fundado numa verdade de *autoridades*, é assumidamente não-original. Não é o caso aqui de discutir a noção de originalidade na modernidade, e muitos menos nos antigos que, como sabemos, imitavam-se sistematicamente. A questão concentra-se, em Faria e Sousa, nas características da epitomização: além da compilação, o epitomizador reduz o tamanho do argumento, por resumir as descrições e outros tipos de provas de verdade, fundando-se na autoridade do epitomizado. Faria e Sousa poderia ter um grande sucesso caso as obras de João de Barros, ou Brito, ou qualquer uma de suas fontes epitomizadas desaparecessem, da mesma maneira que isso promoveu Justino e Floro.

Como se não bastasse, a Retórica como arte é desarticulada, desvalorizando uma de suas partes, a *memória*, prioridade de Faria e Sousa. E sua aposta no castelhano rende-lhe acusações de traição, após a Restauração e a ascensão do Estado-nação, que identifica idioma a povo e a país. Assim, seu plano de preservar a história portuguesa, de buscar sua maior difusão e de se candidatar a manual de tirocínio, não teve sobrevida. Apesar de ser eruditíssimo, dominar as artes letradas com extrema perícia e cercar-se de todos os argumentos que justifiquem sua empresa, a fortuna não lhe foi favorável³⁰⁴ e, como já bem dizia Maquiavel, nem toda *virtù* tem como fazer frente a uma má fortuna.

Bibliografia:

Obras históricas de Faria e Sousa::

- *Epitome de las Historias Portuguesas*. Madrid, 1628, 2 tomos (Lisboa, 1663; Bruxelas, 1677).
- *História Del Reyno de Portugal* (1730)
- *Africa Portuguesa* Lisboa, 1681, completa, D. João I até 1562.
- *Asia Portuguesa*. Lisboa, 1666, 1674, 1675, em 3 tomos:

Tomo I - Conquista da Ásia até quando João de Barros suspende suas *Décadas*;

Tomo II - 1538 até 1581;

Tomo III - Domínio no tempo dos Reis Castelhanos.

³⁰⁴ Em meu primeiro parecer da Fapesp, a bolsa foi inicialmente negada porque segundo o parecerista Faria e Sousa seria um autor de segunda linha.

1. *Europa Portuguesa*. Lisboa, 1667, 1679, 1680, 3 tomos:

Tomo I – Do Dilúvio até o primeiro rei próprio.

Tomo II - D. Henrique até D. João III.

Tomo III - D. Sebastião até Felipe IV.

Bibliografia geral:

AMBROSIO, Renato; *De rationibus exordiendi: os princípios da história em Roma*;
São Paulo, Humanitas, 2005.

ANDRADE, Luiz Cristiano de; *Os Preceitos da memória: Manuel Severim de Faria, inventor de autoridades lusas*; in: *História e Perspectivas*,
Uberlândia (v. 34), págs 107-137, jan. jun. 2006.

ARISTÓTELES, *Retórica*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1998.

_____, *Poética*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 6ª ed., 2000.

ARNAULD, A., NICOLE, P., *La logique ou l'art de penser*, Paris, Gallimard,
1992.

BARROS, João de, *DÉCADAS DA ÁSIA*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1778.

BELLINI, Eraldo. *Agostino Mascardi fra “ars poetica” e “ars historica”*,
Milano, V&P Università, 2002.

BRITO, Frei Bernardo de, *Monarchia Lusitana* Composta por Frey Bernardo de Brito, Chronista geral & Religioso da ordem de s. Bernardo, professor no Real mosteiro de Alcobaça. Impressa no Insigne mosteiro de Alcobaça por

mandado do R.mo Padre Geral Frey Francisco de S. clara com licença & priuilegio Real. Anno de 1597.

BRUNT, P. A.: *Cicero and Historiography*, in: *Studies in Greek History and Thought*, Oxford University Press, Oxford, 1993, pp. 181 – 209.

CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, comentados por Manuel de Faria e Sousa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.

CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. FARIA, Manuel Severim de. *Discursos Vários Políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.

CÍCERO, M. T., *Do orador (De Oratore)*, Paris, Les Belles-Lettres, 1985.

_____, *Partições Oratórias (Partitiones Oratoriae)*, Paris, Les Belles-Lettres, 1960; em português: tradução (em doutorado) de A. Chiappetta.

_____, *Brutus*, Loeb Classical, 1988.

_____, *Orator*, Loeb Classical, 1988.

_____, *De Inventione*, Paris, Les Belles Lettres, 1994.

_____, *The Political Works of Marcus Tullius Cicero: Comprising his Treatise on the Commonwealth; and his Treatise on the Laws*. Translated from the original, with Dissertations and Notes in Two Volumes. By Francis BARHAM, Esq. (London: Edmund Spettigue, 1841-42). Vol. 2.

De Ratione Dicendi Ad C. Herennium [Retórica a Herênio], citado “Ad Herennium”, trad. Fr. G. Achard, Paris, Les Belles-Lettres, 1987.

- DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *On Thucydides*, trad. W. Kendrick Pritchett, Berkeley, University of California Press, 1975.
- ERASMO DE ROTTERDAM, *Dialogus Ciceronianus*, 1528, Basiléia, in: *The Erasmus Reader*, Toronto, University of Toronto Press, 1990.
- FARIA, Manuel Severim de; *Discursos vários políticos*; Lisboa, Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.
- FARIA E SOUSA, Manuel de, *Europa Portuguesa*, Lisboa, ed. de Antonio Craesbeeck de Mello, 1678-80.
- _____, *Ásia portuguesa*, (versão castelhana) Lisboa, ed. de Antonio Craesbeeck de Mello, 1675.
- _____, *Ásia portuguesa*, (versão portuguesa) Porto, Livraria Civilização, Biblioteca Histórica Série Ultramarina v.6, 1945-47.
- _____, *Lusiadas de Luis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey nuestro señor Felipe Quarto, el Grande*, Madrid, 1639, 2 volumes.
- FOUQUELIN, Antoine, *La Rhetorique Française*, (1ª ed. 1555); fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.
- GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*, 1ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- HANSEN, João Adolfo; *A sátira e o engenho*. São Paulo; Campinas, Ateliê Editorial, Editora da UNICAMP, 2004.

- _____, *Artes seiscentistas e teologia política*, in: TIRAPELI, Percival. (Org.), *Arte sacra colonial: barroco memória viva*, São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.
- _____. O discreto. In NOVAES, Adauto. *Libertinos e libertários*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____, *Ut pictura poesis e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII*, in: MEGALE, Heitor. *Para Segismundo Spina: língua, filologia e literatura*. São Paulo: Iluminuras, FAPESP, Edusp, 1995.
- HERÓDOTO, *Histórias*, Madrid, Gredos, 1992.
- HEERS, J. *A Idade Média, uma impostura*, trad. A. Gonçalves, Porto, edições ASA, 1994.
- JACOPIN, P. e LAGRÉE, J.; *Erasme Humanisme et Langage*, Paris, PUF, 1996.
- LACAPRA, D.; *Rhetoric and History*, in: *History & Criticism*, Cornell University Press, Ithaca e Londres, 1985.
- LAMY, B., *L'art de parler*, 3ª edição, 1678; fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.
- _____, *La rhétorique ou l'art de parler*, 3ª edição, 1688; fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.
- LAUSBERG, H., *Manual de Retórica Literária*, Madrid, Gredos, 1966.
- LUCIANO de Samósata, *Sobre como escrever história* (ca. 165 a. C.), in: *Lucian*, vol. VI, The Loeb Classical Library, Harvard University Press – William

- Heinemann, Cambr., Mass. – Londres, 1968. *Lucien de Samosate. Œuvres complètes*, E. Chambry (trad.), Paris, GarnierFrères, 1933.
- MAGALHÃES, L. de, *Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heróico*.
In: História e Retórica – Ensaio sobre historiografia antiga, São Paulo, Ed. Alameda, 2007.
- MAQUIAVEL, Nicolau; *História de Florença*, Editora Musa, São Paulo, 2ª ed., 1998.
- _____, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, Brasília, Editora UnB, 2000.
- MASCARDI, Agostino; *Dell'arte istorica*, Rosa di Gerico, Mucchi Editore, Modena, 1994.
- MELO, Francisco Manuel de; *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, Lisboa, 1660.
- _____; *Hospital das Letras*, Lisboa, 1657.
- MENDES PINTO, Fernão, *PEREGRINAÇÃO*, LISBOA, PEDRO CRASBEECK, 1614.
- MINK, L.: *History and Fiction as Modes of Comprehension* (1970), in: *Historical Understanding*, B. Fay, E. O. Gotlob e R. T. Vann (eds.), Cornell University Press, Ithaca e Londres, 1987.
- MORENO PORCEL, Francisco; *Retrato de Manuel de Faria y Sousa*, Lisboa, Officina Ferreiriana, 1733.

MAQUIAVEL. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Editora UnB, 2000.

MUHANA, Adma; *Poesia e pintura ou pintura e poesia: tratado seiscentista de Manuel Pires de Almeida*, São Paulo: Editora da USP / FAPESP, 2002.

NIZZOLI, Mario *Anti-Barbarus seu de veris principiis et vera ratione philosophandi contra Pseudophilosophos*, Parma, Viotti, 1553; nova edição por Leibniz em 1670/74; edição crítica por Q. Breen, Milão, 2 vol., 1956.

ONG, W. J., *Ramus, Method, and the decay of Dialogue*, Cambridge, Massachusetts, 1958.

PÉCORA, Alcir; *Máquina de Gêneros*, Edusp, São Paulo, 2001.

_____, *A história como colheita rústica de excelências*; in: PÉCORA, Alcir; SCHWARTZ, Stuart. (Org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra* (Bahia, 1676), São Paulo, Cia das Letras, 2002.

QUERENGHI, Flavio; *Libri duo, unus Institutionum moralium epitome, alter De genere dicendi philosophorum, seu De sapientiae & eloquentiae divortio*, fac-símile em versão digital enviado pela biblioteca da Universidade de Mannheim.

QUINTILIANO, M. F., *Institutio Oratoria*, Turim, Classici UTET, 1968.

Retórica a Herênio, trad. A. Seabra e A. P. C. Faria, São Paulo, Hedra, 2005.

- RAMÉE, Pierre de la; *Dialectique*, A. Wechel, 1555, fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.
- SALVADOR, frei Vicente do; *História do Brasil* (1500-1627), São Paulo, Ed. Itatiaia Edusp, 1982.
- SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Discursos vários políticos*, Lisboa, Officina de Antonio Gomes, 1791.
- SINKEVISQUE, Eduardo; *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII. Introdução a um debate sobre gênero*. Dissertação (Mestrado em literatura brasileira). São Paulo: USP, 2000.
- _____, *Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654)*. Tese (Doutorado em literatura brasileira). São Paulo: USP, 2005.
- _____, Com Furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: O Dell'Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi, TOPOI, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 331-378, UFRJ, Rio de Janeiro.
- SKINNER, Quentin; *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes*; São Paulo, Ed. Unesp/Cambridge University Press, 1997.
- TALON, Omar; *Audomari Talaei rhetorica e P. Rami,... praelectionibus observata et libris duobus divisa*, A. Wechel, 1572, fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.
- _____, *Audomari Talaei Rhetorica, ad Carolum Lotharingum Cardinalem* 5e éd., Paris, M. David, 1549, fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.

_____, *Audomari Talaei rhetorica / e P. Rami,... praelectionibus observata et libris duobus divisa*, A. Wechel, 1572, fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.

TITO LÍVIO, *Historia de Roma desde su fundación*, Madrid, Gredos, 1997.

TUCÍDIDES, *The Peloponnesian War*, in: *The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury; Now First Collected and Edited by Sir William Molesworth, Bart.*, (London: Bohn, 1839-45). 11 vols. Vol. 8.

VALLA, L. *Discourse on the Forgery of the Alleged Donation of Constantine* [*Laurentii Vallensis De Falso Credita Et Ementita Constantini Donatione Declamatio*], latim - inglês. Tradução de C. Coleman New Haven, Yale University Press, 1922.

_____, *Las Elegancias de la Lengua Latina*, in: *Renacimiento y Humanismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1986.

VASARI, G. *Le vite de' piú eccellenti architetti, pittori, et scultori italiani, da Cimabue insino a' tempi nostri*; Lorenzo; Torrentino - Firenze 1550, versão digital obtida em <http://gallica.bnf.fr/>.

ANEXOS

ÁSIA PORTUGUESA

TOMO I – *Prólogo da primeira parte*

1703 Segunda edição

1

Segunda vez en este linaje de estilo me expone al rigor del juizio comum, aquel gran deseo que siempre me inflamó, de que se dilaten por el mundo las verdaderas noticias de los hechos heroicos de la mano Portuguesa fuera de la Patria, assi como ya me expuso con las de los que en ella se executaron con tanta gloria suya; sin que pudiesse desanimarme, ó la insuficiencia con que lo hize, ò la acerrima censura con que tantos procuran desluzir lo que no supieron obrar, ni, a vezes, entender. Hallo que es menos daño el mostrar poco talento (como suceda mostrar alguno) en los escritos, que el no redimir del olvido con ellos las hazañas gloriosas; y los medios, y fines de conseguirla; q son artes, ó instrucciones vivas para los futuros. Con lo primero pierdese un hombre, en q vá poco; y con lo segundo una informacion importantissima a toda la posteridad. Bien veo que los casos sublimes, las materias graves, y las sentencias ponderosas; sublime estilo, grabe elegancia, y ponderoso juizio quieren. El conseguirlo es dificil a todos, aunque sea facil el tentarlo a algunos. Luego con tanta dificultad, el que acertare en buena parte no avrá negociado poco. Si la pluma tal vez en el estilo se desiguala del assunto, ó por cortedad, ó por demasia, no sea culpa de la Historia, sino del ingenio, que no

siempre le es possible medirse con los argumentos. Esto se remedia con esperar otro más feliz que los trate; y el perderse la memoria dellos suele ser daño sin remedio. Resplandezca, pues, la verdade, aunque en clausulas incultas; porque assi a lo menos seran ellas unos capacissimos aparatos que se conserven asta que màs dichosos talentos les den una agradabilissima gala de eloquencia: ya que todo quanto permanece entre los mortales, aun de superior fortuna, necessita de adorno, y fausto, para que salgan a buscarlo con alborozo los sentidos, y los animos.

2

Sin estas satisfaciones, puede bien relevarme de mis descuidos la virtud de ser a lo menos de un cuidado zeloso en este genero de historiar; y el ser yo el primero que lo tente en España a luz de la Antigüedad Griega, y Romana. Porque a solo Homero se concedió en summo grado el dexar con ultima perfeccion, aquella divina escritura de que fue Padre; adonde todo el que lo es de alguna arte deve los primores della a las edades sucessivas. Y pues ningun buen juicio negó jamás aplauso, y a una admiración, a qualquier inventor, ni trató tanto de hazerle cargo de lo que no pudo obrar, como de rendirle gracias por lo obrado, concedanos el más desdeñoso algo desta benevolencia, antes por no hazerse injusto, ó parcial, que por hazernos claro, ò aplaudido. Vengan, en hora buena, apareciendo por los tornos de los siglos subsequētes otras plumas que nos ilustren, ò que aun nos escurezcan, y veran (si los alcãçamos) como les rindimos por lo añadido que siempre fue facil, las propias gracias que nos negaren por lo inventado que siempre fue dificil. No hablo, todavia, con todos: porque aviendo sido resulta notoria de nuestras planas un rumor

más que ordinario (señal evidente de cuidado que dieron, no le dando jamás evidentes insuficiencias) preciso fue que llegase èl también a nuestros oídos con tales circunstancias, que más nos alienta la pública acetación de muchos, que nos desabre el particular descontento de algunos. Y mejor, si él procede de una de tres causas (é ya de todas) que ordinariamente le producen. Una es ser parte de la Historia, y no hallar en ella lisonjeados sus demeritos; siendo esso antes culpa de quien con vicio indomito mereció reprehensiones libres, que de quien con libertad virtuosa escribe verdades desnudas. Otra es la ignorancia que sin noticia alguna de los antiguos, y venerables Maestros del estilo, le condena en quien los destiló todos para hazer el suyo: y si alguna noticia tienen, desean que todos se inclinen al que solamente vieron, ò al que se inclinaron solamente; como si la inclinación no fuese libre, y cada qual no asegurasse su acierto en seguir a qualquiera de los que de común consentimiento an acertado. La última es una envidia, que para un descredito, pudiendo parar en gloria de su dueño. Porque muchos reconociendo la grandeza de un escrito; y doliendole entrañablemente el ver a su Autor con la dicha de alcanzarla, hazense desentendidos, y ponense neutrales entre el vituperio y el aplauso. Y quando desde artificio que les parece invisible consiguen algo, es desdezirse a si propios, porque con los que allí alaban, alaba; y con los que allá vituperan, vitupera. Sin ver, que con tal vituperio no desluze al Autor, y que con tal aplauso no le obliga; y que pudiera acreditarse con aplaudirle; porque a la verdad quien celebra lo digno de ser celebrado, más negocia para si que para él; pues este tiene segura la calificación en la generalidad científica, y essotro el descredito en

oponersele con singularidades menos entendidas que remotas. Gran lastima es, que el que apenas sacó las manos de la faxa con un quaderno pueril, quiera que le vea el mundo todo como Gigante; y que el Gigante visto de todo èl con ponderosas obras al ombro no sea visto.

3

Tenganse estos ultimos, y essotros primeros siempre los antojos de hazer mucho de lo poco, y poco de lo mucho (sofistas que tienen dentro de si propios más pena de la que les puede desear un ofendido, posseedor de coraçon anchuroso) y vengamos a juizio con los de en medio, para que saquemos en limpio el caudal con que y me hize este modo de escribir, y con que ellos le condenan. Diré de mi a todos; digan ellos de si a quien gustaren però diganlo a si mismos, conociendose; y tassarante mucho en sus dotrinas. Desde los fundamentos de mi edad lidié con las letras humanas; sin que me desviasse dellas el sacarme de mi centro la comum ansia de buscar en las Cortes lo que se halla menos en sus Polos: porque realmente jamás acabára yo de ver el rostro a la miseria sino me oviera entrado por las sobervias puertas de los llamados grandes Principes. Opusieronseme en esta esfera insignes adversidades de humores pestiferos. Acabé de conocer que las pretenciones astuciosas avian ganado el puesto de los actos meritorios. Y si bien mi inclinacion contraria a insolencias, las abominava, los años pocos, y la naturaleza mortal hazian su oficio en parte (como con todos) alcançandome las penalidades de la pretencion, no tan ratera, todavia; porque nunca puse amor sino uso en las cosas que se hizieron más para ser usadas con templança, que amadas con excesso. Mejoravame de alguns

en amar lo que puede ser más enteramente amado que posseído; como son las buenas artes; y con singularidad las letras; y dellas en grado superior la Historia. Sacudime del caduco polvo de esperar beneficios de la esteril estrechez, sossiego de la inconstancia, verdad de la astucia, y alfin honra de afanes, y peligros ignobles: y viendome rescatado dellos, bolvime todo a mi próprio, porque de mi próprio andava yo ausente en la mejor parte.

4

Despues de hallarme ya mio con entera possession, resolvime en no estragar la preciosidad del tiempo que me restava, antes gastarle con la providencia que suele su caudal, quien a los principios le gastó sin ella, y despues vió que el poderle faltar era posible. Arrojé de mi los viles, ó a lo menos inutiles exercicios a la Republica, aunque apetecibles a la condicion humana: bolvi a lo que avia puesto más en deposito que en olvido. En mis primeros años, y sossiego del monte en que tengo mi casa, avia empleado la pluma en varios argumentos, por lograrle algo de mi alma, ó bien de mostrar la que tengo, aspirando aun poco de immortalidad, solicito de conseguir a lo futuro algun nombre por este medio que es uno de los más gloriosos que en el mundo le consiguen: que son, ò espada que con grandes actos despierte las plumas; ò pluma que con alguna dicha celebre las espadas. Reconozco bien, que esto entre los mortales no alcança tanta veneracion, ni tanto premio como essotro. Però pongo los ojos en que no ay acciones gloriosas con la duracion bien afiançada, sin averse arrimado a algun capaz ingenio: y desta manera no puede aver mayor premio, ni mayor estimacion que la de hazerse uno immortal, porque vino a ser immortalidad

de las grandes cosas. Igualmente reconozco lo arduo de exponer las ajenas en relacion publica; assi por ser casi inaccessible el igualar algunas con la elegancia, como por ser peligroso el refirir otras con entereza. Porque èl que við poco, llama fabulas, ò a lo que no vé, ò a lo que ignora: y en enteressado, rancor a la libertad: y el embidioso, lisonjas a las alabaņas. Quien en los limites humanos podrá sazonar estos paladares? Quien bolver armonica tanta dissonancia? Bien es de duro bronze el pecho que osa fiarse con fragil pluma a tan inconstantes pielagos de caprichos, de censuras, de voluntades, y de animos.

5

Soy de los que lo osaron no sin algun caudal para poderlo hazer. Porque reconociendo quanto yerran los que pretenden escribir libros que merezcan vida, sin aver leído alguno de los que la gozan, vi con gran exame (hablaré agora de la classe en que nos entramos con esta labor) entre los Griegos a Herodoto, y a Tucídides, y a Plutarco, y a Josefo: entre los Latinos a Tito Livio, y a Salustio, y a Quinto Curcio, y a Cornelio Tacito, y a Justino, y a Barros, y al Guichardino, y a D. Diego de Mendonça, y a Don Antonio de Fuen Mayor, que son los verdaderamente dignos de imitacion. Quien fuesse visto en todos, a todos encontrará con frecuencia en nuestros escritos; y con singularidad a los primeros seys, y a los ultimos quatro en general: en lo florido a Curcio, en los reparos a Tacito, en a forma a Justino, y en todo a Floro, y a Paterculo, porque en desahogo, y libertad de frases, y clausulas me hizieron siempre señalada embidia, y me llevaron la mano como unicos Maestros mios. Y finalmente a Plutarco en la introducion de politicas enseñanças, haziendonos dueño

dellas, porque en parte estos nuestros asuntos son vidas de Varones claros, y en las que él escribió le imitamos. Dixe de mi. Agora diran de si los Censuradores; avissandose de que incurren en ignorancia de buena estatura, si me juzgan sin aver tomado el pulso a los artifices desta ciencia (ya nombrados) con la atencion que yo le tomé. Porque si realmente essa es la arte, mal podrá quien no la vió juzgar a quien la exercita estudioso en ella; si a caso no es de algunos que dizen no ser preciso sugetarse nadie a preceitos para hazer obras, ò reprehenderlas: porque con estos no se argumenta; pues quien niega principio en todo lo que no es Dios, está rematado. Y aun esso para con los propios puede concurrir en nuestro favor: pues si se concede que no ay arte, en vano caerá la reprehension; porque las alabaças, ó vituperios tienen por materia los preceitos, ò obedecidos, ò violados: y a donde no ay estos, ò no ay culpas, ó no ay penas. La ultima razon sea, que nuestro intento no es alcançarnos con el Magisterio de como se ha de escribir historia, ; sino escribirla a las luzes del Antiquo con alguna osada novedad. No la imite el que no se agradare della: mas también no la estrañe el que no tuvo fuerças para imitar a alguno de quantos Maestros aqui se hallan vivamente imitados, y guiado de su antojo escribe sin aver visto a alguno dellos.

6

El argumento de los tomos que adelante aparecen, es lo que obraron los Portugueses en el descubrimiento del viaje de la India por el Oceano; y los actos con que se hizieron dueños de pedaços de la Asia, tan preciosos, y dilatados que componen un luzido Imperio. Esto desde los primeros pasos que se dieron para esta

empresa asta ou. Dirè los monumentos de que me vali para ello. Juan de Barros [Varon de antigua capacidad en ciencia, y elegancia] ó encendiendose con deseos de fama, ó agrandandose de lo nuevo, y vario de la materia, escribió en nuestro idioma Portugues el primer tercio desta misma Historia, con las condiciones que pide la que se llama estendida. Halló èl a España tan sin guia en este genero de escritura, que bien le fue menester quanta noticia tuvo de los Griegos, y Latinos, classicos, para que siguiendo sus huellas consiguiesse el aver historiado con disposicion, con juizio, con elegancia, y con gravedad, ya no en assuntos comunes, sino peregrinos. Si esto es assi, y qualquier Autor de un troço de Historia casera, ó conocida, cree quando le escribe averse puesto al ombro un peso duro; quien dudará que Juan de Barros con una animosidad Herculea se expuso a assaltar el mundo, y a sostenerle, pues en sus escritos se contienen los hechos, y las descripciones de tantos Reyes, y de tantas Gentes, y de tanta produccion varia de la Naturaleza? Tentaron muchos; però depusieronlo algunos: y los que no, lo dexaron como un Caos, ó bulto informe; y èl con maravillosa destincion, y orden. Viendo yo quan apetecida (con causa) es su Historia, singularmente por los casos militares, y bien lograda en Geografia; y que se impossibilita mucho su leccion; a unos por la dificultad que hallan (no sé porque) en la lengua; a otros por no alcançar aquellos Tomos, ya por las pocas ediciones, ya por la costa; y a muchos por su longitud [no sin razón, considerandose que la vida es corta, los libros muchos, y el deseo mortal velocissimo naturalmente] resolvime, por facilitarlo todo, en hazer de sus quarenta libros, ó quatro Decadas (tanto compuso él) un Breviario (como ya de las Cronicas domesticas) de lo selecto, y digno de ser

entendido en la Republica; dexando aquello que tiene más embaraço para lograrse apracible, que de exemplo para abstenerse de los vicioso. Todo con intento de que quien entendió a Barros en su lengua, logre esta brevedad para aliviarse; y quien no, para instruirse. Esto del primer Tomo.

7

El Segundo, y el Tercero, contienen lo sucedido desde que esse gran Escritor dexó de escribir asta oy. Coligo de las Decadas de Couto tres impressas, y cinco manuscritas, y de otros Libros, y Relaciones manuscrito lo más, y todo confuso, de que informaré luego con nuevo modo; porque se entienda mejor, y se guste más la orden, y el fruto desde nuestro trabajo; que si agradare, deverán los curiosos, no menos a mi zelo puro, que a mi mala fortuna (para que asta en esto se verifique el ser cierto que no ay en el mundo comodidad propia sin descomodidad agena) porque hallandose ocioso en Roma [no de tormentos, como si me llamára la cabeça de la Iglesia a aompañar sus Martyres en tiempo de Tiranos] elegi por alivio el sacar de sus borradores (escritos con más gusto) estas copias, que saldrán quiçá, por falta dél, menos limpias quando uvieran de salir más limadas.

TOMO I – Introdução da segunda parte

Ao principiar o meu breviário com a narrativa dos rudes alicerces que as mãos portuguesas abriram com estas conquistas, com mais trabalho que esperanças, com mais anos de esforço que lucros, não compreendo bem – e se o compreendesse, só muito timidamente ousaria dizê-lo – se terei empregado a minha pena num

assunto que mereça menos apreço do que esquecimento, se considerarmos que os que lêem querem ver logo no começo dos escritos a grandeza de toda obra.

Este mundo maravilhoso teve, todavia, por matéria e princípio um caos a que não faltava grandeza, apesar de carecer de distinção, ordem e fruto.

Seja assim o nosso trabalho, com esse primeiro modelo, em que se deixa ver um amontoado de coisas que não prometem pouco a não ser o brilho de feitos muito ilustres que conseguiram muito.

De qualquer forma não me será menos agradável ter feito passar à posteridade, cá do meu cantinho – quanto mo permitiu o meu limitado talento – a recordação destes pequenos e lentos princípios que deu ao seu Império, em tão longínquas terras, uma gente que, se não é das primeiras do mundo na ordem das sucessões, é-o na execução dos progressos que são propriamente filhos legítimos da heróica ousadia.

E, embora entre tão grande número de escritores, eu possa temer que o meu nome se obscureça, tomarei com glória que só me possa obscurecer uma luz superior em elegância e critério.

Sem isto, o nosso trabalho não deixa de ser grande, como aquele que, desde mais de três mil e quinhentos anos pôde narrar com brevidade não confusa na disposição, nem estéril em documentos – luzes singulares da narração – os feitos de uma raça que, de humildes primórdios, foi ascendendo a tamanha grandeza que só pelo seu próprio peso pôde ser oprimida.

E se os frenéticos ao ler desejarem chegar pressurosamente ao grandioso da história, tendo em pouco a evocação dos seus primeiros momentos, tomarei por prêmio de os ter referido o lembrar-me do modo insondável como a onipotência faz subir os mortais aos cumes da glória humana e de lá os despenha.

Não há dúvida que, se de alguma gente se pode licitamente dizer com satisfação que foi amada por Deus, a portuguesa assegura-o na maioria dos seus atos, principalmente nos feitos da Ásia, onde a sua proteção mais se fez sentir.

A minha intenção não será argumentá-lo; somente desejarei que todos os outros países, sem facciosismo, se inclinem a observar qual foi o nosso gênero de vida e de costumes, e de que maneira e com que arte, dentro e fora de nossa pátria, conseguimos um império tão vasto.

Nem pretendo que observem menos os caminhos pelos quais, pouco a pouco, envelhecendo a fiel disciplina, foram caducando primeiro os bons costumes, piorando tudo logo de tal sorte que, uma vez caída em grande ruína, a nossa geração sofre a ponto de, não podendo mais com os vícios que nos despenharam do máximo valor, nos leva a esquecer Aquele que nos colocou no mais elevado grau da glória humana.

Por último, ou muito me engana a aceitação deste trabalho que empreendi, ou realmente nunca houve corações mais férteis que os nossos em zelo puro e exemplos admiráveis, nem que mais tardassem em ser dominados pela cobiça e de quem, por mais séculos, fosse venerada a parcimônia, sendo certo que o ser pobre de riqueza quem é rico de valor humano faz esperar mais pressa em se apoderar dessa fortuna.

Porém, a modéstia dos portugueses – ó dor profunda! – se tardou tantos séculos a entregar-se à cobiça, deixou-a desenvolver tanto em tão pouco tempo, que esta se compensou então bem do que havia perdido nos anos anteriores.

Porque, de há pouco tempo para cá, desceram tanto com o desejo da abundância, das riquezas e da inveja – doutrina penetrante da escola asiática – que, tendo entrado ali ignorando este caminho da perdição, se tornaram os seus maiores mestres.

Mas porque isto nos salta à vista mais depressa do que, sem dúvida, desejariam a razão e a fama gloriosa, vejamos como, sobre aqueles alicerces, até aqui empreendidos mais dura que vistosamente, se ergue o edifício insigne de extraordinárias vitórias, labor das duas melhores espadas, das duas melhores cabeças e dos dois mais desinteressados brios que a Índia conheceu, e ainda quase toda a classe de heróis militares, que tendo em vista ao mesmo tempo os caminhos do interesse e da honra, das delícias e dos trabalhos, souberam trocar aqueles por estes, vencendo-se primeiramente a si próprios. Refiro-me ao sempre ilustre D. Francisco de Almeida e ao sempre grande Afonso de Albuquerque.

FIM DA SEGUNDA PARTE

TOMO I – Introdução da terceira parte

Na primeira parte desta obra desapareceu-nos da Índia o invencível Duarte Pacheco, iniciador das façanhas portuguesas nela. Na segunda, o preclaríssimo D. Francisco de Almeida, que, prosseguindo-as com pública admiração, lançou os

alicerces para a construção do Império que ali se pretendia levantar. Por último, vimos morrer naquele porto o grande Afonso Albuquerque, assombro de toda a Ásia, que, percorrendo como um raio pelo mais difícil e realizando com a sua espada os planos que por tantos anos andaram delineados na idéia de nossos príncipes, lhes levou nas mãos para o trono deles no Oriente a ilustríssima praça de Goa, e para a dilatação dele a opulenta e quase inexpugnável Malaca, com a de Ormuz, não menos forte que formosa e não menor em formosura que em força.

Pereceram estes primeiros resplendores das nossas armas, e eu, como se me houvesse achado naquelas ações, aflijo-me agora por ver quanto pode o variar das idades, desejando trocar esta que se nos oferece, por aquela que perdemos, como se aquela em que cada um vive, ainda que penosa, não fosse mais propriamente sua que todas as passadas, ainda que felizes.

Em vão se deseja o que já pereceu, e não só vã mas ainda penosamente, porque desejos empregados em impossíveis são tormentos, e todavia desejamos o que já foi e não pode ser, podendo aliviarmo-nos desta pena, imitando as artes daqueles que se fazem tão desejados, se não fora mais fácil aos mortais o doerem-se das perdas que o desapegarem-se dos vícios com que elas se fomentaram sempre.

Eu deponho tão infrutoso desejo. Quisera somente que não se me houvesse acabado o assunto destes admiráveis heróis, vendo que mais escrita me levaram os tempos em que não se há obrado com tanto ardor, porque estes magnânimos fundadores das nossas glórias naqueles remotos climas sem dúvida se portaram de tal maneira que merecidamente se podem levantar com este soberano título.

Se a uma principiada construção se lhe tiram os alicerces, é inevitável a ruína; se a uma iminente ruína não se acode com presteza, a reparação torna-se impossível ao maior esforço.

Tudo o que haviam lavrado em horna e esperança aquelas duas insignes primeiras espadas, e tudo o que de famoso fruto havia conseguido a do nosso último governador, poder-se-ia desvanecer se a mão Onipotente, distribuidora dos impérios, não semeasse de forma especial nos corações dos príncipes um invulgar cuidado sobre o qual vai rodando com segurança a máquina das suas monarquias, pelo menos quando elas na sua infância se acham órfãs dos seus autores, como agora sucedia à nossa.

FIM DA TERCEIRA PARTE

TOMO I – Introdução da quarta parte

Foi lastimável a perda do nosso excelente governador D. Henrique de Meneses, que, com virtuosa e feliz emulação, ia renovando as façanhas daqueles três heróis, a que chamamos os primeiros fundadores delas na Índia.

Muito se fazia ver isto em sua vida; muito melhor, porém, se ficou vendo depois da sua morte, porque aqueles que não haviam entrado com ele na pompa do carro em que foi visto patentemente triunfar da ambição, já de mandar, já de adquirir, ambiciosos somente de adquirir e mandar, pisando todas as modestas instruções da fama heróica, confundiram tudo de maneira que o Estado da Índia

esteve a ponto de perder-se, como testemunho indubitável de que sempre o intento particular é o maior mal de que morrem as repúblicas.

Eu bem quisera poder não me recordar de ações que, não sendo formosas ao executarem-se, não podem ser aprazíveis a quem as lê nem a quem as escreve, se o seu desejo (como me sucede a mim) é de não achar memórias menos que honoríficas para a gente de que trata. Como, porém, a história, não sofre aceitação de algumas, a meu pesar hei-de referir as que quisera calar. Assim, iremos vendo abertamente como a Índia nos portugueses teve os mesmo princípios que o mundo no gênero humano.

Começou ela com veemente tentação neles de ser cada um mais, com grande pressa, logo com violentas rixas para consegui-lo. Depois, deixou-se arrastar pelos vícios tão desenfreadamente que só quem pode reparar o próprio mundo poderá reparar a própria Índia. Por isso servirão de pórtico a esta quarta parte, violências, injustiças e desacatos – legítima descendência dessas férteis causas de errar, nos mortais.

FIM DA QUARTA PARTE

TOMO I – Introdução do apêndice

No princípio das advertências que sucederam ao prólogo desta história, dissemos os fundamentos com que, em graça dos apreciadores do João de Barros e da veneração sempre devida aos seus escritos, abreviamos as suas quatro DÉCADAS com as circunstâncias de respeito também ali explicadas.

Suposto, pois, que o nosso intento foi oferecê-las daquele modo aos desejosos de alegá-las e aos seus livros e capítulos (ainda que não as possuíssem) tendo somente esta nossa história, que desde hoje será mais fácil de encontrar por se imprimir em língua mais comum em Espanha e de ler por abreviar-se aqui, era preciso não as alterar na substância dos casos, das pessoas, das descrições e de tudo aquilo de que este escritor teve notícia ao tempo que escreveu, sendo-lhe impossível o tê-la naqueles princípios destas conquistas tão exatamente em muitas coisas, como depois se teve. Porém, se dali disséssemos o que nelas se descobriu de novo (digo desde que ele deixou de escrever) ficaríamos embaraçando os ansiosos de citá-lo sem ter a sua história, usando desta nossa do modo que procuramos e oferecido naquelas advertências.

Porque, ignorando-se qual fosse a coisa que se junta, poderia talvez suceder o citá-lo nisto com fé de que era seu e confundir os que não o achassem nele quando, por acaso, se oferecesse ocasião de examiná-lo.

Sem embargo disto, hei hoje acrescentando algo em alguns lugares por me parecer indispensável, como aqui me parece o que é, o dizer as coisas substanciais aumentadas, para que se entenda que nestas não se deve alegar com ele, pois nele não se poderão achar. Outras, que por mais prolixas me fizeram crer que alterariam muito os seus escritos se ali as inserisse, hei deixado para este retiro onde de todas farei particulares e breves capítulos para que assim se entenda tudo melhor e sem alteração notável daquilo de que fui informado e nos informou um tão diligente,

elegante e douto varão, e o que depois trabalharam outros, dando a cada qual o que for seu.

Advirto, para estes capítulos que se seguem, o apontado naquelas advertências, de que o que em Barros é década, livro e capítulo neste tomo primeiro da nossa história, com que o abreviamos, é parte, capítulo e número, do que somente farei exemplo à entrada deste primeiro capítulo para não o repetir em todos os lugares que era mister repetir-se, a não ficar aqui, e ali, esta advertência.

Libros y otros Papeles impressos, y manuscritos, de que han salido los diez Tomos de nuestra Europa, Asia, Africa, y America Portuguesas, que pareció conveniente se alistassen aqui, para que los curiosos tengan suficiente noticia de todo.

Ásia, volume I

Siendo tan numerosos los libros, y papeles, assi impressos, como manuscritos (más estos) que nos vinieron a servir de aparatos para estas nuestras Historias, y pudiendo parecer a alguno, que ellas salieron de cosa ya obrada, ó de algun corto espacio; necessario parece el dexar aqui la lista dellos, para que se entienda lo que en esto hay.

Si Iustino, y Lucio Floro por abreviar, este a Tito Livio con tanta velocidad, que apenas informa secamente del bulto destos casos; y aquel a Trogo Pompeyo con tanta ostentacion de estilo, que claramente se dexa ver quanto atendió solo a mostrar su ingenio y elegancia tuvieron para si (y con razon) aver obrado mucho; aviendo leido el uno solos catorze Tomos, ó Decadas; y el outro um Tomo dividido en

quarenta Libros; respetando, con gran juizio, a no embaraçar lo necessario con lo abundante, ó superfluo: yo no puedo dexar de hazer aqui patente lo que leí, y examiné para conseguir el principio, medio, y fin desta fabrica; porque a lo menos se vea que en trabajo excedo a los dos juntos, si en acierto no igualo a uno solo. Que si bien lo primero luzе menos que lo segundo, echase de ver en la buena aplicacion el buen deseo.

Ponderaré, todavia, que si no igualaré a Justino en la elegancia, y dicha [ni será poco el imitarle como pretendo en parte] voy muy lexos de incurrir en la sequedad de Floro, siendo muchos más con gradissima distancia, los Tomos atentamente leidos uma, y outra, y más vezes, para cenirlos, y concordarlos, y sacar dellos esta mi labor. Las suyas constan de abreviar dos Escritos ajustados, sobre que no uvieron menester averiguaciones y concordancias. La nuestra, de copiosas Escrituras indigestas, que necessitavan precisamente de lo uno, y de lo outro, y son estas.

Manuscritos de lo tocante al Reyno.

1. Cronica del Conde Don Enrique.
- 2 .Cronica del primer Rey D. Alonso Enriquez.
3. Cronica de D. Sancho I. Rey II.
4. Cronica de D. Alonso II. Rey III.
5. Cronica de Sancho II. Rey IV.
6. Cronica de D. Afonso III Rey V.

7. Cronica de D. Dinis Rey VI.
8. Cronica de D. Afonso IV. Rey VII.
9. Cronica de D. Pedro Rey VIII.
10. Cronica de D. Fernando Rey IX.
11. Cronica de D. Juan I. Rey X.
12. Cronica de D. Duarte Rey XI.
13. Cronica de D. Afonso V. Rey XII. Todas estas cronicas fueron escritas por Fernando Lopez Cronista del Reyno, y Guardamayor de la Torre del Tombo que es el Archivo Real. Tienese por cierto averse perdido las más dellas: però permanecen oy Historias de todos estos Reyes sin nombre de Autor, y se cree son deste. Yo las tengo del lenguaje, y aun de la letra de aquellos tiempos.
23. Diez Cronicas de los primeros diez Principes asta D. Fernando, escritas por Duarte Galvam, persona de mucha autoridad; y se cree son recopiladas de las de Fernando Lopez, reynando Don Manuel: hay dellas muchas copias.
24. Cronica del Rey D. Juan I. Rey X. primera parte: escribióla Ruy de Pina, Cronista de aquel Reyno de gran credito, y de la mayor elegancia de entonces, que era en tiempo del Rey D. Manuel.
25. Cronica del mismo D. Juan I. segunda parte, escrita por el propio Pina.
26. Cronica de D. Duarte Rey XI.
27. Cronica de Don Alonso V. Rey XII. También escritas por Ruy de Pina: aunque en esta ultima por la diferencia que tiene de estilos, parece aver pedaços de la de Fernando Lopez: y ultimamente metieron la mano en ellas Fernando Novaes, y

otros. De todas estas son mejores, en orden, y estilo las de Ruy de Pina, y la del Rey D. Juan I. por Fernando Lopez.

28. Cronica de D. João I Rey X.

29. Cronica de D. Duarte Rey XI.

30. Cronica de D. Alonso V. Rey XII. escritas por el Licenciado Duarte Nuñez de Leon Oidor Real em los dias de Felipe II. con estilo Letrado poco ingenioso: hay dellas muchas copias.

31. Cronica de D. Juan II. Rey XIII, escrita por Ruy de Pina.

32. Cronica de D. Manuel Rey XIV que parece del mismo autor.

33. Tomo de papeles varios del tiempo de Don Juan III. Rey XV.

34. Cronica de D. Sebastian, Rey XVI, que se dize (y de estilo lo parece) ser escrita por Pedro de Mariz Sacerdote; comunicómela el Doctor Juan Salgado de Araujo Abbad de Pera, Persona conocida, y de muchas letras.

35. Aparatos del Doctor Fray Bernardo de Brito para la Historia del mismo Rey; libro grande en cuerpo.

36. Un Tomo de varios pedaços de Historia de los mismos Reyes, hallado entre los papeles de Juan de Barros.

37. Un Tomo grande en que hay muchas cosas del Reyno, que me comunicó el Doctor Manuel Severim de Faria Chantre de Evora, Cavallero de grandes Estudios, y possedor de uma copiosa y luzida Libreria.

38. Otra cantidad de papeles que me comunicó el mismo, con algunas medallas, monedas, y otras curiosidades antiguas.

39. Tomo de papeles varios del gobierno del Cardenal D. Enrique Rey XVII.
40. Tomo de varias escrituras de Casamientos, Cortes y Contratos destos Reyes.
60. Veinte Tomos grandes de papeles Originales del tiempo de Don Felipe I. Rey XVIII. que yo puse en orden por materias hallandolos casi perdidos en poder de Don Manuel de Moura Marquez de CastelRodrigo, que oy las tiene.
63. Tres Tomos grandes que alli mismo hay del gobierno de D. Felipe II. Rey XIX.
64. Varios papeles del tiempo de Don Felipe III. Rey XX.
66. Dos Tomos de Embaxadas, y otros viajes de diferentes personas, y discursos varios destos gobiernos.
67. Libro de Linages del Conde Don Pedro, hijo del Rey D. Dionis, aunque el propio, y realmente suyo, que era breve, le tienen oy pocas personas; y el que corre es añadido, y aun viciado por muchas, y a que no se deve credito alguno en aquellas cosas (y son las más) que no constare son escritas por el Conde.
68. Las notas que a este Libro assi apocrifo escribió Juan Baptista Lavaña Cronista del Reyno.
69. Duarte Galvam en un Tomo que escribió desde propio argumento a imitacion del Conde D. Pedro, empeçando de los Reyes, y también anda viciado.
70. Don Antonio de Lima en el libro de la propia materia con que prosiguió las linages que oy tiene el Reyno de mais luzimiento, desde que el Conde Don Pedro los dexó; no tratando de los otros que en él se hallan, oy casi extintos.
71. Don Rodrigo de Cuña Arçobispo de Lisboa del mismo argumento.

74. Tres Tomos del Doctor Juan Salgado de Araujo Abbad de Pera de las Familias de Galicia.
75. Tomo de las Familias Reales, escrito por D. Luis Lobo de Silveyra Cavallero bien conocido.
76. Tomo de Arboles de varios linages.
77. Tomo de los Barones de las Familias Portuguesas, mandado hazer por el Rey Dom Manuel, y añadido, y con advertencias por diferentes personas.
78. Tomo de los officios, Tribunales, corrigimientos, judicaturas, comarcas y lugares y rentas del Reyno.
79. Tomo grande de los Escritores Portugueses, escrito por Francisco Galvam Sacerdote noble, y curioso, que me comunicó el Chantre Manuel Severim de Faria de que ya dixé arriba.
80. Tomo de la Descripcion de Entre Duero y Miño, Region celebre de las seys del Reyno, escrito por el Doctor Juan de Barros.
81. Fragmento de la Geografia universal, escrita por Juan de Barros el grande, hallado entre los papeles de su Hijo, que presentó aquel gran Volumen al Rey D. Sebastián, y se perdió; porque todas las grandezas se hizieron para perderse con él. Del mismo Autor se halló modernamente una Decada de la Africa, que él alega en las de la Asia, y se creía la alegava con esperança de hazerla, estando ella acabada, y escondida, hasta oy. Viole en la mano de Don Rodrigo de Cuña Arçobispo de Lisboa, y conocido por sus Escritos el año 1640.

82. Poema en Redondillas del socorro que el Rey Don Alonso IV. personalmente llevó a Castilla para la batalla del Salado, y el suceso della, escrito por Alonso Giraldez Portugues que se halló en ella.

83. Muchos papeles sueltos, de que se pudieron hazer algunos Tomos.

84. Algunas Cronicas de Castilla, que fue preciso ver para consistirlas con las impressas en lo tocante a Portugal.

85. La Cronica antigua que llama de los Godos, escrita en Latin.

86. Vidas de algunos Varones ilustres Portugueses, escritas por Duarte Nuñez de Leon.

87. Poema en verso suelto de la perdida de Portugal, escrito por un Hermitaño.

Impresos de lo tocante al Reyno

1. De los primeros diez Principes asta el Rey D. Fernando, escrito por Duarte Nuñez de Leon.

3. Dos Tomos pequeños del mismo, uno en Latin, otro en Castellano, abreviaturas de todas las Cronicas asta D. Felipe I, y singularmente de las sucessionen en la Corona por las dudas que entonces uvo en esta materia.

4. Tomo del mismo argumento; escrito por Fray Ioseph Teixeyra, que siguió al Señor Don Antonio, a cuyas proposiciones responde el Nuñez negandoselas.

5. Tomo de todos estos Reyes asta D. Felipe I. escrito por el Sacerdote Pedro de Mariz en Dialogos.

6. Tomo de la propia materia asta D. Felipe III. escrito por el padre Antonio de Vasconcelos jsuita, en Latin.
7. Tomo pequeño, intitulado Elogios de los Reyes de Portugal asta D. Felipe I. escrito por el Doctor Fray Bernardo de Brito, despues Cronista del Reyno.
8. Luis Coello de la Barbuda de lo mismo, intitulado Empresas militares, en Castellano.
9. Fray Nicolao Coello Cronicon de España, y destos Reyes en Latin.
10. Cronica del Rey D. Juan II. siendo Principe, escrita por Damian de Goes Persona de notoria nobleza, ciencia, elegancia, credito.
11. Cronica del mismo Rey, escrita por Garcia de Resende, su ayuda de Camara; a que andan juntas otras Relaciones, todo desnudo de quanto pide una historia, menos la verdad, que más importa; porque esta es cierta en él.
12. Cronica del Rey D. Manuel, escrita por Damian de Goes con grabedad y pureza.
13. Cronica del Rey D. Juan III. escrita por el Doctor Francisco de Andrade Oidor Real, y Cronista del Reyno.
14. Monarchia Lusitana, Tercera Parte.
15. Monarchia Lusitana, Quarta Parte, escritas por el Doctor Fray Antonio Brandam Cronista del Reyno, que contienen desde el Conde Don Enrique asta el Rey Don Alonso III. Su sobrino el Doctor Fray Francisco Brandam tiene escrita la Quinta Parte que es del Rey D. Dinis.
16. Vida del Rey D. Iuan II. escritas en Castellano por Cristoval Ferreyra de Sampayo.

17. Vida del mismo Rey, escrita por D. Agustin Manuel con buen modo, aunque por encaxar políticas a que es inclinado, dize algunas cosas contra la verdad de los sucessos.
18. Monarchia Lusitana Primera Parte.
19. Monarchia Lusitana, Segunda Parte.
20. Cronica de la Religion de S. Bernardo; estos tres Tomos grandes son del Doctor, y cronista, Fray Bernardo de Brito.
21. Cronica del clarissimo Condestable Don Nuño Alvarez Pereyra, sin nombre de Autor; pero tenuta en gran credito: escribióle poco después de su fallecimiento, como se vé del lenguaje.
22. Andres de Resende de Evora, el famoso Humanista; de Antiguedades de Lusitania en Latin.
24. El mismo de las Antiguedades de Evora.
25. Gaspar Estaço De Varia Historia.
26. El Obispo Don Fray Amador Arraez, de lo mismo.
27. Geronimo Franqui Conestagio de la Union de Portugal a Castilla: y Geronimo de Mendoça De la Perdida del Rey Don Sebastian.
28. Opusculo de lo mismo de Don Agustin Manuel.
29. Cristoval Mosquera de Figueroa, de las Islas de los Azores; y por ser este libro de Autor que tuvo fama en Castilla, dexaremos aqui ponderado, que sobre faltar en algunos lances a la verdad, es uno de los peores escritos deste genero de Historia:

porque en él, haciendo Relacion de un viaje, y acto militar, quiso enxirir quanto sabia de leyes, y letras humanas.

30. Fray Geronimo Roman; la vida de los infantes D. Fernando y D. Iuana.

31. Descripcion del Reyno de Portugal, escrita por el licenciado Duarte Nuñez de Leon, con mas zelo que acierto.

32. La origen de la Lengua Portuguesa, y su Ortografia, por el mismo Autor; obras en que más ha acertado, aunque con algunas opiniones no bien ajustadas.

33. Paralelos de Varones ilustres antiguos de varias naciones con los de la Portuguesa, escrito por Francisco Suarez Toscano.

34. Luiz de Camoens obra Poeticas, y el llamado Comento a las Lusiadas, por Manuel Correa.

35. Nuestros Comentarios a todas sus obras, aunque los de las sueltas manuscritos.

36. El Doctor Antonio Ferreyra, obras varias poeticas.

37. El Doctor Francisco de Sá y Miranda, semejantes obras.

38. Diego Bernardez de los propios argumentos: y hay en estos Poetas puntos que tocan a estas Historias.

39. Cronicas de S. Francisco, escritas por Fray Marcos de Lisboa, despues Obispo del Porto y las que se le siguieron.

40. Cronica de Santo Domingo, escrita por Fray Luis de Sousa.

41. Cronica del Santo Arçobispo D. Fray Bartolame de los Martyres, por el mismo.

42. Historia de los Obispos del Porto, por el Arçobispo de Lisboa Don Rodrigo de Cuña, que alli fue Obispo.

44. Historia de los Arçobispos de Braga en dos Tomos, por el mismo que alli fue Arçobispo.

45. Cronica de los Reyes Catolicos D. Fernando y D. Isabel.

46. Historia de España del Padre Juan de Mariana. Y todas las otras de Castilla en que toca a Portugal, admirandonos de quantos yerros en ellas hay acerca desto.

47. Discursos Politicos del Doctor Manuel Severim de Faria Chantre de Evora.

Manuscritos de lo tocante a la Asia, Africa, y America.

1. Tomo de las Navegaciones Portuguesas, hallado entre los papeles del Obispo Don Geronimo Osorio; comunicósele Manuel Fernandez Villareal, y passó de mi mano a la de D. Geronimo Mascareñas, del Consejo de Ordenes en Castilla.

6. Cinco Decadas de Diego do Couto Cronista de la India, desde la VIII asta la XII. y esta ultima asta la mitad.

7. Historia de los Hechos de Don Paulo de Lima gran Varon allá escrita por el mismo Couto.

8. Decada XIII. de Antonio Bocarro Cronista de la India, aunque no dividida en diez libros como pide el Título.

9. Milicia de la India; libro de gran juicio, y buena elegancia, escrito por Francisco Rodrigues Silveyra, que allá sirvió con credito algunos años.

10. Conquista espiritual en la Asia, escrita por el Maestro Fray Paulo de la Trinidad Francisco el año 1630. Vila con la ocasion de que intendandose su impression en

Madrid el año 1638. me la remitió el Ordinario para que dicesse mi parecer. Es buena, y trata de lo tocante a la Religion Serafica.

11. Traducion de lo que los Malabares Indicos tienen en la opinion que nosotros la Biblia sacra. Trata de sus dioses, y Ritos; libro muy parecido a las Transformaciones de Ovidio, y admirable; de que vá el resumen en esta nuestra Asia Tomo 2 Part. 4, Capitulo I y otros siguientes.

12. Tomo de Relaciones varias de cosas de la Asia, y de algunos naufragios. Una Relacion del Virreynado del Conde de Liñares, dada de orden suya a un Castellano que prometia escribir sus cosas: y otra de lo mismo, escrita por el Capitan Domingo de Toral y Valdez, que sirvió con el en la India.

13. Una copia de otras varias Relaciones, que con zelosa liberalidad me comunicó el Chantre Manuel Severim de que ya diximos, como tambien el libro de los Malabares, y el de la Milicia, y el de Bocarro ya apuntados arriba.

14. Papeles sueltos, y cartas Annuis de los Jesuitas, que me comunicó el Padre Alvaro Semmedo de la misma Religion; de que resultó la Historia que despues escrevi a su instancia con el Titulo de Imperio de la China.

15. Tomo de varias Relaciones de sucessos en las Plaças de Africa, en los Reynados de Juan II., Manuel, Juan III. Sebastian.

17. Descripcion de los principal de la Etiopia, escrita por el Padre Manuel Barradas Jesuita, que por averla visto bien, con verdade; y zelo muestra los muchos, y notables errores que escribió en su Etiopia el docto, y elegante Padre Fray Luis de Urreta. Comunicósela el Chantre Manuel Severim de Faria.

18. Tomo del Descubrimiento, conquista y cosas del Brasil.

19. Papeles sueltos tocantes a esta parte.

Impresos tocantes a la Asia, Africa, y America.

8. Ocho libros , que son ocho Tomos de las cosas de la India, escritos por Fernando Lopez de Castañeda, que solo para escribirlo con toda verdad passó a la India a examinarla en los mismos teatros de los sucessos: No tiene estilo, ni Geografia; però muchas particularidades curiosas aunque prolixas; fue traduzido en Italiano, Frances, y pienso que en otras lenguas.

12. Quatro Decadas del grande Juan de Barros, que siendo segundo en tiempo al Castañeda, es primero a todos en capacidad; singularmente celebre por la Geografia.

16. Otras quatro Decadas de Diego de Couto Cronista de la India; desde la Quarta a la VII. y empeçó por la Quarta porque aun entonces no era aparecida la de Juan de Barros.

17. Comentarios de los Hechos del grande Afonso de Albuquerque, escritos por su Hijo de mismo nombre.

18. Antonio Pinto Pereyra, Cronica de Don Luis de Ataide el famoso ViRey, y sustentador de la India, escrita en los dias del Rey D. Sebastian.

19. Fernando Mendez Pinto Historia Indica del mismo tiempo. De la verdad della dudan muchos; y otros tantos que anduvieron por aquellas partes dizen que aun pudiera con ella dezir cosas más dificiles al credito. Yo lo tengo por muy verdadero,

por muchas razones, que a ello me sugetan. Però quando no lo sea, esto es en cosas que se quedan fuera de mis argumentos.

20. El Obispo Don Geronimo Osorio escribió la Historia de la India en Latin, que sin algun descrimen es la más feliz despues de la de Tito Livio. En la Latinidad todos le conceden facilmente la palma de ser el mayor Ciceroniano: en la orden es singular, en el juizio es claro: en los reparos es agudo; en la gala es grabe: y en todo es perfecto.

21. Mateo, muy conocido es, y bien galante; hizo poco más de epitomar las Decadas de Juan de Barros en lo que toca la sustancia de la Historia.

22. Fray Antonio de San Roman, hizo poco más de traduzir a Mafeo, no con elegancia igual: mejor es la tradicion que del hay en Italiano.

23. Juan de Lucena Jesuita en la vida de San Francisco Xavier; embuelve muchos troços de nuestra Historia Indica. Si le mira en él a preceos historicos, no los observa: però a aquel modo Escritor es benemerito de toda estima, por el juizio con que trata las cosas, y por la elegancia, y por el discurso.

24. Antonio Galvam Capitan que fue de Ternate escribió mucno de la India, y singularmente de las cosas de aquellas Islas, que no se imprimió, ni permanece; y si permanece no lo vimos. Vimos solamente el librillo que intituló de los Descubrimientos: noticias presurosas.

25. El doctor Garcia Dorta, que es de las Drogra, y plantas medicinales de la Asia.

26. Una copia de librillos de diferentes Autores, describiendo varios naufragios padecidos en esta navegacion, de que tratamos en sus lugares.

27. Algunas Relaciones varias, y singularmente las de los Padres Jesuitas.
28. Nuestro libro del Imperio de la China, sacado de los papeles, y noticias del Padre Alvaro Semmedo de la Compañia de JESUS.
29. Bartolamé de Argensola de las Malucas, que en mucho de lo que faltar a la verdad es buen compañero del Padre Urreta.
30. Manuel Xavier Jesuita, de las vitorias de Nuño Alvarez Botello.
32. Dos Poemas de Geronimo Corterreal.
33. Francisco Alvarez Sacerdote, de las cosas de la Abasia.
34. Fray Juan de los Santos Dominico, de las cosas de la Etiopia.
35. Fray Luis de Urreta.
36. Historia de Brasil de Pedro de Magallanes.

Sin estos Tomos, que son singularmente de la Asia Africa y America, assi manuscritos, como impressos, hay mucho tocante a estas tres Partes en las Cronicas de los Reyes D. Juan II, D. Manuel, D. Juan III. Y D. Sebastian, assi manuscritas como impressas que alla arriba quedan alistadas.

Casi dozientos numeros son los que ahi se quedan; però debaxo de algunos hay más de um Tomo. Lo cierto es que exceden de trezientos los vistos, y disfrutados para esta nuestra Labor: y que fue trabajo más que grande arrimar a uma parte cada genero de tantas cosas derramadas por tantos volumenenes, y conciliarlos; y alfin reduzir a distincion um Caos. Justino, y Floro dieron arrimado (buelvolo a advertir) lo que hallaron tan poco desparzido, que era facil de hallar a um mediocre deseo de leer uma Historia: porque alfin, venian a ser dos Autores, que entonces

se hallavan en qualquier libreria; y en lengua entendida de todos, que es la misma en que ellos los abreviaron. Però lo que yo doy aqui, es una libreria entera, casi dificil de juntar; porque los Autores, y Tomos son muchos, y los màs dellos gruesos, y más de la mitad manuscritos; y en lengua que no entienden todos los deseosos de leerlos, aun quando pudieran tenerlos todos. Ni parezca que por ser ellos tantos será corta la abreviatura, ò diminuta, como en todo sucede a Floro, y en parte a Justino; porque fue particular estudio nuestro, el no faltar aqui de todos ellos lo sustancial, y realmente digno de la memoria venidera.

EUROPA PORTUGUESA – Prólogo

1. Acordaranse tan tarde los Escritores Portugueses de poner em volumenes dignos de duracion las Hazañas de sus naturales Heroes, que a lo menos tenian ya doze Principes, por espacio de casi quatrocientos años, quando Fernan Lopez, reynando Juan el segundo, fue el primero que puso a sus capacissimos ombros este gran peso, escribiendo las Cronicas de aquellos reyes asta D. Afonso V. no menos elegante que verdadero. Però al averse perdido lo más de su labor, fue causa que peligrassen irreparablemente muchas noticias, y que otras cayessen em confusas equivocaciones. Ni lo que se escapo al naufragio del olvido, y de la duda, se logra mucho; ya porque no se han impresso las mas destas Historias, ya porque las impressan estan em Portugues; lengua, que siendo de comum consentimiento, a quien la entiende, suave y magestuosa, no puedo acabar de entender la razon de hazerse dificil a algunas Naciones, y principalmente a aquellas que le son tan

cercanas, y que en sus Idiomas no diferencian deste cosa considerable. Resulta, finalmente desto, que si no es entro los Naturales, viene a correr lo escrito casi la misma fortuna que lo olvidado.

2. De los que escribieron, que han sido muchos, unos y otros se mostraran diligentes, hallando cada qual novedades con que ilustrar sus trabajos: porque tan impossible es que un Ingenio solo lo halle todo, como que todo sea novedad en alguno. Con este presupuesto me llevó tras si la grandeza deste cuidado; no sin alguna considerable ventaja, porque yo solo he sufrido una maquina que ha cargado a tantos, y lo que es más consiguiendo lo que a todos ellos no fue possible, porque de entre todos no han salido tres circulos perfectos de la Historia deste Reyno y sus conquistas desde los fundamentos del y dellas asta nuestros dias; quales son los tres Tomos desta Europa, los tres de la Asia, y los tres de la Africa y de la America, que con el favor de la Omnipotente Mano hemos fenecido, sin que veamos otro Compañero en tal suerte de tarea en todo el Mundo, si no es el admirable Tito Livio, de quien se creye dió cuenta de todos los Hechos de Imperio Romano desde sus principios asta su tiempo. En ninguna manera por esso tenemos en menos los afanes de los otros Escritores, ni nos jactamos, antes con profunda humildad rindimos las gracias al impenetrable Motor de todo, que se ha servido de q yo incapaz de ser Discipulo de tantas y tan grandes suficiencias antecedentes, las sobrepuje en trabajo ya que no en talento.

3. Viendo, pues, que todos avian escrito mucho, y que mucho faltava en todos; y que todo venia a ser menos una historia liquida, que un Caos de memorias

con que la memoria se confundia, me resolví a destilarlos todos; no pretendiendo que solamente se estime lo que o ofresco destilado, con aquella condicion que yo se bien sucede en varias flores, y principalmente las rosas, de que si la agua es util para diferentes efetos, las pastas de las ojas, que se quedan casi exaustas de humor, no por esso dexan de ser olorosas, y utiles para otros. Y si tambien ay destilaciones de que se quedan inutilles los despojos, sin jactancia puedo dezir que esso sucederá a algunos de los volumenenes assi impressos como manuscritos que apurados en esta oficina, quedan de todo punto inutilissimos despues de aver sido utiles a la salud de nuestras memorias. Los años passados lo reduxe todo a un pequeño volumen, echando a explorar la prolixa campaña de los pareceres, que me animó a tender por ella las allas con mas pujança. Agora las he abierto de manera, que ni el buélo sea tan corto que no nos vean, ni tan remontado que canse la vista de quien deseare vernos.

4. Alfin he dilatado mis Abreviaturas, però abreviado prolixos y numerosos volumenenes. Obrelo con alguna diferencia de mi proprio, y de los antigos Escritores; porq unos fuimos tan breves que nos hizimos deudores a la entera noticia; y otros fueron tan dilatados que tambien por su camino se vinieron a hazer deudores: porque lo muy breve informa poco, y lo muy estendido no se lee mucho. Es temeridad en el fertil campo de tantos hechos maravillosos, y varios, exceder de dos generos de Escritura; o haziendola tan capaz que en ella se vea todo, sin que cause hastio el verse; o cifrandola con tanto artificio, que como en silenciosa imagen se considere más de lo que se mira. Si bien en ambos estilos la multitud de los casos embaraça la

eleccion, y lo heroico dellos empobrece la arte y la eloquencia. Menos procuré mostrarlas, que mostrarme diligente en el arrimo de tantas cosas desparzidas, y desaliñadas. Però imitando a los que más felicidad tuvieron, en semejantes empleos, he tomado licencia para alentar algunas vezes los modos del dizir, por conformarme con la edad en que escribo, en que ya la gente comun no se sazona con comunes terminos; no que llegue a usar de los que ella quiere; porque no amo tanto su gusto como mi credito, y los paladares de los Hombres cientificos; porque de uno destos temo más el enfado, que estimo la alabança de mil de essotros. Llego con el estilo en varios lances de la representacion de las cosas, adonde el Historiador ha de oler a Poeta, asta las aras; de manera que ni el docto pueda justamente escandalizarse de las sobras, ni el vulgar de las menguas.

5. No me passó por el pensamiento imitar a aquellos que dexando la Narracion de los acontecimientos, se divierten en juizios tan frequentes y dilatados, que viene a ser olvido del assunto lo que avia de ser su adorno; que los adornos cuerdos en el que más galan quiere parecer, no se han de apartar de lo cuerdo, y la cordura es tallarlos. Veo yo Historias (sigularmente modernas) a donde buelto el juizio en una predicable Oracion, si ay paciencia que lo dexe leer, no ay memoria de lo que se quedó leído de la materia ofrecida; que en rigor, es solamente lo que toca al Historiografo. Assi, pues, muchos juizios si se dilatan, son hijos de poco juizio. Tan excelente historiador; como es publico, fue Josefo; y en él no se halla palabra que exceda de una constantissima Relacion de sucessos. Tito Livio, y Salustio, los

solidos Maestros [para mim el primero mayor] siendo llevados de la copia no se divierten con ella del Assunto.

6. A los Modernos parece que imitan a Cornelio Tacito, porque ven sembradas de aforismos politicos sus Historias: sin considerar que lo hizo de manera que apenas con la prosecucion de la politica dexa el caso. Y con toda esta industria, más que de Historiador tiene fama de Politico. Si el oy viviera se escandalizára de que le llamassen Historiador: y toda via lo es más q los q piensan imitarle. Però el es, y pudo ser lo uno o lo otro. No como oy, que en la Historia vemos a algunos texer platicas, o sean Oraciones, en bocas de sugetos que a penas les concedió lengua a su sangre, ni sus obras, porque estas grandes, son las que hizieron las grandes sangres. Ofrecer Politicas y Restauraciones de Imperios a otros que escassamente supieron entenderse con la pequeñes de sus habitaculos. Assi me parece que imitan algunos Historiadores a Tacito en aquellos atrivimientos, como algunos Verificadores los de Estacio cuyas osadias motivaron el engaño y el precipicio de muchos que a seguir a los Maestros uvieran por ventura grangeado menos risa.

7. Yo seguiré un camino no tan apretado como el de Josefo, a la verdad solido; ni tan licencioso como el de muchos modernos, a la verdad vanos. Hallarás la Historia señora des estilo; y este procuraré que sea, facil y abierto; llano y lleno. Si lo consigo, daré lo que conviene; si no, mostraré que conosco las sendas del acierto. Ofresco agora tres Tomos que llamo Europa Portuguesa, porque contienen lo obrado por esta Nacion en esta Provincia. El primero contiene quatro Partes; la

primera de lo que obraron nuestros lusitanos, desde que tuvieron este nombre asta que los acaudilló el gran Viriato; la segunda asta el Nacimiento de Christo; la tercera asta la entrada de los Moros en España; y la quarta asta que el Reyno de Portugal tuvo Principes propios. El segundo contiene otras quatro; la primera desde el Conde D. Enrique asta el Rey D. Sancho II. La segunda desde el Rey D. Afonso III. asta Don Fernando: la tercera desde el Rey D. Juan I. asta Don Juan II. La quarta desde el Rey D. Manuel asta el Cardenal Rey D. Enrique; y los Gobernadores que por su muerte quedaron nombrados para lo tocante a la sucession. El tercero contiene otras quatro partes; la primera de los tres Felipes: las tres de la Descripcion del Reyno. A estos tres Tomos se siguen los otros tres de Asia; y los otros tres de la Africa, y de la America, con la misma destribucion de tiempos, de Principes, y de mayores casos con que siempre damos principio no solamente a las Partes, mas aun a sus capitulos.

8. Algunos me aconsejavan que tratasse de traduzir de Tomo en Tomo todas las Historias Portuguesas. Pudieralo yo hazer si lo pudiera imprimir: porque siendo ellas muchas son oy pocas las impressiones de los Assuntos que las merecen, no sin alguna culpa de los que teniendo en la mano el gobierno publico, permiten que se estampon libros que son dos vezes un publico veneno: una por lo de que tratan, y otra porque de aquellos ociosissimos entretenimientos resulta el huirse los utiles, no aviendo otro más util para la enseñanza de la Republica, que la lecion de sus Historias. Y esto viene ser tanto al reves, que apenas las halla un deseoso dellas, y ni todas han logrado la estampa, con que aun son peores de hallar. Añadese a esto que

de las Portuguesas, con ser muchas, ningunas son capaces de traduccion, que no sean las de Juan de Barros de la Asia, y las del Obispo Don Geronimo Osorio, y Damian de Goes del Rey Don Manuel. Todo lo otro en general por no bien digerido, y en particular por mal averiguado antes fuera confusion que utilidad el traducirlo. Y quando todo fuesse capacissimo no me acomodára a hazerlo; porque verdaderamente el traduzir [y más de Portugues en Castellano] arguye mayor deseo de ser Autor, que ingenio para serlo. De más que a penas ay traduccion que no sea afrenta del traduzido. Si Poeta, se queda con entero estrago; si Historiador, com mucho menor luzimiento, porque cada lengua tiene propriidades que en otra no se configuren. Este es solamente estilo mio, que quando no fastigaba a algunos, me dexa a mi satisfecho con la gloria de no meter la mano en lo ageno, de que ni el mismo Sol algunas vezes sale con credito: porque haziendo sombra de todo, toda sombra es traduccion de su cuerpo: però la más perfeta no parece más de un borron, que mal destinto pudiera ser bien escusado.

9. Patente puerta me ofrecio el aver hecho memoria del origen y progressos de muchas Familias, Heroes, Casas, Titulos, y Oficios deste Reyno, para que entrandome por ella, saliesse a correrlo todo, y apreguntarles lo que más deseavam se dixesse de ellos, despues de averlos bien sazonado con adulaciones, a imitacion de muchos discipulos modernos de Paulo Jovio, que por España con cartas hizo un pedido a sus Principes para el papel y tinta que intentava gastar en sus Historias: y como ellos no las quisieron con la sospecha de compradas, bolviendose con algunas afrentas a los propios a que combidava con alabanças, se vino a hazer Historiador

de los Turcos. Mal lograda elegancia [en esta parte] y grandeza de pluma, porque esto no se lo negamos. Y que diré yo de aquellos que solo por introducirse con lisonjas descaradas a las caras de los que pueden algo, hablan dellos tan fuera del proposito de que van hablando, que si la misma filaucia no los engañara se dieran por mas corridos que alabados? Y que, de los que lloran la alabança que dieron quando ven que no se la pagaraon? Y que, de los que la pagan? Però como estos estilos son agenos de la gravedad historica, aunque propia industria de la codicia nunca aposentada en anchurosos animos, yo bien que no sea conocido por la primera, como consecutivamente no lo soy de la segunda, aviendo habitado largos tiempos tres Cortes y Poblaciones de las mas celebres de Europa, sin ver el rostro de los Poderosos dellas, ni aun sus Salones, desde mi vivienda los hize deudores sin deverles cosa alguna, y asta de los agradecimientos que no cuestan hazienda los desobligo. Ni con buena conciencia pudiera obligarlos, porque a la verdad nada desto obré por ellos, mas por el amor de la Patria, y por mi gusto, y por mi vida; porque si no trabajara siempre, ya no viviera, y no supe trabajar en otra cosa, que si bien no me seria de tanta honra, me pudiera ser de más provecho. Los que no hallaren alabanças, o hallaren, en vez dellas, algun agrio, sepan que lo he endulçado lo más que pudo sufrirmelo la entereza. Los que las vieren de otros, entiendam q son ditadas del Zelo, no vendidas de la lisonja: si aquel no mereciere premio, desta no le quiero.

10. En este primer Tomo, sigo por la mayor parte al Doctor Fray Bernardo de Brito Cronista mayor del Reyno, y de su Religion Cisterciense, en los dos Tomos

que escribio de la Historia General de nuestra gente, despues de averlos conferido con los Autores que cita, y con otros en lo que me fue possible. Con esta diligencia quito, añado, y modéro, a donde me parece necessario; no porque yo le pueda censurar, antes porque nadie puede ser siempre infalible entre los mortales; y el que vee menos en todo, a vezes acierta a ver más en algo. Facilmente diran muchos, con más emulacion que zelo, contra esta nuestra labor, assi como ya lo hizieron contra aquella. De toda suerte de Apologia me escusa el refirir yo cosas referidas de grandes Escritores, sin quererlas dar más credito de aquel que les quisiere dar la credulidad; advirtiendole, todavia, que todas seran siempre creibles a los crédulos; porque a los incredulos siempre todas son increíbles. Conforme a esto asseguramos que no escribimos para los que vieron poco, pues la experiencia nos enseña que estos ni asi propios creen: de lo que hizieron oy dudan mañana. Mas no omitiré el tocar algo de lo principal con que algunos quieren quitar el credito a aquel diligentissimo Escritor, porque de passarlo totalmente en silencio, no parezca, o él con alguna enorme culpa, o sus censores con alguna justa acusacion.

11. El mayor crimen que se le impone es citar a Laymundo Ortega Capellan del Rey Don rodrigo, y Escritor Portugues, hallado en la Libreria de Alcobaça por los años 1590. que los Escrupulosos, sin sin escrupulo quieren sea invencion suya. Hablo desta suerte; porque mas dudára yo de levantar este nefando testimonio a qualquier Hombre, quanto más a este de tan estremadas calidades, que de creer que puede aver en el mundo lo que yo no vi: porque en él mucho más el lo que puede ser hallado que visto. Por ventura es cosa nueva en él, el hallarse un libro viejo, y

perderse qualquier libro, y más en las manos de un hombre que peregrinava, y murió en un viaje? Por ventura fueron mas hijos del Hado para hallar antigüedades con más credito los que hallaron otras con más dicha, pues al nuestro Tifis de las Lusitanas se le haze cargo de lo que a otros se dió alabança? Nombraré los que se me ofrecieren. Geronimo Zurita halló las Historias de Gaufredo Mulaterra, Tolomeo de Luca, y el Abbad Alexandre. Mascardo Freero la Cronica de Bohemia. Lorenço Brochelo las adiciones a la Historia de Gregorio Turonense. La del Emperador Mauricio por Theophilato Simocata hallada en Baviera. En varias librerias se hallaron diferentes Escritores antiguos de la Germania. Carlo Sigonio y Radero la Historia Alexandrina. Theodosio Dousa la Constantinopolitana por Jorge Logoteta. Agora se halló el Exemplar Floriacense, de que constan cosas nuevas, y entre ellas que el Conde Don Enrique, Tronco de los Reyes de Portugal, era de Besanzon de Francia, como lo veremos a la entrada del Tomo segundo desta nuestra Europa. Fragmentos de Obras de S. Atanasio Obispo de Zaragoza, y Discipulo de Santiago, descubrió en la Isla de Cerdeña Bartolamé Andres de Olivenza, Religioso Jesuita: y Gaspar Alvarez Losada Escribano del Archivo Real de Lisboa, en el de Sãta Cruz de Coimbra, otro escrito, o carta de Hugo antiquissimo Obispo del Porto. Assi ha auido, y ay otros muchos hallazgos a que se concede mucha fé. En que, pues, la desmereció más Fray Bernardo, ó menos alguno de esos Descubridores? Son mas ilustres? Son más doctos? Son más justos? Por cierto no. Puede causar risa grande el ver que nos quieren tapar la boca, o negar la estimacion, con unos vanissimos cocos q nos hazen, nombrandonos algunos a quien solamente la distancia del tiempo o del lugar haze

grandes. Por dicha, son ellos fantasmas, y nosotros Niños? Concluyo, luego, que será siempre poquissimo escrupuloso, el que a este modo lo fuere mucho.

12. Todavía, porque no parezca que yo soy el Polo opuesto a de la Incredulidad, acomodandome tanto, como otros se desacomodan, a creer; diré algo a este proposito; para que se vea que creo lo creible sin inclinarme con facilidad. Antes de Fray Bernardo alegó con Laymundo un Varon tan docto, tan grabe, y tan sincero como lo fue el Obispo Fray Amador Arraez. Vió el Arçobispo de braga D. Fray Agustin de Castro el mismo Tomo de Laymundo, como constó por certificación o fé publica de Gaspar Alvarez Lousada (que también lo vió) Escribano del Archivo del Reyno. Un religioso grabe, docto, y anciano, afirmó con juramento a Diego Lopez de Sousa Conde de Miranda, que él, y no Fray Bernardo, avia descubierto este Autor, y se lo comunicó, y aun dió a entender en algunos lances; assi porque nunca uno solo lo entiende todo (aun que lo creen de si algunos modernos que menos saben) como porque al tiempo deste hallazgo no tenia él edad bastante para la penetracion de algunas cosas, aun que tuviesse estudios de muchas esperanças: cosa tambien mal entendida de algunos moços presumidos oy de aver estudiado, sin creer que una cosa dan las Aulas, y otra los años, con que se atreven a compitir con quien tiene estos sobre aquellas. Uno y otro tenia ya Fray Bernardo quando dió una buena lecion a estos atrevimientos, mostrandose mas capaz quando se mostró mas humilde. Comunicó un dia un papel suyo a otro estudioso, que en él le notó una cosa. Levantase velozmente, echa atrás la capilla y haziendo una profunda reverencia agradeció la nota. Tal era este Hombre. Nunca será tan hombre

quien no hiziere esto. Y sirva la noticia desta accion suya en esto para que se entienda el como procederia en cosas de más importancia, porque realmente importava poco aquella a cuya advertencia se mostró tan agradecido, tan domable, y tan cortés.

13. Però nadie me assegura tanto de que Laymundo es Autor Real, y no fingido, como el proprio Fray Bernardo con la cuenta que haze de dél, y el mismo con lo de que le vino a servir. Digo, lo primero, que si con este Autor se pretendiera fundar alguna Monarquia, o alo menos dezir cosas arduas, no me admirára tanto del escrupulo que en esto uvo: mas no solamente no se pretende tal, antes todo lo de que viene a servir es de particularizar circunstancias de algunos conflitos, o otras cosas que no quitan o añaden utilidad de momento a Nacion alguna: y concurrir en los nombres de Reyes antiguos con Beroso, el llamado supuesto. Y como esto es lo más importante de Laymundo, bastávale a Fray Bernardo el Beroso para ello, si él fuera hombre sin escrupulo. Ni en acetar a Juan Annio cometia mayor culpa de la que cometieron [si es culpa esto] quantos doctos le acetaron.

14. Digo, lo segundo, que estuvo Fray Bernardo tan lexos de creer, o solicitar que se creyesse lo indigno de credito, que en el Prologo de la Monarquia Lusitana, Parte I. Despues de confessar que halló este Autor, le censura assi. *Cuyo instituto es descubrir antiguedades de Lusitania; y con mucha llanez a la verdad de las cosas; refiriendo entre ellas los Reyes antiguos del vulgar Beroso; però debaxo de condicion de cosa poco cierta: diziendo que los hallò en unos pergaminos sin nombre de Autor; y que andavan en manos de gente curiosa. Y estos pienso yo*

fueron los que el Viterbiense baptizó con el nombre de Beroso que oyemos, Però si el estilo le haze parecer barbaro, vá tan uniforme con las Historias Romanas, avidas por autenticas; y es tan amigo de inquirir la verdad de nuestras cosas, que me resolví en seguirle en muchas dellas. Ponderese, de cortesía, y de justicia, la estimación que deste Autor haze Fray Bernardo en essas razones, y como lo en que se aprovecha del se une con otros Escritores. Añádese a esto que quando le cita en algun caso tratado solamente dél, tronca la narración, advirtiéndole que lo haze por no hallarse con otro abono. Y si él fuera fingido, no le faltára todo lo que fuesse menester para no escribir con estas congoxas. Singularmente se puede ver esto sobre la sucession del Rey Abidis, porque ponderando que Justino dize la tuvo se muestra afligidissimo de no hallarsela. Aqui, por cierto, era el empleo del Ingenio, que no le faltava, si fuera hombre de semejantes caprichos.

15. Ni este fue solo el Manuscrito de la antigüedad citado en esta Historia, sino los del Maestro Menegaldo, que es un Chronicon general del Mundo; y Pedro Aladio de los Ritos anteriores de Lusitania; y Zacuto, Judio Mathematico, del Clima, y algunas memorias del Reyno; y otros, sin nombres de Autores, presentados todos por el mismo Fray Bernardo, a Ministros Reales, y Religiosos, para que de la vista dellos le diessen instrumentos de creencia. Noto en esto dos cosas: una, que no siendo Aladio menos util a la Narración que Laymundo, solo este tuvo dicha de parecer bastardo: otra que era impossible fingir tanto, y con tan poca utilidad. La mayor que considero en este hallazgo, es saberle que uvo estos Escritores Portugueses en aquellos siglos; porque todo lo otro ninguna gloria considerable

añadió a nuestra Nacion. Ni quiero dexar de advertir que siendo estos libros encuadernados [consta de la fé de Ministros publicos] en pieles de Buyes, y aun lavalies, y en tablas llenas de gusano y polilla, vienen a ser todas estas cosas de calidad que se hazen impossibles a toda invencion, presumiendo que nunca le uvo tal: y isto me lo haze mas verdadero; porque para fingido, bien sabia este Autor los nombres más comunes de aquella edad. Assegurando tambien el Apellido de Ortega, pues siendo este Castellano, dize Fray Bernardo que era Portugues aquel Autor, y para que más pareciesse Portugues, pudiera, [a fingirlo] elegir otro mas propio de Portugal.

16. En conclusion, Fray Bernardo de Brito fue grandemente versado en toda suerte de Historia; y el Hombre de mayor diligencia para escribirla que conoció España. Apenas en toda ella le quedó lugar o ruina que no viesse. En Portugal, ni monte, ni valle, ni piedra, ni Archivo, que no examinasse; dando noticia a los propios Portugueses de si propios, porque ninguna cosa avia que ellos más ignorassen que sus glorias. Quien tuviesse deseo de escribir sin solidos fundamentos, no tenia para que fatigarse desta suerte. Nunca fueron tan costosos los engaños. Las verdades si, que para manifestarse despues que se esconden, fatigan mucho. Bolvieronle algunas afrentas por lo que merecia luzidissimas Coronas. Escribió aquellas primeras dos Partes, que intituló Monarquia Lusitana; y asta desde titulo le hizieron crimen. Con él, procuró honrar la Patria; deshonorarla quien le acusó dél. Vease bien qual acertó más. Son estos dos Tomos dignos de toda veneracion. El de la Chronica de San Bernardo; Historia de las Ecclesiasticas la más bien escrita que

logra España, y pienso que Europa. En Portugueses no tenemos algunas con estilo totalmente puro, si no las suyas. Las otras son unas Relaciones desnudas; y algunas peor. No le faltó a Fray Bernardo sino aver nacido en Grecia o en Italia siglos antes; que no le excedieran los Tucidades y los Livios; los Herodotos y los Salustios, en la sustancia, quando no en el estilo, y en la orden.

17. Nacer en Portugal para esperar ventura por ingeniosas y elegantes letras es desventura. Ingenio Portugues bien lo pueden procurar todos, pero aplausos y y premios Portugueses nadie los procure. Edificava el grande Afonso de Albuquerque en la India una Fortaleza, y mandó esculpir en una piedra los nombres de algunos que avian con más valor ganado aquella Praça. Unos se quexavan de que los pusieron ultimos, otros de que no los pusiessen. Hizo el famoso y entendido Capitan bolver la inscripcion a lo interior de la fabrica, y de la otra parte esculpir esta letra; *Lapidem quem reprobaverunt aedificantes*. Todos quieren ser alabados, y que ninguno lo sea. Yo no escribo en la Patria, ni para ella. Ella no se dá sino a quien menos la merece, o a quien mas la haze desmerecer. Sé que ella necessita destos mis afanas para con los Estraños, y que no les será desagradable esta información de nuestras cosas; si desta manera, por ventura, puedo librarme de mis propios Naturales.

SATISFACION - APOLOGETICA A LO DE QUE SE TUVO NOTICIA AVERSE NOTADO POR ALGUNOS EN ESTA HISTORIA QUANDO SALIO LA PRIMERA VEZ

1. Doyme por entendido en los varios juizios que se hizieron sobre esta nuestra labor, a lo menos de lo que llegó a mi noticia. Empeçaré por lo tocante al estilo: porq si bien esto no es de lo mas essencial en qualquier historia, lo ha sido del cuidado deseoso de hallar una senda poco trillada de nuestro idioma. Algunos de los que en afetar algunas vezes mucho el seso, muestran mejor que no le tienen, hallaron hostigados los oidos con algunas clausulas; otros aparecieron neutrales; los más no regatearon el aplauso. Ni me desvanecen estos, si bien me obligan; ni aquellos me perturban, por mas que se declaren unos, y no se resuelvan otros. La razon está patente: porque donde el mayor numero de los pareceres, sobre ser noticiosos de estilos; y sobre oir a los Fiscales del nuestro, le aplauden, y muchos dudan, está conseguido todo el logro que un Artifice puede prometerse de la humanidad; pues ella no dá de si mayor ventaja que el errar uno menos que otro: porque satisfacer a todos seria prodigio; y acertar en todo es imposible: y quien se dexa creer que acierta en todo, en todo yerra.

2. Ya por lo menos entenderan los Censuradores que no me imagino impecable, como a ellos les sucede: porque, alfin, podemos errar sin corrernos dello; pues seria mostranos corridos de nuestra propia Naturaleza. Lo de que ella puede, y aun deve correrse, es de errar en todo, o casi; mas no de errar en algo quando acierta em mucho. Quien pierde el respeto a lo mucho en que se acertó, por lo poco que

halla desacertado, no se exime de ignorancia, o de passion; aun que los apassionados cuento igualmente por ignorantes. A lo menos con estas balanças he pesado descuidos de los doctos la vez que me tocó el hazerlo. Quién jamás fue tan ignorante, o apassionado (si en esto ay diferencia) que se bolviesse con gran enojo contra la propria Naturaleza, porque entre las perfetissimas formas y colores de los hombres, de las fieras, y de los frutos, produjo talvez un Monstro, o por osadia, o por entretenimiento, o por descuido? Negósele, por dicha, la admiracion al organizar tantas bellezas, solo por consintir entre ellas algunas defetuosas? Assi, pues, para los que nos aplaudieron no necessitamos de Apologias, mas de gratificaciones: y estas reduziremos a ellos propios, haziendolos premiados de si mismos: porque si lo que uno alaba merece alabanças, a si se exalta quando las concede: q, alfin, alfin mucho muestra saber quien confiessa el saber ageno. Y si no merece alabanças la cosa alabada, no haré caso della, si es mia, y de aquellas que aspiran a duracion, y a dilatarse por el mundo, pues tal loor solamente ella misma lo puede conseguir. Esperar esto de que quatro alquileres oy para elogios, como antiguamente para llantos, porfien sobre ello en un barrio de un lugar, es cosa a toda luz ridicula. Los que corren mucho tras este genero de fama, parecense a las ardillas, que corriendo siempre en una jaula, nunca salen della; y ellas sin duda deven imaginar que hazen grandissimos viajes. Ya un Eperador, que sin dar un passo nunca estava en sossiego, fue comparado a aquella torpe savandija, que siempre está palpitando, y núnca se mueve de un lugar.

3. No llamo conocido a algun hombre por grande en arte alguna, sino quando le conocen más por su nombre que por su persona; o menos por esta que por sus obras, que derramadas por climas estraños le hazen estimar sin averle visto, de modo que producen deseos de verle: porque lo otro es conocer rostros y no obras; vozear no aplaudir: y alfin son porfias violentas lo que han de ser frutos de la pausa y del tiempo. Herodoto, Tucidides, Plutarco; Livio, Salustio, Justino, Floro, y Paterculo: Homero, Pindaro, Virgilio, Oracio, Ovidio, Marcial, y otros varones que desde Grecia y desde Italia, passaron a nuestros oydos con sus Historias, y Poesias, no lo hizieron con los pies sino con las plumas: escribieron y callaron. Quanto más callaron por si, más habló la fama por ellos. Más los traya ella sin sosiego por el Mundo, quanto ellos estavan más sossegados en su Casa. El ser entremetido no es ser docto, ni cuerdo, ni estimable. Quien menos se dá a ver, más és para ser visto. Quando vivian esos grandes Hombres, avia muchos [como agora, porque en muchas cosas siempre el Mundo fue de una haz] que se imaginavam mayores, y querian desluzirles con voces lo que ellos obravan con silencio. Però el Tiempo, que realmente es la vida o la muerte de lo que merece una, o otra, sepultó la memoria de la jactancia, de la solitud, y de la vozeria personal, y conserva la del merito solido y callado, desde quinientos, mil, dos mil, y tres mil años, sin aver induzido Padrinos mortales: porque quien es mortal no puede dar immortalidad. Los Escritores son y no son como correos. Son; porque de ordinario más vive el que menos anda. No son, porque el que más anda llega más presto a donde vá: y mas presto llega al Templo de la Fama el Escritor que la busca menos por piés que por manos. A no ser esto

assi, facil cosa fuera el ser grande Hombre en alguna ciencia; y el ser grande en alguna es muy dificil. Tuvo el Mundo desde sus fundamentos innumerables hombres, y son muy faciles a la cuenta los que merecieron ser contados.

4. Para los que estuvieron neutrales escusaremos la persuacion, assi como ellos no escusaron el empeño. Porque si las obras no los vencen; no ay para que sus Autores se cansen en procurar vencerlos; siendo infalible que no han de poder ellos mas que ellas; pues no es menos infalible, que quien no se rinde a la vista, no se ha de rendir al oydo. Porque los Escritores son como las Damas, cuya vitoria consiste menos en ser oydas que miradas. Dexo essa diligencia a los que violentamente quieren que los tengan por grandes; y que persuaden grandezas de otros por coechos: pues de experiencia sé que esta gloria asta el mismo que la predica en publico la rie en secreto; y no dura más de lo que dura el dár. Essotra no la vee nadie más del mismo que la compra; y ninguna se dá a quien de improviso la quiere tomar, sino a quien de espacio se bañó en los sudores con que ella merece.

5. Solo importa satisfazer a los abiertamente opuestos. Si ellos se quieren acordar; o no son de quantos desamparados de la mano del juizio, alaban o condenan lo que no examinaron, verán como si esso en mi es culpa, no estan libres della excelentes, y aun divinos Historiadores; y casi no vendrian a tener otra cosa que culpas los elegantissimos y hermosamente desahogados Veleyo Paterculo, y Lucio Floro, a quien singularmente deseamos imitar en este modo de referir acontecimientos. Y son tales aquellos Maestros mios, que estimaré mucho más aver errado con ellos por querer acertalos, que aver acertado con los Censuradores por no

quererlos disgustar. Ni a ellos digo esto, porque sé que no vieron jamás a estos mis Maestros para saber si les soy discipulo. Digolo a los que los han visto. Aquel linaje de clausulas altas, y patentes, sin construcciones dificiles por colocacion tortuosa, o voces peregrinas, y huecas, no se puede llamas esilo afetado, o poetico; sino galano y elegante: no derramado sino advertido: y aun le quiero confessar afetacion; però con la calidad de saberla desmentir. Qual escritura me daran más afetada, y que menos lo parezca en la Historia, que la de Tucidides; y en la Poesia que la de Virgilio? Assi ha de ser: porque nadie puede dar cuidado con descuidos,; y tampoco con cuidados en que solo campee una gran fuerça de ingenio, que como ramas verdes arde con más estallido que sossiego; De que resulta, fenecida la llama, verse más ceniza que brasas: como en Estacio Papinio; Escritor para grandissimos ingenios, y vulgares juicios. De la propria manera ay tambien estilos con una grabedad tan amortiguada, que parece más de difuntos que de animados. Visitada deve ser de algun rayo que la aliente y lozanee. Menos virtuosas son las yervas, menos gustosos los frutos que se produxeron sin comunicarse con el Sol.

6. Apretarélo agora más. Quando nuestro estilo en algunas ocasiones tocára mucho en lo poetico; por ventura es improprio de la Historia el hazer Imagenes de los Heroes, y de los sitios, y de los acontecimientos para produzir la vista de unos y la emulacion de otros, sin singular de las Narraciones? Por ventura ay hazer Imagenes sin colores? Por ventura los grandissimos Historiadores, a buen tiempo, no fueron Poetas en la propria grabedad historica? Apuntaré de algunos algo, porque si quisiera hazer pompa de citas, gastara copioso papel y tiempo. Socorranos primero

la Escritura Sagrada, que en señandonos constantemente a no dexar caer de la pluma alguna letra, ya no con ocio, sino sin misterio, mil vezes usa terminos que la primera luz son poeticos elevadissimos; y a la segunda figurativos, misteriosos, y profundos. Venga uno de los Macabeos lib. I. cap. 6 *Et ut refulsit sol in clipeos aureos, et aereos resplenduerunt montes ab eis, et resplenduerunt sicut lampades ignis.* 2. Reg. 22. *Cribrans aquas de nubibus.* Tob. II. *Praecurrit canis etc. et quasi nuntius adveniens blandimento suae caudae gaudebat.* Que más dixo alguna hora algun Poeta ilustre, cuidadoso de Imagenes, y de afectos? Veamos se algun Santo, entrando por es estilo historico imitó esse. San Geronimo en la vida del admirable y primer Heremita Paulo describiendo un selvaje. *At ille barbarum nescio quid infrendens, et frangens potius verba, quam proloquens, inter horrentia ora setis blandun quesivit eloquium.* Paulo Orosio lib. 2. Cap. Penult. *Ecce parvissima pagina, quantos de toto provincijs populis, atque urbibus non magis explicui actus operum, quam implicui globos miseriarum. Quis enim cladem illius temporis? Quis fando funera explicet? Aut aequare lachrimis posset dolores?* Todo esso, en buena verdad, más parecen imitaciones de Homero que de Herodoto; de Virgilio que de Josefo: porque Josefo y Herodoto son los que menos Poetas parecieron; y Virgilio y Homero son los que fueron mas Poetas.

7. Pasemos a los profanos. Tucídides se uvo en algunos lances de suerte que los Poetas más remontados se los hurtaron; y singularmente la pintura de una batalla, y de una peste horribles. Pero oygamos al gran Maestro Paduano [con que es el Hombre que escribió mas suelto] Decada 3. Lib. I *Vento mixtus imber cum ferretur*

in ipsa hora; primum quia aut arma omittenda erant, aut contra enitentes vertice intorti affligebantur consistere: deinde, cum jam spiritum intercluderet, nec reciprocâre animam sineret aversi a vento parumper consedere. Tum veró ingenti sono coelum strepere, et inter horrendos fragores micare ignes; capti auribus, et oculis metu omnes torpère. Esto sin contradiccion, más parece de la cumbre poetica que de la llanura Historica. Però enseña que assi conviene talvez se eleve la Historia a Poesia.

8. La severidad judiciosa, grabe, y solida del gran Salustio al medio de Jugurta. *Eodem tempore apud Zaman magna vicertabatur; ubi quisque legatus, aut tribunus curabat eo accerrime niti, neque alius in alio magis quam in se, espem habére: par iterque oppidani agere, opugnare, aut parare omnibus locis: avidius alteri alteros fauciare, quam semet tegere. Clamor permistus hortatione, laetitia, gemitu: item estrepitus armorum ad coelum ferri: tela utrinque volare. Sed illi qui maenia de fensabant, ubi hostes paullulum modo pugnam remiserant, intenti praelium equestre prospectabant. Eos uti quaeque Iugurtae res erant, laetos modo, modo pavidus animadverteres, ac ficuti a suis audiri, aut cerni possent, monere alij, alij hortari, aut manu significare, aut niti corporibus: huc et illuc quase vitabundi, aut jacentes tela agitare.* Pues es esto, sinó altissima Poesia? No de otra manera se podia poner a los ojos esse fracasso. No dá vida a las cosas ni las representa el que escribe con menos aliento.

9. Lucio Floro, lib. 2. Cap. 2. *Igitur victor Italiae Populus, quum a terra fretum usque venisset, more ignis, qui obvias populatus incendio silvas,*

interveniente flumine abrumpitur, paulisper substit. Etc. Y esto que es? Justino lib. 4. desde el principio asta rematar la descripcion de Sicilia con esta clausula: *Undarum porro in se concurrentium tanta pugna est, ut alias veluti terga dantes in imum desiderare, alias quasi victrices in sublime ferri videas: nunc hic fremitum ferventis aestus, nunc illic gemitum in voraginem desidentes exaudias.* Apiano de bel. Civ. Lib. 5. describiendo largamente una tormenta, no me dexa copiarla toda: sirva de nuestra esta clausula. *Ut vero aestus accessit familiaris huic freto, insuetos novus terror occupavit, navigijs tum maxime hac illac raptatis, et inter se se arietantibus, quum ventus sub noctem ejulatus, et clamores, suos nomine vocantium, discurrentiumque per terram, et in mare inclamantium, et complorantium, ut defunctos, quando non ex audirentur: rurfum aliorum extra fluctus caput atollentium, et succurri sibi reogantium.* A donde no solamente los terminos, mas aun tantas voces de lastimoso sonido fueron eleigidas con estudio para la representacion de tanta miseria.

10. De Quinto Curcio no trayamos algun exemplo, porque lo es él casi todo en esta materia: pues su frecuente empleo viene a ser en las descripciones adonde puede aprender a hazerlas qualquier luzidissimo Poeta. Mafeo de la Historia Indica le imita quanto puede. Escuchemos en la pintura de otra adversa fortuna maritima, en el lib. 2. *Iamque variante saepius coelo, pelagoque atrae, ac sordidae nubes ad spectrionem conglobatae, omnem in si flatum quasi reciprocando collegerant: mare languidum erat: insidiosa tranquillitas etc. Quippe Borea pertinaciter flante pelagus indentidem intumescere, fluctus modo ad astra ferri, modo ad tartara pene*

ima subsidere: ad haec atra caligo, et rudentium stridor, et dissonae voces etc. Aquí estan amontoados felizmente quantos terminos usaron para esto los mejores Poetas juntos.

11. Dexo los otros latinos, y vengo a nuestro grabe, y solido Juan de Barros Decada I. lib. 3. cap. ulti. *Bem como hum Leam faminto a quem a caza se esconde com temor delle, em meyo de alguna grande e espinhosa balsa que rodea, e acomete por muitas partes; e ferido, e espinhado das entradas, e saydas, já cansado se lança com o sentido, e tento posto na prea escondida; alli etc.* Comparacion natural de la bien alentada Poesia. Agora pintando los efetos de una batalla en su principio. *A qual manhã nam teve maes luz que os relampagos de fuzilar do fogo: porque tudo o maes foy um grosso, e escuró fumo que cubria aquelle circuito com tamanho estrondo das bombardas, e grita, que por alto que os nossos falavam dentro na Fortaleza, nam se ouviam entre si. Finalmente a terra tremia; o mar se empolava com alguns pelouros que lá hiam cair; o ar roncava com o rumor desvairado de aquelle estrondo; e tudo era huma semelhança do juizo final; porque o animo dos homens, e a palavra se lhes encolhia de horror.* Qual Poeta llegó a dizir mas en tales ocasiones? No dize tanto en ellas el felicissimo Camoens. Esto, pues, no es menos frequente en este judiciosissimo Escritor. La partida de la gente de Lisboa para la India Dec. I. lib. 4. cap. 2. y lib. 5. cap. I. es de estilo todo tan de las entrañas poeticas en lo imaginado, en lo afectuoso, y en lo florido, que el Hijo verdadero dellas alfin del Canto quarto, y principio del Quinto de su Lusiada, no solamente le imita, antes le modera a todo su poder.

12. A todo esto sucede la diferencia, no levissima, de que yo no escribo una historia suelta, antes más propiamente unos elogios historiales, adonde qualquier alentado estilo tiene lugar: y de que aun assi no llegué a tomar tanta licencia como essotros insignes Escritores en essas clausulas, y otras muchas que fuera prolixo refirir. Ni llegué a tal ceguera que dixesse en Historia, ni aun fuera della, esto. *Un Pueblo a quien el mar sirviendo de cinta de nieve no solo ciñe però ata*. Ni en algun estilo, quanto más en el predicable o comico; *pièl manchada de oro*, por el cielo estrellado: *harpa de pluma*, por el Cisne: *mintiendo fulgores*, y *averdaderando tinieblas*. O que lindos ratos se tuvieron Homero y Virgilio, y Ovidio; Dante, Petrarca, y Ariosto; Garcilasso, Camoens, y Torquato: Livio, Salustio, y Justino; Tucidades, Plutarco, y Josefo, si en lo Poetico, o Historico oyeran juntas essas lindezas! Finalmente no he incurrido en los absurdos que veo en los que osan notar lo que no conocen: sino que mido las clausulas con las materias; y los elogios con los meritos: porque me enseñó la experiencia que dar a un ingenioso las alabanças devidas solamente aun Homero, aun Virgilio, aun Camoens, es no menos promotor de irrisiones, que ponerse un Pigmeo el vestido que está cortado para un Gigante, adonde queda siendo risa lo que avia de ser decóro.

13. La verdad es que lo que diximos está dicho [vaya fuera toda presuncion] con tanta vigilancia, que si el oydo engañado con la armonia lo quiere llamar poetico, o redundante, o excessivo, desiste dello al consultar la ponderacion que tenga bien examinados los lances y las ocasiones dellos: porque las ay que los piden templados, ardientes, y ardentissimos. Y pues con este tiento se despenden aqui los

estilos, censurense con este tiento. Si assi se hiziere, no se negará que siempre quedan inclusos en los terminos de qualquier latinidad que con alguna elegancia se empleó en Historia. Essa fue nuestra pretension, hablar con aquel boato, tan proprio de la lengua latina, en la vulgar.

14. Alfin, he venido a ponerme en necessidad de mostrar con algun espacio, esto que pensé se hechasse de ver sin que yo lo dixesse: aun que dias ha estoy cierto se vee mas velozmente la calumnia que la benevolencia. Muchas vezes estuve ponderando que de ordinario una misma cosa dicha en mediocre latin, era más sonante, y hermosa que en perfeto idioma vulgar. Conoci [cosa facil] que la ventaja de parte de la latinidad, estava en lo proprio de las voces, y exordio de las clausulas. Pretendi [dificil cosa] trasladar de algun modo aquella virtud a nuestro lenguaje: y sospecho he conseguido en algo mi pretensio. Esta novedad es la que originó la estrañeza en los oydos, y que le hizo dar diferentes nombres por no acertarle este. Costóme esto tanto, como puede considerar quien viere algunos Autores que escribiendo en ambas lenguas no se parecen a si mismos. Nuestro doctissimo Damian de Goes se haze tanta ventaja a si proprio con sus Opusculos latinos, en respeto de sus Historias vulgares, que totalmente se pierde de vista. Al Padre Juan de Mariana en la suya latina y Española sucede otro tanto: porque en esta no tiene el resplandor de essotra, con gran distancia, siendo uno el Assunto, unas las clausulas. La causa fue, que no pudieron estos, y otros Autores, aquien aconteció lo mismo, sustentar en su natural Idioma lo que en el Latino: Y pretender dezir con las luzes desde en aquel, tiene mucho de lo invencible; y al conseguirlo en algo, pienso deven

los doctos estimacion, no desden: que de los desdenes de indoctos hago el caso que la Luna de latidos de perros.

15. No solamente en essa osadia fuy primero en España, sino que casi lo soy en escribir Historia con luzes de los antiguos Maestros della; como Livio, Salustio, Tucidides en lo largo; y en lo conciso, como Floro, Justino, y Veleyo. Digo casi; porque a todos imito en lo uno y en lo otro: porque si bien tengo delante a Don Diego de Mendoça en la de Granada, y a Antonio de Fuen-mayor en la de Pio Quinto; y a Mariana en la General; y a Barros, y a Osorio, y a Mafeo en la Indica, que son los que mas atinaron con el verdadero modo de historiar, no imitó cada uno a todos los maestros, ni uno solo en todo, y algunos dellos a uno en poco; pareciendo que fue menos estudio que acontecimiento. Aqui es, al contrario, perpetuo el estudio: resplandecen todos a cada passo.

16. Entremos a lo fiscalizado por parte de la verdad; si bien a este cargo jamás se deviera dar satisfacion, porque parece consiente culpa quien se defiende. Siempre me asseguró mucho de mi propio en esta parte, el tener por maxima indubitable que quien en Historia se desvia por qualquier respeto, un solo punto de lo verdadero [aun en cosas momentaneas] sabiendo que lo haze [pues talvez lo hará alguno sin saberlo, y entonces queda inculpable] merece eterno vituperio, sin que le valga alguna elegancia, o otras calidades de rara suficiencia. El principio de ser verdadero es ser independiente: porque a quien con fingido zelo se anda introduziendo en casas de Señores, y Ministros, y otras Personas de alguna mano, por coger dineros o Officios, que genero de libertad le queda? Y al que no es libre,

que genero de verdades será el suyo? El Mundo sabe que no sé yo dél para pretension alguna. El propio, pues, juzgue adonde estará la verdad más segura. Esta es la causa de no hallarse en mis planas desvios desatinados para enxirir en alabanças a sugetos indignos dellas, ni aun dignos menos que a su tiempo: sino una immobile constancia para seguir el argumento, dando a cada uno lo que merece. Asta a la misma amada Patria desamo en lo vituperoso. En lo excelente asta a la enemiga amo. El Escritor verdadero no es de Nacion alguna mientras escribe. Estraño ha de ser a los propios, propio ha de ser a los estraños, para alabar destos las acciones gloriosas, para no tiñir de aquellos las insolencias.

17. Dizen algunos, ser fabulosos o apocrifos, o mentiras (porque hablemos claro) varios troços destas primeras Partes. Respondo generalmente, que no doy a cada cosa más credito de lo que ella merece, ni pretendo se le dé: y que no se puede llamar mentira a lo que anda en opiniones apoyadas con gravissimas Plumas. El arrimarme yo a ellas en memorias honorificas para mi Patria quando escribo della, sin sacramentarlas, no sé que pueda ser culpable; antes lo fuera el omitirlas. Con estas condiciones las refiero. Dar por razon a algunas dellas, que si passaran assi, tal y tal Autor lo uviera tocado, es terrible juizio: porque si a cada uno al escribir, no se le deslizara mucho de lo dignissimo de memoria, pocos argumentos uviera de los innumerables que ay en las Historias de todo el Mundo. Y si algunas cosas destas, realmente no son verdaderas, tarde, o nunca lo allanará nadie por más que se canse. Tal es la vida que ellas han conseguido. Tal, la dificultad de poder assegurar cosa alguna, que exceda de seyscientos años, y no conste de la Escritura Sagrada.

18. En particular responderé agora a lo más preciso. Pretenden los escrupulosos que sea falso el Beroso del Viterbiense; y que por el mismo caso son fantasticos aquellos primeros Reyes de España, deziendo que los bautizó con los nombres de las Provincias, o montañas, o rios dellas, proporcionando todo para texer una fabula. Digo lo primero, que no acabo de entender el para que avia de aprovechar este fingimiento; ni como podia un hombre fingir tantas cosas, viendo yo bien que es possible texer algunas con las halladas. Fray Juan de Pineda en la Censura que haze de los Autores al principio de su Monarchia Ecclesiastica con escrupulo de seguir algunos, no tiene de seguir a este, y muestra como Varones grandes anteriorissimos a Fray Juan de Viterbo, alegan a Beroso en la propia sustancia que él le halló, y con las mismas palabras. Hombres mayores que sus Fiscales le veneran y siguen, y trasladan. Digo, lo segundo, que yo no pretendo hazerle más solido de lo que todos le hazen; advirto solamente que Josefo en todo esso pone los nombres de todos los primeros Principes del Mundo anegado. Veo que Trogo Pompeo (Español, como nacido en Ledesma) segun le abrevia Justino al principio del libro ultimo de su Historia, dize que Hispalo fue Rey de España; y que este nombre resultó de aquel. Trogo, es cierto que habló con las noticias de siglos anteriores; y Justino, libre de las sospechas de fingir Reyes a nuestra Patria, le sigue: y todavia, Hispalo es uno de los reprovados a titulo de ser invencion del Viterbiense; siendo cierto que a este Escritor son anteriores essotros con muchos centanares de años. Siguese, luego, que assi como uvo este Rey, pudo aver los otros; y que assi como Beroso no aparece inventado para él, no lo seria para ellos. Quanto a mi, por

más impossible tengo el no aver alguna memoria de Reyes de una Provincia tan ilustre por tantos siglos, que él averlo sido los reprovados por la diligencia moderna solamente con el escrupulo de que los montes y rios ocasionaron aquellos nombres: porque ellos se ocasionan de algo; y no veo ocasion mas fuerte que la de los Principes para darles los suyos; o po su gusto, o por su assistencia, o por algun caso que les aconteciesse en ellos; y más en edades que ellos no tenian nombre alguno.

19. De exemplos necessitamos para esta dotrina. De lo antiguo tenemos a Europa, y Asia, y Africa, y Lisboa, y Arsinoe, y Bucefala; y otras Provincias y Poblaciones, y aun los Meses, de que no dudamos aver tomado los nombres de grandes Personajes o causas, por diferentes respetos; y muchos dellos dexando los antiguos por estotros. De lo moderno, la nueva Lusitania, la nueva España, la Filipina, la Margarita, y otros muchos nombres de Provincias, de Islas, y de Ciudades, tomados de sus Descubridores, de sus Principes, de sus caprichos. Pregunto, si será bien fundado a lo futuro el tener por invencion que la Filipina se llamasse assi de Felipe? Que la ciudade de Sebaste en Angola se llamasse assi de Sebastian? Claro es que no. Si los que abominan esta serie de Reyes me diessen otros, aun que no más justificados, o los dudára todos, o admitiera algunos. Però, no ofrecer algunos, y negar los ofrecidos desde más de mil y seyscientos años [porque sin duda el nombre de Hispalo hallado desde entonces califica el de cada uno de los otros] sin otra prueba en contrario más de la voluntad opuesta, o la oposicion ingeniosa, no sé que sea justo. El negar una cosa no sé que sea dificil: el negarla sin provar la negativa, no sé que sea cordura. Con todo esto, no porfiaré en los que

creamos, sino en que (repetirélo) tengo por menos arduo el aver sido Reyes de España estos, que el no saberse de los que en ella uvo, quando los hallamos en Reynos de la Asia continuados casi desde el Dilubio. Pero ya digo que ni lo creo, ni lo apoyo: solamente refiero lo leido en grandes Escritores, ya que no me hallo con memorias en contrario que sobrepuyen a las que ellos refieren. Y despues de averme acomodado a la voluntad de esos escrupulosos, digo seys cosas: una, que no los tengo por más doctos que los que han admitido sin escrupulo lo que ellos con el no admiten: otra, que tengo por cosa vana el dizirse que nadie es inventor fingido de un libro ageno, y más en cosa que no le vá nada, como la de que uviessse o no uviessse estos o aquellos Reyes en una Provincia: otra, que lo que uno por algun capricho puede hazer es mudar algo en un libro ageno como se hizo en Dextro, Juliano Luitprando, y otros que por hallarse oy con estas alteraciones son tenidos por apocrifos, siendo ellos verdaderos: otra, que los Reyes de España de que se haze inventor vano al Viterbiense se hallan con muchos cientos de años antes de Laymundo de quien fueron hallados en Escritos anteriores que parece ser los de Beroso: otra, que el Abidis admitido de todos quantos en esto han escrupuleado, tengo por más dudoso al credito que los de que se duda: por quanto este se funda en estupendos milagros; y los otros se fundan en posibilidades corrientes: y otra, que si esto fueran invenciones se hallaraon en ellas particularidades cuya falta aflige tanto a los que hallaron aquellas cortissimas memorias.

20. Advertiome un Sugeto (y tal que osa ajustar los años del Mundo) que yo llevaba quatro o cinco de yerro en mi cuenta. Fue esto como dezir, que a la

estupenda fabrica del Escorial, para su perfeccion le faltaron quatro o cinco dedos más de sitio. Destas objeciones, he oydo muchas: no estoy tan ocioso que me detenga a numerarlas: solamente con el motivo desta, doy la muestra de todas a los curiosos; y la enorabuena a los contadores modernos de aver uno entre ellos, que tanto pueda ajustar cuentas asta oy no ajustadas de alguno. Pluguiera a Dios que en estas no uviera yerros en todos los Autores sino de unidades de años; però irreparablemente los ay de dezenas, y aun de centenares.

21. Otros repararon en que no citávamos Autores. En esta suerte de Escrito no tenemos obligacion de citarlos: y aun tuvieramos confiança para no hazerlo en otro de qualquier suerte; por dos razones. Una; porque desestimo el conseguir credito por quien, y de quien a vezes no tuvo mejores calidades y suficiencias para ser creido, ni tan buenas a vezes. Otra; porque veo muchas citas de tales quilates, que no sé porque he de creer más a sus Autores con ellas, que ellos a mi porque no las hago. Tengo por cosa casi de risa, que uno (y más si vá interessado por algun camino) para comprobacion de un punto, me cite un papel de cierto. Archivo que yo no vi, ni vió otra alguna persona, ni jamás puede ser visto. Si a esta cita, pues, no devo más fé que la merecida de quien la haze; porque no fiará él de mi lo mismo quando no las hago, creyendo que las pudiera hazer? Esto de citar manuscritos incognitos, o ocultos. El hazerlo de los publicos impressos, aun lo tengo por más escusado. Fatiguéme por dar a cada uno lo que estava derramado por muchos; el que no lo creyere, merece por su descortesia la pena de buscarlo en todos, si quiere saber quien lo dixo primero. Finalmente yo escribo Historia, y no pleitos; a imitación de

los Hombres que mejor la supieron escribir, en los quales no hallo testigos. Solamente hago una lista, al principio, de los que me sirvieron de aparato, para que quien dudáre los busque. Però llegado agora a juicio, menester será dar algunas muestras de los fundamentos con que diximos lo principal de lo dudado.

22. Dudóse de la verdad de algunos Capitanes Portugueses o Lusitanos de los antiguos; como Baucio Capeto; y el Autor que assi le nombra es el Obispo de Salamanca Sebastiano, si bien Laymundo le llama Bachio Carupo. Apimano, y aun que el nombre se halla en Laymundo tan escrupuleado, la sustancia está en ser de Africa, y Apiano Alexandrino le haze de allá, pues le nombra Africano. Cesaron, y Tantalo: assi los llama el mismo Apiano, a quien siguen los Escritores estimados de Castilla. Viriato, el primero [que fue Regulo en Lusitania, y no tan grande como el segundo] y Bálaro, ambos compañeros de Anibal en la de Cannas; y son lugares expressos de Silio Italico en la reseña de la Gente Española lib. 3.

Callaici conjux obit irrequieta mariti.

Hos Viriathus agit, Lusitanumque remotis

Extractum lustris, primo Viriathus in aevo

Nomen Romanis factum mox nobile damnis. Etc.

At Vettonum alas Balarus probae aequore aperto.

Hic adeo cum ver placidum, flatusque tepescit

Concubitus servans tacito grex prostat equarum, etc.

De singularizarse los Lusitanos en esta accion no se olvidó el propio Autor libro 5.
(si se olvidó Tito Livio, que motiva la duda en los escrupulosos por no hallarlo en el,
como si el en su Historia uviera alistado las gentes de todos los Exercitos.)

Nec fati melior Mamercus, corpore toto

Exolvit paenas, nulli non saucius hosti:

Namque per adversos, qua Lusitana ciebat

Pugnas dira manus, raptum cum sanguine caesi

Signiferi, magnaue vexillum mole ferebat,

Et trepida infelix revocabat signa suorum etc.

De hazer lo mismo el Regulo y valeroso Viriato Portugues, en el lib. 10. deste modo.

_____adversa fronte incurrebat in arma

Vincendum Consul: pereundi Martius ardor,

Atque animos jam sola dabat fiducia mortis.

Quum Viriathus agens telis regnator Iberae

Magnanimus terrae, juxta atque ante ora furentis

Obtruncat Pauli, festum certaminis hostem etc.

23. De aver sido Valencia, Poblacion de Lusitanos; dizenlo Lucio Floro,
Sabelico, Tarcañota, Vaseo, y Resende. De aver casado Sertorio en Evora es Autor
Aladio; ni Frontino lo desdize, pues confiesa que alli tuvo muger: y no constando

que la llevó de Roma a Africa, ni la truxo de Africa a Portugal, de alli parece la eligió. Que Anibal fuesse hijo de muger de Lisboa, con quien casó su Padre Hamilcar, es verdad que lo dize Laymundo (y esta es la mayor cosa que nos dió aquel escrito) però dixolo tambien mucho antes de Fray Bernardo, el Infante Don Pedro, en un Elogio de aquella ciudad; y geronimo Corterreal en un Catalogo de Capitanes Portugueses. Quanto al gran numero de gente que avia en Lusitania al tiempo de Nacimiento de Christo (casi ultima clausula de la segunda Parte deste primero Tomo) el Autor que lo dize es quando menos Angelo Pacense en la vida del Martyr San Mancio. Nada desto viéron aquellos que lo tuvieron por dificil al credito quando lo hallaron en nuestro volumen. Assi, más se han mostrado ignorantes, de lo que nos han hecho temerario. Sirvan estos exemplos, para que se crea que quando aqui se dixere algo que se haga dificil a la credulidad, estará dicho con tan buenas fianças como essas. Toquemos algo de lo que oymos notar en las otras Partes.

24. Que los tres Hermanos, Vicente, Sabina, y Cristeta Martyres, son naturales de Talavera, y no de Evora, porque assi lo escribe el Padre Juan de Mariana. Los que dizen lo otro son el dotissimo Andres de Resende, y Diego Mendez de Vasconcelos no menos docto. Concurren todos tres en la sospecha del Amor de la Patria igualmente: però desiguales estan mucho los dós en cosas más importantes, que son antigüedad, y estudios más solidos en este genero dellos; y en sinceridad, y deposicion de acetaciones y rencores. Assi, con beneplacito de los Censuradores, y reverencia debida a Varon tan digno de estima, doy más credito a dos testigos con tales ventajas, que a uno con tales circunstancias. Ni puedo

abstenerme de dezir con esta ocasion, que me admiro quando veo citarle para prueba de cosas que el dixo, trasladandolas (sin otro examen) de Escritores que le precedieron en tiempo, y que andan en las manos de todos. Al Padre Mariana no se le deve diligencia o averiguacion de algunas, si no orden y buen estilo en el Historiar: a sus Antecessores, no estilo y orden, más averiguacion, y diligencia.

25. Al dezirse que casi todas estas, y semejantes dudas, cessaron con los hallazgos de Dextro, Maximo, Juliano, y Luitprando; digo que pudieron aver cessado, si sus Escritos estuvieran assi como ellos los dexaron; porq a sus calidades se devia todo credito. Però afirmo segurissimamente que no cessaron; porque es certissimo que zelos temerarios (y aun sacrilegos los llamaré, pues casi merecian esos Varones estimacion de sagrados) los han alterado de manera, que ningun hombre cuerdo puede seguramente afirmar, quales son las clausulas verdaderamente suyas; que de las adulteradas patentemente se conocen muchas. Deste modo no solamente se quedaron sin justificacion las cosas que andavan en opiniones, antes en opinion algunas de las que eran indubitables. De aqui resulta, que no le basta ninguno de esos quatro ilustrissimos Escritores a ningun hombre, para provar solidamente algo, si con clausulas eruditas, y con evidencias, no provare que pudo ser de alguno dellos el lugar en que se funda. Pondre un exemplo con que hare dos cosas; una, provar esta propuesta; otra, responder a otro gran escrupulo que anda vagando por Castilla con mejores deseos que probabilidades. Es deste modo:

26. Del Summo Pontifice San Damaso no pueden muchos sufrir que se dixa fue Portugues. Hallandome en una conversacion de grandes juizios y letras (a su

parecer) motejaron de que yo dixesse que algunos Varones eran de Portugal; y como uno dellos era este, sacó uno, de aquellos Censuradores muy presumido, un papel en que discurria, para provar que Damaso era de Madrid, con tanta cortedad (peró en esto verdaderamente nadie pudiera hazer más) que lo fundava todo en una pintura de la Iglesia de San Salvador de la propia Villa; y con una dozena de Autores destos dias, fundados en un lugar, que el dezia ser de Dextro, estandole desdiziendo el mismo lugar, que es este. *Damasus ex Mantua Carpetanorum; alij faciunt ex Egeditania Lusitanorum; alij Tarraconensem*. Celebraron mucho los circunstantes aquella erudicion, y lo que es alli se quedó San Damaso, tan Castellano como ellos; peró si ellos no lo son más, y desean serlo, gran trabajo tienen. Yo no hablé, porque no sé dar voces: escribo y callo; y diziendo deste modo, mejorelo quien pudiere.

27. La verdad pura es que si aquel lugar fuera del Nobilissimo Escritor Dextro, nos ponía en gran aprieto: pero él no es suyo, ni pudo serlo. Que no es suyo provamoslo assi. El vivía quando pontificava San Damaso. Diga, luego, todo fiel juizio, como escribiría Dextro (escribiendo con Damaso a los ojos) esta clausula: *Damaso es de Mantua Carpentana, y otros le hazen Lusitano*. Notese lo poco que atendia el viciador de Dextro [porque claro es que este modo de hablar no puede ser de aquel gran Varon] a más de escribir antojos, pues no se acordó, o no supo que él vivía quando Damaso, y que era imposible hablar con aquella duda, sino dezir la patria sin argumentos, porque no avía lugar para ellos, pues se estaban viendo los dós. Peró aun assi no quitó esse vicio su derecho a Portugal. Quanto a que no pudo dezir Dextro que Damaso era de Madrid, luego lo veremos. Quanto a la pintura que

del está en aquella Iglesia, con esta letra. S. DAMASO DE MADRID, sepamos su antigüedad. La mas antigua que oy permanece no excede del Reynado de D. Fernando el Catholico, que tiene 150. Años de edad. De creer es que la vieron Fernan Perez de Gusman que seguia la Corte, y Diego Rodriguez de Armella Arcipreste de Val de Santivañez su amigo, y ambos en sus Escritos con que pretendieron ilustrar la Patria, fueron tan cuerdos que al tratar desto se contentaron con dezir: *El Papa Damaso fue natural de España*. Quanto a los Autores que avia en aquel Discurso, eran tan modernos que algunos dellos estan viviendo a nuestros ojos, y han dicho lo que sabian dixeran otros; ni los culpamos de que lo digan. Essos, pues, son fundamentos Castellanos; los Portugueses son estos que se siguen.

28. Dizen as Partes adversas q lo que dizen los Portugueses acerca desto, es con Autores Portugueses. Tiene esto dos respuestas que no tendran replica: una, que conforme a ello, ningun Autor Castellano merece credito en cosa alguna de lo que escribe oy de su Patria, porque lo escribieron antes Autores Castellanos; Injusto juizio: otra, que en esta materia, no queremos que nos valgan los nuestros si no los propios suyos, que a lo menos seran más de media dozena no menos doctos que los vivos, y con mas credito por más anteriores, cosa importantissima en estas materias. Ellos son Morales, Illescas, Garibay, Pineda, Castillaferer, Marieta y Padilla. Dos ponderaciones ay aqui: una que algunos destos Escritores fueron bien poco afectos a Portugal; otra que es creible que quando tantos Hombres doctos niegan a su Patria algunas glorias por darlas a otra gente, y más teniendo a los ojos Escritores que se las conceden, no lo hazen sin ser obligados de grandissimo examen. Esta

ponderacion es más sustancial que la de juntar Autores en que se vé solamente el natural de las ovejas que faltan todas por donde vieron faltar la primera, de que ya resultó perecer en un pozo todo un rebaño. Con todo esso mal se asseguráran los Portugueses de ser suyo San Damaso, sino tuvieron otros fundamentos que no dexarán sin nota de contumáz, y aun de impio, a quien lo negáre. Oygamos;

29. Los antiquissimos Breviarios de las ilustres Iglesias de Braga y Evora, tienen q Damaso es natural de la Villa de Guimaraens, centro de la Region de Entre-Duero y Miño, y primera Corte de nuestros Reyes. Tienelo assi un Martyrologio antiquissimo de Palencia, que no es Portuguesa para que parezca sospechosa. O quan mal dixe! En semejantes monumentos no ay sospechas, sean de donde fueren. El Rezo es natural de Roma. La Iglesia Romana, que no puede errar, le aprueba. Segun esto; qual será la piedad de los q niegan lo que en Breviarios tan antiguos está aprovado por la Iglesia? Devese tambien grandissimo respeto a los vestigios, y a las tradiciones. En Roma permanece aquel notorio Hospital de S. Lorenço fundacion deste Pontifice, y es constante fama en sus Habitantes, que le instituyó con obligacion de que sus Capellanes serian siempre Portugueses: y tambien la ay de q lo eran no ha muchos años. El doctissimo y grande Examinador destas cosas en dos propios Archivos Romanos, el Cardenal Baronio, le llama Portugues. Onufrio Panvino, dize q en la Bibliotheca Vaticana se halló esto. *Damaso hijo de Antonio de Egitania*. Todas las otras memorias comunes en Italia de los Pontifices señalan a este por Lusitano. Agora vean bien los que lo niegan, si están bien seguros en la conciencia, oponiendose no solamente a los solidos Escritores, y a las tradiciones

constantes, que escribieron y se hallan en la propria fuente, mas aun a los assientos de la propia Iglesia Romana; porque aquellos Breviarios son aprovados por ella, desde tanta antigüedad. De manera q ha muchos cientos de años assentó la Iglesia, y algunos Escritores que Damaso era Portugues; y de ciento a esta parte ay quien assienta que ellos y ella erraron. Estraña osadia; y tanto más, quanto menos son cõsiderables los fundamentos della; pues en ninguna manera vienen a ser otros que los refiridos. Esso, verdaderamẽte sobra; mas por abundancia, advierto que el nombre de Antonio concedido de algunos Escritores al Padre de S. Damaso, fue siempre muy estimado de Portugueses. No menos el de Irene, q otros dan a una hermana suya; ni el mismo de Damaso dexa de usarse em Portugal con mas frequencia que en otras partes, y singularmente en la Region de Entre-Duero y Miño de donde los mas le hazen natural.

30. Paulo Orosio es el blanco de otra porfia, en que se ofrece más algo de duda. Los portugueses quïeren que sea natural de Braga, los Castellanos que de Tarragona. Estos fundanse en un lugar del propio Autor en su Historia, que dize, *na nuestra Tarragona*. Aquellos, en q de las irrefragables memorias consta que *el era natural del ultimo Occidente*. Esto con propiedad, viene a ser lo maritimo de Portugal y de Galicia; y no Tarragona en manera alguna. En q el vino desde Jerusalẽ a Braga cõ un preciosissimo Tesoro de reliquias, y es de creer que si fuera natural de essotra ciudad, para ella las procurára, o a lo menos alguna parte. En que el era beneficiado Bracarense: y si bien estas dos ultimas ponderaciones no son infalibles, considerables son. Quanto al termino de, *nuestra Tarragona*, es cosa vana para

naturalizarse de allí: porque el escribió fuera de España. Birn dirá un Portugues, escribiendo en la Asia, *nuesta Toledo*, y no por esso es Castellano: bien un Castellano, escribiendo en el Nuevo mundo, *nuestra Lisboa*; y no por esso es Portugues. Sobre unos y otros Discursos, digo que sean estos Santos Varones, y todos los otros que por qualquier camino fueren grandes, de donde solidamente se halláre que son: porque ninguna ansia tengo por naturalizarlos: solo refiero lo que hallo en Escritores a que licita, y prudentemente puedo arrimarme. Si sobre la duda cayeron estas virtuosas riñas, no veo que sea injusto el lidiar en ellas, mientras no las sossiega otra mayor claridad: ni lo es que entre tanto nos tengamos por más justificados, como ventajosos en las razones; a lo menos en las que se dieron en aquella conversacion adonde San Damaso fue desnaturalizado de Portugal: aun que como los más de aquellos sugetos eran gordos, ellas no podian ser muy delgadas. Reperirélo todo en la Historia; porque esto aqui es satisfacion a lo censurado.

31. Preguntó otro escrupuloso, adonde se guardava la çapatilla de Nuestra Señora, que entre otras Reliquias diximos aver traydo de Jerusalem el Conde Don Enrique, quando allá passó? Hallé esto en una Cronica del mismo Conde bien antigua, que tengo en mi mano. Si todo lo que una vez se alcançó, permaneciera, no avia más que desear. Puede mas el variar del Tiempo que la diligencia humana. Pareciose el Censurador desto, al Çapatero de Apeles en començar sus notas por la chinela; y bien puede ser que supiesse juzgar de otra obra.

32. Acusanme de que soy gran acusador de vicios; y quando quiero escusar a dos Reynas de los de que las cargan, tambien me acusan. Quien podrá servir

gustosamente a tan contrarios deseos? Si quiera descubre esso que me regalára en hallar más virtudes que defetos para la narracion: y q no culpara a nadie sin causa, quien busca razones para disculpar a quien tantos culpan. Ellas son, una de Portugal, y otra de Castilla, però ambas Portuguesas. No las justifico: solamente hago alguna demonstracion de q pudo no ser tanto el crimen: y quando fuesse tanto, más quisiera dissimularlo, que hablar verdades tan torpes: Insigne torpeza fue el dezir, y es el porfiar que una dellas era vista en la propia culpa. Temeridad muy propria de la insolentissima libertad con que en aquellos siglos osavan los Vassallos perder el respeto a sus Principes.

33. Reputan por fabuloso el dezirse que el Rey D. Fernando, desamparó la batalla de Toro, juzgandose perdido, como el rey D. Afonso. Esto no me lo dizen a mi, sino a dos hombres de tanta autoridad coo fueron Ruy de Pina, y Damian de Goes, que lo dexaron escrito; y a otros papeles que por viejos merecen reverencia. A todo esto doy más credito que al Cronista de los Reyes D. Fernando y D. Isabel: porque él escribió aquella Historia a vista dellos y presentósela: y essotros Escritores no tuvieron que lisongear, o que temer. Dexo con esta ponderacion al buen juízio la sentencia de quien habló verdad. Ni el Cronista Castellano faltó a ella en guardar silencio; antes errara entonces en no passar assi callado por aquel suceso. Este es el inconveniente que siempre tuvo el escribir de los Principes en su vida, y más en su presencia.

34. Que descubro sequedad en la Princesa D. Juana, Madre del Rey Don Sebastian. Los Portugueses tuvieron más motivo para conocerle el umor, aun que no

fuesse natural suya; porque en Castilla vivió como sujeta, y en Portugal como Señora: y el poder es gran descubridor de las inclinaciones: y las suyas andan en memorias escritas al propio tiempo que ella dava motivo a que se escribiesen. De los propios originales, no de charcos, lo cogimos.

35. Que algunas de las origenes de los nombres de Portugal no se fundan bien, y con singularidad la de Gatelo. Dos respuestas: una, que estas cosas no se refieren por infalibles, mas porque se tenga noticia de todas: otra, que quando dieramos esta por fixa, nos contentáramos con averla cogido de nuestro gran Barros a la entrada de su Geografia, de que tenemos en nuestra mano el quaderno que trata desto. Refiere alli las opiniones que uvo acerca del nombre Portocale, y Portugal, y se inclina a esta de que se cansan los modernos, sin más infalibilidad para seguir las otras opiniones.

36. Que en esta Historia no ay sino Portugueses, y más Portugueses. Pregunto, si en ella he propuesto escribir de otra gente? Esta pregunta sea respuesta sin replica. Era buen cargo esse, para quien, como el Padre Juan de Mariana, uviessse prometido una Historia General de España, y despues cuydasse en ella de poco más que de lo tocante a Castilla; de modo que para él, Castilla fue toda España. Ridiculos Censuradores.

37. Essas son las cosas notadas que llegaron ami noticia: essas las razones que tuve para escribirlas. Agora, para que se entienda el lugar que deve darse a los más de nuestros Censuradores, digo, por lo tocante a la verdad, que es nota por la mayor parte, de los que mostrandose más zelosos de la averiguacion de los puntos

arduos, jamás llegan a dar averiguado alguno: y que aun quando lo uvieran hecho, no llegarían a conseguir las letras, la autoridad, el juyzio, y la fama de los Escritores a que me arrimé para dezir lo que que digo. Sin esso, estoy pronto para dexarme llevar de mejor luz quando la vea. Mientras falta la del Sol licita es la de una vela. Resplandezca siempre más la mayor verdad.

38. Por lo que mira el estilo, conviene ofrecer una muestra de los Sugetos que le notaron. Uno fue cierto autor Chronologico, de que con piadosa cortesía dissimulo el nombre. Immensa risa puede produzir el verle tan apartado y tan ayuno de lo que de alguna manera puede llamarse ingenio, y estilo para intrometerse a juzgar desto: porque lo cierto es que si el supiera hablar Castellano, ya no ingeniosa, sino algo purgadamente, mucho menos papel gastára en aquel Repertorio, o sea Cronologia, labor hija legitima de un teson rudissimo; no de ingenio, no de discurso, no de ciencia: para que se vea, que no todos los que leen mucho, saben escribir bien; y que la executoria de la ignorancia y rudeza es un Repertorio, o un Catalogo desnudo de su Autor, quando mas fiado a remiendos de mil colores. A toda prissa se dexan creer los Artifices destas vastissimas taraceas, que el aver hallado de que hechura eran las calças del Cid, es tener ingenio, estilo, juizio, discurso, o ciencia alguna. Sepan que ordinariamente falta todo esto en quien anda buscando essotro. Quando sea importante el hallazgo, deveráse más a los pies que a la cabeça. Una perla perdida, muchas vezes la encuentra una bestia primero que un hombre: antes el hallar un doblon en la calle es mas propio de quien menos elevada trae la vista: y el traerla derribada es natural de brutos. Esta es la causa porque de ordinario son dellos estas

dichas. El saber no está en hallar, mas en el modo y tiempo que se usa lo hallado. De aqui resulta que semejantes Autores, y Assuntos, son esclavos rudos de libros entendidos; y entranse por fuerça en los Escritos graves y hermosos; y en las Librerias, adonde si apenas los conoce la curiosidad, y el juyzio los arroja del nido despues de averlos examinado al rayo del entendimiento, por hallarlos sin luz de alguno, la necesidad los consiente, al modo de alhajas viles, y de vasos asquerosos, que aborreciendo sirven.

39. Ni en este Censurador fue solamente motivo de su censura el engañarse por no conocerse; sino el escandalo por averle reprehendido de un absurdo con que quiso ganar credito para el badajo de la campana de Vililla, de que se retrató corrido, ya lo uviessse dicho por ignorancia, ya por malicia, supuesto que era aquella más evidente que esta en el Sugeto. Que culpa pues, tuve yo en motivarseme la quexa de tan injusta badajada (fuesse de la campana, o del tintero) si me quexé con verdad? O que satisfacion pudo ser de essa culpa suya, mi defeto, quando yo le tuviesse? Quien no se purga dél que le descubren, no ofende a quien se lo descubrió con lo que responde fuera del argumento; y más si la nota fue en beneficio de qualquier verdadera enseñança; y la respuesta en respeto del dolor de la censura que no pudo ser respondida sino con ser cancelada. Baste esto de semejantes Momos (y más si no viven al mundo, o a la estimacion) en virtud de la cortesia que se deve a los muertos, y del desprecio con que deven ser tratados los ignorantes.

40. Los otros se reduzen a tres turbas: una de los punzados con lo q se dixo dellos: otra de los mustios por lo que dellos no se dixo: y la ultima de los que estan

en el Limbo. De todas no ay que hazer caso: de aquellas, porque quien rabia puede buscar el remedio que quisiere; y el más comun es morder sin tiento, y salir sin cura: desta , porque la inocencia es inculpable: y si se mezcla con malicia, entonces tiene por alimento propio abominar lo que no puede conseguir, si le conoce el valor; o entender, si no le conoce.

41. No me desvaneceré tanto, que diga no aver defetos en qualquier Escrito mio. Denme alguno en que no los aya, si es de fuerças humanas. Osaré solamente afirmar, que el entendido y judicioso, tiene obligacion de no acordarse dellos si son pocos, en tareas adonde patentemente se han logrado muchos aciertos, como sucede en estas. No parezca arrogancia, porque no la conozco; y el aprieto me está licenciando liberalmente para traerlos a los ojos de quien no los vee; o porque no quiere, o porque no gusta, o porque no entiende. Considerable cosa es, sin duda, el aver reduzido a diez Tomos más de trezientos: el escribir la Historia de una Monarquia antiquissima, desde sus fundamentos asta nuestra edad: el disponerla de modo que para breve nada le falte de lo essencial, y que para dizirlo todo no cause hastio: el no faltar en esta suerte de brevedad la disposicion desahogada, el juyzio oportuno, la sentencia ponderosa, la enseñanza importantissima, la malicia galante, la verdad desembuelta, y la elegancia apetitosa. Todo esso se halla aqui no menos que en qualquier dilatada Narracion. Si esto no requiere estudio, ciencia, afan, ingenio, arte y juyzio; y si todo no monta más que qualquier defeto, desisto del juyzio, de la arte, del ingenio, del afan, de la ciencia, y del estudio: mas no desistiré de alabar alguna escritura que vea semejante. Denmela acá con todos esos

achagues, y veran como la venero. Y para que vean que tambien venero grandemente los gustos y juyzios generales, digo que he moderadome quanto me fue possible; y rendidome de buena gana, aun no vencido: porque siempre tendré por más glorioso el parecer antes domable que porfiado. Si a alguno le pareciere covardia esta sugesion, advierta que la pluma no es la espada. Esta ordinariamente tiene por primer mobil la ira; y aun quando aprende sufre el golpe adverso más agradecido que agrabiado. Aquella siempre deve tener por Maestra la pausa: y la humana puede engañarse talvez, sin dexar corrido a quien obedece al parecer ageno, que muchas vezes es mejor; y más quando suceda ser de muchos: porque muchos juntos, aun quando no de los mejores, pueden acertar más que el unico, aun quando sea conocidamente ventajoso.

EUROPA PORTUGUESA, Segunda Edicion: Correta, y Ilustrada, Y Añadida en tantos lugares, y con tales ventajas que es labor nueva. Por su Autor Manuel de Faria , y Sousa cavallero de la Orden de Christo, y de la Casa Real.: TOMO I. PARTE I – Introducion

El pueblo Lusitano desde que tuvo este nombre, asta la juventud de El-Rey Don Sebastian [distancia de más de tres mil años] tanto obró en la Paz, y en la Guerra, que si con el numero dellos se confiere la multitud de sus Hazañas, totalmente quedan esos (aun que sean tantos) excedidos destas que son casi innumerables. Parecen ellas, assi por la grandeza como por la copia, no de una sola mano, mas de muchas varias. Penetraron sus Dueños para executarlas, por tantos

trabajos y peligros, que para darles un nombre eterno y glorioso parece que competieron la Virtud y la Fortuna. Temerario intento, el de querer reduzir una maquina en que tal competencia uvo, a la cortedad deste papel, a lo mal purgado desta tinta, y al encogido buela desta pluma. Si no es, que assi como en la Descripcion del Orbe, sus maravillas más dilatadas y reconditas, se miran en cifras y sombras breves, delineadas y coloridas por los diestros Geografos en el angosto espacio de una carta, podré persuadir con palabras sucintas, y elegancia pequeña, el credito de acciones heroicas, hazañas memorables, numerosos acontecimientos de una Gente que en sus principios fue terror del mayor Imperio, y después constituyó el suyo en los remates del Mundo con publica admiracion de los Mortales. Veranse cosas no menudas, antes todas capaces, y llenas para Historia: ilustrarse una Nacion con sus armas sin ser seguida de otra, y hazer ilustres otras con siguiirlas casi todas: guerras prolongadas y sangrientas; intestinas y remotas: una propria sangre pelear contra si propia: contumacias insignes en asedios y assechanzas: resoluciones horrendas en hambreados, en sedientos, en afligidos. Veremos con horribles dessolaciones, y sonantes ruinas, declinar unas ciudades y familias; con florentes principios crecer otras: vencimientos y muertes, ya al cortar de las espadas, ya al estallir de los incendios: caydas y exaltaciones de Reyes, Principes, y Capitanes; de exercitos, legiones, y catervas: competencias, y emulaciones, y ardimientos de industria, y de coraçon, y de porfia: derribar, y establecer Monarquias y Señorios. Han de verse en una sola Provincia, angosta por sitio, augusta por animo, cautivas y trilladas, insignias, y gentes estrañas: despojos de batallas arduas, y de Naciones

debeladas: carros colmados de armas rompidas, y trofeos honorificos: plaustros llenos de trabucos y maquinas militares: competir una Vandera en correr otro tanto como el Sol: conflitos Navales y terrestres: diferentes imagenes de Marte: vitorias repetidas; triunfos caudalosos; colmos y resultas de virtuosissimos sudores: sucessos que parecieran fabulas, si no los calificáran, o alegres, o tristes monumentos. Para que creamos que los uvo, trabaja la fé de la tradicion, y el volumen de los Annales; ella siempre clara; él asta agora confuso. Aun assi es menos siempre lo que devemos a la memoria, de lo que nos deve el olvido. Será, pues, si no el estilo, digna de alabança la materia. Más de mil y quinientos años eran antes del Nascimiento de Christo, quando empeçó el nombre de Lusitania, bien que ya sin él tenian los Habitadores deste no grande Terreno, conseguido grandes, muchos, y elegantes aplausos de la Fama. Ella admirava al Mundo con la informacion, de que ellos siempre afectadores de independiente Imperio, se acomodavan de propios Principes todas las vezes que podian, aviendolo podido muchas; y de que (esto verdaderamente es más admirable) nunca declinaron del valor quando declinavan del Dominio. Esta rara immortalidad de brios fue la causa de que si las sucessiones Reales morian para ellos, ellos vivian para ellas. De las otras Gentes, rarissimas son las que despues de perder su esencion la cobraron; la Portuguesa empeçando a pretenderla el dia que la Fortuna se la quitava, muchas vezes se hizo Reyes, mostrando que le era tan propio el tenerlos, como a otra el olvidarlos. Conociéronlo tantos algunos de los que la dominaron, dominando juntamente a otras, que a esta trataron siempre con más cariño, con más favores, y con más assistencia; ya lo

obrasse el modo con que ella se hazia amar, ya la inclinacion con que se hazia temer. De la propria manera que no podian acomodarse sin Rey, no pudieron contenerse en corto Reyno. Desto resultó que fuessen primeros de los de Europa en buscar nuevas Coronas fuera della. Assaltaron la Africa; assaltaron la Asia, assaltaron la America con las armas, y hizieron que por la ciudad de Lisboa, ya presos, ya voluntarios, viniessen muchos, varios, y remotos Principes a poner sus Cetros a los pies del suyo. Reyno propriamente de Christo, como fundacion suya; porque si al Portico de Belem en Judea fueron tres Principes Orientales a ofrecerle tributos, al de Belem en Portugal, vinieron con la misma oferta muchos Orientales Principes. Mas se pueden arrimar tantas glorias en un Teatro. No será poco que las recojamos en tres. Uno, que es este, ha de incluir las de Europa; otro las de Asia; y otro las de Africa y America. En todos usaré de una dilacion breve, o brevedad dilatada: y alfin no me fatigará poco el querer dezir mucho sin hablar mucho. Sirvirá de Prohemio a este nuestro Breviario lo que passó desde la entrada de Tubal en esta Provincia, asta que con propio nombre fue mas conocida y admirada.

Excertos para cotejo

DA MONARCHIA LUSITANA – Frei Bernardo de Brito: Tomo I – Livro Primeiro – Capítulo III – De como as gentes se dividirão por varias partes do mundo, & como Tubal neto de Noe veo povoar nosso Reyno de Lusytania, & fundou nelle a povoação de Setuval.

(pág. 27) Divididos em varias partes do mundo os descendentes de Noe conforma a primeira divisão, que ja tocamos, Tubal filho de Japhet com a gente de sua familia, escolheo por habitação muy accomodada a seu gosto, a parte mais occidental de Europa, pera onde se partio com grande numero de gente: & dando no mar Mediterraneo, se meteo com os de suas companhia em algumas embarcações feitas á modo de Gales, descubertas & de menos fabrica, que as do tempo de agora, como parece sentir Josepho (a)³⁰⁵ em suas Antiguidades, & Xenophonte no livro dos Equivocos. Nestas piquenas fustas navegarão muitos dias ao longo de terra, té chegarem ao estreito de Gibraltar, onde levados das correntes do mar, & impeto das ondas, sairão como refere nosso Laymundo, (b)³⁰⁶ ao mar Oceano, (pág. 28) da grandeza & immensidade do qual pouco satisfeitos (como gente, que trazia inda nos olhos a cruel destruição das agoas) se acostarão á terra, dobrando sempre sobre a mão direita, té que no fim de alguns dias, tendo ja passada huma grande ponta de terra, chamada dos antigos Promontorio sagrado, & dos Modernos Cabo de S. Vicente, se acharão em huma fermosa baya, por onde se lança no grande Oceano Occidental hum Rio, mayor em proveitos de pescarias e navegações, que em quantidade de agoas. Vendo Tubal o bom sitio da terra, & os que com sigo trazia enfadados de navegação tão larga, determinou fazer naquelle lugar seu assento: & tirando das embarcações o que trazia, deu principio a huma povoação & modo de Republica, ordenada com as brandas leyes, & pouco maliciosos costumes daquelle

³⁰⁵ (a) Josep. Antiq. Lib. I cap. 10. Xenop. Lib. De equiuoc. [sic]

³⁰⁶ (b) Laimund. Lib. I. [sic]

novo mundo: fundando as moradas de sua vizinhança de ramos de arvores cubertos com o feno do campo, sem as soberbas sumptuosidades, que a malicia dos homens inventou no tempo adiante. Aqui viveo Tubal alguns annos, com toda a gente de sua companhia, apacentando os gados em que tinhamo naquele tempo o melhor de sua riqueza, & dele se deo o nome á nova povoação, que fundara, chamandolhe Cethubala, que (segundo tem o (pág. 29) Viterbense (a)³⁰⁷) tanto significa, como ajuntamento de Tubal, & Pomponio Mela (b)³⁰⁸ a chama Dubal, usando da muita semelhança & quasi uniformidade, que sempre tiverão, & tem as duas letras D. & T. de que os Authores usavão algumas vezes, sem nenhuma distinção. Esta povoação he a que no tempo dagora, com muy piquena corrupção do primeiro nome, chamamos Setuval, assas conhecida no Reyno de Portugal, & em muitos fora d'elle, pelo grande e seguro porto de mar que tem junto a si, & pela copia de fermosas canteiras de jaspes & porfidos finissimos, donde se levão pera diversas partes do mundo. Desta antiquissima cidade faz o mestre Florião do Campo (c)³⁰⁹ huma estendida narração em seu livro primeiro, confessando ser ella a primeira, que em Espanha, teve o nome, & figura de Republica ordenada, sem consentir que Tubal aportasse primeiro em Portugal que em Andaluzia. Mas com dizer que desembarcou noutra parte, attribue a Castella a gloria de mais antiga, & Martim de Viciania (d)³¹⁰ buscando modo pera engrandecer sua Patria, trabalha por mostrar, que a desembarcação destes primeiros Povoadores de Espanha, foy no Reyno de Valença,

³⁰⁷ (a) Viterb. In lib. S. Berosi. [sic]

³⁰⁸ (b) Pompo. In descr. Beticae. [sic]

³⁰⁹ (c) Florian. Lib. I. [sic]

³¹⁰ (d) Viciania lib. I. c. 6. [sic]

cuja historia elle compos (pág. 30) chea de muita doutrina. Depois dos quais achou Garivay (a)³¹¹ outras novas conjecturas, donde conclue, que Bizcaya foi a primeira Região em que Tubal tomou terra, & assentou morada. Mas como tudo o que dizem traz mais fundamento em imaginações, & subtilezas inventadas de bom juizo, que em fé & authoridade de livros antigos, não ha pera que approvar nem contradizer nenhuma dellas. Mas com elles proprios (que ao fim não podem fugir da força, & authoridade que tem a tradição antiga) digo, que nosso Reyno foi o mais antigo na povoação, & Setuval o lugar em que primeiro ordenarão modo de vivenda, & vezinhança comua. E assim o tem Pineda, em sua Monarchia (b)³¹², Nicolao Coelho, Laimundo, & Frey Hector Pinto, & a tradição vulgar dos homens que neste Reyno tem voto em cousas antigas. Nem me inclina ao contrario, ver que Andre de Resende (c), o he tanto desta opinião, dizendo que o nome de Setuval foi Cetobriga, & daqui se derivou, & não de Tubal. Porque sendo antigamente este nome, Briga, comum a quasi todas as povoações (como veremos (pág. 31) adiante) muy bem se podia ao nome Setubal, ou Sethubal ajuntar a dição Briga, & chamarse Sethubriga, que significa, Povoação ou fortaleza de Tubal, como realmente se chamou em tempo dos Romanos, & foy huma das mais celebres e famosas, que ouve naquella costa do mar Oceano, & como tal se acha muitas vezes seu nome em scriptores antigos, sem a mudança do nome a fazer em seu fundador & antiguidade.

³¹¹ (a) Garivay lib. 4. C. I. [sic]

³¹² (b) Pined. I i. cap. 23. Nicola. Caeli. In sacr. Chronolog. Laimun. Lib. I. Pint. In Ezechiel cap. 27. [sic]

Europa Portuguesa – Manuel de Faria e Sousa: Tomo I – Parte I – Cap. I

4. (pág. 33) Las poblaciones grandes producen politica, no amor: las pequeñas más amor que politica. Tienen mas ocasion de conformidades, los que la tienen menos de codicias. Estas son los moradores más conocidos de las Cortes, y de las ciudades, y de las populosas Villas; y los que menos se conocen en las Aldeas. Las fieras traydas a poblados grandes, casi se dexan tratar como gente: los hombres reducidos a grandes juntas, casi se tratan como fieras. Más justos se lograron por los Yermos que por las Comunidades. El hallarse aun en las Religiosas juntas, no religiosos actos, procede mas de la copiosa concurrencia, que de la mala naturaleza: porque esta, qualquier mediania es abundancia, y a aquella qualquier abundancia es inquietud.

5. Essa fue siempre la causa de las divisiones entre todas las Gentes; y destas primeras del Mundo essa fue. Las cavañas, las grutas, y los desiertos, no ha sido su Poblador el solo zelo de la oracion; o el solo rigor de na necesidad, mas tambien el desengaño de la malicia humana conocida mejor en los numerosos Conventos de los Hombres. Assi de todos estos primeros Peregrinos de la Tierra, unos buscaron la soledad, y vinieron a ser segundos Autores de los Cortijos, como de las Cortes le avian sido primero essotros. Notorio es ya, que salieron de aquella fabrica por la confusion de las lenguas [Babel]. Ellas entonces no fueron tantas como son oy: porque de la mezcla se hizieron otras; otras se multiplicaron destas, de modo que en sola una de las pequeñas Provincias de Europa ay tantas lenguas como uvo en Sanaar estos dias. La Hebrea (sospechanlo, si no lo cree, Escritores grabes) truxo a España el Patriarca della, Tubal, hijo quinto de Jafet, que navegando el

Mediterraneo, tocó el Estrecho de Gibraltar, y el Promontorio Sacro, asta que surgiendo en la parte más occidental de Europa, combidado del apacible sitio, y sereno cielo, fundó a la lengua del mar y del Tajo la Poblacion de Setubal. Pretenden otras Naciones que allá se empleó primero en estas fabricas. Si él vino a España (y lo cierto es que vino) más facil será creer el aver sido en ella fundador de muchas, que el assegurar la primazia entre todas. No reduzgo la felicidad de una Tierra a que primero que a otra la habitassen los Hombres: antes bien diré dichosa a la que los tuvo ultima. Porque si Dios pudiesse faltar a alguna, más presto saldria de la en que ellos entraron profanandola con sus maldades. Dizese, que de Cetobriga, o Cetubala (vale ajuntamiento en la latinidad) no de Tubal, resultó el nombre a aquella Villa. Si fuesse assi, dariasele adelante, ya que la lengua latina no fue alguna de las platicadas en los tiempos de Tubal. Però Setubal tiene mas antiguedad que la lengua Latina en España. Passavan estas cosas (el ajuntamiento de casi todos los mil años primeros es como lo sufre tanta vejes sin memorias fixas) por los de mil y ochocientos de la criacion del Mundo; ciento y cincuenta despues del Dilubio; dos mil y setenta antes del Nacimiento de Christo. Asta él será nuestra cuenta esta ultima.

Décadas da Ásia – João de Barros: Década II, Livro I, Capítulo I.

O anno passado de quinhentos e sinco, (como escrevemos,) estando Tristão da Cunha despachado para a India, por causa de hum accidente que lhe sobreveio com que cegou, foi o Viso-Rey D. Francisco d´Almeida em a frota que estava para elle. Despois posto em cura daquelle accidente, e cobrada a vista, ficou com aquella

aução da mercê, que lhe El-Rey tinha feita, a qual lhe elle tornava a confirmar para ir na vagante do Viso-Rey. Porém dizem que por conselho de Lopo Soares, que de lá viera o anno de sinco, elle pedio a ElRey, que aquella mercê de residir na India tantos annos, lhe convertesse em ir ida por vinda por Capitão mór das náos da carga, com algum bom partido, o que lhe ElRey concedeo. E tendo elle assentado de o mandar por Capitão mór das náos de carreira em Março de quinhentos e seis, e Affonso d'Albuquerque com hum Armada para andar na costa da Arabia, veio Diogo Fernandes Pereira, o qual, (como vimos atrás,) descubrio a Ilha Socotorá, que está na entrada do mar, que faz o estreito de Adem. ElRey sabendo per elle, e per Antonio de Saldanha, que andou ás prezas naquela paragem, das coisas desta Ilha, e dos Christãos que nella havia, e como eram subjeitos a huns Mouros da terra firme de Fartaque, por causa de hum fortaleza, que alli vieram fazer; assentou que estas duas Armadas de Tristão da Cunha, e de Affonso d'Albuquerque fossem ambas em hum corpo té esta Ilha Socotorá, e que tomassem esta fortaleza aos Mouros; e quando não fosse tal, que nella se pudesse defender a gente que alli leixasse, fundasse outra de novo. Fazendo fundamento, que Affonso d'Albuquerque, e os outros Capitães, que pelo tempo em diante andassem naquela parte, teriam hum certo abrigo, e seguro para invernar, por Ilha ter lugar para isso, e com esta fortaleza ficava mais senhor da navegação daquele estreito, que era seu principal intento. Da qual fortaleza havia de ficar por Capitão D. Affonso de Noronha filho de D. Fernando de Noronha, como Officiaes, e gente ordenada ao modo das outras, que eram feitas naquellas partes. Porém como ElRey não estava certo que tal sería a fortaleza dos Mouros, ou por

ventura de caminho naquella costa podiam tomar terra, para que lhe servisse este repairo, mandou que levasse hum fortaleza de madeira, que estava feita no armazem do tempo que elle houvera de passar em Africa. E porque para effeito destas cousas convinha muitas náos, e gente d'armas, fizeram-se prestes nove vélas pera a carga, e sinco, que haviam de ficar com Affonso d'Albuquerque, que foram mui trabalhosas de aperceber. Cá neste tempo era em Lisboa tão grande a peste, que houveram muitos dias de cento e vinte pessoas, e andavam os homens d'Armada tão iscados della, que na propria náos de Tristão da Cunha primeiro que partissem morrêram seis, ou sete, e por esta causa achava-se tão pouca gente pera o número que elle havia de levar, que conveio ElRey mandar soltar alguns prezos, que estavam julgados para ir cumprir degredos a outras partes, porque a gente do Reyno não se queria vir metter neste perigo. Finalmente o melhor que em tempo de tanto trabalho se pode fazer, Tristão da Cunha partio do porto de Lisboa hum Domingo de Ramos seis dias de Março do anno quinhentos e seis com quatorze vélas, de que estes eram os Capitães: Francisco de Tavora filho de Pero Lourenço de Tavora Senhor do Mogadeiro, Manuel Telles Barreto filho de Affonso Telles Barreto, Affonso Lopes da Costa filho de Pero da Costa de Thomar, Antonio do Campo hum Cavaleiro, e Affonso d'Albuquerque filho de Gonçalo d'Albuquerque, que era Capitão mór das vélas, que estes levavam, e com que haviam de andar de Armada na costa de Arabia.

Ásia Portuguesa – Manuel de Faria e Sousa: Tomo I, Parte 2, Capítulo I.

1506. Avia el Rey Don Manuel determinado de embiar por Capitan de las naos de viaje a Tristan de Cuña, y a Afonso de Albuquerque para correr la costa de Arabia, quando vino Diego Fernandez Pereyra, descubridor de la Isla Zocotorá, puesta a la entrada del mar que haze el estrecho de Adé. Sabiendo, pues, que en ella avia Christianos sugetos a Moros, ordenó que los dos Capitanes uniformes pusiessen las proas para aquella parte, y insistiessen en ganar la fortaleza: con intento a que despues seria un receptaculo en que invernassen nuestras flotas, de que resultaría el assegurar la navegacion de aquel Estrecho. Llevaron del Reyno una fortaleza de madera que se avia de plantar en la Isla, si en la que allá uviesse, faltasse igual capacidad para la defensa. Eran seys de Março quando salieron del puerto de Lisboa catorze velas; de que fueron Capitanes Francisco de Tavora, Manuel Tellez Barreto, Afonso Lopez de Costa, Antonio do Campo; y dellos era el mayor Afonso de Albuquerque [...].